

PAULO MARKUN

Soldado, alcoviteiro, conquistador,
náufrago, escravo, comerciante,
curandeiro, governador, prisioneiro,
escritor: A INCRÍVEL TRAJETÓRIA DE

DOM ÁLVAR NÚÑEZ

Cabeza de Vaca

pelas Américas e revelações
inéditas sobre seu julgamento



COMPANHIA DAS LETRAS

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

Paulo Markun

Cabeza de Vaca



COMPANHIA DAS LETRAS

[...] aunque en ella se lean algunas cosas muy nuevas y para algunos muy difíciles de creer, pueden sin duda creerlas, y creer por muy cierto que antes soy en todo más corto que largo [...].

Álvar Núñez Cabeza de Vaca

SUMÁRIO

LIVRO UM:

em que o governador deposto ouve um perdão em alto-mar, sonha com a volta ao poder, mas chega atrasado à Espanha

Soldado e camareiro
Dom Carlos, o afortunado
Tesoureiro real
Rumo à Flórida

LIVRO DOIS:

em que a expedição que pretendia encontrar ouro e prata no interior da Flórida naufraga três vezes e fica reduzida a quatro sobreviventes

A bordo novamente
Choradeira
A ilha do Mau Fado
O quarteto se forma
Escravidão e fuga

LIVRO TRÊS:

em que os escravos se transformam em curandeiros e passam a ser seguidos por uma multidão

Um novo costume
Mudança de rumo
Na rota do milho
Barbados como eles
A volta para casa
Ideia fixa

LIVRO QUATRO:

em que se explica a atração exercida pela Serra de Prata e o rei branco sobre Portugal, Espanha e Álvaro Núñez Cabeza de Vaca

Um caminho para a Serra
A nobreza adere à conquista
Buenos Aires e Assunção
O grilo

LIVRO CINCO:

em que Cabeza de Vaca chega a Assunção e encontra um líder eleito, índios cooperativos e centenas de crianças mestiças

Sete Quedas
O compadrio
Las Casas
A fumaça da paz
Traição e fogo
Fuga e inquérito
A Raposa do Rabo Branco

LIVRO SEIS:

em que Cabeza de Vaca percorre o Chaco em busca do que queria e encontra o que não procurava

No Pantanal
No mar dos xaraiés
Outros povos
A febre
Viva o rei!
Buscando a liberdade
A índia e o tormento de Bravo

LIVRO SETE:

em que o leitor fica sabendo o destino de Carlos V, Domingos Irala, Felipe de Cáceres, Garci Venegas, Alonso Cabrera e dom Álvaro Núñez Cabeza de Vaca

As cabras da Serra

As acusações de Villalobos

A corte por cárcere

A morte de Villalobos

Duas sentenças

O fim do império

O papel da vingança

Posfácio

Bibliografia

Agradecimentos

LIVRO UM:
EM QUE O GOVERNADOR DEPOSTO OUVI UM PERDÃO EM
ALTO-MAR, SONHA COM A VOLTA AO PODER, MAS CHEGA
ATRASADO À ESPANHA

Atlântico Sul, certa manhã de maio de 1545. Mais veloz entre os navios com remos, o bergantim de dois mastros, ideal para viagens curtas, sofre sob o temporal que já dura quatro dias. Espalhados pelos onze bancos da embarcação inundada, 27 homens aguardam o naufrágio iminente. Acorrentado ao catre, num pequeno abrigo sobre a popa, está o 28o passageiro: o governador do Rio da Prata, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, um alquebrado fidalgo de 57 anos.

De repente, o inspetor de minas Alonso Cabrera ordena a um marinheiro que lime a corrente que prende o fidalgo. Está convencido de que o temporal é uma resposta de Deus aos maus-tratos infligidos ao prisioneiro. Assim que o sujeito cumpre a ordem, o tesoureiro real Garci Venegas ajoelha-se, beija os pés do governador e pede perdão. Pouco depois, cessa a tormenta.

Os detalhes da cena, que mais parece ficção, estão registrados no Arquivo das Índias, em Sevilha, num pacote de folhas amareladas e soltas. Ali é possível acompanhar as palavras de arrependimento dos oficiais, a calma subsequente e a conturbada viagem do bergantim; mais um lance fantástico numa vida atribulada.

Quando o mar serenou, os oficiais libertaram três partidários do governador — o capitão Juan Salazar de Espinosa, que ele indicara como sucessor; seu secretário particular, Pero Hernández; e seu primo, Pedro Estopinán —, todos viajando, igualmente, na condição de traidores do imperador. Depois de novos pedidos de perdão, os oficiais reais propuseram ao quarteto esquecer o passado e voltar ao Rio da Prata, onde o governador seria reempossado. Cabeza de Vaca não concordou.

Dispostos a encerrar de qualquer maneira a pendenga, Cabrera e Venegas prometeram lançar ao mar o dossiê sobre os supostos crimes do governador, desde que os demais fizessem o mesmo com todos os papéis existentes a bordo. Nada feito. A dupla tentou usar a força para impor a ideia, mas um grupo encastelou-se na popa e os rechaçou com a ajuda de um arpão e de uma lança.

E assim seguiram viagem, carregando a papelada reunida por Cabrera e Venegas e os documentos escondidos por seus rivais no bergantim, antes do embarque, e que apresentavam uma versão bem diferente do que ocorrera no Rio da Prata.

Por três longos meses driblaram a fome, até alcançarem o arquipélago dos Açores. Na ilha Terceira, Cabeza de Vaca desembarcou, a pretexto de recobrar as forças em terra, e tomou outro navio, certo de que desse modo chegaria primeiro à Espanha, determinaria a prisão de seus adversários e recuperaria o governo do Rio da Prata.

Nada aconteceu como ele imaginara. Álvaro Núñez pode ter ficado aborrecido, mas não surpreso. Afinal, reveses e decepções tinham sido a tônica de sua vida até então.

Soldado e camareiro Tem-se como certo que o terceiro filho (e primeiro varão) do casal Francisco de Vera e Teresa Cabeza de Vaca nasceu entre os anos de 1485 e 1507 — em plena época das grandes navegações portuguesas e espanholas.

Recentemente, com base numa série de aproximações apoiadas em documentos legais, os pesquisadores norte-americanos Rolena Adorno e Charles Pautz reduziram bem a imprecisão em torno da data de nascimento de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, estimando-a entre 1487 e 1488 (o que lhe daria 57 ou 58 anos no momento em que seus inimigos pediram perdão a ele em alto-mar).

Sua árvore genealógica registra um entrelaçamento pouco comum: depois da morte de Pedro Fernández Cabeza de Vaca, seu avô materno, a viúva, Catalina de Zurita y Figueroa, casou-se novamente, dessa vez com o avô paterno de Álvaro Núñez, Pedro de Vera Mendoza, que também enviudara. União que fez deles, simultaneamente, avós legítimos e postiços dos seis filhos de Francisco e Teresa.

Na pia batismal, nosso personagem recebeu o sobrenome da mãe, tornando-se o terceiro Álvaro Núñez Cabeza de Vaca em três séculos e treze

gerações. Na época, filhos que não fossem primogênitos podiam herdar o nome de família materno, para reforçar direitos de herança ou homenagear um ancestral ilustre ou renomado, como no caso.

A origem do sobrenome insólito costuma ser relacionada à batalha de Navas de la Tolosa, decisivo confronto entre cristãos e muçulmanos ocorrido em 16 de julho de 1212 ao sul de Madri. As tropas de Castela, Navarra, Aragão e Portugal corriam sério risco de ser varridas para sempre da península Ibérica. Encastelados no topo da serra, os “infiéis” tinham vantagem numérica e geográfica. Sem comida e cercados pelos adversários, os cristãos tiveram sua sorte mudada quando avistaram na montanha, pendurado numa vara, o crânio de uma vaca devorada pelos lobos. A cabeça de vaca fora colocada ali por Martín Alhaja, um pastor de ovelhas, para indicar aos europeus o caminho mais seguro. É o que afirma Diego Hernández de Mendoza, no manuscrito *Nobiliário Antigo*, de 1570.

[...] e veio um homem em hábito de vaqueiro que lhe disse: “eu posso, com ajuda de Deus, levá-los a um lugar seguro, por onde podem passar, sem perigos, se puder voltar ao lugar onde ontem os lobos me comeram uma vaca”. Dizem alguns que esse homem se chamava Martín Alhaja. O rei lhe prometeu que, se fizesse o que dizia, lhe daria tais mercês que ele se tornaria um dos grandes do reino. Enfim, o homem passou a guiar as tropas e chegou ao lugar onde haviam matado sua vaca e apontou com a lança dizendo: “senhor, esta é a cabeça da vaca que me comeram os lobos”; e que por isso o chamaram de Cabeza de Vaca [...] Depois da vitória, honrando-o o quanto pôde, o rei o tornou cavaleiro e lhe deu aquele sobrenome e um escudo de armas axadrezado [cor] de ouro. O ouro pela nova nobreza e o vermelho pelo sangue que ali se derramou e uma cabeça de vaca da linhagem. Há em Castela e em muitas partes, muitos cavaleiros [com esse sobrenome], embora tenha sido em Zamora onde ele teve seu primogênito.

Apesar do sobrenome que foi pespegado a Álvaro Núñez na pia batismal — e de sua nobre origem —, a figura masculina mais relevante da infância dele não foi um Cabeza de Vaca, mas um Mendoza. Ou melhor, um Vera Mendoza: seu avô, Pedro de Vera Mendoza, cujos feitos militares

o neto reuniria numa *probanza*. Como boa parte desta história tem como fonte primária esse tipo de documento, é bom explicar: *probanza* era uma espécie de relatório preparado por um escrivão tomando como princípio as respostas, dadas por testemunhas escolhidas a dedo, a perguntas igualmente selecionadas para comprovar um pressuposto. Não tinha, portanto, nenhum compromisso com a isenção. A que Álvaro Núñez mandou fazer tinha o objetivo explícito de demonstrar a lealdade do patriarca de sua família com a Coroa espanhola.

O papel decisivo desempenhado por Pedro de Vera nas ilhas Canárias resultou de um acordo formal com os “reis católicos”, Fernando e Isabel. O avô de Álvaro Núñez assumiu a responsabilidade, os ônus e os eventuais bônus da reconquista do arquipélago, essencial para que a Espanha pudesse comerciar com a África. O sucesso da operação contra os muçulmanos fez com que essa parceria público-privada, ou “terceirização”, fosse repetida em 1492, com as famosas Capitulações de Santa Fé, que permitiram a Cristóvão Colombo partir em busca de um caminho para as Índias, dando com os costados no Novo Mundo.

Sustentado legalmente pela capitulação, e graças a uma mistura de habilidade política e força bruta, Pedro de Vera derrotou os “infiéis”, levando um cronista da época a classificá-lo como “o mais valente guerreiro e chefe de toda a ilha”. O avô de Cabeza de Vaca batalhou seis anos até controlar a ilha de Gran Canária.¹ Nesse período, cooptou infiéis, explorou dissensões e tomou o lugar do governador, depois de matá-lo com suas próprias mãos.

Reza a lenda que, no dia em que os nativos se renderam e aceitaram a religião cristã, houve um eclipse seguido de um terrível temporal. Pedro de Vera governou a ilha por onze anos. Ao retornar, trouxe muitos escravos. Vendeu muitos, mas pôs outros para trabalhar em sua casa. É bem provável que seu neto os tenha conhecido. Por esse motivo, Pedro foi processado, pois escravizar prisioneiros de guerra era proibido por lei. Tal processo pode explicar por que seu filho, Francisco de Vera, desistiu da vida militar

depois de acompanhá-lo em algumas ações. Em Jerez de la Frontera, o pai de nosso personagem tornou-se um cidadão pacífico e respeitável.

Conseguiu consertar as finanças da família — arruinadas pelo esforço da reconquista —, mas não amealhou o suficiente para garantir vida de nobre a seus herdeiros.

Por isso, quando Álvaro Núñez tinha perto de dezesseis anos, seu tio, o comendador Pedro Estopinán,² arranhou-lhe um emprego, como um dos *caballeros de Jerez*, a serviço do duque de Medina Sidonia, chefe de uma das mais tradicionais casas nobres e então o homem mais rico da Espanha, que morava num castelo em Sanlúcar de Barrameda. Fora dos conventos, essa era a única maneira de um jovem remediado como nosso Cabeza de Vaca obter educação formal.

Pouco tempo depois, Álvaro Núñez perdeu o pai. Três anos mais tarde, o avô tão admirado morreu. Em 1509, quando sua mãe faleceu, ele ainda não chegara à maioridade — na época, a partir dos 22 anos —, e se tornou dependente legal de sua tia Beatriz.

Passados dois anos, o jovem soldado acompanhou as tropas espanholas enviadas à Itália para manter e ampliar as conquistas do rei Fernando II, conhecido como o Católico.³ Não envergonhou Pedro de Vera: enfrentou os franceses, defendeu Bolonha e foi gravemente ferido na batalha de Ravena, que custou a vida de 20 mil espanhóis e foi decisiva para a retirada dos franceses. Como prêmio por sua bravura, desfilou pelas ruas da cidade de Gaeta, perto de Nápoles, empunhando o estandarte real.

Em 1519, o nome de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca aparece como camareiro do quinto duque de Medina Sidonia, Alonso Pérez de Guzmán. Na condição de herdeiro do ducado, Guzmán casou-se com Ana de Aragão, filha do rei Fernando. Mas o matrimônio não se consumou, e o duque, um jovem problemático, foi declarado “mentecapto e impotente”. Ana desposou então Juan Alonso, o irmão mais novo de Guzmán, no primeiro ato de um novelesco espetáculo com traições, apropriação de heranças, manipulação de menores, sequestro e combates.

Cabeza de Vaca participou, ao menos de modo indireto, dessa confusão. No processo que buscava anular oficialmente o primeiro casamento de Ana, testemunhas sustentaram que ele havia comandado reiteradas — e frustradas — tentativas de levar o jovem duque a cumprir suas obrigações conjugais.

Os autos são contraditórios e picantes, para dizer o mínimo. Segundo uma testemunha, Álvaro Núñez contou que o duque “tinha seu membro tão fechado e sujo que não parecia ter tido parte com mulher”. Outro depoente afirmou que o camareiro vira camisas sujas e cheias de “semente de varão” e tinha certeza de que a relação se consumara. Um terceiro garantiu que ele e Cabeza de Vaca chegaram a levar uma mulher para a cama do duque. E descreveu a cena em detalhes:

[...] e que esta mulher vinha limpa e cheirosa, com camisa limpa para que ele [o duque] tivesse acesso a ela, para ver se era potente. E a dita mulher disse que trabalharia com o duque para que ele tivesse parte com ela. E que essa testemunha e o dito camareiro Álvaro Núñez, que já é defunto, deixaram a mulher no quarto com o duque, fecharam a porta e passaram a escutar. E que, então, essa testemunha e o camareiro ouviram como o duque gritava e chorava, dizendo:

— Deixa-me, Dola! Ao diabo, Dola! Ao diabo!

[...] e que ela o acariciava e falava amorosamente; nem por isso ele deixava de chorar e dizer que se fosse. E que então a mulher saiu em direção à porta e eles a abriram, quando ela disse ao camareiro e a esta testemunha:

— Em má hora vocês me colocaram aqui! Ele não aproveitou nada! Ele não é de nada!

Em 1534, quando esses curiosos depoimentos foram colhidos, era voz corrente em Sanlúcar e em Jerez de la Frontera que Álvaro Núñez batera as botas nalgum cafundó das Índias Ocidentais — o que pode ter levado as testemunhas a exagerar sua participação na história.

Com ou sem esse tipo de serviço extra de alcoviteiro, Cabeza de Vaca não durou muito no emprego. Um ano após o fracasso conjugal do jovem

duque, seu assistente já estava de volta aos combates, agora contra os participantes daquela que vários historiadores consideram a primeira revolução moderna: o movimento dos *comuneros*, nascido em protesto contra o aumento de impostos e a política centralista do novo imperador.

Dom Carlos, o afortunado Neto dos reis católicos, Carlos de Gante chegara ao trono da Espanha graças a uma mistura de sorte (dele), infortúnios (de seus pais e parentes), dinheiro (dos banqueiros) e habilidade política (de seu avô paterno, Maximiliano I da Áustria). Felipe, seu pai, era chamado de O Belo. Joana, sua mãe, ficou conhecida como A Louca. Quarta colocada na linha sucessória dos reis católicos, Joana acabou herdando o trono, depois de perder o único irmão, a irmã mais velha e o sobrinho em menos de sete anos.

A viuvez precoce e bizarra (o marido morreu depois de passar mal num jogo de tênis disputado sob o sol de verão) selou o destino de Joana. Grávida pela quarta vez e esquizofrênica, ela se encerrou no castelo de Tordesilhas, uma pequena cidade próxima a Valladolid, às margens do rio Duero, onde portugueses e espanhóis haviam chegado a um acordo sobre o controle dos oceanos e terras de além-mar.

O impedimento da mãe empurrou a coroa para a cabeça de Carlos, então com dezessete anos. A recepção da corte pode ser medida por estas frases, de um documento apócrifo do século XVI:

O novo rei, um rapaz incrível e disparatadamente jovem, com uma mandíbula muito pronunciada, não causou uma impressão favorável em sua primeira aparição na Espanha. Além de ter a expressão de um idiota, tinha o defeito imperdoável de não saber nenhuma palavra em castelhano. Além disso, ignorava totalmente os assuntos espanhóis e estava rodeado de um grupo de rapazes flamengos.

Seus adversários (um deles, provavelmente, o observador em questão) queriam oficializar Fernando II, rei de Aragão e avô materno de Carlos, como o imperador da Espanha, muito embora o testamento de sua mulher,

a rainha Isabel I de Castela, não tivesse lhe garantido a coroa e ele fosse apenas regente. Em pouco tempo, porém, o “rapaz disparatadamente jovem” mostrou que não tinha só um queixo proeminente, o qual dificultava até sua fala — habilmente disfarçado pelos pintores da época, registre-se.

Em 1519, Carlos foi eleito chefe do Sacro Império Romano. A manobra urdida por seu avô custou uma fortuna e lhe deu o controle de um instável amálgama de mais de duzentos principados, espalhados em torno da extensão de terra que mais tarde viria a ser a Alemanha. O esforço despendeu o equivalente a duas toneladas de ouro. Dinheiro empregado no convencimento de um punhado de imperadores que escolhiam pelo voto o chefe daquele império enorme e pouco coeso.

Boa parte dessa dinheirama havia sido fornecida pelo banqueiro alemão Jakob Fugger ii. Nascido em 1459, Fugger ampliara a fortuna da família comerciando especiarias e produzindo cobre. Entre 1511 e 1527, seus negócios renderam, em média, 54% ao ano. Embora a Igreja condenasse a usura, o banqueiro emprestou dinheiro até ao papa. Com esse parceiro sólido, Carlos I tornou-se Carlos V, derrotando o rei da França, seu arqui-inimigo e também candidato ao cargo, e conquistou um título quilométrico, mas, ainda assim, menor que o território sob seu comando:

Dom Carlos, pela divina clemência, Imperador Sempre Augusto, Rei da Alemanha, de Castela, de Leão, de Aragão, das duas Sicílias, de Jerusalém, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valência, da Galícia, das Maiorcas, de Sevilha, da Sardenha, Córdoba, Córsega, de Múrcia, de Jaén, do Algarve, da Argélia, de Gibraltar e das ilhas Canárias, das Índias, ilhas e terra firme do Mar Oceano, conde de Barcelona, Senhor de Viscaia e de Molina, Duque de Atenas e de Neopátria,⁴ Conde de Ruisellón e da Cerdania, Marquês de Oristán e de Gociano, Arquiduque da Áustria, Duque da Borgonha e de Bravante, Conde de Flandres e do Tirol etc., Administrador perpétuo da ordem de cavalaria de Calatraua por autoridade apostólica.

Na Espanha, parte da sociedade não se entusiasmou muito com o novo título do imperador e elevou o tom das críticas ao que considerava

favorecimento do grupo de assessores flamengos de Carlos. Em pouco tempo, a maioria das cidades aderiu ao movimento, que tomou as ruas. Em Jerez de la Frontera, os rebeldes eram comandados pelo irmão do duque dos Arcos. À frente de mais de setecentos homens, Juan de Figueroa ocupou o Alcázar de Sevilha, um dos maiores ícones do poder real.

Embora sua família tivesse laços antigos e fortes com a do duque dos Arcos, Cabeza de Vaca ficou do lado do *status quo*, também defendido pela casa de Medina Sidonia. Sob essa bandeira, Álvaro Núñez enfrentou os insurgentes e ajudou a retomar o Alcázar. O empenho em combate lhe assegurou o honroso posto de responsável por uma das portas da cidade. Controlada a situação em Jerez, ele seguiu para Tordesilhas, onde participou do ataque ao quartel-general dos revoltosos, que foram mais uma vez derrotados. Em março de 1521, a rebelião ressurgiu em Sevilha, e Álvaro Núñez voltou aos combates. Em abril, lutou na batalha de Villalar, ponto-final da guerra civil que havia custado a vida de 14 mil pessoas.

Entre os alvos dos *comuneros* estavam os conversos — judeus que aderiam ao catolicismo para evitar a perseguição, o que pode explicar a escolha de Cabeza de Vaca, que pouco antes se casara com Maria Marmolejo, filha de um converso.

Sobre essa mulher não se sabe muito. Há indícios de que a aproximação entre ela e Álvaro Núñez foi obra de um primo da moça, Pedro de Fuentes, com quem o camareiro convivera no castelo de Medina Sidonia.

Num processo de herança feito em 1520, Maria apresenta-se como filha de García Marmolejo e Isabel de Herrera e esposa de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. O processo demorou cinco anos, mas garantiu-lhe uma situação financeira confortável.

Um documento firmado por Cabeza de Vaca em 5 de junho de 1527, antes de partir para a América do Norte, outorga a ela e a um criado poderes para representá-lo.

Saibam quantos esta carta virem que eu, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, morador que sou da cidade de Sevilha, na paróquia de Santo André, dou e outorgo meu poder a dona Maria Marmolejo, minha mulher, e a Juan Ximenez, meu criado, a ambos ou a cada um deles, para que por mim possam pedir e demandar.

A partir daí, o rastro de Maria Marmolejo desaparece — o casal não teve descendentes, ao que tudo indica. Em outro processo, anos depois, Cabeza de Vaca afirmaria que a mulher que financiara suas viagens e defendera sua honra vivia desamparada. Mas nem cita o nome da pobre Maria.

Tesoureiro real No início do século XVI, um fidalgo empobrecido tinha poucas alternativas para ganhar a vida fora dos campos de batalha. Para sorte de Álvaro Núñez (e de outros integrantes dos escalões inferiores da nobreza espanhola), a reconquista dos territórios invadidos pelos muçulmanos e o fim das campanhas do rei Fernando II no Norte da África e da expansão pela Itália não significaram o término das guerras. Carlos I da Espanha (ou Carlos V do Sacro Império Romano) adotou como dístico de seu brasão o lema *Plus ultra* (Mais além). Pouco antes da metade do século XVI, seu império ibérico tinha 7 milhões de súditos, mas ele dominava um território quatro vezes maior e muito mais populoso. Seu sonho era “reunir a cristandade sob um único pastor”, ainda que para tanto precisasse combater — ao mesmo tempo — franceses, infiéis e protestantes.

Mas para isso (e para pagar a fortuna empregada na conquista de sua segunda coroa) ele necessitava de recursos. Implacável na cobrança, Fugger fez jus a seu apelido — o Rico — e arrebanhou as minas de mercúrio de Almadén, os pastos estremenhos e andaluzes, bem como grande parte do ouro e da prata do Novo Mundo. Para receber o que emprestara no prazo combinado de três anos, agiu como um gerente de banco diante de um mau pagador, pouco importando que este, no caso, fosse o todo-poderoso Carlos V. É o que demonstra esta correspondência que enviou a ele:

Adiantamos aos emissários de Vossa Majestade uma grande quantia, parte da qual nós mesmos tivemos que levantar, através de amigos. É notoriamente público e claro como o dia que Vossa Majestade Imperial não teria obtido a coroa do Império Romano sem a minha ajuda, e posso prová-lo com os documentos que me foram entregues pelas próprias mãos dos enviados de Vossa Majestade. [...] Sua Graça que tenha esta dívida em mente, e que providencie o pagamento da soma especificada, na data indicada [...].

A pressão dos banqueiros e a eterna cruzada de Carlos V aceleraram o processo de privatização da conquista do Novo Mundo que o acordo entre os reis católicos e Cristóvão Colombo já prenunciava. Largas fatias dos territórios de além-mar foram entregues — ou melhor, vendidas — a conquistadores movidos pela ambição, acima de tudo.

Era uma possibilidade de ascensão social para Cabeza de Vaca, que nos anos passados em Sanlúcar, a serviço do duque, pode ter conhecido Colombo e Hernán Cortés, entre outros conquistadores. Por isso, depois de participar da batalha de Puente de la Reina, contra os franceses, em 1522 — e após um período de descanso em Jerez de la Frontera —, Álvaro Núñez, já perto dos quarenta anos, elegeu um novo objetivo: a Flórida.⁵

Seu chefe seria Pánfilo de Narváez. Nascido 57 anos antes em Valladolid, trocara a Espanha pelo Novo Mundo havia três décadas, em busca de fortuna. Depois de participar da conquista da Jamaica, tinha ido parar em Cuba, onde se tornara o braço direito do governador. Nessa condição e comandando uma grande armada, deixou a ilha com uma missão muito clara: derrotar Hernán Cortés, que, em vez de instalar uma colônia — sua incumbência primeira —, resolvera dominar a área à força (a história é conhecida: com apenas novecentos homens, Cortés acabou subjuguando todo o Império Asteca).

Mas Narváez fracassou em grande estilo: acossado pelos índios e pelos seguidores de Cortés, foi abandonado por seus companheiros. Numa noite chuvosa, perdeu um olho e a liberdade. Passou mais de três anos preso. Na volta à Espanha, foi enfim recompensado, obtendo o direito de explorar a

extensa região que ia da Flórida ao rio das Palmas (atual Soto de la Marina, no México).

Um primo distante de Álvaro Núñez fazia parte do Conselho das Índias, a instância máxima de poder sobre assuntos das Índias Ocidentais, Ilhas do Mar Oceano e Terra Firme.⁶ E isso ajudou, de algum modo, Cabeza de Vaca a conseguir o cargo de tesoureiro real da expedição, transformando-se assim nos olhos e ouvidos de Carlos V durante a viagem. Era responsável por pagar os oficiais, registrar todas as transações financeiras, e cobrar o quinto e demais impostos reais sobre “escravos, bronze, pérolas, pedras preciosas e quaisquer outras coisas que nos pertençam”, como dizia a capitulação.

Assim, Cabeza de Vaca precisou depositar 2 mil ducados nos cofres reais (ducados eram moedas de ouro de 233 quilates e valiam 375 maravedis). Como na Espanha daquele tempo um professor de medicina ganhava 53 mil maravedis por mês, um operário, 6 mil, e uma galinha custava vinte maravedis, pode-se concluir que o depósito correspondia a catorze meses de remuneração mensal de um médico, mais de dez anos de salário de um trabalhador braçal ou 83 mil dúzias de ovos.⁷

A dinheirama equivalia a cinco vezes e meia a prometida remuneração de Cabeza de Vaca. Quando e se Narváez fundasse um povoado, Álvaro Núñez se tornaria um de seus doze regedores — espécie de conselheiros com direito a eleger anualmente dois juízes municipais (os alcaides ordinários). Tudo muito duvidoso e pouco rentável. Ou seja, só seria negócio se descobrissem ouro, prata ou outras riquezas.

Rumo à Flórida Em meados do século XVI, a embarcação mais veloz levava um mês e meio para chegar às Índias Ocidentais, incluindo pelo menos uma parada nas ilhas Canárias. Frei Tomás de la Torre, que foi para o México em 1544, descreveu deste modo o cotidiano a bordo:

O navio é um cárcere muito estreito e muito seguro, de onde ninguém pode fugir, ainda que não tenha algemas nem correntes. E tão cruel que não estabelece diferença

ou distinção entre os presos: igualmente os trata; e a todos aperta [...] a cama é o solo, geralmente, alguns levam colchonetes [...]. Há tanto vômito e indisposição que muitos vão como fora de si e muito desgostosos, uns mais tempo do que outros e alguns o tempo todo; há pouca vontade de comer e rejeitam-se as coisas doces; a sede que se padece é incrível, aumentada por ser a comida biscoitos e coisas salgadas, a bebida é medida, meio azumbre de água por dia; vinho bebe quem o leva; há infinitos piolhos que comem os homens vivos e a roupa não se pode lavar, porque a água do mar a destrói; há um mau odor, especialmente debaixo da coberta, intolerável [...].

Não estava exagerando. Muitos navios tinham apenas duas plataformas utilizáveis: a coberta principal e, sob ela, o porão. No castelo de proa guardavam-se velas, cordas e ferramentas. Na popa situava-se a sala do timão e dos instrumentos de navegação; e, no outro piso, uma espécie de camarote reservado ao capitão. Tripulantes e passageiros apinhavam-se na sala do timão ou entre velas e cordames. Na área aberta, ao sabor das ondas e da chuva, ficavam velas e cordas em uso, o fogão, e as escotilhas que davam acesso ao porão.

No porão — empilhados sobre os pedregulhos do lastro —, alimentos, bebidas e mercadorias logo se misturavam à água, que se infiltrava pelas frestas do casco. Nesse buraco escuro, malcheiroso e desconfortável, os homens se juntavam nos dias de mau tempo. Eugenio de Salazar, que foi governador das ilhas de Tenerife e Las Palmas, dá uma ideia do que era ser passageiro marítimo no século XVI:

Homens e mulheres, moços e velhos, sujos e limpos, vão todos grudados uns aos outros feito uma maçaroca barulhenta;⁸ e assim, juntos, um vomita, outro arrota, este solta ventos, aquele descarrega as tripas. Depois de comer, não se pode acusar ninguém de falta de educação porque as regras desse lugar permitem tudo.

Mesmo pagando o equivalente ao valor atual de um voo transoceânico em classe turística, os viajantes deviam trazer sua própria comida e o que mais fosse necessário, como colchão, mantas, velas e painéis. O único “serviço de bordo” era água potável, que ia perdendo tal condição no

decorrer da viagem. Banho, só de chuva. Algumas embarcações tinham, no piso — cobertas por um toldo —, aberturas que serviam de latrinas. Outras, nem isso. Nesse caso, era preciso pendurar-se acima do mar, agarrando-se aos cabos e cordas, e aliviar-se tão confortavelmente quanto no trapézio de um circo. Ainda que tivessem direito a um lugar especial onde erguer saias e saíotes, as mulheres também ficavam expostas aos respingos, à brisa marítima e à curiosidade alheia.

Álvar Núñez Cabeza de Vaca não deixou uma linha sobre a viagem propriamente dita. E, embora a expedição de Narváez tenha sido tudo menos entediante, o relato feito posteriormente por seu tesoureiro, e que seria depois publicado sob o título *Comentários*, começa de maneira burocrática:

Aos dezessete dias do mês de junho de 1527, partiu do porto de Sanlúcar de Barrameda o governador Pánfilo de Narváez, com poder e mandato de Vossa Majestade para conquistar e governar as províncias que estão situadas em terra firme e que se estendem desde o rio das Palmas até o cabo da Flórida. A armada que conduzia era composta por cinco navios que levavam seiscentos homens. Os oficiais que levava eram: Cabeza de Vaca, como tesoureiro e alguazil-mor; Alonso Enríquez, contador; Alonso de Solís, como feitor e inspetor; e um frade da Ordem de São Francisco, chamado frei Juan Suárez, que seguia como comissário, levando outros quatro frades da mesma ordem.

O parágrafo tem pelo menos uma impropriedade: Cabeza de Vaca nunca foi alguazil (espécie de juiz ou comissário), mas apenas o tesoureiro da expedição. A diferença entre as funções não era desprezível, pois a remuneração do alguazil, assim como a do governador, era vitalícia. A confusão só se explica pela intenção (desnecessária como se verá) do tesoureiro de valorizar seu papel na empreitada.

Antes de embarcar, Cabeza de Vaca passou um bom tempo em Sanlúcar de Barrameda, fiscalizando os preparativos para a viagem. O porto, localizado na desembocadura do Guadalquivir, nas terras do duque de

Medina Sidonia, tornara-se o principal ponto de partida e de chegada das expedições espanholas, já que as grandes embarcações tinham cada vez mais dificuldade em subir e descer o rio sinuoso e repleto de baixios até Sevilha.

Foi provavelmente em Sanlúcar, enquanto esperavam ficar prontos os navios, que alguns tripulantes ouviram uma previsão pouco otimista acerca da expedição. Uma moura da cidade de Hornachos⁹ alertou-os para que não adentrassem as terras do outro lado do oceano, pois ninguém sairia de lá com vida. Caso sobrevivessem, profetizou, seria um milagre de Deus, e poucos escapariam. Profecia nenhuma — muito menos a enunciada por uma moura — abortaria um projeto daquele porte. Assim, em junho de 1527, Pánfilo de Narváez, Cabeza de Vaca e toda a expedição (incluindo dez mulheres casadas) seguiram rumo ao Novo Mundo.

Depois de descrever a partida, Cabeza de Vaca salta direto para a chegada a Santo Domingo, na ilha conhecida como La Hispaniola — atualmente ocupada pela República Dominicana e pelo Haiti —, sem ao menos registrar a data em que aportaram. Ali passariam um mês e meio, tempo suficiente para que Narváez comprasse alguns cavalos e perdesse 140 homens, seduzidos pelos colonos, que buscavam enfrentar o intenso processo de despovoamento das possessões espanholas no Caribe.

Na parada seguinte, em Santiago de Cuba, próximo de onde hoje está instalada a base norte-americana de Guantánamo, conseguiram recompor parcialmente suas forças, com cavalos, armas e homens. Dali, dois navios — um deles comandado por nosso personagem — foram enviados ao porto de Trinidad, mais a oeste, para buscar provisões. Lá, o instável clima caribenho os surpreendeu pela primeira vez. Por sorte, Cabeza de Vaca desembarcou com trinta expedicionários, e o resto da tripulação ficou nos navios. À noite, em terra, ninguém enxergava um palmo adiante do nariz. Caminharam em grupo, abraçados, morrendo de medo, sem descanso e sem abrigo, em meio à tempestade que arrastou várias casas e a igreja. De manhã, nem sinal das embarcações. Andaram pela costa à procura de destroços e viram um bote no topo de uma árvore. Dezesseis quilômetros à frente, encontraram dois

corpos, irreconhecíveis. O temporal havia liquidado sessenta homens e vinte cavalos, e os trinta sobreviventes não tinham nem o que comer, pois até a comida do vilarejo fora arruinada.

O socorro chegou com Narváez, que se safara do furacão num porto seguro. Por via das dúvidas, resolveram passar o inverno ali mesmo. Quando veio a primavera, arranjaram um bergantim para substituir o navio destruído, e a viagem prosseguiu aos trancos e barrancos, literalmente: por duas semanas ficaram encalhados num baixio, de onde nova tormenta, menos radical, os salvou. Logo depois, outra tempestade quase os tirou do rumo. Navegando contra o vento, a duras penas, avistaram Havana. Na entrada do porto, mais uma ventania os impediu de alcançar terra firme, empurrando as embarcações para o interior do golfo do México.

Em 12 de abril de 1528, dez meses após a partida da Espanha, enfim aportaram no território que deveriam explorar. Tinham perdido dois navios e duzentos homens. Do comandante ao grumete, estavam todos convencidos de que o rio Pánuco, seu objetivo, ficava por ali, ignorando o fato de que o vendaval os levara para um lugar completamente diferente do previsto.

Na opinião dos pilotos, tinham aportado no lado ocidental do golfo do México, na região do atual estado mexicano de Tamaulipas, não muito distante da fronteira com os Estados Unidos. Algumas milhas para o norte — estimavam — encontrariam o rio das Palmas, início do território de Narváez. Mais ao sul, o porto de Santisteban, a base espanhola no rio Pánuco.

Costeando o litoral, chegaram a uma baía de onde viram, ao longe, cabanas de índios. Um dos tripulantes desceu numa ilha próxima à costa e chamou os nativos, que lhe trouxeram peixes e pedaços de carne de veado. Um dia depois, Narváez e alguns homens desembarcaram, mas os *buhios* (cabanas de junco) haviam sido abandonados. Eram *buhios* pequenos, conta Cabeza de Vaca, com exceção de um, grande o suficiente para abrigar trezentas pessoas. Vasculhando o local, acharam, entre as redes de pesca, um

objeto capaz de excitar a imaginação de todos: uma espécie de chocalho de ouro.

No dia seguinte, Pánfilo de Narváez mandou o restante do grupo desembarcar e tomou posse do território que, ao menos em tese, agora pertencia a Carlos V. Os cavalos sobreviventes também foram trazidos para terra firme, mas estavam tão magros e abatidos que mal conseguiam andar.

No terceiro dia em terra, alguns índios se aproximaram. Com gestos ameaçadores, pareciam dizer aos forasteiros que fossem embora dali — um aviso que os espanhóis deveriam ter levado mais a sério. Mas eles resolveram fazer uma incursão pelas redondezas.

Depois de andar o dia todo rumo ao norte, passaram a noite numa baía “muito grande e que parecia entrar muito pela terra”. Na volta, Narváez mandou Miruelo — o principal piloto da expedição e, supostamente, bom conhecedor da área — costear o litoral rumo ao sul, em busca do porto de Santisteban, no rio Pánuco. Se não o encontrasse, deveria ir até Havana e trazer um navio que lá ficara. Enquanto isso, o resto da tripulação continuaria a explorar o território.

Havia apenas um problema. Eles estavam redondamente enganados quanto ao local onde tinham aportado — e o erro lhes custaria caro. Num mapa atual é fácil constatar o tamanho do equívoco de Narváez e a limitada noção geográfica dos navegadores de sua época. Ao serem empurrados para o golfo do México, os espanhóis ficaram desorientados — situação que não é difícil compreender se levarmos em conta que, apesar de eles já utilizarem instrumentos como bússolas, astrolábios e quadrantes, suas decisões baseavam-se, sobretudo, no conhecimento visual e prático de capitães e pilotos — e aquela terra não era assim tão conhecida. Foi por esse motivo que, acreditando estar a algumas milhas ao norte do porto de Santisteban, Miruelo seguiu para o sul, em busca de ajuda.

Mas a verdade era que estava na outra ponta do golfo, na costa oriental da península da Flórida — o que, como uma imagem refletida no espelho, decerto colaborou para prejudicar o senso de orientação dos pilotos. A

grande baía descrita por Cabeza de Vaca devia ser a atual baía de Tampa (ou a baía Charlotte, como querem alguns). Ao seguir para o sul, Miruelo desceu, portanto, para a ponta da península da Flórida — afastando-se ainda mais do rio Pánuco.

Nesse meio-tempo, o pessoal em terra logo se deparara com quatro índios e os aprisionara. Como não dispunham de intérpretes, negociaram por meio de gestos para que os levassem às suas casas. Lá, encontraram uma modesta plantação de milho e um cenário macabro: uma fileira de caixas, iguais às utilizadas pelos mercadores espanhóis, contendo cada uma o corpo de um cristão. Os cadáveres estavam cobertos com peles de veado pintadas. Havia também pedaços de tecidos provenientes do México e amostras de ouro. É provável que corpos, caixas, tecidos e ouro pertencessem a um navio que naufragara na costa da Flórida. Mas não foi dessa forma que Narváez assimilou o que viu, sobretudo no que se refere às amostras de ouro. Sua primeira providência, a pedido do frade que acompanhava o grupo, foi mandar queimar as caixas e enterrar os corpos. A segunda, perguntar aos nativos, usando a imprecisa linguagem dos sinais, de onde viera aquele ouro.

Os índios deram a entender (ou Narváez assim inferiu) que mais acima, num local chamado Apalache, encontrariam muito ouro. O governador ficou animadíssimo. Como prisioneiro de Cortés, ele conhecera o esplendor de Tenochtitlán, a capital dos astecas, e deve ter imaginado que não estava longe de algo semelhante. A informação era frágil, mas, com o aval da maioria dos oficiais, Narváez decidiu que o pessoal em terra seguiria até Apalache, enquanto os navios continuariam a busca por Pánuco.

Cabeza de Vaca não concordou com a decisão do chefe e expressou sua divergência. Os problemas de adentrarem a terra eram muitos, segundo ele: não sabiam ao certo onde estavam, não tinham conhecimento algum sobre o território e sobre os índios que o habitavam, seus cavalos se achavam em péssimas condições, suas provisões não seriam suficientes, e, para piorar as coisas, eles viajavam “mudos”, isto é, sem intérpretes, de modo que não poderiam sequer extrair informações dos nativos. Álvaro Núñez tinha outro

objetivo em mente: voltar aos navios e procurar outro porto “e uma terra boa para povoar, pois onde estávamos era o lugar mais pobre e despovoado que havia sido descoberto naquelas terras”.

Narváez fincou pé: depois da incursão a Apalache, iriam por terra até Pánuco, enquanto os navios seguiriam por mar. No final da viagem, todos se encontrariam no porto de Santisteban. O contrariado tesoureiro pediu para registrar por escrito sua discordância (ou, pelo menos, foi o que ele relatou mais tarde). Mas o governador negou-lhe o pedido e mandou o escrivão registrar apenas o motivo para saírem dali — falta de comida e de um bom local para instalar um povoado. Era o início de uma série de desentendimentos entre os dois, que Cabeza de Vaca ressaltaria mais tarde, em suas memórias, sempre que possível responsabilizando Narváez por todos os erros, ao mesmo tempo que retrata a si próprio como um sujeito ponderado e corajoso.

O fato é que nenhum dos dois aventou aquela que teria sido a melhor solução para o problema: ficarem exatamente onde estavam. Se não tivessem saído dali, é quase certo que teriam sido encontrados por Miruelo ou por um dos navios que foram à procura de Pánuco, pois eles não demoraram a se dar conta do erro de direção e retornaram.

A persistência de Narváez tinha lá sua lógica: dividindo seus homens, ele poderia cumprir as obrigações assumidas com a colonização e, ao mesmo tempo, explorar a terra em busca das riquezas prometidas pelas peças de ouro. Irritado com a teimosia do subalterno, o governador determinou que Cabeza de Vaca ficasse na costa, tomando conta dos navios. Oferta recusada duas vezes, para não manchar sua honra, afirmaria o tesoureiro posteriormente. Por fim, Narváez designou outros expedicionários para cuidar dos barcos.

Álvar Núñez não foi o único a contestar a decisão de Narváez. Uma das dez mulheres a bordo pediu ao governador que não adentrasse a terra, pois tinha certeza de que ninguém sairia dali com vida. Repetia, com isso, o vaticínio que ouvira da moura de Hornachos. O governador respondeu que

os que fossem com ele conquistariam muitas terras e gente estranhas. Não era improvável que alguns morressem, mas quem sobrevivesse ficaria muito rico. A mulher não se convenceu: disse às outras que já podiam se considerar viúvas e procurar novos maridos, que era o que ela própria iria fazer imediatamente. “E de fato”, registrou Cabeza de Vaca, “aconteceu que ela e as demais acabaram se amancebando com os homens que ficaram nos navios.”

1-De origem vulcânica, a ilha tem cerca de quinhentos quilômetros de costa. Quando os espanhóis a conquistaram, era habitada por um dos povos guanches, que a chamavam de Tamaran.

2-Pai de seu futuro parceiro de aventuras no Rio da Prata e marido de sua tia materna Beatriz.

3-O casamento entre Isabel I de Castela e Fernando de Aragão sedimentou uma aliança entre os dois reinos. Carlos, o neto deles, foi o primeiro imperador espanhol. Acabou mais conhecido como Carlos V (do Sacro Império Romano) do que como Carlos I de Espanha.

4-Território histórico situado na Grécia, na região de Tessália, em torno da cidade de *Neai Patrai* (atual Ypati).

5-Foi Ponce de León, ex-governador de Porto Rico, quem batizou o local em 2 de abril de 1513, dia da *Pascua Florida*. Esse foi seu único legado para a Coroa: oito anos mais tarde, depois de ser ferido por uma flecha envenenada, ele morreu, sem se apoderar do território que havia descoberto, nem encontrar a fonte da juventude que os índios diziam existir por ali.

6-Instalado em 1524, o Real y Supremo Consejo de Indias exercia plena jurisdição sobre todo o território espanhol fora da Europa e sobre seus residentes. Tinha capacidade jurídica para ordenar e executar todas as determinações, normas e regulamentos. Era real por assessorar o imperador e atuar com ele, universal porque tratava de todo tipo de matéria, e supremo pois, acima dele, só Carlos V. Contava com um presidente, um chanceler, três relatores, um escrivão, quatro contadores, um tesoureiro-geral, dois solicitadores fiscais, um cronista, um cosmógrafo, um mestre de matemáticas, um cobrador, um advogado, um alguazil, um procurador de pobres, um capelão e quatro porteiros.

7-Cálculos feitos pelo historiador Morris Bishop em 1933, devidamente atualizados, permitem supor que o valor pago por Cabeza de Vaca girasse em torno de meio milhão de dólares.

8-No original, "*hechos una mololoa y mazamorra, peganos unos con otros*". *Mololoa* significa "conversação ruidosa", e *mazamorra* era a mistura de sobras de biscoito, geralmente fermentadas e cheias de vermes, que os biscoiteiros reaproveitavam, apesar de isso ser proibido por lei.

9-Na província de Badajoz, comunidade autônoma da Extremadura, território historicamente identificado com a comunidade mourisca.

LIVRO DOIS:
EM QUE A EXPEDIÇÃO QUE PRETENDIA ENCONTRAR
OURO E PRATA NO INTERIOR
DA FLÓRIDA NAUFRAGA TRÊS VEZES E FICA
REDUZIDA A QUATRO SOBREVIVENTES

A tropa de Narváez partiu para Apalache em 10 de maio de 1528. Cada homem levava 250 gramas de toucinho e um quilo de “biscoito de navio”, uma bolacha dura e seca, feita de água, farinha e centeio.

O pão só seria assado a bordo 350 anos mais tarde. A base da alimentação em viagens mais longas era justamente o biscoito. Pouco fermentados e cozidos várias vezes, a fim de eliminar toda a umidade e permitir a preservação, esses biscoitos mais pareciam pedaços de madeira. Para ter a bordo gente capaz de degluti-los, muitos comandantes simplesmente descartavam homens cujas dentaduras não estivessem em boas condições.

Na tentativa de evitar fraudes na produção, os armadores estabeleciam especificações detalhadas como estas: “biscoito ordinário que seja de farinha de trigo do ano passado de 1590, que não tenha mau odor, bem abiscoitado e temperado”. O outro esteio da dieta era o vinho, igualmente cercado de recomendações: “que seja muito bom vinho, puro, nem leve, nem doce, nem tinto, mas muito bom, ao gosto do motivo ou da pessoa que o receber”; ou “que o dito vinho seja de Manzanilla¹ e não de nenhum lugar ribeirinho e não há de ser leve nem amadeirado, mas vinho fino e de bom gosto, aroma, cor e sabor e com o *arrope*² de acordo com a opinião da pessoa que o receber e da colheita do ano passado de 1600”.

O primeiro encontro com os nativos só aconteceu quinze dias de caminhada depois, logo que atravessaram um rio de forte correnteza (provavelmente o atual Withlacoochee), numa demonstração de que os índios não só estavam de olho nos forasteiros, como escolheram um momento de maior vulnerabilidade para abordá-los. De fato, cruzar rios e lagoas não era tarefa simples para um grupo de homens que em sua maioria não sabia nadar e, ainda por cima, tinha que cuidar da travessia dos cavalos.

Demoraram um dia inteiro para vadear o tal rio e, assim que chegaram à outra margem, deram de cara com duas centenas de índios. Sem ter como dialogar com eles, Narváez mandou aprisionar alguns, forçando-os a levá-los ao seu assentamento. Lá, uma plantação de milho no ponto de colheita

pareceu uma bênção aos espanhóis esfomeados. Ficaram recuperando as forças por três dias, ao cabo dos quais os oficiais tentaram, sem sucesso, convencer o governador a continuar a busca pelo porto de Santisteban. Cabeza de Vaca tanto insistiu que Narváez o autorizou a explorar a região, juntamente com Alonso de Castillo e quarenta homens.

O destacamento acabou encontrando um rio que pensaram ser o das Palmas ou o Pánuco. Uma expedição maior retornou ao local no dia seguinte, atravessou para a outra margem e passou dois dias inspecionando os arredores. Mais uma vez em vão: “Tudo era baía rasa, de água até o joelho”, informou na volta o chefe da equipe, pondo fim às esperanças de haver um porto por ali.

Decidiram, então, seguir para o lugar que Cabeza de Vaca chama de “província de Apalache”, onde Narváez sonhava localizar outra Tenochtitlán.

Após alguns dias de caminhada sem encontrar viva-voz, foram abordados por outro bando de índios. O chefe chamava-se Dulchanchelin, informa-nos Cabeza de Vaca (e esse será o único índio nomeado ao longo dos *Naufrágios*). Enrolado num pedaço de couro de veado pintado, encarapitava-se nos ombros de um companheiro. Os demais tocavam flautas de bambu. Narváez comunicou-lhes sua meta e pediu que o guiassem até o povoado de Apalache. O acordo foi selado com uma troca: miçangas e guizos pelo manto de couro de Dulchanchelin.

Liderados pelos índios, os europeus atravessaram um rio “muito fundo e largo” (o Suwannee ou o Apalachicola), onde se afogaram um cavaleiro e um cavalo — este último rapidamente virou jantar. A amizade não durou muito: no meio da noite, um dos espanhóis foi ferido por uma flecha ao tentar beber água. Na manhã seguinte, outro choque: Dulchanchelin e seu bando tinham sumido. A expedição já estava de partida quando eles ressurgiram pintados para a guerra e passaram a segui-los à distância. Nem sinais nem miçangas os convenceram a se aproximar. O jeito foi recorrer ao expediente usual das conquistas, a força. Prenderam três ou quatro e os

obrigaram a guiá-los por uma terra “muito difícil de andar e maravilhosa de ver, porque há nela muitas florestas e árvores muito altas”.

Em 25 de junho de 1528, após quase dois meses de caminhada, Narváez e seus homens chegaram por fim a um modesto amontoado de quarenta choças de palha: o povoado de Apalache. Estavam exaustos, famintos, os ombros feridos de carregar armas e mantimentos, mas certos de que o esforço seria bem recompensado.

A princípio, só viram mulheres e crianças. Mas os homens — e com eles o zunido de flechas — não tardaram a aparecer, demonstrando que as notícias sobre os forasteiros chegavam antes deles. Apesar de extenuados, os espanhóis se saíram melhor: perderam um cavalo, mas afugentaram os índios. De ouro, nem sinal. Encontraram, porém, algo muito mais valioso para seus estômagos vazios: milho. Algum tempo depois, os nativos voltaram, pedindo liberdade para mulheres e crianças. Narváez concordou, mas, por via das dúvidas, manteve o cacique como refém. Sua decisão deve ter acirrado os ânimos dos moradores, que, no dia seguinte, atearam fogo às próprias cabanas e fugiram.

A expedição permaneceu ali quase um mês, período que Cabeza de Vaca aproveitou para explorar a terra, cheia de lagoas e pântanos, e conhecer novas espécies animais, como o sariguê.

A terra era “maravilhosa de se ver”, e a fauna, surpreendente, mas lá não havia o ouro que Narváez procurava. Para piorar, os índios, expulsos de suas casas, mostravam-se hostis e petulantes. “Não podíamos sequer levar os cavalos para beber água que aproveitavam para nos atacar”, queixa-se Cabeza de Vaca. A gota d’água foi a morte, a flechadas, de um fidalgo espanhol que acompanhava os expedicionários. O jeito era sair dali e ir em busca de comida.

Sempre dialogando com os índios por gestos, Narváez e seus homens descobriram que mais ao sul, na direção do mar, existia um povoado cujo nome era Aute, onde poderiam conseguir peixe, além de milho, feijão e

abóbora — as chamadas “três irmãs” da agricultura praticada pelos nativos norte-americanos.

Retomaram a caminhada. No segundo dia, foram atacados quando cruzavam uma lagoa, e só a muito custo alcançaram a outra margem. Homens e cavalos ficaram feridos.

Depois de nove dias de marcha batida atingiram seu objetivo. Próximo à costa, na baía que hoje se chama Apalache, Aute era um amontoado de choças queimadas e desertas. Para sorte deles, os fugitivos tinham deixado para trás uma boa quantidade de milho, feijão e abóbora recém-colhidos.

Se os homens de Narváez realmente tiveram contato com os apalaches, não se sabe. Mas tudo indica que não chegaram ao principal assentamento da tribo. Onze anos mais tarde, o conquistador Hernando de Soto exploraria o mesmo local e conheceria o verdadeiro povoado de Apalache, descrito posteriormente pelo Inca Garcilaso de la Vega como um assentamento muito maior, com cerca de 250 casas.

A “província de Apalache” descrita por Cabeza de Vaca situava-se, pelo visto, na região do atual Tallahassee. Embora alguns estudiosos acreditem tratar-se da célebre tribo pertencente à etnia muscogi, vale notar que em hora nenhuma o autor dos *Naufrágios* se refere a seus moradores como “os apalaches”. Geralmente altos, com crânios pequenos e arredondados, os muscogis estavam presentes em várias tribos. Muitas delas, como os apalaches, desapareceram. Não existem hoje mais que 100 mil descendentes de muscogis. Mais avançados que outros povos do lugar, aqueles índios viviam em aldeias ou ranchos e, além de caçar e pescar, cultivavam milho, vagens, abóboras e girassóis. Os homens cobriam-se com peles de veado, pintavam o corpo e fumavam tabaco. As mulheres protegiam-se da cintura para baixo com musgo e demais plantas fibrosas.

Dois dias após a chegada a Aute, Cabeza de Vaca comandou cinquenta homens numa expedição em busca do mar. O grupo incluía uma trinca que teria papel de destaque no curso da aventura: Alonso del Castillo (com

quem ele já havia feito pelo menos uma expedição por terra), Andrés Dorantes e o escravo deste, Estebanico.

Filho de um médico que integrava a pequena nobreza de Salamanca, Castillo trocara um futuro seguro e medíocre pelo posto de capitão. Sabe-se que fez grandes investimentos em armas, roupas e cavalos para a viagem. Andrés Dorantes, natural de Gibraleón, na província de Huelva, também fora seduzido pelo sonho de enriquecer na Flórida, e, assim como Cabeza de Vaca, contava com a promessa de se tornar regedor tão logo Narváez fundasse a primeira municipalidade em suas terras. Dorantes trazia um escravo negro, que não se sabe se já pertencia à sua família ou se fora adquirido especialmente para a viagem. Nascido em Azamor, enclave português na costa do Marrocos, Estebanico (diminutivo de Estebán) havia sido escravizado muito jovem, e por certo era cristão e não muçulmano, apesar da origem árabe. Tinha uma capacidade incomum de aprender línguas, a qual se revelaria extremamente valiosa naquelas condições.

Após um dia de caminhada, o grupo encontrou uma enseada e, nela, uma saborosa recompensa: ostras. Como o mar aberto ainda parecia distante, retornaram a Aute — apenas para descobrir que seus companheiros tinham sofrido novo ataque na ausência deles. Muitos estavam feridos e doentes, inclusive o governador, e mais um cavalo fora morto. A única solução era sair dali o mais depressa possível.

No dia seguinte, partiram rumo à enseada recém-descoberta — provavelmente a atual baía de San Marcos. Jornada penosa e lenta, porque havia feridos que precisavam ser carregados. Se seguir adiante parecia ruim, descansar em terra tão inóspita seria pior. A situação dramática teria levado alguns homens a fugir a cavalo para tentar se virar por conta própria, num episódio talvez inventado ou exagerado por Cabeza de Vaca, mais tarde, para enfatizar a lealdade dos oficiais com Carlos V. Nosso personagem conta que eles dissuadiram os fujões com o argumento de que estavam a serviço do imperador “e, portanto, não poderiam desamparar os necessitados”.

Depois da debandada, Narváez promoveu uma enquete sobre o que fazer. Venceram os que propunham construir barcos para tentar ir embora por mar. Tarefa nada fácil, já que não tinham carpinteiros, ferramentas, ferro, estopa, cordames, nem comida para alimentar a turma durante a obra.

Forjas improvisadas transformaram tudo o que era de metal — estribos, esporas, armamentos — em serras, machados e pregos. Para garantir o sustento, os integrantes da expedição fizeram quatro incursões a Aute e pegaram todo o milho que podiam. A cada três dias mataram um dos dezessete cavalos restantes.

Mais difícil que serrar, pregar e calafetar — o que só pôde ser feito graças a Doroteo Teodoro, um grego habilidoso que arranjou um substituto para o alcatrão — foi saciar a fome dos trabalhadores, redobrada pelo esforço. Numa expedição para apanhar mariscos, pereceram dez homens, emboscados pelos índios. Apesar de tudo, em um mês e meio, cinco barcos estavam prontos para ser lançados na água, graças ao empenho coletivo e a uma inevitável dose de improviso.

[...] das cascas de palmitos, e das crinas e rabos dos cavalos fizemos cordas e barbantes; de nossas camisas fizemos as velas. Das *sabinas* [zimbros, um arbusto] que encontramos fizemos os remos, que nos pareceram necessários. A terra em que fomos parar por causa de nossos pecados era tão ruim que não encontrávamos nem pedras que servissem de âncoras e lastro para os barcos. Tiramos e curtimos o couro das pernas dos cavalos para fazer bolsas e levar água.

Mas nem a carne dos cavalos nem o milho foram suficientes para evitar a morte de cinquenta expedicionários durante a construção dos barcos.

A bordo novamente Em 22 de setembro de 1528, os espanhóis devoraram a última montaria, batizaram o local de baía dos Cavalos e partiram. Eram 250 homens, em cinco barcos. Narváez ia no primeiro, junto com o capitão Pantoja; o contador Alonso Enríquez e o comissário Juan Suárez, no segundo; os capitães Téllez e Peñalosa, no terceiro; Cabeza de Vaca e o

inspetor Diego de Solís, no quarto. No quinto, seguiam Alonso del Castillo, Andrés Dorantes e Estebanico. Todos a bordo, faltou espaço.

Depois de embarcados os mantimentos e roupas, as barcas ficaram apenas um *xeme*³ fora d'água, e íamos tão apertados que mal podíamos nos mexer. Somente a necessidade extrema que passávamos nos fez aventurar desta maneira, em um mar desconhecido e sem dominar a arte de navegar, pois entre nós não restou nenhum piloto.

Como era a aparência desses barcos feitos sem ciência alguma, não se sabe. Cabeza de Vaca registra que tinham cerca de dez metros de comprimento e que os tripulantes iam amontoados em meio às roupas, armas, objetos para troca, barricas de água e as várias toneladas de milho recolhidas em Aute.

Durante uma semana remaram por águas rasas, entrando e saindo de enseadas. A situação melhorou um pouco depois de se apoderarem de cinco canoas de indígenas, os quais pularam na água assim que notaram os espanhóis avançando em sua direção. Com a madeira dessas canoas, aumentaram as laterais dos barcos, que passaram a ficar dois palmos acima da linha da água. Logo avistaram choças numa ilha, onde encontraram uma iguaria para seus estômagos maltratados: tainhas e ovas secas.

Lutando para manter à tona as embarcações superlotadas e mal calafetadas, alcançaram por fim mar aberto e seguiram para oeste. Embora estivessem no rumo certo, ainda não tinham noção da distância que os separava de Pánuco.

A comida não durou muito, e os cantis feitos de couro de cavalo apodreceram. Sedentos e famintos, os expedicionários percorreram a costa por um mês, vasculhando baías perigosamente rasas, que penetravam quilômetros e quilômetros terra adentro. De vez em quando, viam índios pescando — uns pobres-diabos, segundo Cabeza de Vaca, tão raquíticos e miseráveis que nem se davam ao trabalho de abordá-los.

Chegaram enfim a uma ilhota e lá desembarcaram em busca de água. E ela veio, só que em forma de uma chuva torrencial que durou seis dias. Mesmo assim, a sede era tanta que foram obrigados a beber água salgada. Cinco homens exageraram na dose e acabaram morrendo.

Desesperançados, resolveram embarcar de novo, ainda em meio à tormenta. Parecia o fim. Os barcos eram tão instáveis e eles se sentiam tão perdidos “que não havia um que não acreditasse que a morte era certa”, escreve Cabeza de Vaca, deixando os pormenores mais escabrosos a cargo da imaginação dos leitores: “Eu conto o fato de maneira breve porque acredito não ser necessário descrever em detalhes as misérias e dificuldades por que passamos e, considerando o lugar onde estávamos e a pouca esperança que tínhamos de sobreviver, cada um pode imaginar o que aconteceu por lá”.

No final daquele mesmo dia, contudo, “como Nosso Senhor, em meio às maiores necessidades, mostra o seu favor”, contornaram uma ponta de terra — provavelmente na atual baía de Pensacola, quase na fronteira entre o estado da Flórida e o do Alabama — onde o mar era mais calmo. De repente, surgiram várias canoas. Seus remadores eram muito grandes e não tinham nem arcos nem flechas. Disseram alguma coisa e bateram em retirada. Os espanhóis não pensaram duas vezes: seguiram o grupo até suas cabanas, na beira da praia, e desembarcaram. O cacique lhes ofereceu água e peixe cozido. Ocorreu, então, o primeiro escambo daqueles europeus com os nativos: por mais peixe cozido, os espanhóis distribuíram milho e as usuais quinilharias.

As coisas pareciam ir tão bem que Narváez aceitou o convite para pernoitar na casa do chefe da tribo. Mais uma vez, a alegria durou pouco. No meio da noite, os índios atacaram tanto os homens sãos quanto os doentes que tinham ficado na praia. Os espanhóis tentaram prender o cacique, mas este foi mais rápido e se escafedeu. Na pressa, deixou para trás uma pele de zibelina que ele reputaria mais tarde como “uma das melhores do mundo”.

Cabeza de Vaca e cinquenta soldados sustentaram o combate na praia, enquanto Narváez e os outros corriam para os barcos. A batalha foi tão feroz que todos os espanhóis, sem exceção, saíram feridos. A principal arma dos índios eram pedras, que eles arremessavam com força surpreendente e ótima pontaria (até o governador levou uma pedrada no rosto). Se os inimigos tivessem mais flechas, em vez de pedras, o resultado teria sido trágico, avalia Álvaro Núñez. Três espanhóis morreram na batalha, e a situação só foi controlada quando um grupo deu a volta para atacar o inimigo pelas costas. Rompido o cerco, embarcaram às pressas, mas novamente com os reservatórios de água vazios.

Três dias mais tarde, os expedicionários entraram num estuário e abordaram outro bando de nativos. Por sinais, os índios concordaram em fornecer-lhes água, mas teriam que pegá-la em seus próprios recipientes. O grego Teodoro e um negro seguiram com eles levando os tonéis. Dois índios ficaram nos barcos, como reféns. À noite os nativos voltaram com as vasilhas, mas sem a água. Pior, sem os cristãos. Os reféns ainda procuraram escapar, porém foram impedidos. Na manhã seguinte, dezenas de canoas cercavam os europeus. No grupo, cinco ou seis caciques de cabelo comprido e solto, cobertos com mantas de pele de marta, o que levou os espanhóis a considerá-los “as pessoas mais bem constituídas e imponentes que havíamos visto até então, apesar de não serem maiores que os outros de quem já falamos”.

Narváez tentava negociar uma troca de prisioneiros quando surgiram mais canoas. O objetivo evidente era bloquear o ponto de fuga dos intrusos. Os espanhóis não tiveram alternativa senão remar com todas as forças que lhes restavam; e, apesar de “perplexos e tristes”, deixaram para trás o grego e o negro — de quem nunca mais tiveram notícia. Ao se distanciarem, receberam uma chuva de pedras intercaladas por flechas. Por sorte, o vento começou a soprar com mais intensidade e os índios recuaram.

No fim da tarde, avistaram uma ponta de terra e, do outro lado, um rio muito grande que entrava pelo mar. Sua correnteza era tão forte que

formava uma avenida de água doce em pleno oceano, e eles se deliciaram. Era o rio Mississippi. Desceram numa ilhota em busca de madeira para cozinhar o milho, que até então tinham comido cru. Mas, como não encontraram nem um pedaço de pau, preferiram subir o rio. Péssima ideia: o vento e a correnteza os empurraram na direção contrária, para o mar aberto.

Sem conseguir se aproximar da costa, velejaram por mais dois dias. Finalmente, de madrugada, notaram pontos de fumaça em terra. Mediram a profundidade e viram que se achavam em águas rasas. Como estava escuro e não tinham noção do que encontrariam, resolveram esperar. Mal clareou, a terrível constatação: as pedras que usavam como âncoras — excessivamente leves — não foram suficientes para segurar os barcos e eles estavam de novo longe da praia. Para complicar ainda mais a situação, os barcos tinham se separado. Não enxergando os demais, os tripulantes da embarcação de Cabeza de Vaca continuaram remando por toda a manhã.

Por volta do meio-dia, divisaram dois barcos à frente. O primeiro era o de Narváez. Cabeza de Vaca aproximou-se e propôs que alcançassem o segundo grupo, para seguirem todos juntos. O governador não concordou; os outros estavam afastados de terra firme e o objetivo dele era desembarcar logo. O tesoureiro que pusesse seus homens para remar e o acompanhasse. Sugestão inútil: Narváez, que levava menos carga e homens em melhores condições físicas, não demorou a se distanciar. Diante disso, Cabeza de Vaca propôs que amarrassem os dois barcos. O governador recusou mais uma vez. Álvaro Núñez argumentou que, nesse caso, não conseguiria acompanhá-lo e pediu novas orientações. A resposta do governador — ao menos conforme o relato de seu subordinado — foi como um soco no estômago: “Disse-me que já não era mais tempo de mandarmos uns nos outros, mas de cada um decidir o melhor a fazer para salvar sua vida. Dizendo isto, afastou-se com seu barco”.

Com essa atitude, que o historiador Gonzalo Oviedo caracteriza, em sua *História geral das Índias*, como “impiedosa”, Narváez punha um ponto-final

em qualquer hierarquia ou compromisso entre os expedicionários. A partir daquele instante, era cada um por si. Ao ver o chefe se afastar, Cabeza de Vaca resolveu alcançar o terceiro barco, comandado pelos capitães Peñalosa e Téllez. Tendo como alimento somente uma ração diária de milho cru, os ocupantes das duas embarcações remaram juntos por quatro dias — quando uma tormenta os separou. No quinto dia o sol ressurgiu, mas os homens “começaram a desmaiar e a cair uns sobre os outros”, conta nosso personagem. Só cinco ficaram de pé, “em meio a um cenário que parecia antecipar a morte de todos”. Quando escureceu, apenas ele e o mestre continuavam ativos. Após algumas horas, este pediu ao tesoureiro que pegasse o leme, pois estava exausto e tinha certeza de que não passaria daquela noite.

Cabeza de Vaca navegou na escuridão, sozinho, horas a fio. Num dado momento, foi verificar se o outro havia morrido. O sujeito se levantou e fez questão de assumir o comando de novo. Mesmo liberado, Álvar Núñez não conseguia dormir. “Certamente, naquela hora, eu teria preferido morrer a ver tantas pessoas ao meu redor naquelas condições”, recorda ele, consciente ou inconscientemente, contrastando seus sentimentos com os de Narváez.

Pouco antes do amanhecer, o barulho do mar mudou. O mestre, que ainda conduzia o barco, concluiu que estavam próximos de terra firme. Mediram a profundidade: menos de doze metros. Em mais um exemplo de determinação, igualmente impossível de confirmar ou desmentir, Cabeza de Vaca afirma ter remado sozinho até chegar a cerca de cinco quilômetros da costa.

Fomos enfrentando outras ondas mais violentas bem próximos da terra; de repente uma mais forte fez o barco saltar fora da água, como se tivesse levado um coice de cavalo; e com o baque da queda, as pessoas, que pareciam quase mortas, voltaram a si. Quando viram que estavam perto da terra, começaram a descer do barco, metade andando, metade engatinhando. Subimos uns barrancos, onde fizemos fogo e tostamos o milho que havíamos trazido. Também encontramos água de chuva. Com o calor do fogo, os homens se reavivaram e começaram a ganhar forças.

Era o dia 6 de novembro de 1528. Fazia sete meses que tinham aportado na *Tierra Florida*. Embora não soubessem, estavam ainda bem distantes de sua meta. Mas já haviam percorrido quase todo o lado ocidental da Flórida e o litoral dos atuais estados do Alabama, Mississippi e da Louisiana até alcançar o que é hoje a costa do Texas. Ali alguns do grupo viveriam por muito tempo.

Choradeira Lope de Oviedo, que se achava em melhores condições físicas, subiu no topo de uma árvore e constatou que estavam numa ilha. Cabeza de Vaca mandou-o inspecionar os arredores. Oviedo logo encontrou algumas cabanas de índios e retornou com uma panela, um pouco de peixe e um cachorro preso por uma corda. Atrás dele, aos gritos, vinham três índios, arco e flecha em punho. Quando o espanhol alcançou seus companheiros, os índios estancaram. Ficaram observando os forasteiros a uma pequena distância. Meia hora depois, eram cem os nativos nus em pelo que os encaravam. Altos, fortes e morenos, traziam enfeites de talos de bambu nos mamilos e nos lábios, e estavam armados com arcos e flechas. Os espanhóis ficaram paralisados: exaustos, não tinham nem como se defender. Por sorte, miçangas e chocalhos foram trocados por uma flecha, um sinal de amizade. Os nativos indicaram com gestos que voltariam no dia seguinte com comida, pois não tinham nada para oferecer então.

Cumpriram o combinado: quando o dia clareou, vieram com peixes e umas raízes aquáticas com gosto de nozes, segundo Cabeza de Vaca. À tarde, trouxeram suas mulheres e crianças para admirar os estrangeiros. Diferentemente dos homens, que andavam desnudos, as mulheres cobriam parte do corpo com uma espécie de musgo ou com pele de veado.

Os índios repetiram a visita várias vezes, sempre trazendo comida. Passados alguns dias, os espanhóis se sentiram recuperados e resolveram seguir viagem. Despiram-se para não molhar as roupas enquanto punham o barco no mar, e embarcaram. De repente, uma onda enorme arrebentou sobre eles, e o choque gelado os fez largar os remos. A segunda onda, ainda

maior, virou a embarcação. Três homens, que provavelmente não sabiam nadar, agarraram-se às bordas do barco, mas acabaram morrendo afogados sob o casco. Os sobreviventes foram dar na praia, aos trambolhões. Chegada dura.

Conseguimos escapar nus como nascemos e perdemos tudo o que trazíamos, que mesmo valendo pouco, valia muito para nós, então. Como era novembro, e fazia muito frio, e nós estávamos tão magros que dava para contar nossos ossos, parecíamos a própria figura da morte. De minha parte, posso dizer que desde o mês de maio não comia outra coisa senão milho tostado, e algumas vezes tivera que comê-lo cru; pois embora tivéssemos matado os cavalos enquanto construíamos os barcos, eu não consegui comê-los e não comi peixe mais do que dez vezes. [...] E ainda por cima, começou a soprar o vento norte, levando-nos para mais perto da morte do que da vida.

Em torno de fogueiras, chorando e pedindo misericórdia a Deus, os espanhóis viram chegar a noite. Pouco depois, os índios reapareceram com a refeição diária dos amigos. Sem saber da malograda tentativa de partida, assustaram-se ao vê-los daquele jeito, nus e em prantos, e recuaram, temerosos. Cabeza de Vaca aproximou-se e, com gestos, explicou o que acontecera, apontando para os três afogados. Os nativos sentaram-se com eles e, para espanto geral, também caíram no choro. A lamentação, que durou mais de meia hora, sensibilizou os forasteiros: “E ao ver que aqueles homens tão primitivos e desprovidos de razão se condoíam tanto de nós cresceu ainda mais, em mim e nos outros, a magnitude do nosso sofrimento e a avaliação do nosso infortúnio”.

A choradeira não devia ser propriamente uma expressão de solidariedade, como interpretou Cabeza de Vaca, mas um ritual de luto. Como ele mesmo constataria mais tarde, o choro era praticado com frequência por aquela gente, nas mais diversas situações. Basta dizer que, quando um indivíduo visitava outro, antes de trocarem qualquer palavra, ambos choravam por uma boa meia hora.

De toda forma, as lágrimas animaram o tesoureiro a fazer uma proposta aos companheiros: e se pedissem aos índios que os acolhessem em suas casas? Os que conheciam os ritos de sacrifício astecas se opuseram à ideia, temendo virar oferenda aos ídolos locais. Mas Cabeza de Vaca os convenceu de que não havia outra saída, pois permanecer onde estavam era morte certa, por frio e desnutrição. Nem ele, porém, imaginava o tratamento que os aguardava. Os nativos aceitaram hospedá-los, mas pediram um tempo para se preparar. Ao anoitecer, vieram buscar os naufragos. E demonstraram ser anfitriões atenciosos, parando de vez em quando no caminho para acender fogueiras. Assim que os espanhóis se revigoravam, eles os tomavam nos braços e caminhavam mais um pouco, praticamente carregando os hóspedes enregelados. Quando chegaram ao assentamento, instalaram-nos numa cabana construída especialmente para eles, com bambu trançado, sobre um tapete de conchas. Ali, aquecidos pelo fogo, os expedicionários acharam que poderiam, enfim, descansar e dormir. Doce ilusão. Os anfitriões estavam a fim de outra coisa. Dançaram a noite inteira, para desespero dos naufragos, que só pensavam no momento em que seriam devorados.

Estavam enganados, felizmente. A festança devia ser algum ritual de iniciação ou de adoção para recebê-los como membros do grupo. Tanto que, no dia seguinte, os hóspedes foram de novo muito bem tratados; e ganharam mais peixes e raízes aquáticas. De estômago cheio, eles finalmente relaxaram.

No mesmo dia, Cabeza de Vaca notou que um dos índios usava um enfeite espanhol. Ao investigar como o conseguira, acabou reencontrando, a poucos passos dali, os capitães Andrés Dorantes e Alonso del Castillo, e todos os tripulantes do outro barco; eles ficaram chocados ao vê-lo nu e tão magro. Contaram que haviam escapado de um naufrágio lá perto, tendo salvo até a carga que levavam. Só não tinham roupas para emprestar.

Decidiram consertar o barco de Dorantes e Castillo, mas a sucessão de desgraças ainda não terminara: pouco depois, mais um cristão morreu, e a

pequena embarcação, tão logo foi para a água, afundou.

Sem condições de cruzar rios e pântanos gelados, e praticamente nus, resolveram passar o inverno ali mesmo. Mandaram quatro homens, entre os mais fortes e que sabiam nadar, em busca de Pánuco (que imaginavam próximo), para obter ajuda. Mas piores dias aguardavam os que ficaram na ilha. Não havia água, nem madeira para fazer fogo. O frio era cortante, e os mosquitos, numerosos. O mais difícil de suportar, no entanto, era a fome, cada vez mais intensa.

Após algum tempo, a temperatura caiu ainda mais, e as chuvas viraram tempestades. Os índios já não conseguiam pescar, e as tais raízes aquáticas tornaram-se intragáveis. Simplesmente não havia o que comer. Locais e forasteiros passavam três, às vezes quatro dias sem pôr nada na boca. Estava mais do que na hora de sair dali e ir procurar comida — como os nativos faziam todo ano, no final de fevereiro.

A situação mais dramática foi enfrentada por cinco espanhóis que estavam acampados na praia.

[...] passaram por tanta dificuldade que comeram uns aos outros; até que só restou um que, por estar sozinho, não teve quem o comesse. [...] Essa história incomodou tanto os índios e causou tamanho escândalo entre eles, que se tivessem visto o que estava acontecendo desde o início, com certeza teriam matado todos os homens; e todos nós teríamos corrido grande perigo.

Como se não bastasse, os nativos tiveram um problema intestinal — quem sabe uma epidemia de tifo, provocada por germes trazidos pelos europeus —, e metade da tribo morreu. Suspeitando que os espanhóis eram a causa das baixas, decidiram liquidá-los. Estavam prestes a fazê-lo quando um sujeito que tomara Cabeza de Vaca como escravo os demoveu do intento.

Quando eles vieram pôr a ideia em prática, um índio em cuja possessão eu estava, disse aos outros que não acreditassem que nós fôssemos os causadores das mortes, porque se tivéssemos tal poder, evitaríamos as mortes dos nossos, dos quais, como eles

podiam constatar, restavam muito poucos; e que nenhum de nós causava dano ou prejuízo, portanto o melhor a fazer era nos deixar em paz.

De fato, o número de espanhóis ficava menor a cada dia: dos cerca de noventa que aportaram na ilha, logo restariam apenas quinze. Em troca da vida deles, os índios exigiram que salvassem seus enfermos. “Tentaram nos transformar em médicos, sem nos pedir para prestar exames ou apresentar nossos diplomas”, ironiza Cabeza de Vaca.

Os europeus acharam graça e de início não aceitaram a tarefa, mas acabaram cedendo diante de um argumento imbatível: caso se recusassem, não seriam mais alimentados. Em face da resistência surpreendente, um índio explicou que, se até as pedras tinham “virtude” e podiam curar, que dizer dos homens? Segundo nosso personagem, foi o que amoleceu o grupo.

Vimo-nos, pois, numa situação de tanta necessidade, que tivemos que fazer algo, na certeza de que não seríamos punidos por isso. Era essa a maneira que eles tinham de curar: quando alguém ficava doente, chamava um curandeiro; e depois da cura entregava a ele tudo o que possuía e ainda pegava coisas dos parentes para lhe dar. Os curandeiros fazem incisões no lugar da dor e chupam em volta. Costumam cauterizar as feridas com fogo, o que consideram muito eficaz, e posso afirmar que experimentei e deu certo. Depois disso, eles sopram onde dói e acreditam que, dessa forma, espantam a doença. A forma como procedíamos em nossas curas era fazendo o sinal da cruz, soprando sobre os doentes, rezando um pai-nosso, uma ave-maria e rogando a Deus Nosso Senhor que lhes desse saúde e fizesse com que nos tratassem bem. Quis Deus Nosso Senhor, em sua divina misericórdia, que todos por quem pedimos e que abençoamos dissessem aos outros que estavam curados. Por causa disso, nos tratavam bem e deixavam de comer para nos alimentar; nos davam peles e outras coisas.

Vale lembrar que o autor dessas linhas viveu numa Espanha marcada pelo terror da Inquisição, onde qualquer deslize era passível de ser tratado, literalmente, a ferro e fogo. Por isso, talvez, a descrição do método curativo dos espanhóis, imitando as práticas médicas nativas, não tenha sido lá muito

fidedigna. Mas o fato é que os procedimentos que aprenderam ali ainda seriam de grande valia para Cabeza de Vaca e seus companheiros.

A ilha do Mau Fado A sucessão de desgraças — naufrágios, fome, frio, canibalismo — levou os espanhóis a batizar a ilha com o nome de Mau Fado. Tudo indica que estavam na atual baía texana de Galveston, próximo a Houston. Mas, como essa é uma região costeira geograficamente instável e volátil, o que hoje é ilha amanhã pode virar península, e talvez o litoral descrito por Cabeza de Vaca já nem exista. Controvérsia semelhante envolve os habitantes do lugar. Mais seguro que tentar identificar tribos e etnias que só seriam estudadas e classificadas mais tarde, é determinar a classe desses nômades com base na sua área de circulação, características, alimentação e tipo de vida.

Por esse raciocínio, as tribos mencionadas por nosso personagem — que zanzavam, quase todas, de um lado para outro pelo atual estado do Texas, desde a baía de Galveston até a fronteira com o México — devem ser separadas em dois grandes grupos: as que viviam perto do mar e as que ocupavam o interior (com estas últimas Cabeza de Vaca cruzaria posteriormente).

Na baía de Galveston ficavam as que Cabeza de Vaca nomeia como capoques, hans, charrucos. Nas ilhas costeiras, deaguenes, quevenes, guayacones, quitoles, camones e os “povos dos figos”. Na costa propriamente dita, mais para o sul, estavam mendicas, mariames e iguases.

O segundo grande grupo vivia no interior, na direção do rio Grande, e compreendia avavares (com quem Cabeza de Vaca terá longo relacionamento) e uma dezena de outras tribos por ele citadas nominalmente.

Nos *Naufrágios* há um retrato bastante detalhado dos primeiros habitantes do Texas, já que, diferentemente do que ocorrera no percurso repleto de peripécias até aquele ponto, seu autor teria tempo de sobra para observar seus anfitriões, se é que o termo se aplica. As descrições mais

específicas dizem respeito aos moradores da ilha do Mau Fado, que Cabeza de Vaca chama de capoques e hans, distinguindo-os pela língua que falavam. Os homens de ambas as tribos andavam nus (também enfeitados com talos de bambu), e as mulheres, parcialmente cobertas. Não tinham chefe, dividiam entre si tudo o que possuíam e eram exímios “flecheiros”. Quando recebiam uma visita, passada a choradeira inicial de boas-vindas, davam-lhe todos os seus bens. O visitante, por sua vez, não se fazia de rogado: levantava-se e ia embora com as posses do anfitrião. Agradecer, pelo visto, estava fora de questão, até porque, em geral, visitante e visitado não chegavam a trocar uma única palavra.

Cada homem tinha uma mulher, responsável por todo o trabalho pesado (exceto quando estava menstruada, período em que arranjava comida só para si, porque ninguém ousaria tocar no que ela trazia). Os curandeiros eram privilegiados: podiam ter duas ou três mulheres, e todas se relacionavam harmonicamente. Os índios adoravam seus filhos, carregando-os nas costas quando estavam doentes, em vez de abandoná-los nos campos, como faziam com os demais enfermos.

Enterravam-se os mortos. Já os corpos dos curandeiros eram queimados numa grande celebração dançante, e seus ossos, transformados em pó, eram ingeridos com água um ano depois pelos integrantes da tribo, em meio a homenagens ritualísticas, possivelmente com o intuito de incorporar as habilidades do xamã. Só os velhos, ainda menos valorizados que as mulheres, não tinham direito à choradeira e aos rapapés de luto. Segundo os índios, eles tinham vivido além de seu tempo, e não prestavam mais para nada — pelo contrário, só consumiam espaço e a comida das crianças.

Cabeza de Vaca afirma que descreveu todos esses costumes e muitos outros “porque, além do fato de todos os homens quererem conhecer os costumes e hábitos dos outros, os que eventualmente vierem confrontá-los devem estar bem informados sobre seus costumes e estratégias [dos índios], o que, nesse caso, é sempre uma boa vantagem”.

As informações que ele dá sobre as relações familiares são dignas de um antropólogo aplicado. Os homens deixavam de manter relações sexuais com as mulheres desde o começo da gravidez e só as retomavam quando o rebento completava dois anos. As crianças mamavam até os doze anos, idade em que passavam a procurar a própria comida. As brigas conjugais podiam levar os homens a abandonar suas mulheres e casar de novo — costume tão raro na Espanha seiscentista que Cabeza de Vaca o incluiu em seu rol de fatos “importantes e notáveis”. Já os que tinham filhos ficavam com suas mulheres para o resto da vida.

O autor dos *Naufrágios* refere-se também a uma prática que qualifica de “diabólica”: um homem casar-se com outro. Segundo ele, isso acontecia com “homens afeminados, impotentes, que escondem suas partes como as mulheres e fazem trabalho de mulher, não usam arco e flecha e levam cargas muito pesadas”. Havia muitos “afeminados” entre os índios, anota Álvaro Núñez, em geral “mais altos” e “com membros maiores” que os dos outros homens.

A maneira relativamente natural como Cabeza de Vaca descreveu essas práticas contrasta com a reação de outros conquistadores em face de hábitos homossexuais entre os índios. Em 1494, por exemplo, o médico de Colombo, Diego Álvarez Chanca, ficou perplexo ao descobrir que os caribes eliminavam os órgãos sexuais de seus jovens prisioneiros. Com isso, de acordo com ele, os rapazes desenvolviam “características femininas e os caribes usavam-nos para a prática da sodomia, da mesma forma como os árabes desfrutam de seus jovens eunucos e travestis. [...] Quando ficavam adultos, os caribes os matavam e os comiam”. Em 1513, Vasco Núñez de Balboa literalmente soltou os cachorros (seus cães de guerra) contra o irmão de um cacique e outros quarenta jovens — “homens obsequiosos [que se] vestiam afeminadamente com roupas de mulher e [dos quais o irmão do cacique] abusava de modo antinatural”. Hernán Cortés foi mais longe e, numa carta a Carlos V, afirmou peremptoriamente: “São todos sodomitas e praticam esse pecado abominável”.

Curiosamente, embora considerados “crimes contra a natureza”, sodomia e bestialidade ficavam tecnicamente fora da jurisdição da Inquisição. Ainda assim, eram crimes punidos com castração e apedrejamento. A partir de 1497, a coisa se complicou um pouco mais — os sodomitas passaram a ser queimados vivos, e seus bens, confiscados.

Complementando a descrição de práticas “exóticas”, Cabeza de Vaca registra que todos os índios da região costumavam se intoxicar com um fumo — tabaco ou peiote, aventa-se — pelo qual davam “tudo que tinham”. Também ingeriam uma bebida amarelada, feita com folhas parecidas com as do carvalho, que, depois de tostadas, eram fervidas em água. Quando a mistura ficava pronta e espumosa, os homens começavam a gritar, perguntando quem queria, pois devia ser tomada ainda escaldante.

Ao ouvir os berros, as mulheres interrompiam de imediato o que estavam fazendo e ficavam imóveis, mesmo se estivessem carregadas. Caso se mexessem, os homens davam-lhes pauladas, jogavam fora a beberagem e vomitavam a que porventura tivessem ingerido. Agiam dessa maneira, explica nosso personagem, porque acreditavam que, quando as mulheres se movimentavam, uma coisa maligna, capaz de matá-los, entrava no corpo deles juntamente com a bebida. Pelo mesmo motivo, o pote devia permanecer bem tampado enquanto a água fervia; se estivesse aberto e uma mulher passasse perto dele, também jogavam tudo fora. Os homens tomavam litros e litros da tal bebida por três dias seguidos, durante os quais não comiam nada.

Outro hábito curioso era o modo como resolviam suas desavenças: os oponentes batiam-se até caírem de cansaço; depois se separavam. Ninguém os apartava. Fosse qual fosse a razão ou o tamanho do ódio mútuo, arcos e flechas não entravam no jogo.

Terminada a peleja, os lutadores pegavam suas mulheres e cabanas e iam viver longe dos outros. Só retornavam quando a raiva passava. Daí em diante, agiam como se nada tivesse acontecido. Quando ia embora, o briguento às vezes se refugiava entre os vizinhos, mesmo que fossem de uma

tribo inimiga. Estes o recebiam muito bem e, por se tratar de um visitante, procediam como de praxe, dando-lhe tudo o que possuíam. O resultado era que, com frequência, o estourado que dava um tempo fora voltava para casa muito mais “rico”. Nada mau, por uma briguinha...

Não raro, quem compunha a turma do deixa-disso eram as mulheres. Elas não só apartavam as brigas individuais como negociavam a paz em batalhas coletivas, “apesar de serem as próprias mulheres, às vezes, o motivo da guerra”, observa Cabeza de Vaca. Eram as intermediadoras por excelência, encarregadas também de efetuar as trocas e conduzir as locomoções do grupo.

* * *

Os espanhóis passaram todo o inverno de 1528 na ilha do Mau Fado. O frio rigoroso e as tempestades tornaram escassos os alimentos. A situação foi agravada por outro costume local: quando um filho ou um irmão falecia, os familiares paravam de buscar comida por três meses, e só não morriam de fome graças à boa vontade dos companheiros. Assim, quem não estava de luto tinha que arranjar alimento em dobro — ou em triplo —, já que, com a grande quantidade de mortes, cada vez mais pessoas dependiam de menos, num círculo vicioso. Todas essas dificuldades alteraram de forma substancial a posição dos europeus nas tribos — de hóspedes se transformaram em ajudantes e, logo, em escravos. Em fevereiro de 1529, as duas tribos que viviam na ilha pegaram suas canoas e se dispersaram — capoques para um lado, hans para o outro. Com isso, os expedicionários também se separaram: Cabeza de Vaca seguiu com uma turma; Castillo e Dorantes, com outra.

Durante três meses nosso herói ficou perambulando de baía em baía com seus índios, à cata de ostras, o único alimento disponível. Para beber, nada além de água salobra. Não tinham comida, nem lenha para fazer fogo,

nem roupa para se proteger do frio. Em abundância, só mosquitos. No final de abril, a turma de Cabeza de Vaca instalou-se no continente.

Permaneceram ali todo o mês de maio, comendo amoras e fazendo seus rituais de canto e dança, os chamados *areítos*.

Desde o início de abril, porém, alguns índios tinham começado a voltar para a ilha do Mau Fado. Dorantes e Castillo vieram com eles, reuniram os demais sobreviventes — catorze ao todo — e resolveram retomar a viagem pela costa, em busca do porto de Pánuco. Lope de Oviedo e Jerónimo de Alaniz, muito doentes para se locomover, ficaram na ilha. Um nativo ajudou o grupo a atravessar para o outro lado, em troca da pele de zibelina tirada do cacique no ano anterior. No continente, encontraram mais um tripulante, que se juntou a eles. Não era Cabeza de Vaca. Este estava próximo, mas tão enfermo que nem sequer percebeu a passagem de seus companheiros. Eles também não o notaram. Por isso, Álvaro Núñez continuaria naquele lugar por mais um ano, como escravo dos índios.

O quarteto se forma Aos poucos, Cabeza de Vaca foi se recuperando. O único problema era que, quanto mais saudável ele ficava, mais os índios o faziam trabalhar. Entre suas tarefas estava a de catar raízes, arrancando-as do solo e do fundo do mar. Em decorrência, as mãos dele sangravam e seu corpo estava todo lanhado, já que, conforme suas palavras, “continuava a usar as mesmas roupas”, ou seja, a própria pele. O dia a dia tornou-se tão árduo e exaustivo que ele fugiu para terra firme e foi viver com os charrucos, mais dóceis e amigáveis. A mudança converteu-o num mercador. Levava para o interior pérolas, caracóis, e lascas de conchas que serviam de facas. Para o pessoal do litoral, trazia peles de animais, almagre (com essa argila avermelhada eles tingiam o rosto e o cabelo), tranças feitas de pele de veado, pedras e talos de bambu para a fabricação de flechas.

O novo trabalho tinha suas vantagens: além de ter liberdade para se deslocar, nosso personagem era bem recebido por todos. Em pouco tempo, Cabeza de Vaca tornou-se quase uma celebridade. Mas a fama não impediu

que também ele passasse frio e fome. Durante o inverno, largava o comércio e, a exemplo dos índios, entocava-se numa cabana até a chegada da primavera.

Intermediando o escambo entre os nativos, ele permaneceu na região do Mau Fado por vários anos (quase seis, segundo suas contas; cerca de quatro e meio nos cálculos dos historiadores). Em longas caminhadas de duzentos, trezentos quilômetros, descalço e nu em pelo, acabou se tornando uma ponte entre tribos que viviam em pé de guerra mas dependiam umas das outras para sobreviver. Nesse período, pôde conhecer melhor a terra, e aprendeu a se relacionar e se comunicar com seus habitantes.

O vaivém não enterrou seu projeto de encontrar Pánuco. De acordo com ele, demorou anos para concretizá-lo porque queria levar Lope de Oviedo consigo. Último sobrevivente do grupo a continuar na ilha do Mau Fado (Jerónimo de Alaniz tinha morrido), Oviedo sempre achava um pretexto para retardar a partida. Só muito depois Cabeza de Vaca descobriria a verdadeira razão de tanta relutância: ele não sabia nadar.

Afinal, quando a primavera de 1533 chegou ao hemisfério norte, Álvaro Núñez conseguiu convencer o amigo a partir, com a promessa — feita e cumprida, conforme registrou — de que o carregaria sempre que necessário. Deixaram a baía de Galveston rumo ao sul e, com a ajuda de um grupo de deaguenes, alcançaram uma larga enseada que Cabeza de Vaca pensou ser — erroneamente — a que os espanhóis chamavam de Espírito Santo, próximo ao rio Pánuco.

Atravessaram um braço de mar (talvez Cavallo Pass, que faz a comunicação entre a baía de Matagorda e o golfo do México) e, do outro lado, toparam com um bando de índios quevenes, de quem receberam notícias espantosas: havia três forasteiros iguais a eles, vivendo mais ao sul, como escravos de outra tribo. Pelos mesmos quevenes, ficaram sabendo que o trio era muito maltratado pelos jovens nativos, que costumavam “brincar” com eles aos “coices”, socos e pontapés. Nesse momento da conversa, no afã de demonstrar a situação dos prisioneiros, os quevenes esbofetearam

Oviedo e Cabeza de Vaca. Entre um tapa e outro, os dois descobriram que a tal tribo tinha por hábito colher nozes num bosque nas cercanias, onde poderiam encontrar os companheiros. Mas, como os quevenes foram realizando demonstrações cada vez mais realistas — para exemplificar os maus-tratos aos europeus, começaram a atirar bolas de lama nos visitantes e encostaram flechas no peito deles —, Lope de Oviedo julgou mais sensato voltar para a ilha do Mau Fado em companhia das índias deaguenes, que os observavam à distância. Não houve jeito de dissuadi-lo; entre os sofrimentos que já conhecia e os prometidos pelos índios, optou pelos primeiros.

Dois dias depois Cabeza de Vaca chegou ao tal bosque, às margens da confluência do rio San Antonio com o Guadalupe. Ali, à sombra de árvores altas e frondosas, diversas tribos se reuniam a cada dois anos para colher nozes-pecãs — descritas por ele como “nozes do tamanho das de Galícia” —, com as quais se sustentavam por dois meses. Foi onde encontrou o primeiro integrante do trio, Andrés Dorantes. O capitão colhia nozes com os mariames, que o haviam tomado como escravo, e ficou atônito ao deparar com o amigo: fazia quase quatro anos que não o via, e o dava por morto. “Este foi um dos dias mais felizes das nossas vidas”, diria Álvar Núñez. Juntos, foram ter com Alonso del Castillo e Estebanico, os outros sobreviventes. Escravizados pelos índios iguases, eles também estavam colhendo nozes nas redondezas.

Por intermédio de Dorantes, Cabeza de Vaca soube do que ocorrera com outros espanhóis. Um terceiro barco também naufragara. Seus ocupantes andavam pela costa quando foram alcançados pela embarcação comandada por Narváez. O governador desembarcou, reuniu os cerca de oitenta sobreviventes, nomeou o capitão Pantoja como lugar-tenente e iniciou uma caminhada, usando seu barco apenas para atravessar braços de mar. Certa noite, Narváez resolveu dormir a bordo, acompanhado de um pajem e de um piloto. Erro fatal. No meio da madrugada, sem que ninguém se desse conta, um vento forte empurrou o barco para alto-mar. Foi a

última notícia que tiveram de Narváez. Isso aconteceu em meados de novembro de 1528, e “nunca mais se soube dele”, observa nosso herói, que talvez tenha esboçado um sorriso ao redigir a frase. Segundo um contemporâneo,⁴ Narváez era alto, meio ruivo, bem-falante, mas um tanto descuidado.

Depois de esperar algum tempo pelo chefe desaparecido, os espanhóis retomaram a marcha. Cruzaram vários rios em pequenas jangadas improvisadas e, mais ao sul, encontraram um local com água doce, lenha, lagostins e mariscos. O festim pouco durou. Logo as provisões se acabaram, e eles começaram a sucumbir à fome e ao frio. Um dos primeiros a morrer foi o capitão Pantoja. Não por falta de comida, mas por falta de modos. Truculento como o chefe, Pantoja tratava tão mal os subordinados que um dia Sotomayor, o mestre de campo, saltou sobre ele e o matou com um só golpe. À medida que os cadáveres se amontoavam, os sobreviventes foram perdendo a cerimônia e cedendo às demandas da fome: “Faziam charque dos que morriam; o último que morreu foi Sotomayor. Esquivel fez charque dele e, comendo de sua carne, se manteve vivo até primeiro de março [de 1529] — dia em que um índio, dos que haviam fugido dali quando eles chegaram, veio ver se já estavam todos mortos”.

Levado como escravo para o assentamento do tal índio, Esquivel encontrou Figueroa, outro sobrevivente. Os dois fugiram juntos, mas acabaram divergindo quanto ao rumo a seguir. Esquivel achava que Santisteban del Puerto ficara “para trás”, isto é, na direção da Flórida, e Figueroa queria ir “para a frente”, ou seja, para o sul. Esquivel estava errado, como sabemos. Figueroa não lhe deu ouvidos: disse adeus e partiu. Mais adiante, cruzou com o pessoal de Dorantes e Castillo, com quem caminhou por algum tempo antes de retomar sua missão inicial de buscar ajuda. Não deve ter alcançado seu objetivo, já que jamais chegou nenhum socorro para o grupo de Dorantes, que acabou capturado por diferentes tribos.

Quanto a Esquivel, passou de tribo em tribo até ser assassinado pelos mariames por causa de um pesadelo: uma índia sonhou que ele queria matar

o filho dela. Cabeza de Vaca observa que matar por causa de sonhos era usual entre mariames e iguases, tribos que, na sua opinião, eram bem mais impiedosas que as da ilha do Mau Fado e “não gostavam tanto de seus filhos”. Entre outros costumes, jogavam os bebês do sexo feminino para os cachorros comerem. Consideravam essa conduta muito melhor do que, mais tarde, se casarem eles mesmos com as moças, pois desposar um “parente”, isto é, alguém da própria tribo, seria vergonhoso. Quando queriam se casar, compravam as noivas nas tribos inimigas. O preço não era exorbitante: um conjunto de arco e flechas ou uma boa rede de pesca davam conta do recado.

Dorantes soube da morte de Esquivel pelos próprios mariames, por quem foi capturado. Para comprovar a história, os índios lhe mostraram a espada, o rosário, o livro de orações e outros pertences de Esquivel que guardaram como lembrança.

Em resumo, agora havia apenas quatro sobreviventes do grupo que penetrara no continente: Dorantes, Castillo, Estebanico e o nosso Cabeza de Vaca.

Escravidão e fuga O relato que ouviu e as poucas chances de sobrevivência devem ter estimulado Cabeza de Vaca a propor uma tentativa de fuga aos parceiros, os quais, por sinal, já haviam tentado escapar no ano anterior. O fato de o tesoureiro saber nadar e se dispor a ajudá-los na travessia de rios e braços de mar os animou a encarar nova aventura. Dorantes sugeriu que partissem em setembro, no final do verão, quando diversas tribos costumavam se reunir num bosque, mais ao sul, para colher o que os índios consideravam uma iguaria: tunas. Durante os três meses da safra, eles não comiam outra coisa.

A apreciada tuna é o fruto do nopal, cacto até hoje abundante em todo o sul dos Estados Unidos e no México, a ponto de figurar no escudo nacional desse país — a águia bifronte, que se alimenta de uma serpente, repousa sobre um nopal. Seu fruto é uma espécie de pera ou figo, muito

doce, suculento e cheio de sementes. As folhas, tenras e com textura parecida à das folhas de vagem ou de quiabo, são igualmente comestíveis. A casca, cor de carmim, é traiçoeira: tem pequenos espinhos, imperceptíveis a olho nu, que causam incômodo quando penetram na pele. Outra característica das tunas dava margem a pegadinhas. O historiador Gonzalo Oviedo conta que, na primeira vez que as experimentou, os companheiros simularam grande preocupação e comiseração por seu desespero, antes de revelarem, entre risadas, ser perfeitamente normal que a urina de quem come tunas assumia coloração semelhante à do sangue.

Dorantes explicou sua ideia: os avavares, que viviam mais ao sul e longe da costa, também costumavam aparecer no tal bosque para a colheita de tunas. Os quatro companheiros iriam até lá com suas tribos e, no final da estação, quando os avavares voltassem para casa, fugiriam com eles. Um bom plano, não fosse um porém: faltavam seis meses para a próxima safra de tunas. Enquanto isso, Cabeza de Vaca teria que arranjar um jeito de ficar por ali, mesmo que como escravo dos índios. Terminada a estação de nozes, os quatro se separaram novamente: Álvaro Núñez e Dorantes foram para um lado, com os mariames; Castillo e Estebanico, para o outro, com os iguases.

O tempo de espera seria mais longo do que planejavam e, para Cabeza de Vaca, quase insuportável. Ele detestou a convivência com os mariames, que descreve como cruéis, mentirosos e ladrões: bastava um índio virar as costas para que o próprio pai ou filho se apoderasse de suas coisas. Não tinham constituição tão grande quanto os habitantes da região do Mau Fado, mas também eram “flecheiros” e andavam desnudos, com lábios e mamilos trespassados por bambus. Alguns praticavam a sodomia. Viviam em cabanas feitas de junco trançado sobre quatro arcos, as quais desmontavam a cada dois ou três dias para se locomover.⁵ Acostumados à escassez de alimento, os mariames podiam passar vários dias em jejum. Sustentavam-se basicamente de dois ou três tipos de raízes, muito ruins, amargas e difíceis de arrancar da terra, que demoravam dois dias para assar e

inchavam a barriga de quem as comia. Mesmo assim, a fome era tanta que percorriam quilômetros para buscá-las.

Muito de vez em quando, comiam peixe e carne de veado. Caçavam os veados à unha, vencendo-os na corrida. Esses animais eram importantes na vida deles: dos ossos faziam arcos e, do couro, forros para se proteger do frio. Esfaimados, devoravam aranhas, ovos de formiga, minhocas, lagartixas, lagartos, cobras, serpentes venenosas, terra, madeira, fezes de veado e “outras coisas” que Cabeza de Vaca se abstém de contar, insinuando serem ainda mais esdrúxulas; espinhas de peixe e de cobra eram moídas até virar pó e estocadas para serem ingeridas depois. “Acredito que, se naquela terra houvesse pedras, eles também as comeriam”, resume. A vida sofrida não lhes tirava a alegria: gostavam de dançar, sobretudo nas estações de tunas, quando não passavam fome, e de se embebedar com o mesmo líquido amarelado apreciado pelos seus vizinhos da ilha do Mau Fado.

Exímios corredores, ágeis e fortes, os homens nunca carregavam nada; a carga ficava para os menos valorizados pela tribo, velhos e mulheres. Cabeza de Vaca impressionou-se ao ver como elas davam duro: só descansavam seis horas por dia. Trabalhavam inclusive à noite, atiçando o fogo e tomando conta dos fornos onde secavam as raízes.

Como todos os nativos da região, os homens eram ótimos guerreiros. Sabiam se defender “como se tivessem sido criados na Itália, em tempos de guerra contínua”, observa Cabeza de Vaca, com base em sua experiência militar naquele país. Bom soldado, fiel aos propósitos expansionistas da Coroa, ele assim analisa as qualidades e fraquezas bélicas daqueles povos: tinham sentidos aguçados, aguentavam firme a fome e, quando feridos, curavam-se rapidamente. Podiam passar noites em vigília, e dormiam sempre com um arco e dezenas de flechas ao alcance da mão. Se ameaçados, arregimentavam um verdadeiro exército num piscar de olhos. Quem se aventurasse a lutar contra eles deveria tratá-los muito mal, porque, se percebessem qualquer sinal de fraqueza, “saberiam depois se vingar e se aproveitar do medo do inimigo”. Os mariames também manejavam com

destreza o arco e flecha, e por certo morreriam de rir das balestras espanholas, totalmente inúteis em campo aberto, servindo apenas para combates em áreas fechadas, na opinião de nosso herói. Em campo aberto, ele aconselhava o uso de cavalos, que apavoravam os índios.

A espera foi ainda mais difícil por causa dos mosquitos, que atacavam sem dó nem piedade os corpos nus e desprotegidos. As picadas deixavam as vítimas tão marcadas de feridas que estas pareciam sofrer da “doença de São Lázaro”, recorda Cabeza de Vaca, referindo-se à hanseníase. Para minorar os ataques, os índios encarregavam seus escravos de manter acesas fumacentas fogueiras de madeira molhada. O problema diminuía, mas nem assim os espanhóis tinham sossego: se interrompiam a missão para descansar ou se refrescar na brisa da praia, levavam pauladas.

No verão de 1533, findos os seis meses, o quarteto se encontrou na região das tunas, pronto a pôr em prática o plano de Dorantes. Mas algo inesperado aconteceu: mariames e iguases brigaram por causa de uma mulher e, ofendidos, colocaram suas casas nas costas e se mandaram, antes do término da estação dos frutos, cada um para um lado, arrastando com eles seus decepcionados escravos. Outra vez separados, os quatro teriam que esperar mais um ano por novo encontro. Foi um período duro para Cabeza de Vaca. Desesperado, por três vezes ele tentou fugir sozinho, sendo sempre recapturado pelos índios.

Em meados de setembro de 1534, no fim de outra estação de tunas e após várias peripécias, os quatro conseguiram se reunir e, finalmente, fugir em busca dos avavares. Seguindo índios de outras tribos, foram para o interior. Por alguns dias, alimentaram-se apenas de tunas. Sedentos, extraíam o suco do fruto e, como não tinham recipientes, faziam como os nativos: vertiam o líquido num buraco cavado no solo, onde bebiam até se saciar. O gosto doce, relembra Cabeza de Vaca, assemelhava-se ao de vinho novo. A tribo de aganados, com quem viajavam, deu-lhes uma má notícia: os camones, que viviam na costa, mais ao sul, haviam trucidado todo o grupo do terceiro barco, comandado por Peñalosa e Téllez, que por lá naufragara

(em fins de novembro de 1528). Foi o grupo que chegou mais longe por mar — supõe-se que até a ilha Padre, na baía texana de Corpus Christi, a cerca de setecentos quilômetros de Pánuco.

Depois de ouvir isso, e tendo convivido com os mariames e iguases, pelo menos de uma coisa os espanhóis não tinham mais dúvidas: era melhor evitar os ferozes índios do litoral.

1-Produzido em Sanlúcar de Barrameda, era um vinho pálido, seco e pouco ácido, apropriado, portanto, para longas travessias.

2-O produto da cocção do sumo da uva em fogo lento.

3-Antiga medida equivalente à distância entre a ponta do polegar e a ponta do indicador esticado.

4-O frei Bartolomé de las Casas, de quem se falará mais adiante.

5-Alguns estudiosos creem que essas cabanas eram as ancestrais das *tipis*, as "tendas", velhas conhecidas nossas dos filmes de faroeste, que serviam de abrigo para certas tribos norte-americanas.

LIVRO TRÊS:
EM QUE OS ESCRAVOS SE TRANSFORMAM
EM CURANDEIROS E PASSAM A SER SEGUIDOS
POR UMA MULTIDÃO

Dois dias depois, os quatro náufragos “encomendaram suas almas a Deus” e partiram sem se despedir dos aganados. Temendo uma eventual perseguição, marcharam o dia todo até avistar sinal de fumaça. Estavam inseguros quanto à recepção que teriam, mas, felizmente, os avavares já tinham ouvido falar das habilidades de xamã do quarteto e os acolheram muito bem. Deram-lhes tunas e os acomodaram nas casas de seus curandeiros, pois “sabiam a maneira como curávamos os enfermos e o modo maravilhoso como Nosso Senhor agia conosco”, relata Cabeza de Vaca. Nosso personagem começava a se dar conta de que o posto de curandeiro poderia ser muito útil naquelas terras, “permitindo que não fôssemos mortos, sustentando-nos em meio à fome geral e inspirando aqueles povos a nos tratar bem”.

Comunicaram-se na língua dos mariames, que os avavares entendiam e os náufragos já dominavam. Os novos anfitriões não perderam tempo: naquela mesma noite, pediram a Alonso del Castillo que curasse a dor de cabeça que atormentava muitos na tribo. Castillo rezou e os abençoou com o sinal da cruz. Funcionou melhor do que analgésico, e a dor de cabeça sumiu de imediato. A recompensa foi igualmente instantânea, transubstanciada em tunas e num pedaço de carne de veado — que, depois de tanto tempo sem comer carne, os espanhóis demoraram a perceber o que era.

A notícia se espalhou, e logo os quatro estavam cercados de índios em busca de alívio para suas dores e mazelas, cada um trazendo nas mãos um naco de veado. Ganharam tanta carne que não tinham o que fazer com ela. Depois que “as curas foram efetuadas” — assim registra singelamente Cabeza de Vaca —, os índios cantaram, dançaram e fizeram seus *areítos*. A celebração durou três dias e três noites, ao cabo dos quais, prontos a retomar a viagem para Pánuco, os espanhóis trataram de se informar sobre a terra, povos e tipos de alimento que encontrariam pela frente. A resposta foi desalentadora: a safra de tunas terminara, não veriam nenhum nativo pelo caminho, e, com a chegada do inverno, os campos estavam gelados.

Impossível obter alimentos, couro ou peles de veado — itens indispensáveis para seguir adiante. Por isso, o quarteto decidiu ficar com os avavares até o final do inverno, acumulando provisões para poder partir. Tarefa complicada, já que, como relembra Álvaro Núñez, a fome que passaram nesse período foi ainda pior do que a que passaram no litoral. Embora esses índios caçassem veados, faziam-no apenas três vezes por ano. Não havia por ali peixes, nem raízes aquáticas, nem nozes, nem nada com que enganar o estômago. Não restava alternativa: alguns dias mais tarde, quando a tribo levantou acampamento, os quatro naufragos a acompanharam.

Após cinco dias de caminhada em jejum, chegaram à beira de um rio. Esfomeado, Cabeza de Vaca resolveu entrar no mato para ver se encontrava algo para comer. Acabou se distanciando do grupo, e, quando deu por si, já era noite e ele estava perdido. Só sobreviveu graças a um providencial e improvável acontecimento: “[...] graças a Deus, achei uma árvore ardendo em chamas e, aquecido por seu fogo, sobrevivi àquela noite fria; pela manhã peguei um punhado de lenha e dois tições e tornei a procurar os outros. Andei assim por cinco dias, levando um tição aceso na mão e carregando um feixe de lenha”.

Mais de um exegeta da obra de Álvaro Núñez identifica na passagem a reprodução de uma cena mencionada no Exodius da Bíblia — em que Moisés se depara com uma árvore de sarça em chamas, durante um encontro com Deus. Não é a única aproximação entre os *Naufrágios* e o livro sagrado dos cristãos. Em trecho mais adiante, depois de relatar o que tinham sofrido, andando nus e trocando de pele duas vezes por ano como serpentes, os ombros feridos pela carga que levavam, Cabeza de Vaca compara seu sofrimento a outro, mais notório e relevante: “Quando me via nessas condições, meu único remédio ou consolo era pensar na Paixão de Nosso Redentor Jesus Cristo, no sangue que derramou por mim, e lembrar que o tormento que ele padeceu com a coroa de espinhos foi muito maior do que o sofrimento por que eu estava passando”.

Para driblar o frio enquanto esteve perdido, ele cavava um buraco no chão, forrava o fundo com galhos, cercava o local de fogueiras, acomodava-se e se cobria com um punhado de palha. Certa noite, o expediente quase terminou de modo trágico, com o buraco transformado em forno: uma fagulha incendiou a palha, e ele escapou por pouco de morrer assado. Faminto, nu e chamuscado, afinal reencontrou os companheiros, que já o davam por morto, mordido de cobra.

Pouco depois, o grupo deslocou-se para outra região de tunas, ao norte do rio Grande. Enquanto matavam a fome, índios de outras tribos, trazendo enfermos e aleijados, vieram procurar os espanhóis para uma sessão curativa. Castillo benzeu-os ao pôr do sol, num gesto reforçado pelas preces de seus companheiros.

A escolha do entardecer permite supor que já estivessem associando ao poder divino algum tipo de encenação capaz de impressionar os índios. É provável que, aqui também, o relato dessas experiências tenha sido ao menos amaciado pelo autor, que faz questão de atribuir as curas a uma instância que nenhum inquisidor poria em xeque. É o caso de sua descrição do milagroso resultado da sessão curativa comandada por Castillo:

Ele a realizou com tanta compaixão que, quando amanheceu, todos acordaram sãos e fortes como se nunca tivessem estado doentes. Isto causou-lhes grande admiração e nos fez dar muitas graças ao Senhor; e experimentar mais profundamente a Sua misericórdia, mantendo firme a esperança de que haveria de nos libertar e nos levar aonde pudéssemos servi-Lo.

Pelo menos uma história contada pelos nativos foi incorporada ao texto de Cabeza de Vaca, apesar de contrariar os preceitos católicos mais elementares: a que remete às peripécias de um estranho homem que, segundo o autor dos *Naufrágios*, aparecera alguns anos antes na região dos avavares. Era pequeno, barbudo, tinha feições indefinidas, e os índios ficavam arrepiados quando ele se aproximava. Chamavam-no de Coisa-Ruim. Costumava surgir na porta das cabanas carregando uma brasa

ardente, entrava e agarrava a primeira pessoa que via. O pior vinha em seguida: a figura fazia três cortes no flanco da vítima com um facão enorme, tirava as tripas, cortava um pedaço “de mais ou menos um palmo” e jogava na fogueira. E não era tudo, deslocava o cotovelo do vivente, depois de cortar o braço dele em mais três locais. No fim da sessão, punha o cotovelo no lugar, passava a mão sobre as feridas e, bingo!, nem sinal dos ferimentos.

Como qualquer coisa-ruim que se preze, este gostava de dançar e surgia, ora vestido de homem, ora de mulher (se mantinha a barba nesse caso, não se sabe). Fosse qual fosse seu sexo, tinha muita força e gostava de exibí-la: vez por outra, cismava de erguer no ar uma cabana e a atirava no chão. Quando lhe ofereciam comida, o homenzinho (ou mulherzinha) recusava. E, se lhe perguntavam de onde vinha, “mostrava uma fenda na terra e dizia que sua casa era lá embaixo”.

Os espanhóis acharam graça na história. Mas engoliram o riso quando os índios exibiram cicatrizes nos braços e em outras partes do corpo. No final, como bons cristãos, aproveitaram o gancho para tentar converter os avavares: se acreditassem em Deus, a “criatura do mal” desapareceria, e não daria as caras enquanto o quarteto estivesse na área.

Respeitados como curandeiros e acompanhando os avavares em suas andanças em busca de comida, os náufragos travaram contato com várias outras tribos do lugar: cutalches, maliacones, coayos, susolas, atayos. O escambo entre esses grupos, em geral antagônicos, disseminou rapidamente a fama dos curandeiros. Quando os quatro alcançaram outra região de tunas, foram procurados pelos susolas, que queriam levar Castillo com eles para curar seus doentes, entre os quais um moribundo. Castillo recusou-se a ir, porque era “cauteloso”, sobretudo em se tratando de curas “perigosas”, de acordo com Cabeza de Vaca. Quem assumiu a tarefa foi nosso personagem, destemido como sempre. Ao chegar ao assentamento dos susolas, acompanhado por Dorantes e Estebanico e alguns avavares, encontrou uma cabana desfeita e, diante dela, um corpo coberto por uma esteira e rodeado

de índios chorosos — sinais inequívocos de luto. Em pouco tempo, ele fez seu diagnóstico.

Quando cheguei, encontrei o índio com os olhos virados e sem pulso, exibindo todos os sinais de que estava morto; pelo menos foi o que achei, e Dorantes disse o mesmo. Tirei a esteira que o cobria e pedi a Deus, da melhor maneira que pude, que desse saúde a ele e a todos os necessitados. Depois de benzê-lo e soprá-lo muitas vezes, trouxeram seu arco e me deram, junto com um cesto de tunas moídas.

Cabeza de Vaca benzeu outros doentes, ganhou mais dois cestos de tuna e foi embora. Os avavares que estavam com ele só voltaram para casa muito depois, com notícias espantosas: “O que estava morto e fora tratado diante deles havia se levantado, redivivo, andado, comido e falado com eles; e todos os outros que haviam sido tratados estavam sãos e muito alegres”.

Milagrosa ou não, a “ressurreição” fez crescer a fama do quarteto. Admirados com seus poderes, os cutaichiques, que também se encontravam nas redondezas, ofereceram-lhes todas as tunas que tinham colhido e voltaram para casa de mãos abanando, o que não devia querer dizer pouco naquela terra. Não satisfeitos, deram-lhes suas pederneiras, objetos de desejo de todos os nativos, pois faziam as vezes de facas.

Os europeus começaram a atrair cada vez mais curiosos, de todos os cantos. Até então, Dorantes e Estebanico não haviam “feito curas”, mas, como explica, sem falsa modéstia, Cabeza de Vaca, “diante da grande demanda, com índios vindos de todos os lugares para nos ver, viramos todos curandeiros, embora, em ousadia e coragem para fazer qualquer cura, eu fosse o mais notável de todos”. Os nativos chamavam-nos de “filhos do sol”, e não é difícil entender por quê: ainda que não se saiba qual era a aparência deles, deviam estar bronzeados e barbudos. Talvez um ou outro tivesse olhos azuis e cabelos louros ou avermelhados. Estebanico era negro. Deviam ser baixos e pequenos em relação aos índios, sempre descritos como altos e grandes. Para piorar (ou melhorar), possuíam objetos estranhíssimos, como o rosário, a espada afiada e o livro de orações herdado de Esquivel. Sabiam

fazer e decifrar marcas ininteligíveis em papéis e as recitavam em forma de encantações. O que não se tem como saber é se a crença nos “filhos do sol” surgiu e se firmou espontaneamente entre os índios, ou se foi incentivada pelos espanhóis com base em histórias ouvidas sobre a conquista do México, onde invasores eram vistos dessa maneira pelos nativos. Seja como for, funcionava bem, pois, como já intuía Álvaro Núñez, nada como o poder da fé para alcançar resultados práticos: “Nunca curamos ninguém que não dissesse depois que estava melhor. Eles tinham tanta fé que ficariam bem em nossas mãos que acreditavam que nenhum deles morreria enquanto estivéssemos lá”.

Bom observador, ele percebeu também que os avavares tinham que trabalhar tanto para conseguir comida que não sobrava tempo para fazer outras coisas, igualmente necessárias e desejadas. Passou então a fabricar pentes, arcos, flechas, redes de pesca e esteiras, que depois negociava com os índios. Um dos trabalhos de que mais gostava era raspar e amaciar pedaços de couro, já que engolia as raspas e ficava alimentado por dois ou três dias.

Contando a passagem do tempo pela troca de luas, os quatro expedicionários calcularam ter permanecido entre os avavares por oito meses — de setembro ou outubro de 1534 a meados de 1535, época em que as tunas começaram a amadurecer de novo.

Estava na hora de retomar a viagem em busca do porto de Santisteban de Pánuco e da civilização.

Um novo costume Com a chegada do verão, os avavares começaram a se deslocar para o norte. O destino deles era a primeira região de tunas, onde se abasteceriam do fruto e trocariam mercadorias com os mariames — rumo e objetivo totalmente contrários aos de Cabeza de Vaca, Dorantes, Castillo e Estebanico, que não queriam ver os mariames nem pintados de almagre e foram às escondidas para o lado oposto. Os quatro sabiam que, para conseguir chegar a Pánuco, teriam que colar nos índios que fossem para o sul e contar com os conhecimentos que estes tinham da terra. Assim,

passaram a pular de tribo em tribo, conforme a conveniência. Depois de seguir com os maliacones, juntaram-se aos arbadaos, os mais miseráveis de todos até então, de acordo com Cabeza de Vaca. Foi um período de fome e sede insuportáveis. Num dado momento, trocaram uma rede de pesca e uma pele de veado por dois “cachorros” — provavelmente coiotes —, que assaram e devoraram de imediato. Em outra ocasião, tiveram que encarar uma gororoba esquisita, feita com farinha de *mezquite* — espécie de vagem que o autor dos *Naufrágios* descreve como “uma fruta amarga que, quando está na árvore é amarga, se parece com o fruto da algarobeira, mas misturada com terra é doce e boa de comer”.

Os nativos preparavam a farinha num buraco cavado no solo, onde moíam as *mezquites* juntamente com terra. Em seguida, punham a mistura numa vasilha cheia d’água e acrescentavam as sementes e cascas trituradas. Por fim, espremiavam a mistura para retirar a água e davam início a um banquete “grandioso”, que deixava os comensais de barriga inchada.

Os arbadaos são a última tribo que Cabeza de Vaca identifica. Depois disso, deve ter ficado um período muito curto com cada uma para registrar seus nomes — ou para mais tarde se lembrar deles. Apesar da falta de comida generalizada, os “filhos do sol” eram sempre bem acolhidos, pois sua fama se alastrara. Mais adiante, chegaram a um assentamento com cerca de cinquenta casas, onde foram recebidos com um misto de espanto e medo. Provavelmente, estavam com uma aparência horrível. Tinham passado a noite perdidos numa floresta, encharcados até os ossos por uma chuva torrencial e sentindo na pele as consequências de se aventurar sem os índios por aquelas terras. Demorou algum tempo para os moradores se recuperarem do susto. Aos poucos, foram se aproximando. Tocavam os visitantes e, em seguida, tocavam o próprio rosto e corpo.

Superado o medo inicial, os nativos trouxeram seus doentes para serem abençoados. (Contrariando Cabeza de Vaca, o historiador Gonzalo Oviedo afirma que a primeira sessão curativa do quarteto só foi realizada neste momento.)

Os índios fizeram homenagens aos cristãos e repartiram com eles a pouca comida que possuíam. Os quatro acabaram ficando ali aproximadamente duas semanas — tempo suficiente para recuperar as forças e arrancar lágrimas de seus anfitriões quando pegaram carona com outra tribo, pondo-se outra vez em marcha. E dessa forma eles seguiram em frente, sempre na cola de algum grupo — na maior parte das vezes composto de índias, que, por não participarem das batalhas, tinham trânsito livre. Na avaliação de alguns estudiosos, tal estratégia permitiu que percorressem em dez meses um trajeto que sem dúvida jamais teriam conseguido completar sozinhos, nem em anos de caminhada.

Certa tarde, acompanhando um grupo de mulheres, atravessaram um rio “tão largo quanto o de Sevilha e que corria com muita rapidez”, relata Cabeza de Vaca, comparando o rio Grande ao Gualdaquivir. Haviam atingido o que hoje é a fronteira dos Estados Unidos com o México, nos estados do Texas e de Tamaulipas. O sol estava se pondo quando chegaram a um novo assentamento. Este era maior, tinha cerca de cem casas, e os habitantes do local deram a eles uma recepção digna de *pop stars*.

[...] saíram para nos receber fazendo um alarido aterrador e dando palmadas vigorosas nas coxas. Traziam cabaças perfuradas contendo pedras, que é o item mais importante das celebrações, e que eles só usam para dançar ou curar, e que ninguém ousa tocar, a não ser eles. Dizem que essas cabaças têm virtudes e que vêm do céu, porque não existem naquelas terras, nem eles sabem de onde vêm, só que o rio as traz quando enche. Tamanho era o medo e a confusão daquelas pessoas, que todos queriam chegar primeiro para nos tocar; e apertaram-nos tanto que por pouco não nos mataram. E, sem deixar que nossos pés tocassem o solo, nos carregaram para suas casas.

Foi uma cena e tanto, que lhes deu a medida da fama que tinham alcançado. Exaustos, os europeus se recolheram, enquanto os índios se acabavam num animadíssimo *areíto*. No dia seguinte, passado o corre-corre para as bênçãos, aconteceu algo que Cabeza de Vaca talvez nem tivesse registrado, não fossem seus desdobramentos posteriores: em retribuição às

mulheres que levaram os quatro até lá, o pessoal do assentamento presenteou-as com alguns arcos. Mas o mais bizarro veio depois: quando o quarteto retomou a marcha, todos os nativos foram atrás deles.

No assentamento seguinte, após mais uma acolhida festiva, o comportamento dos índios mudou: em lugar de esperar que os presentessem, os que acompanhavam os quatro simplesmente se apossaram de todos os pertences dos que vinham pedir a bênção. Iniciava-se, assim, um padrão de saques e pilhagem que se repetiria muitas vezes.

De acordo com Cabeza de Vaca, pouco adiantou os espanhóis demonstrarem contrariedade e consternação com o novo rumo das coisas. Os próprios saqueados os consolavam, dizendo-se felizes com a visita e certos de que seriam recompensados mais tarde, isto é, seguindo os curandeiros e saqueando seus vizinhos. Esse sistema de recompensas causou outro descompasso: à medida que o grupo prosseguia — já uma boa massa de gente —, o número de “fiéis” crescia mais que o de enfermos a ser “curados”. Participava da procissão uma tribo inteira de vessos e cegos, ainda que “muito bem constituídos e com boas feições, mais brancos do que todos que havíamos visto até então”, completando aquela espécie de exército de Brancaleone local, liderado por três europeus e um negro — todos nus.

Mais ou menos nesse ponto da jornada, os quatro andarilhos divisaram algo inédito até aquele momento: montanhas. Os nativos disseram que elas eram parte de um conjunto (provavelmente Sierra Pamoranés, em Tamaulipas) que se prolongava até a costa do Mar do Norte (o oceano Atlântico). Supondo que as montanhas seguiam paralelamente à costa, o quarteto resolveu rumar para o sul acompanhando seus contrafortes e assim evitando a ferocidade dos índios do litoral.

A maré de boas-novas culminou com outra visão animadora: terminado novo saque dos “fiéis”, os expedicionários ganharam bolsinhas contendo pepitas de prata, segundo Cabeza de Vaca. Eram, na verdade, lascas de marcassita, como ficaria comprovado mais tarde.

Na hora de retomar a caminhada, gurus e fiéis divergiram. Os índios queriam ir cruzar as montanhas em direção à costa, que diziam ser muito povoada. Os espanhóis preferiram continuar no rumo que vinham seguindo. “As pessoas da costa são muito más”, explicaria posteriormente Cabeza de Vaca, “então, achamos melhor seguir por ali, porque os povos do interior tinham melhor temperamento e tratavam-nos muito melhor, e também porque estávamos certos de encontrar terras mais povoadas, com melhores meios de sustento.” Em outras palavras, o plano era manter o sul como meta, em busca de Pánuco, mas com mais segurança e conforto. Se possível, apoiando-se em tribos que se dedicavam à agricultura. Outro motivo para a decisão, segundo Álvaro Núñez, era “ver as particularidades da terra” no interior para, caso sobrevivessem, descrevê-las a seus conterrâneos.

Sem conseguir chegar a um acordo quanto ao caminho a tomar, os “filhos do sol” separaram-se de seus fiéis às margens de um rio: os índios seguiram a correnteza, e o quarteto, o rumo oposto — dando início a uma série de equívocos que acabaria por levá-los primeiro para sudoeste e, depois, para noroeste, fazendo um cotovelo abrupto e colocando-os na direção contrária à que pretendiam. Esta é, registre-se, a tese de Rolena Adorno, Charles Pautz e outros pesquisadores. Há outras interpretações sobre a rota dos quatro sobreviventes. A mais consistente é a do professor de antropologia da Universidade de Washington, Alex D. Krieger. Publicada originalmente em 1955, descreve trajeto diverso, com base em observações *in loco* e deduções. O autor adotou nesta obra a avaliação de Adorno e Pautz.

Mais uma vez, o desconhecimento da terra e a desorientação pregariam uma peça nos náufragos, que cruzariam todo o continente, atravessando duas grandes cordilheiras (Sierra Madre Oriental e Sierra Madre Ocidental), e percorreriam quase 2500 quilômetros, em vez dos trezentos e poucos que, do ponto onde estavam (arredores dos rios San Fernando, Conchos e San Lorenzo), faltavam para Pánuco. Ao que tudo indica, eles não demoraram a perceber a mudança involuntária de rumo. Contudo, mais

adiante, possivelmente por se depararem com fartura de comida e tribos mais avançadas no itinerário, assumiriam o noroeste como meta.

Os índios que haviam desistido de acompanhar os curandeiros, por sua vez, arrependeram-se da decisão. Deram meia-volta e foram atrás do quarteto, que encontraram dormindo num assentamento de cerca de vinte casas. Os quatro companheiros foram despertados por mais uma pilhagem e pelas lágrimas de seus anfitriões, pegos totalmente desprevenidos. Os próprios saqueadores consolavam as vítimas, dizendo que os forasteiros eram “filhos do sol” e tinham poder de cura, de fazer morrer quem lhes aprouvesse matar e, de acordo com Cabeza de Vaca, “outras mentiras ainda piores que [os índios] sabem dizer quando lhes convêm”. Antes de partir, até deram conselhos aos saqueados: que tratassem os quatro com muito respeito e não os aborrecessem; que dessem a eles tudo o que possuíam e depois os levassem para onde houvesse outras pessoas, de quem tomariam todos os pertences “porque assim era o costume” — o qual, de fato, instaurava-se com a explicação.

Após três dias de caminhada ao lado dos novos acompanhantes, o grupo chegou a outro acampamento. Os “fiéis” foram na frente, para explicar como era “o costume”. E, como “grandes mentirosos” e bons contadores de histórias, aumentaram ainda mais os poderes do quarteto, ressalta Cabeza de Vaca, deixando claro a seus leitores que os espanhóis não tinham nada a ver com aquela mistificação.

Essa passagem é um bom exemplo das discrepâncias sobre o texto de Cabeza de Vaca. Para Gonzalo Oviedo, os próprios espanhóis é que saqueavam seus anfitriões. Os saques forçavam os índios a “indenizar” seus vizinhos, e, com isso, os naufragos eram levados adiante. Rolena Adorno e Patrick Charles Pautz observam que essa divergência de interpretação levanta questões interessantes: teria Cabeza de Vaca omitido a participação dos cristãos nos saques para que estes parecessem mais venerados pelos nativos do que realmente eram? Teria Oviedo afirmado que os espanhóis comandavam os saques porque não podia aceitar o fato de que os

conquistadores fossem liderados pelos índios? “Nunca saberemos qual foi o grau de incentivo ou de controle dos quatro homens nessas trocas; a única coisa que podemos afirmar é que o relato de Oviedo dá ênfase ao poder dos quatro sobre os índios, enquanto o de Cabeza de Vaca procura ressaltar a compaixão e humanidade de seu grupo com os nativos”, concluem Adorno e Pautz.

* * *

Dessa vez, entre os mimos, os quatro ganharam duas cabaças cerimoniais — de pronto incorporadas aos rituais de rezas e bênçãos para reforçar sua autoridade com os índios. Divinizadas por algumas tribos, tais cabaças seriam de grande importância para os viajantes ao longo de todo o trajeto, funcionando ora como ícone de poder, ora — para os nativos que as reconheciam como um produto local — como uma espécie de passe livre entre tribos.

Mais adiante, já perto de Sierra Madre Oriental (na altura do atual estado mexicano de Nuevo León), chegaram a um ajuntamento de cerca de quarenta casas. Ali, entre os presentes recebidos, um item deixou fiéis e curandeiros igualmente excitados: mantas de algodão. O que encantava os nativos era o fato, para eles surpreendente, de serem tecidas; já os europeus, que só conheciam o algodão importado da Índia, viram nas mantas um indício seguro de que nas proximidades havia tribos mais avançadas.

Nada, porém, comparou-se ao efeito produzido por uma maraca de cobre que Andrés Dorantes ganhou. Era grande, pesada, e trazia um perfil gravado na superfície. “Depreendemos que, de onde quer que tivesse vindo, o metal tinha sido trabalhado, e era trabalho de fundição”, informa Cabeza de Vaca, enfatizando a animação dos quatro naufragos. Cobre não se equipara a ouro ou prata, mas tampouco era de jogar fora. Os espanhóis já o utilizavam na construção de navios e na fabricação de armas e moedas, por

exemplo. O material era proveniente do norte, explicaram os índios, do mesmo lugar de onde vinham as mantas de algodão. Tudo apontava para a existência de povos sedentários e mais desenvolvidos — talvez até ricos — naqueles lados. Mais um bom motivo para o quarteto descartar o sul e continuar caminhando para noroeste.

Mudança de rumo Quanto mais progrediam para noroeste, mais o cenário mudava. Em vez dos esparsos agrupamentos de índios seminômades, começavam a encontrar tribos sedentárias e maiores, algumas tão populosas que os saqueadores não conseguiam carregar todo o produto do roubo, abandonando parte dele pelo caminho. De Tamaulipas, o grupo atravessara Nuevo León e ingressara no atual estado mexicano de Coahuila. Galgaram uma serra de aproximadamente trinta quilômetros, salpicada de pedras “de escória de ferro” (atual Sierra de la Gloria), e chegaram a um aglomerado de casas às margens de “um rio muito bonito” (o atual Nadadores ou um de seus afluentes). Ali ganharam algumas contas e o que Cabeza de Vaca chama de “peles de vaca” (na verdade, de bisão), bem como mais bolsinhas com marcassita e pó de antimônio (um semimetal usado pelas europeias para pintar os olhos e pelos nativos para pintar o rosto).

A alimentação local consistia em tunas e pinhões¹ “melhores que os de Castela”. Nesse assentamento, nosso herói foi além dos passes e orações. Não satisfeito com o sucesso obtido como xamã, resolveu pôr em prática seus dotes de cirurgião. Trouxeram-lhe um doente que sentia fortes dores no peito. Cabeza de Vaca constatou que haviam atingido o homem com uma flecha e a ponta encravara numa cartilagem logo acima do coração. Não se fez de rogado.

Peguei a faca que tinha e abri o peito até aquele lugar. Vi que a ponta da flecha havia atravessado para o outro lado; estava muito difícil de tirar. Enfiei a faca ainda mais e, afinal, a muito custo retirei a ponta. Era muito comprida. E, exercendo meu ofício de médico, dei dois pontos no ferimento com um osso de veado.

Removida, a ponta de flecha passou de mão em mão. Os índios ficaram boquiabertos com a façanha de Álvaro Núñez, afirma o próprio. Dois dias depois, ele tirou os pontos de seu paciente: “O índio estava curado; dizia que não sentia qualquer dor ou desconforto; e a cicatriz que ficou não era maior que uma linha da palma da mão”. A cirurgia, celebrada com *areitos*, fez crescer ainda mais a admiração dos nativos pelas habilidades dos forasteiros.

Não se sabe ao certo em que momento eles decidiram seguir para oeste, até o Mar do Sul (oceano Pacífico). Talvez tenha sido uma resolução tomada aos poucos e que, também aos poucos, foi se concretizando. Nos *Naufrágios*, a primeira vez que Cabeza de Vaca menciona explicitamente o Mar do Sul como destino é nesse ponto do relato. Mostrando a maraca de cobre a seus anfitriões, os espanhóis perguntaram qual a origem do metal. De acordo com os índios, num local mais adiante, onde as pessoas moravam em casas fixas, havia várias camadas do material enterradas no solo. Os quatro deduziram que eles se referiam ao litoral do Mar do Sul, o qual tinha fama de ser “muito mais rico do que o do Norte”. Cobre em abundância e povos sedentários! As informações eram tão promissoras que eles resolveram guinar para oeste, em direção à nova meta. Não sabiam quanto tempo levariam para chegar lá, mas tudo bem. Estariam finalmente realizando uma das missões da expedição Narváez: conhecer o continente de costa a costa.

Guiados por esse objetivo, retomaram a marcha. Cruzaram, a partir daí, com “tantos povos e de tão diversas línguas que não há memória suficiente para poder contar”, registra Álvaro Núñez. Muitos desses povos passaram a acompanhá-los, e logo Cabeza de Vaca, Dorantes, Castillo e Estebanico tinham cada um o seu séquito particular e sua própria cabana, a qual as índias se encarregavam de transportar, montar e desmontar.

A comida foi farta nessa fase da viagem: as mulheres traziam-lhes tunas, aranhas, minhocas e o que mais encontrassem nas redondezas. Os homens abatiam a pauladas as lebres que pululavam na região, ou incursionavam pelas serras à procura de veados, codornas e pássaros. Finda

a caçada, apresentavam os animais aos curandeiros para que os benzessem. Prefeririam morrer de fome a comer algo que não tivesse passado pelo sinal da cruz, atesta Cabeza de Vaca. Eram os quatro também que autorizavam o cozimento da carne. Quando a refeição estava pronta, pegavam a parte deles e davam o restante para o chefe da tribo distribuir. Antes de se alimentar, os índios tornavam a pedir que suas porções fossem abençoadas “e, se não o fizéssemos, não ousariam comer”. Os curandeiros deviam ficar tontos de tanto soprar, pois a massa de fiéis já assumira proporções bíblicas, variando de 3 mil a 4 mil pessoas. “Nosso trabalho era enorme porque tínhamos que soprar e fazer o sinal da cruz na porção do que cada um ia comer ou beber, e para muitas outras coisas que queriam fazer também nos pediam permissão, de onde se vê o quanto éramos importunados”, observa o autor dos *Naufrágios*.

Seguindo em frente, cruzaram um grande rio que vinha do norte (o Babia ou o Sabinas) e uma extensa planície de cerca de 150 quilômetros, no fim da qual foram recepcionados com pompa e circunstância por gente vinda de longe só para vê-los. Após a fase de saques, mudara mais uma vez o relacionamento entre antigos e novos fiéis. Estes agora ofereciam espontaneamente tudo o que possuíam, inclusive suas casas. O argumento capaz de convencê-los era potente: os antigos diziam-lhes que, se escondessem algo, os forasteiros ficariam sabendo, porque o sol contaria a eles, e fariam com que todos morressem. O pavor dos novatos era tamanho que tremiam sem parar diante do quarteto, não ousando falar nem erguer os olhos.

A viagem prosseguiu pelas escarpas de Sierra Madre Oriental, numa região desértica, acidentada, despovoada e sem caça, onde muitos índios morreram de fome e cansaço. Foi o trecho mais árduo da travessia. Cruzaram pela segunda vez o rio Grande, na altura do Big Bend (onde o rio faz uma curva, no sudoeste do Texas), e chegaram à planície de Stockton, hoje ocupada pelo Big Bend National Park, com seus desertos, cânions e rios.

Legiões de nativos vieram recebê-los. Entre as oferendas havia tal quantidade de pinhões que grande parte ficou largada pelo caminho.

Depois de saciar a fome, o quarteto pediu aos novos fiéis que seguissem com eles na direção do poente. Nada feito. Apesar de Cabeza de Vaca descrevê-los como “o povo mais obediente que encontraram naquela terra e o de melhor temperamento”, os índios recusaram o convite porque eram inimigos das tribos que viviam a oeste. Após muita insistência, os quatro companheiros persuadiram-nos a enviar duas emissárias com uma proposta de trégua. Uma delas era uma cativa pertencente a uma tribo inimiga.

O quarteto propôs então uma mudança de rumo para o norte, mas os índios recusaram de novo, alegando que não teriam o que comer ou beber no caminho. Os espanhóis insistiram, os nativos não cederam. Irritado, nosso herói afastou-se e foi dormir sozinho. Acordou rodeado de índios. Apavorados, imploravam que não se aborrecesse. Os expedicionários, por sua vez, resolveram tirar partido da situação, “fingindo” estar zangados, revela Cabeza de Vaca.

As coisas estavam nesse pé quando, de uma hora para outra, vários índios começaram a passar mal. Mais de trezentos ficaram doentes. Oito morreram. Desnecessário descrever o terror que tomou conta dos fiéis: “Todos nas redondezas souberam do ocorrido; ficaram com tanto medo que, só de nos ver, parecia que iam morrer de medo”.

Avassaladora, a epidemia chegou em boa hora — pelo menos para os naufragos. Não era preciso mais nada para convencer os índios de que seus xamãs podiam matá-los somente porque assim o desejavam. Mal sabiam eles que os “filhos do sol” também estavam apavorados. O temor deles era que todos os nativos morressem ou simplesmente fugissem de medo, abandonando-os naquela terra inóspita. “Suplicamos a Deus Nosso Senhor que nos ajudasse”, conta Cabeza de Vaca, “e, assim, os que estavam doentes começaram a recuperar a saúde.” O que aconteceu de fato não há como saber, mas parece que a sorte estava mesmo do lado do quarteto, como se verá.

A súbita epidemia deu a Cabeza de Vaca uma nova oportunidade de registrar como era a relação dos nativos com a morte. Enquanto a pessoa estava enferma, os parentes sofriam e se desesperavam. Após a morte do doente, porém, ninguém chorava ou demonstrava nenhum tipo de sentimento. Apenas ficavam em silêncio. E só se aproximavam do defunto quando os espanhóis ordenavam que o enterrassem. Uma índia sofreu um castigo exemplar porque chorou na presença de Cabeza de Vaca: levaram-na para longe e rasgaram-lhe o corpo todo, dos ombros às canelas, com uns dentes de rato bem afiados.

O quarteto já tinha praticamente desistido de esperar pela dupla de emissárias quando, cinco dias depois de terem partido, elas voltaram com a informação de que o local estava quase deserto e que a maioria dos índios fora para o norte caçar bisões — ou “vacas”, como registra Álvar Núñez: “Parece-me que são do tamanho [das vacas] da Espanha. Têm chifres pequenos, como as vacas mouras, e pelagem longa. Algumas são pardas, outras pretas; e na minha opinião, têm mais carne e de melhor qualidade do que as [vacas] daqui [da Espanha]. Parece-me que são do tamanho das [vacas] de Espanha”.

A ausência dos inimigos animou os seguidores dos expedicionários a atravessar também as montanhas Chisos, num trajeto cheio de desfiladeiros e penhascos. Os que não estavam doentes foram com eles. Após três dias de marcha, chegaram a um rio que corria entre as montanhas. Tinham alcançado o local chamado Junta de los Ríos, perto da cidade de Presidio, no Texas, onde o rio Grande se encontra com o Conchos. A índia cativa levou-os para conhecer seus parentes. Para espanto e excitação do quarteto, eles moravam em casas feitas de adobe, circundadas por plantações de feijão e abóbora. Havia ainda algo de que não tinham notícia desde que deixaram a baía dos Cavalos e que os encheu de alegria: um estoque de milho. “Nada no mundo poderia ter nos deixado mais felizes, e agradecemos infinitas vezes ao Senhor por isso.” Dessa vez, além de alimentos, os curandeiros ganharam cabaças para carregar água e peles de bisão. A partir daí, a forma

de saque e o ritual de boas-vindas mudaram novamente; os moradores agora amontoavam todos os seus pertences no centro de suas casas e, voltados para a parede, a cabeça baixa e o cabelo caído sobre o rosto, esperavam pelos forasteiros.

Como na costa, os homens que os espanhóis identificaram como “o povo das vacas” andavam totalmente nus, enquanto mulheres e velhos cobriam o corpo com peles de veado. No povoado seguinte, também formado de casas de adobe, os expedicionários ficaram sabendo que, para ir para o poente por regiões de cultivo de milho, teriam antes que caminhar dezessete dias para o norte, ladeando o rio Grande. As tribos ribeirinhas eram inimigas do “povo das vacas”, que, por isso, não iria adiante. Ainda que os nativos das margens do rio Grande os recebessem bem, não haveria muita comida. Indecisos sobre seguir a “rota do milho” (norte-oeste) ou a “rota do bisonte” (norte), os companheiros pernoitaram ali. Enquanto tentavam decidir o que fazer, deliciaram-se com os feijões e abóboras preparados pelos índios de um jeito inusitado: “A maneira como cozinham é tão diferente que quis registrá-la, para que a extraordinária engenhosidade e diligência da humanidade pudessem ser admiradas e conhecidas em toda a sua diversidade”, observa Cabeza de Vaca. Como não tinham panelas, os índios despejavam água até a metade de uma grande cabaça e colocavam algumas pedras no fogo. Quando as pedras ficavam incandescentes, pegavam-nas com tenazes feitas de pau e atiravam na cabaça para que a água fervesse. Em seguida, punham na água o que queriam cozinhar. Logo substituíam as pedras resfriadas por outras em brasa e recomeçavam o processo.

Depois de se fartar com os cozidos e refletir por dois dias, os quatro decidiram seguir a rota do milho, porque estavam certos de “que indo no rumo do pôr do sol encontrariam o que desejavam”.

Na rota do milho Fizeram bem em aproveitar o período de vacas gordas (ou de bisões gordos) e preparar o estômago para a viagem. De fato, ganharam

muitas peles de bisão, mas a coisa mais parecida com comida que viram ao longo do percurso foi uma fruta tão intragável que nenhum deles conseguiu engolir. Durante os primeiros dezessete dias de marcha, alimentaram-se apenas de um punhado diário da banha de veado providentemente guardada para ocasiões como aquela. Depois de caminharem para o norte, cruzaram pela terceira vez o rio Grande — provavelmente onde hoje existe uma ponte que liga El Paso, no Texas, a Ciudad Juárez, em Chihuahua — e enveredaram para oeste. Atravessaram em seguida uma extensa planície coberta de areia, onde a banha de veado foi substituída pelo prato local naquela estação: palha moída.

Passados 35 dias, o esforço foi enfim recompensado: chegaram a outro povoado de casas de adobe, no qual havia milho, farinha, abóbora, feijão e mantas de algodão. Deram graças a Deus e aos índios por tê-los conduzido a um lugar onde “encontraram tanto sustento”. Restauradas as forças e o estoque de alimentos, percorreram, a partir dali, cerca de quinhentos quilômetros na região conhecida pelos arqueólogos como Pueblos de Sonora, um conjunto de povoados espalhados entre os atuais estados mexicanos de Sonora e Chihuahua.

Cortado por inúmeros rios que deságuam uns nos outros ou confluem, o fértil território limitava-se, ao norte, com os rios San Miguel, Sonora, Montezuma e Bavispe; ao sul, com os rios Yaqui, Mayo, Fuerte e Sinaloa. As tribos que lá habitavam desde o século XIV viviam basicamente da agricultura. Cultivavam milho, feijão, vários tipos de abóbora e algodão. Suas casas eram feitas de adobe, sobre fundações de pedra. Exímios tecedores, negociavam mantas com outras tribos em troca de cerâmicas, conchas e sinos de cobre, através de uma ampla rede de comércio que alcançava pontos longínquos do continente.

Embora ainda mantendo o poente como meta, os andarilhos não devem ter avançado em linha reta na acidentada região de Sonora. É provável que tenham feito um grande zigue-zague norte-sul, seguindo o trajeto natural de vales, passagens e trilhas ribeirinhas. Apesar de longo e

cansativo, foi um percurso bem mais fácil e agradável que o anterior. Primeiro, porque não passaram fome. A cada dois ou três dias, encontravam um povoado de casas “permanentes” — a maioria “feita de terra” (adobe). Estavam sempre acompanhados por uma multidão de mil a 3 mil pessoas. Vinha gente de longe para ser abençoada e caminhar com eles, gente que às vezes pertencia a tribos inimigas, as quais, de acordo com Cabeza de Vaca, só por isso faziam as pazes. Convictos de que os forasteiros tinham vindo do céu, todos queriam guiá-los. Ao chegar a um povoado, seus acompanhantes os entregavam aos moradores, que, por sua vez, encarregavam-se de levá-los ao povoado seguinte, e assim por diante.

Por onde quer que passassem, os quatro curandeiros recebiam comida e presentes: milho, feijão, carne de veado, e roupas de algodão consideradas por Cabeza de Vaca “melhores que as de Nova Espanha”. Num dos povoados, deram-lhes contas, corais do Pacífico e turquesas “adquiridas no norte”. Em outro, Dorantes ganhou cinco flechas cujas pontas eram feitas com turquesas tão bonitas, esverdeadas e brilhantes, que Cabeza de Vaca pensou serem esmeraldas. Admirado, quis saber a origem das pedras. Foi informado que tinham sido obtidas em troca de plumas e penas de papagaio, numa negociação com as tribos que “viviam em montanhas muito altas, mais ao norte”, onde “havia povoados populosos e casas muito grandes”. Essas e outras menções do autor dos *Naufraágios* às tribos que viviam “mais ao norte”, supostamente povos mais avançados e ricos, teriam mais tarde grande repercussão entre seus conterrâneos, estimulando a organização de inúmeras expedições em busca desses grupos.

Outra coisa que impressionou Cabeza de Vaca foi a moda feminina em Sonora. As índias “se vestiam com mais decência” do que todas as demais: camisões de algodão na altura dos joelhos, sob uma espécie de jaqueta de pelica de veado, de mangas três-quartos, que ia até os tornozelos e era fechada na frente por cordões. Nos pés, mocassins de couro.

Depois de caminhar por quase todo o continente, Cabeza de Vaca, Dorantes, Castillo e Estebanico deviam estar em excelente forma física.

Andavam o dia todo sem comer nada, o que só fazia crescer a admiração e o respeito dos índios. Alimentavam-se apenas à noite e, mesmo assim, frugalmente. Para preservar sua autoridade, os espanhóis agiam como alguns executivos modernos: só se dirigiam diretamente a seus liderados em ocasiões especiais, deixando a comunicação trivial do dia a dia a cargo do escravo, Estebanico. Não que comunicar-se com os índios fosse um problema para eles. Nessa altura, já dominavam seis línguas nativas. E, quando estas não eram suficientes, recorriam à linguagem universal dos sinais. Foi por meio dela que, segundo Álvaro Núñez, apresentaram Deus aos índios, informando que era o único Senhor a quem deveriam adorar e prestar obediência. Claro que, na base da mímica, não puderam aprofundar-se no assunto — se é que tal esboço de pregação aconteceu de fato. Não obstante, seus interlocutores foram tão receptivos, afirma Cabeza de Vaca num provável recado ao rei da Espanha, que, “se tivéssemos um intérprete através do qual pudéssemos nos entender melhor, teríamos deixado todos convertidos ao Cristianismo”.

Uma prova de que, embora sem palavras, o bate-papo religioso teve boa repercussão foi a espécie de culto que se tornou hábito diário a partir de então: assim que o sol nascia, os índios erguiam as mãos para o céu e se punham a gritar; em seguida, passavam as mãos pelo corpo, esfregando-se da cabeça aos pés. A mesma coisa na hora do pôr do sol, numa manifestação não muito diferente de certas práticas religiosas mais entusiasmadas dos nossos dias. “São pessoas de boa disposição e prontas a seguir qualquer coisa bem planejada”, conclui Cabeza de Vaca, talvez ainda com Carlos V na mira.

No mesmo local onde ganhou as cinco flechas com pontas de turquesa, Dorantes recebeu algo ainda mais espantoso: seiscentos corações de veado. Abertos ao meio e ressecados como carne de sol, eram decerto mais uma oferenda do que propriamente um alimento, e valeram àquela gente o apelido de “povo dos corações”.

Há controvérsias sobre a localização exata desse povoado, que provavelmente ficava próximo à atual cidade mexicana de Onavas, às margens do rio Yaqui. O grupo deve ter chegado lá entre o final de 1535 e o início de 1536. Apoiando-se no relato dos outros expedicionários, o historiador Gonzalo Oviedo descreve-o como um conjunto de vários povoados. Já Cabeza de Vaca o apresenta como um único assentamento, composto de *buhios* — grandes cabanas de junco semelhantes às que vira na Flórida — e situado numa região onde havia diferentes tipos de veados, um deles tão grande quanto os “jovens touros de Castela”.

O autor dos *Naufrágios* deixa ainda um aviso importante para futuros exploradores: o Povoado dos Corações era a melhor “porta de entrada” para o rico território mais ao norte, no litoral do Mar do Sul, onde encontrariam mais de 5 mil quilômetros de áreas povoadas e onde três vezes por ano se colhia feijão e milho. Bem, pelo menos foi o que ele deduziu e registrou, com base no que ouviu dos nativos, já que jamais chegaria ao litoral leste do continente. Quem se aventurasse a ir em busca daqueles povos deveria seguir a rota que saía de Corações, sob pena de “perecer” se fosse direto para o litoral, onde não havia o que comer. Habitava aquela costa um povo “tímido e triste” que se alimentava somente de ervas trituradas e dos poucos peixes que conseguiam pegar com suas jangadas, porque nem canoas tinham. As mulheres cobriam “suas vergonhas” apenas com mato e palha — vestimenta muito inferior à das índias de Sonora.

O quarteto ficou só três dias em Corações, mas acabou retido por duas semanas no povoado seguinte, devido às fortes chuvas e consequente inundação do rio — ainda o Yaqui, o qual enche tanto naquele ponto que, séculos depois, os mexicanos construiriam ali uma represa. O grupo aguardava a baixa das águas quando Castillo notou, pendendo do colar que enfeitava o pescoço de um índio, algo que lhe pareceu familiar. Aproximando-se, constatou ser uma fivela igual às usadas pelos espanhóis nos cinturões em que portavam a espada. Preso nela, um prego de ferradura. Ou seja: havia cristãos e cavalos por perto.

Barbados como eles Os expedicionários não veriam as águas azuis do Pacífico. Mas que importância tinha isso? Naquela altura do campeonato, o que queriam mesmo era continuar a busca a seus conterrâneos, de preferência por um caminho onde houvesse comida. Foi assim que, de Corações, rumaram para o sul, seguindo o curso do rio Yaqui e a rota do milho. Quando as águas baixaram, o quarteto contornou a costa, mantendo sempre a distância de cinquenta, sessenta quilômetros do mar. Iam com eles cerca de duzentos índios.

O que os naufragos ainda não sabiam era que toda aquela região fora conquistada por Nuño Beltrán de Guzmán e incorporada ao reino de Castela sob o nome de Nova Galícia. Conhecido como um dos mais cruéis conquistadores espanhóis, Guzmán era governador de Pánuco quando Narváez e seus homens partiram da Espanha. Em 1531, depois de comandar sangrentas incursões aos territórios inexplorados do noroeste do México, foi nomeado governador da Nova Galícia, em mais uma manobra imperial para enfraquecer Hernán Cortés. Sua atuação abriu caminho para novas e também sangrentas conquistas naquela área. Em 1533, o sobrinho dele, Diego de Guzmán, chefou uma expedição pela costa oriental do golfo e explorou parte do rio Yaqui, onde travou uma breve mas violenta batalha com os moradores do lugar. Muitos dos nativos fugiram para as montanhas, cujas trilhas estreitas impediam a passagem dos cavalos. Outros lutaram bravamente, rechaçando os invasores. Iniciara-se, não obstante, o processo de dispersão e abandono dos povoados. Os enfeites que Castillo vira no pescoço do índio podiam ter pertencido a um dos expedicionários de Diego de Guzmán.

De algumas dessas novidades Cabeza de Vaca e seus companheiros logo ficariam sabendo. No momento, queriam era descobrir como o tal índio arranjava a fivela e o prego de ferradura. A primeira resposta que conseguiram, evidentemente, foi que ambos tinham caído do céu. Com um pouco de insistência, obtiveram a informação de que os objetos pertenciam a homens barbados como eles, que vieram do céu com seus cavalos, lanças e

espadas. Procurando disfarçar a alegria e excitação, perguntaram o que lhes acontecera. Depois de ferir dois índios, os forasteiros “colocaram suas lanças debaixo d’água, entraram eles próprios debaixo d’água e, depois disso, ressurgiram na superfície e partiram na direção do poente”.

Animados com as evidências cada vez mais concretas da existência de outros cristãos por perto, os naufragos partiram no seu encalço. Qual não foi a surpresa deles ao depararem mais à frente com um cenário desolador: os férteis vales de Sonora e Sinaloa totalmente despovoados, plantações abandonadas, casas incendiadas ou desertas. Logo descobriram o que sucedera: apavorados, fracos e famintos, os índios estavam escondidos nas montanhas de Sierra Madre Ocidental.

O motivo da fuga era justamente o que o quarteto buscava — os cristãos. De acordo com os fugitivos, um grupo de conterrâneos dos espanhóis tinha “invadido a terra, destruído e queimado os povoados, levado metade dos homens e todas as mulheres e meninos”.

Nesse ponto da narrativa, algo curioso acontece: de certa maneira, Cabeza de Vaca assume a condição de nativo e passa a se referir a seus conterrâneos como “os cristãos”, como que se esquecendo de quem era. Tratava-se de pessoas diferentes dele, apesar de também usarem barba. Os misteriosos forasteiros mais pareciam caçadores de escravos, em vez de exploradores ou conquistadores.

Mortos de medo de que os apanhassem, os índios escondiam-se ou corriam desorientados. Não conseguiam nem trabalhar em suas plantações: “Preferiam se deixar morrer, o que consideravam melhor do que serem tratados com tanta crueldade”, afirma Álvaro Núñez.

Os anos de convivência com os nativos afetaram a visão de mundo de Cabeza de Vaca, Dorantes e Castillo (mais curiosa ainda deveria ser a ótica de Estebanico, que, de escravo, passara a companheiro de jornada de seu ex-amo). Por isso, prometeram tomar o partido dos índios e procurar os cristãos para dizer-lhes “que não deviam matá-los nem tomá-los como escravos; também não deveriam tirá-los de suas terras e fazer-lhes mal”.

É bem verdade que, quando redigiu essa passagem, Cabeza de Vaca já devia conhecer as sanções que sofreram Nuño de Guzmán e demais conquistadores pelos maus-tratos infligidos aos índios. Assim como é fato que sempre buscou pintar uma boa figura de si perante o rei católico. Não obstante, depois de tudo o que passou, ele devia sinceramente acreditar em outra forma de conquista. Não que seus propósitos finais divergissem muito dos de outros conquistadores da época. Ele também queria “atrair os índios para o cristianismo e para prestar obediência a Sua Majestade Imperial”. A diferença era que, para o autor dos *Naufraágios*, o melhor caminho para alcançar esse objetivo “era dar bom tratamento aos índios” — convicção que reafirmaria ao longo da vida, embora nem sempre conseguisse pô-la em prática.

Na opinião do próprio Álvar Núñez, uma das provas de que estava certo foi a boa acolhida dos índios, os quais poderiam, em vez disso, tentar fazer o quarteto pagar pela violência dos “outros cristãos”. Surpreendentemente para ele, os quatro continuaram a ser recebidos com tanto respeito e reverência quanto antes, ou até mais. Além de lhes oferecer a pouca comida disponível, os nativos davam a eles roupas e objetos que tinham escondido dos “outros cristãos”. Num dado momento, levaram-nos a um dos seus esconderijos, onde havia uma multidão de refugiados. Deles ganharam toneladas de milho, prontamente distribuídas entre os famélicos fiéis.

Sentindo-se novamente no controle, os náufragos resolveram enviar emissários em busca de quem estivesse escondido nas redondezas. O objetivo era reunir todos num povoado mais adiante. No dia seguinte, porém, os mensageiros voltaram desacompanhados. Não arregimentaram um único índio, mas haviam presenciado uma cena aterradora na noite anterior: a chegada de um grupo de “cristãos” trazendo um bando de nativos acorrentados. A notícia deflagrou um início de debandada, contida a custo pelos quatro.

No local da cena, o quarteto descobriu pegadas frescas e estacas usadas para amarrar cavalos — provas de que os cavaleiros não estavam longe. Acompanhado por Estebanico e onze índios, Cabeza de Vaca saiu imediatamente à procura deles. Mais tarde, afirmaria nos *Naufraágios* que só encarou a missão porque nem Dorantes nem Castillo quiseram ir, apesar de mais jovens e fortes que ele. E teria feito o percurso com tanto entusiasmo, que em 24 horas completou, a pé, o mesmo trajeto que os cavaleiros tinham levado três dias para percorrer. Sem dúvida, mais um momento autopromocional de nosso herói. (Gonzalo Oviedo revela que, na verdade, enquanto Cabeza de Vaca ia atrás dos soldados espanhóis, Dorantes e Castillo assumiram a tarefa não menos árdua de arrebanhar as centenas de índios foragidos nas montanhas.)

Foi assim que Álvar Núñez enfim se deparou com aqueles que tanto ansiara encontrar. Os espanhóis por pouco não caíram dos cavalos ao ver emergir do mato um negro e um branco “vestidos de forma tão estranha”, acompanhados por um grupo de índios. Ficaram olhando demoradamente para os recém-chegados, sem pronunciar palavra. O primeiro a falar foi o próprio Cabeza de Vaca, o qual pediu que o levassem a seu capitão.

Pedido atendido: em abril de 1536, a poucos quilômetros dali, às margens do rio Sinaloa, o conquistador Álvar Núñez Cabeza de Vaca conheceu o caçador de escravos Diego de Alcaraz. Descrito por mais de uma testemunha como rude e cruel, Alcaraz foi um ávido conquistador do território da Nova Galícia, e não estava num bom dia, pois havia tempos não pegava nenhum índio, e seus homens e cavalos já passavam fome. Disposto a ajudar o conterrâneo, Cabeza de Vaca esqueceu a promessa feita a seus fiéis seguidores, e lhe contou que Dorantes e Castillo estavam lá perto com muitos índios.

Alcaraz não titubeou: mandou imediatamente três cavaleiros e cinquenta nativos aliados buscá-los. À frente, Estebanico, como guia. Voltaram cinco dias depois, com Dorantes, Castillo e seiscentos índios (ou seja, a dupla reunira mais quatrocentos indivíduos, além dos duzentos que já

os acompanhavam). Alcaraz, no entanto, não se deu por satisfeito e pediu a Cabeza de Vaca que convocasse também os moradores ribeirinhos do Sinaloa, que estavam nas montanhas, para que lhes trouxessem comida. E vieram outros seiscentos índios, com todo o milho que tinham escondido, enterrado em potes de barro. Nem bem acabou a distribuição do alimento, iniciaram-se as desavenças entre os homens de Alcaraz e o grupo de Álvar Núñez.

Houve “muitos aborrecimentos e grandes disputas”, lembraria posteriormente Cabeza de Vaca. Mais uma vez, jamais se saberá até que ponto isso é verdade, dado seu interesse em angariar a simpatia do imperador. Para começo de conversa — ou de discussão —, Alcaraz quis transformar os índios em escravos. Desistiu em troca de bolsas de couro, peles de bisão e outras ofertas dos náufragos. A principal moeda de troca foram arcos muito precisos e potentes, feitos com chifres, ossos e tendões de búfalo.

Fechado o negócio com Alcaraz, os quatro andarilhos enfrentaram outra questão: como se livrar dos fiéis? A custo conseguiram persuadi-los a voltar para suas casas. Os índios relutavam, pois temiam morrer se não os entregassem a uma nova tribo, conforme o costume. Ao mesmo tempo, acreditavam que, enquanto estivessem sob sua proteção, não seriam mortos ou feridos pelas lanças inimigas. Já os “outros cristãos” tentaram convencê-los de que não havia diferença entre eles, recém-chegados, e os náufragos, exceto pelo fato de que estes estavam perdidos ali fazia muito. A manobra seguinte foi proclamarem-se senhores da terra, a quem todos deveriam obedecer e servir, classificando o quarteto como gente de pouco valor. Os índios não lhes deram ouvidos.

[...] ao contrário, conversavam entre eles dizendo que os cristãos mentiam porque nós viemos de onde nasce o sol e eles de onde o sol se põe; que nós curávamos os doentes e eles matavam os que estavam sãos; nós andávamos nus e descalços, e eles vestidos, com cavalos e lanças; que nós não cobiçávamos as coisas e retribuíamos tudo que nos

davam, sem ficar com nada, enquanto os outros só queriam roubar o que eles tinham e nunca davam nada a ninguém.

Tudo isso foi comunicado por um intérprete aos homens de Alcaraz e aos demais índios em *primahaitu*, língua indígena geral tão difícil de entender que “parecia basco”, de acordo com Cabeza de Vaca. Os pesquisadores acreditam que essa língua de fato existiu e que era usada pelos nativos para negociar. Foi ela que permitiu aos índios passarem o quarteto adiante de tribo em tribo.

Depois de convencerem os fiéis a voltar para casa, os quatro partiram. Mas, temendo que Alcaraz mudasse de ideia, saíram tão às pressas que, por engano, deixaram com o resgate as cinco flechas com pontas de “esmeralda” recebidas por Dorantes — das quais, obviamente, nunca mais tiveram notícia. O destino dos naufragos era agora San Miguel de Culiacán, a *villa* espanhola mais avançada no noroeste da Nova Galícia.

Cabeza de Vaca, Dorantes, Castillo e Estebanico foram para Culiacán no final de abril de 1536. Por fim estavam muito perto de reencontrar seus pares e recuperar a identidade que, na ótica da época, julgavam ter perdido naquelas terras estranhas, em meio a uma gente tão diferente. Logo estariam livres daquele “triste e miserável cativo”, anota Álvar Núñez, descrevendo sua expectativa. Mas, como ele anotaria também, as coisas nem sempre acontecem como as idealizamos.

Os quatro seguiram viagem sob a escolta de um alcaide, três soldados e alguns índios aliados. Mas Alcaraz não tinha a menor intenção de cumprir sua parte no acordo. Mal eles partiram, montou em seu cavalo e foi à caça dos índios — os mesmos que haviam trazido milho para salvar os homens e os cavalos dele. Para evitar que o quarteto visse a movimentação e se comunicasse com os nativos, os guias os conduziram por uma área desértica e despovoada, onde passaram tanta sede que sete índios aliados morreram. O fato mereceu o seguinte comentário de Cabeza de Vaca: “É evidente o quanto os pensamentos dos homens os enganam, pois nós fomos até eles em

busca de liberdade e, quando achamos que a havíamos encontrado, aconteceu justamente o contrário”.

Alguns dias depois, exausto e sedento, o grupo chegou a um dos poucos assentamentos indígenas remanescentes na região de Culiacán, às margens do atual rio San Lorenzo, próximo à *villa* de San Miguel. Apesar do abandono geral, Cabeza de Vaca impressionou-se com a boa qualidade da região, descrevendo-a como “a melhor entre todas que encontramos nas Índias, a mais fértil e com a maior abundância de comida”. Para ele, a província tinha tudo para se transformar numa das melhores do reino. Além da fertilidade, a terra apresentava “grandes sinais” de ter ouro e prata. Os habitantes locais eram ótimos, prestativos, “muito mais que os do México”, e estavam prontos a obedecer a eles e voltar para seus povoados, “se os cristãos assim o permitissem”. Caso isso não ocorresse, declarava ele sem meias palavras, “terá sido por culpa dos cristãos”.

No dia 10 de maio de 1536, Melchior Díaz, o alcaide-mor da província, veio de San Miguel para encontrar os quatro. Tinha lágrimas nos olhos e recriminou o caçador de escravos pelo tratamento dispensado ao quarteto. Falou-lhes também da situação desesperadora em que se achava a província, e pediu que ficassem algum tempo em San Miguel, ajudando-o a repovoar o território. Eles relutaram, mas acabaram concordando. Mandaram dois índios cativos, de posse de uma grande cabaça, convocar os foragidos. Vale lembrar que, desde Tamaulipas, o quarteto não abria mão das cabaças, descritas por Cabeza de Vaca como “principal insígnia e emblema de nossa importância”.

Passados sete dias, os mensageiros voltaram. Alcaraz havia afugentado quase todos os moradores, mas, ainda assim, vinham com eles três caciques e quinze índios, carregando presentes para o quarteto. Com a ajuda de um intérprete, Díaz proferiu então um longo discurso, cujo conteúdo Cabeza de Vaca reproduz parcialmente nos *Naufrágios*. Não era um pronunciamento qualquer, como pode parecer à primeira vista; tratava-se do famoso *Requerimento*, instrumento jurídico que “legalizava” as conquistas.

Tornado obrigatório pela Coroa espanhola desde 1526, o *Requerimento* comunicava aos índios, entre outras coisas, que os conquistadores tinham vindo para lhes ensinar bons costumes, evitar práticas condenadas, como o canibalismo, e iniciá-los no catolicismo. Começava com uma longa ladainha explanatória sobre os objetivos e expectativas dos conquistadores e concluía oferecendo uma alternativa aos conquistados: ou aceitavam a fé cristã e juravam obediência à Coroa, ou seriam submetidos à guerra e à escravidão. A recusa em aceitar o *Requerimento* era considerada motivo justo para guerra. Opor resistência armada, prejudicar a descoberta de minas ou não permitir que delas fossem extraídos metais preciosos eram outras justificativas “legais” para ataque.

* * *

Na presença de testemunhas e de um notário, os índios aceitaram o *Requerimento*, obtendo, então, autorização de Díaz para voltar para suas terras e reconstruir suas casas. Aproveitando o embalo, o alcaide-mor sugeriu que construíssem também uma casa para Deus e não esquecessem de colocar na porta uma cruz, que sinalizava a amizade com os cristãos. A partir daquele momento, portanto, os nativos deveriam recebê-los sempre com uma cruz bem grande nas mãos, em substituição ao arco e flecha.

Esses índios não demoraram a retornar, trazendo outros. O passo seguinte foi batizar os filhos dos principais caciques, em mais um procedimento exemplar da conquista cristã (primeiro, batizavam-se os meninos; mais tarde, as meninas, para que pudessem se casar com os espanhóis).

O processo todo terminou com Díaz jurando solenemente acabar com as entradas escravagistas e fazendo a prudente observação de que cumpriria o prometido até que o governador Nuño de Guzmán, o vice-rei ou o próprio imperador determinassem “outra coisa qualquer”.

Quinze dias depois de selado o acordo entre espanhóis e habitantes locais, Alcaraz e seus soldados chegaram. Ficaram perplexos: as terras estavam novamente povoadas, e eles foram recebidos por tribos inteiras que exibiam cruces; os índios convidaram-nos a comer, beber e dormir em suas cabanas.

Cabeza de Vaca, Dorantes, Castillo e Estebanico tinham conseguido assentar os nativos, dando sua contribuição à Coroa. A expedição Narváez não fora em vão, afinal. Mais importante ainda, seus quatro sobreviventes realizaram uma conquista pacífica, totalmente diferente das comandadas por homens como Nuño de Guzmán, que eles não demorariam a conhecer.

A volta para casa O novo destino do quarteto era Compostela, a capital da Nova Galícia, localizada onde se encontra hoje a cidade de Jalisco. De San Miguel de Culiacán até lá era um longo e perigoso percurso. Quase quinhentos quilômetros de terreno repleto de índios hostis, razão por que foram acompanhados de vinte cavaleiros na primeira parte do caminho; na outra, viajaram com alguns cristãos que levavam quinhentos escravos indígenas, numa prova de que a mudança de comportamento imaginada por Cabeza de Vaca estava longe de ser a regra.

Segundo ele, foram “muito bem recebidos” em Compostela por Nuño de Guzmán, sobre quem, sintomaticamente, o autor dos *Naufrágios* pouco fala. Comenta apenas que não usou as roupas nem a cama oferecidas pelo governador. Nos primeiros dias de volta à civilização, o agora quase índio só conseguia dormir no chão.

Alguns meses depois desse encontro, Nuño de Guzmán seria preso por maus-tratos aos nativos e, no ano seguinte, obrigado a retornar à Espanha, onde permaneceria em prisão domiciliar até o fim da vida. Antonio Tello, um historiador do século XVII, garante que os naufragos e o governador se desentenderam em Compostela. Cabeza de Vaca, Dorantes e Castillo teriam ficado tão chocados com os métodos de Guzmán e com o caos

reinante na província, que registraram um *testimonio* contra ele — do qual, no entanto, até hoje os estudiosos não acharam nenhuma pista.

De Compostela, o quarteto seguiu para México-Tenochtitlán (atual Cidade do México), a esplendorosa capital do vice-reinado, onde foram recebidos como heróis nas ruas e se tornaram assunto de todas as rodas. Curtido na arte de sobreviver em território desconhecido, Cabeza de Vaca também não faz nenhum comentário sobre as importantes mudanças políticas ocorridas durante sua ausência, como a instauração do vice-reinado e o enfraquecimento de Hernán Cortés. Menciona somente que foram muito bem tratados pelo vice-rei, Antonio de Mendoza, e pelo marquês del Valle (ninguém menos que Hernán Cortés, já sem poder mas ostentando um título nobiliárquico), dos quais ganharam as roupas que envergaram no dia seguinte, nas festividades públicas em homenagem a São Tiago.

A capital da Nova Espanha era famosa pela animação e suntuosidade de suas festas populares, que incluíam desde touradas, jogos, concursos e esquetes teatrais a cenários móveis que, a julgar pelas descrições de um espectador, hoje não fariam feio nos desfiles de um sambódromo. Segundo ele, numa dessas festas, Cortés em pessoa recebeu os visitantes na entrada de uma imitação da cidade de Rhodes, onde os aguardavam diversões de todos os tipos — até mesmo falsos navios tripulados por índios fantasiados de frades dominicanos. Mais discreto (ou realista), Cabeza de Vaca relata que, naquele 25 de julho de 1536, assistiu a touradas e a *juegos de canãs* — jogo equestre em que dois times de cavaleiros, protegidos por escudos, tentavam atingir-se mutuamente com lanças de madeira. Respeitando a origem árabe do jogo, os oponentes fantasiavam-se uns de cristãos e outros de mouros. Ninguém morria, mas vez por outra alguém saía mancando, como sucedeu a Cortés.

A festa daquele ano teve uma atração a mais: os quatro sobreviventes da expedição Narváez, “cobertos por couros, exatamente como haviam chegado da Flórida”. A informação é de Alonso de la Barrera, um dos cem

expedicionários que permaneceram na costa, enquanto os demais desembarcavam com Pánfilo de Narváez à procura de riquezas. Depois de participar de fracassadas buscas pelos colegas, Barrera estabeleceu-se em México-Tenochtitlán. Feliz pelo reencontro com os amigos, espantou-se ao vê-los “quase nus” na igreja principal da cidade. Durante a permanência na capital do vice-reinado, o quarteto deve ter contado dezenas de vezes sua aventura. Preservou, contudo, parte das informações, as quais seriam apresentadas diretamente à corte, como ficou registrado na carta que o vice-rei enviou à imperatriz Joana, em 11 de fevereiro de 1537, avisando que “Cabeza de Baca e Francisco Dorantes [sic]” ofereceriam pessoalmente detalhes adicionais sobre a jornada na Flórida. A carta acompanhava o relato conjunto acerca da viagem, produzido por Cabeza de Vaca, Andrés Dorantes e Alonso del Castillo nos meses de agosto e setembro. (Estebanico voltara à sua posição habitual, em segundo plano, tão logo puseram os pés na Nova Espanha.) O relato original se perdeu, mas, como se sabe, o historiador Gonzalo Oviedo teve acesso a uma cópia, que usou para escrever sua versão dos fatos.

O retorno dos quatro naufragos levou o vice-rei Antonio de Mendoza a organizar mais de uma expedição exploratória ao norte da província, onde, segundo eles, haveria muitas riquezas. Dorantes foi chamado a participar da primeira, mas recusou o convite. Mendoza, então, adquiriu dele Estebanico, para atuar como guia. Em março de 1539, o mouro partiu com trezentos homens na célebre expedição em que o monge Marcos de Niza teria visto as Sete Cidades de Cibola, com suas casas feitas de pedra e ouro. Quando os homens retornaram, o escravo poliglota não estava entre eles: acredita-se que tenha morrido no norte de Sonora, vítima de um ataque indígena.

Finalmente, depois de Cabeza de Vaca ser incorporado à rotina da cidade e concluir o relato conjunto de sua aventura, chegara a hora de ele deixar o continente onde vivera por oito anos e voltar para a Espanha. Da baía de Galveston à Cidade do México, nosso personagem havia percorrido, a pé, aproximadamente 4500 quilômetros (somando-se essa distância à

completada por mar, fizeram mais de 18 mil quilômetros). Sobre o território que conhecera, apresentou o seguinte resumo nos *Naufrágios*:

Por toda esta terra onde existem montanhas há grandes evidências de ouro e antimônio, ferro, cobre e outros metais. Na região onde há casas permanentes é muito quente, tão quente que, em janeiro, faz muito calor. Para o sul, a terra é desabitada até o Mar do Norte; é pobre e árida, e lá sofremos grande e inacreditável fome; os que habitam e andam por aquelas terras são gente cruelíssima, de má índole e maus costumes. Os índios que têm casas permanentes e os que ficam para trás não dão importância alguma a ouro e prata, nem acham que deles se possa tirar proveito.

Enfatizando a existência de “pérolas e muitas riquezas” nas proximidades do Mar do Sul, ele ressalta ainda — dessa vez dirigindo-se diretamente ao imperador — que durante todo o tempo que lá estiveram, não viram nenhum índio praticar sacrifícios ou idolatrias, o que, na sua opinião, facilitaria muito a conversão daquela gente à fé cristã.

Em outubro, Cabeza de Vaca e Andrés Dorantes foram para a cidade de Vera Cruz, onde ficava o principal porto espanhol. Pouco antes de partirem, no entanto, um furacão destruiu o navio em que embarcariam. O fato de terem experimentado na ida o mau humor do Caribe levou a dupla a voltar para a Cidade do México, ali aguardando, prudentemente, o término do inverno e da temporada de furacões. Em abril, enfim partiram, num comboio — Álvaro Núñez num barco, Dorantes em outro. Os navios velejaram juntos por alguns dias, mas o de Dorantes começou a fazer água e retornou para terra firme sem nenhum aviso. Cabeza de Vaca esperou em vão pelo companheiro em Havana por um bom tempo. Período suficiente para que Dorantes se deixasse seduzir pelas promessas de enriquecimento do vice-rei e desistisse de ir para a Espanha. Tanto ele como Castillo acabaram fixando-se no México, casados com duas viúvas ricas arranjadas por Antonio de Mendoza — que cumpria, dessa forma heterodoxa, as promessas feitas a eles.

A etapa final da viagem de Cabeza de Vaca foi eletrizante, ao menos na versão relatada nos *Naufrágios*. Mal tinham superado uma tormenta na ilha de Bermudas, surgiu um navio corsário francês rebocando sua presa, uma caravela portuguesa “carregada de negros”. Os espanhóis foram salvos do ataque no minuto derradeiro por uma armada lusitana que se aproximou por acaso. Ao avistar as nove naus que a compunham, os corsários soltaram a caravela negreira, içaram as velas e impulsionaram seus sessenta remos. Muito mais leve que os cargueiros dos outros europeus, a embarcação francesa desapareceu rapidamente no horizonte. Antes disso, para desviar as atenções, o pirata disse ao piloto da caravela negreira que o navio onde estava Cabeza de Vaca era seu conterrâneo. Como ele esperava, a notícia foi transmitida ao comandante português, que preparou seus homens para atacar os espanhóis. No último momento, estes se apresentaram e desfizeram o mal-entendido. Questionados pelo capitão, informaram de onde vinham, além de contar que traziam um grande carregamento de ouro e prata. A reação do português foi imediata e espontânea: “Vocês certamente vêm com muitas riquezas; mas têm um navio muito ruim e uma armada pior ainda. O filho da puta do francês renegado perdeu um bom bocado! Mas já que vocês escaparam, sigam-me e não se afastem de mim, porque, com a ajuda de Deus, eu os farei chegar em Castela”.

O episódio é quase um retrato das relações internacionais da época: o ouro que os espanhóis tomaram na América foi alvo dos franceses, que, por sua vez, haviam aprisionado um navio português cheio de escravos africanos. Quanto à carga espanhola, acabou sendo defendida pelos portugueses, que provavelmente vinham da Índia, do Ceilão ou da Indonésia, carregados de especiarias.

O português cumpriu o prometido. Com a sólida proteção lusitana, o comboio chegou à ilha Terceira, nos Açores, onde ficaram quinze dias à espera de outros navios vindos da Índia, a fim de seguirem juntos para Lisboa naqueles mares traiçoeiros. Durante esse período, Cabeza de Vaca talvez tenha refletido em sua extraordinária aventura e se perguntado como

consequira sobreviver. É possível também que tenha relembrado as palavras da moura de Hornachos sobre os perigos das terras onde vivera por oito anos, e seu profético aviso de que, se as adentrassem, só poucos, e por milagre, retornariam.

Enquanto estava na ilha, passaram por lá os desafortunados expedicionários que viajavam num navio cujo comandante morrera dias antes. Entre eles, o piloto português Gonçalo da Costa com quem Cabeza de Vaca conversou.

Gonçalo deve ter chegado ao litoral brasileiro por volta de 1510, não se sabe como. Aprendeu a língua dos índios, casou com uma nativa e se tornou genro de um chefe local, outro europeu, possivelmente português. Em 1527, foi para o Rio da Prata acompanhando Diego Garcia de Moguer (de quem se falará adiante) na condição de intérprete. Três anos depois, vivia em Sevilha, com mulher e filhos, quando foi localizado por emissários do rei de Portugal. Em Lisboa, d. João III convidou-o a integrar a expedição de Martim Afonso de Souza. Sem nem ao menos dar resposta, Gonçalo da Costa voltou para a Espanha e para a família.

Ele e Cabeza de Vaca se reencontrariam mais tarde, em novas aventuras, motivadas por uma história que já galvanizava Portugal e Espanha: a da Serra de Prata e do rei branco.

Ideia fixa Ao desembarcar em Lisboa, em agosto de 1537, Cabeza de Vaca provavelmente se deu conta de que a Serra de Prata e o rei branco eram mais que uma conversa de marinheiro — em torno dela, havia uma verdadeira corrida entre Portugal e Espanha. Ainda assim, manteve o projeto de voltar à Flórida na condição de chefe de outra expedição.

Carlos V, no entanto, já entregara tal tarefa a Hernando de Soto. Por um bom motivo: Soto emprestara ao imperador parte da fortuna amealhada no Peru, recebendo em troca diversos privilégios. Logo se cansou da boa vida na corte e resolveu voltar às Índias, agora como governador e *adelantado*

de um território maior que a Europa — a província que Narváez não conseguira ocupar.²

Perto do Natal de 1537, Cabeza de Vaca obteve uma audiência com Carlos V, última tentativa de mudar os planos do imperador sobre a Flórida. Na algibeira, o ex-náufrago carregava uma circunstanciada descrição de suas andanças pelo Novo Mundo e uma documentada *probanza* atestando os serviços que seu avô prestara à Coroa nas ilhas Canárias. É bem provável que tenha ido cheio de esperança para o encontro: se tinha passado de escravo a curandeiro entre os índios, por que não conseguiria convencer Carlos V de que era o mais indicado para conquistar pacificamente povos que conhecia como ninguém?

Não há nenhum registro oficial do encontro entre os dois. A única referência, indireta, surgiria na obra do cronista que passou à história como Cavaleiro de Elvas. Esse sujeito misterioso faz menção ao documento entregue ao imperador pelo ex-tesoureiro e à frustração deste com a proposta feita por Carlos V: integrar a expedição de Hernando de Soto, numa posição de relevo. Escaldado com a experiência anterior, sonhando mais alto, ou simplesmente decepcionado pelo fato de ter de bancar sua viagem, Cabeza de Vaca declinou a oferta e voltou para casa.³ Não desistiu de tudo, porém.

Para alguma coisa deveriam servir os anos de sofrimento e desdita na Flórida, deve ter pensado em Jerez de la Frontera, enquanto escrevia seu primeiro livro. Ainda não terminara o manuscrito quando recebeu (e recusou) a primeira proposta: o comando da expedição que pretendia explorar a costa do Canadá (conhecido como Terra dos Bacalhaus, ou Terra Nova), ameaçada de ser ocupada por navegadores franceses.⁴

O livro continuava inédito em 18 de março de 1540, quando Cabeza de Vaca assinou enfim uma capitulação com a Coroa espanhola, para governar o Rio da Prata. Seguindo o padrão de outros trinta contratos do gênero, ele só teria benefícios caso fosse bafejado pela sorte. Se tudo desse errado e Juan de Ayolas, apontado por Pedro de Mendoza como seu sucessor,

estivesse vivo, Álvaro Núñez teria de se contentar com a posse da ilha de Santa Catarina e suas adjacências, por um período de doze anos.

Recuperar o investimento seria quase impossível: nem mesmo poupando todo o provento de governador da província por quatro anos (2 mil ducados), ele reaveria o que gastara. Lucro, só na hipótese de encontrar a tão falada Serra de Prata.

Sua missão era explorar e conquistar uma região que incluía novecentos quilômetros da costa do Pacífico, tão vasta quanto a entregue a Narváez, catorze anos antes. Embora o estuário do rio da Prata e vários afluentes já estivessem traçados havia tempos nos mapas espanhóis e portugueses, a região a oeste do rio era totalmente ignota.

Nada disso desanimou Cabeza de Vaca, que gastou tudo o que tinha e ainda recorreu à mulher e a financiadores, deixando para trás dívidas em torno de 5 mil ducados quando afinal conseguiu colocar tudo dentro dos barcos.

Mas ouro, prata e outras riquezas teriam de ser partilhados com a Coroa, numa divisão claramente definida na capitulação. Se os conquistadores enriquecessem, o imperador também queria a parte dele no butim.

[...] se em vossa conquista e governo for preso ou cativo [a diferença entre os termos é que só se cativava quem professasse outra religião] algum cacique ou senhor principal, de todos os tesouros, ouro ou prata, pedras ou pérolas que se consigam dele, pela via de resgate ou de qualquer outra maneira, que nos seja dada a sexta parte. E o restante, dividi entre os conquistadores, tirando primeiro nosso quinto. Se o cacique ou senhor principal morrer em batalha ou depois, por meio da justiça ou de outra maneira qualquer, nesse caso, tenhamos nós a exata metade dos tesouros e bens que ele [o cacique] tiver [...]

Principal foi o termo que os conquistadores encontraram para designar quem tinha algum tipo de mando entre os índios. Hans Staden, que conviveu com o famoso Cunhambebe na costa de Angra dos Reis, deixou

evidente como era complicado para gente tão acostumada à rígida hierarquia da época entender o sistema social dos nativos:

Os selvagens não têm governo, nem direitos estabelecidos. Cada cabana tem seu superior. Este é o principal. Todos os seus principais são de linguagem idêntica e têm direito igual de ordenar e reger. Conclua-se daí como quiser. Se um sobressaiu dentre os outros por feitos de combate, ouve-se-lhe mais do que aos outros, quando empreendem uma arremetida guerreira, como Cunhambebe, acima citado. Fora disso, nenhum privilégio observei entre eles.

Pouco depois de concedida a autorização para que Cabeza de Vaca se tornasse o “principal” de todo o Rio da Prata, Martín de Orduña, financiador da expedição liderada por Alonso Cabrera, tentou impedir que isso ocorresse. Diante da burocracia do Conselho das Índias, Orduña apresentou-se como representante dos direitos do desaparecido Juan de Ayolas, sucessor de Pedro de Mendoza, e pediu o cancelamento da capitulação assinada pelo imperador. Perdeu a parada, pois os conselheiros não só reafirmaram os termos do acordo, como proibiram a entrada de qualquer advogado ou procurador no Rio da Prata por dez anos.

Superadas as dificuldades burocráticas, era preciso providenciar barcos, homens, armas, munições, cavalos e mantimentos, tarefa que exigiu quatro meses de trabalho. Seguindo a norma para esse tipo de expedição, Cabeza de Vaca apresentou ao fiscal da Casa da Contratação, em Cádiz, uma *probanza* atestando que de fato investira o que fora combinado. Criada em 1503, nos moldes da Casa das Índias de Portugal, a Casa da Contratação era um misto de academia naval, alfândega e polícia marítima espanhola que fiscalizava a entrada de pessoas, mercadorias e embarcações vindas das Índias.

De acordo com o depoimento das testemunhas arroladas por ele, havia mais de 8 mil ducados em armas, munições e mantimentos na nau capitânia, a *Santa Lucía*, de 350 toneladas, sob seu comando; outros 6 mil na nau *Trinidad*, de 150 toneladas, a cargo de Francisco López; e mais 2 mil numa

caravela não identificada, chefiada por Pedro Dorantes — que não tinha nada a ver com Andrés Dorantes.⁵

As perguntas da *probanza* eram, como de praxe, formuladas de modo a obter o efeito desejado; no caso, a demonstração de que Álvaro Núñez realmente gastara mais que o exigido. Para isso, uma delas se detinha em minudências relacionadas a nada menos que 48 itens — de alimentos a equipamentos náuticos. Era um rol extenso, que incluía até roupas: “camisas e gorros e coletes e calças e capas e sapatos e alpargatas”. Para seduzir os índios, foram embarcadas facas, anzóis, espelhos, tesouras, bonés vermelhos, camisas e xales.

A bordo também seguiriam oito ou nove vacas e 36 cavalos. Depois de tudo embarcado, o mau tempo adiou várias vezes a partida. Impacientes, os arcabuzeiros⁶ arruaceiros do grupo barbarizaram nas tabernas, até serem desarmados por ordem do imperador.

1-Os pinhões eram parte da dieta de muitos povos indígenas na América do Norte. As principais espécies são o pinhão do Colorado (*Pinus edulis*), o pinhão de folha única (*Pinus monophylla*) e o pinhão mexicano, mas também se consumiam outras oito espécies. Nenhum deles, evidentemente, é a semente da *Araucaria angustifolia*, abundante no sudeste do Brasil (e ainda na Argentina, no Chile, na Nova Caledônia, na ilha Norfolk, no sudeste da Austrália, na Nova Guiné) e que Cabeza de Vaca conheceria mais tarde.

2-Hernando de Soto desembarcou na baía de Tampa em 25 de maio de 1539 e explorou a região que hoje corresponde a Geórgia, Carolina do Sul, Alabama e Louisiana. Matou milhares de índios e morreu de febre às margens do rio Mississippi, em 1542. Menos da metade de seus companheiros de aventura sobreviveram.

3-O Cavaleiro de Elvas encontrou Cabeza de Vaca na Espanha quando ele já havia perdido o posto de governador do Rio da Prata, e o definiu como um homem esquivo, enigmático e impulsionado por uma ambição desmedida.

4-A citação aparece em carta de um certo João Fernando Lagarto ao rei de Portugal, João III, informando que Cabeza de Vaca recebera licença do Conselho das Índias para realizar a expedição bancada por Cristovão de Haro mas “não quisera por ser coisa duvidosa e partiu daqui [de Jerez de la Frontera] há oito dias, para o Rio da Prata”. Mais que a manifestação do empenho em premiar o ex-náufrago, a carta é outra demonstração de que a intriga e a espionagem eram a regra do jogo entre Portugal e Espanha naquela época.

5-Seus inimigos afirmaram que ele descumpriu o que a capitulação determinava, partindo para o Rio da Prata na base do improvisado.

6-Primeira arma pequena (para os padrões da época), o arcabuz fora desenvolvido por espingardeiros alemães e acabara de fazer estragos nos combates entre espanhóis e franceses.

LIVRO QUATRO:
EM QUE SE EXPLICA A ATRAÇÃO EXERCIDA
PELA SERRA DE PRATA E O REI BRANCO
SOBRE PORTUGAL, ESPANHA E
ÁLVAR NÚÑEZ CABEZA DE VACA

Os tripulantes da expedição de Cabeza de Vaca não iam exatamente para o desconhecido. Desde as primeiras navegações pela costa sul-americana, portugueses e espanhóis acumulavam informações e todo tipo de boato sobre a região que seria conhecida como província do Rio da Prata. Aparentemente, os primeiros europeus a andar por ali foram dois navegadores portugueses.

Estevão Fróis e João de Lisboa deixaram Portugal em fevereiro de 1514, com a missão de determinar o limite sul da linha de Tordesilhas e buscar uma passagem que levasse ao oceano avistado um ano antes por Vasco Núñez de Balboa e outros duzentos homens (entre os quais Francisco Pizarro). Nas terras banhadas pelo Mar do Sul, o Pacífico, havia muito metal amarelo, diziam os índios do sul do continente americano, ecoando seus conterrâneos do norte.

Um dos armadores da expedição de Fróis e Lisboa era Cristovão de Haro. Judeu converso, Haro representou os interesses do banqueiro Jakob Fugger em Lisboa, antes de mudar-se para a Espanha, onde acabaria trombando com o fiscal Juan de Villalobos num processo judicial.

A dupla de navegadores chegou a um grande rio, onde homens altos, de cabelos negros e vestidos com peles de animais lhes contaram histórias sobre “grandes montanhas onde a neve nunca desaparece”, e sobre um povo serrano que tinha ouro e prata à vontade, a ponto de usar uma espécie de armadura feita com esses metais para proteger o peito e as costas. Como prova, Fróis e Lisboa adquiriram dos nativos um machado de prata.

Na volta, João de Lisboa fez escala na ilha da Madeira e descreveu o que vira ao representante local de Jakob Fugger. Seu interlocutor, não identificado, anotou todos os detalhes do relato. Por volta de 1515, a história foi divulgada na *Newen Zeytung auss Pressilandt* (Nova Gazeta do Brasil), uma publicação regular precursora dos jornais, destinada a informar os clientes da casa bancária dos Fugger sobre as oportunidades oferecidas pela conquista.

Na *Nova Gazeta*, há referências ao “cabo do Brasil”, que pode ser a atual costa uruguaia, e a outros navios, no que pode ser uma menção indireta à expedição francesa de Binot Paulmier de Gonneville, que esteve na costa catarinense em 1504.

O trecho mais interessante é este:

Nesse mesmo lugar [o tal cabo do Brasil] à beira-mar, souberam daquele mesmo povo que no interior do país existe um povo serrano que tem muito ouro e traz o ouro batido fino à maneira de arnês na frente e ao peito. O capitão traz também um homem daquela terra que quis ver o rei de Portugal. Diz ele que quer dar notícias ao rei de Portugal de que se acham no país tanto ouro e prata que seus navios não podem carregar.

Assinantes espanhóis da *Nova Gazeta* ou espões infiltrados na corte portuguesa levaram a informação ao imperador espanhol pouco depois de o rei de Portugal ter recebido o machado de prata das mãos de Estevão Fróis.

* * *

A corte espanhola levou fé nas notícias e delegou a João Dias de Solis ou Juan Díaz de Solís a tarefa de recuperar o tempo e o terreno perdidos. Conhecido como Bofes de Bagaço, devido ao hálito sempre comprometido pela bebida, o navegador português era “o mais excelente homem de seu tempo na sua arte”, segundo descrição de um cronista contemporâneo. Em 1495, ele estava escondido na Espanha, quando os reis católicos ordenaram que fosse localizado, preso e extraditado para Portugal, pelo assalto a uma caravela portuguesa juntamente com corsários franceses. Perdoado, voltou a navegar sob a bandeira lusitana em 1506. Seis anos mais tarde, já era piloto-mor da Casa da Contratação. Nessa condição, incumbiram-no de repetir a viagem de João de Lisboa e Estevão Fróis para o tal cabo do Brasil. Numa prova do grande interesse na empreitada, a Coroa espanhola pagou antecipadamente ao navegador, emprestou-lhe bombardas e armaduras, e

ainda assumiu o custo de três navios; outros dois foram armados por financistas privados e anônimos. Nada impede que um deles tenha sido Fugger.

Bofes de Bagaço descobriu que a suposta passagem para o Pacífico era na realidade o encontro de dois rios, o Uruguai e o Paraná. E batizou de Mar Dulce (Mar Doce) o estuário de 290 quilômetros anteriormente visitado por Fróis e Lisboa. Mas o fim de sua história foi amargo. Um grupo de índios acenou da margem, e o navegador resolveu ir conferir o gesto que parecia hospitaleiro. O mau hálito não impediu que fosse despedaçado, assado e comido ali mesmo, juntamente com outros companheiros e diante de toda a tripulação. A tribo só poupou um jovem grumete, Francisco del Puerto, que passou a viver entre eles.

Na volta, um dos barcos naufragou no sul da costa brasileira, nas proximidades de uma ilha ainda sem nome cristão, que os nativos chamavam de Meimbipe (“coisa redonda erguida ao longo da água”, em guarani). Entre onze e dezoito tripulantes conseguiram chegar à praia. Nove foram identificados (entre eles, os portugueses Henrique Montes, Francisco de Chaves, Francisco Pacheco e Aleixo Garcia). Todos se arranjaram na ilha, que, além de clima ameno e belas praias, oferecia outra riqueza: índias amistosas e saudáveis, algumas das quais se amancebaram com os sobreviventes.

Um caminho para a Serra Os acolhedores índios de Meimbipe conheciam bem a tal serra no final de uma trilha que levava ao pôr do sol, onde vivia um rei branco muito rico. E, de um jeito ou de outro, Aleixo Garcia foi informado e conseguiu pôr os olhos em objetos de ouro e prata que os guaranis tinham trazido de lá. Por volta de 1520, junto com seu filho, quatro companheiros de naufrágio e centenas de índios, Garcia partiu a pé, em busca da Serra de Prata. Foi até um rio mais ao norte e dali avançou continente adentro, por uma rede de trilhas mais tarde batizada de Peabiru.¹

O caminho levou-o até o Chaco, um platô imenso, dividido em duas partes: uma úmida, vizinha do Pantanal, e outra de clima árido; recoberto de savanas, que vai do norte da Argentina ao sul da Bolívia; e cortado por poucos rios que quase desaparecem fora da estação das chuvas. Depois de ultrapassar essa barreira natural, Garcia e seu grupo alcançaram a fímbria do Império Inca, onde conseguiram algumas peças de ouro e prata.

A sorte do português acabou na volta, e ele foi morto em combate. Só dois ou três integrantes da expedição escaparam: dois Franciscos, o mulato Pacheco e outro de sobrenome Chaves, e o filho de Garcia, seu homônimo, ao que tudo indica. Como prova, eles apresentaram aos demais náufragos objetos de prata e ouro que tinham trazido da tal serra distante. Com isso, o rio de Solís virou rio da Prata, e as duas maiores potências da época voltaram os olhos para a região e suas riquezas inimagináveis.

A perspectiva de colocar as mãos num monte — literal — de prata levou um consórcio de banqueiros alemães — Fugger novamente entre eles — a bancar a viagem de Sebastião Caboto, que substituíra Solís no cargo de piloto-mor da Casa da Contratação.² Filho de outro famoso navegador,³ Caboto encontrou Henrique Montes e confirmou o que já circulava em Portugal e na Espanha: se fosse até o rio de Solís, encheria os porões dos navios de ouro e prata. Durante três meses, ele ficou na ilha dos náufragos, tempo suficiente para fabricar um barco que substituísse sua nau capitânia, a qual naufragara nas proximidades. Enquanto Henrique Montes funcionava como contador, anotando minuciosamente as transações com os índios para obter as provisões necessárias, Caboto aproveitou a ociosidade para instalar um povoado e batizou a ilha sem nome. Seja por estarem perto do dia da padroeira da Itália, seja pelo fato de a segunda mulher do piloto-mor chamar-se Catalina de Medrano, o local tornou-se a partir de então conhecido como ilha de Santa Catarina, a mesma que abriga hoje a cidade de Florianópolis.

Por fim, em fevereiro de 1527, quatro meses antes de Cabeza de Vaca e Narváez partirem para a Flórida, Caboto içou velas rumo ao Prata. No rio

Paraná, fundou um forte, mandou erguer casas e igreja, plantar trigo e cevada. Mais adiante, numa ilha, encontrou o ex-grumete de Solís poupado pelos índios, Francisco del Puerto, já a tal ponto aclimatado que fez as vezes de relações-públicas da tribo, recebendo os expedicionários. Depois de prestar serviços como tradutor aos espanhóis e lhes vender algumas peças de prata, além de estranhos animais que lembravam ovelhas (lhamas ou guanacos domesticados), Puerto armou uma emboscada para os visitantes e fugiu, deixando claro de que lado estava.

Caboto dividiu seus homens em três grupos e os mandou em busca da Serra de Prata e do rei branco. Só um deles retornou, de mãos abanando mas com muitas histórias para contar.

Em maio de 1528, outro navegador apareceu no forte onde Sebastião Caboto procurava driblar a fome. Embora fosse português, Diego Garcia de Moguer era ex-integrante da expedição de Solís e navegava novamente sob bandeira espanhola, financiado pelo mesmo Cristovão de Haro que patrocinara a dupla Fróis-Lisboa.

Moguer trouxera consigo do litoral brasileiro dois sujeitos que conheciam a região: Francisco Pacheco, sobrevivente da expedição de Aleixo Garcia, e Gonçalo da Costa (o mesmo que Cabeza de Vaca encontraria mais tarde nos Açores).

Após um bate-boca sobre quem tinha direito a quê, Caboto e Moguer resolveram juntar forças e ir atrás da Serra de Prata. Em suas andanças, passaram duas vezes pela desembocadura de um rio que, no entanto, não exploraram. Tivessem feito isso, e a história seria outra, pois o rio Pilcomayo nasce exatamente no que então se chamava de Serra de Prata. Facilmente navegável durante parte do ano, o Pilcomayo corre rápido demais nos meses de janeiro a agosto, quando as neves dos Andes derretem, e é quase impossível avançar, a remo ou a vela, contra a corrente.

Passados três anos, os dois desistiram e resolveram voltar, separadamente. No dizer do historiador Gonzalo Oviedo, eles “cobiçaram o

que não acharam, almejaram o que não avistaram e acabaram sem honra, nem proveito”.

Moguer levou para o velho continente Francisco Pacheco e Gonçalo da Costa — cada um com três índias e algumas amostras de prata. Com Sebastião Caboto seguiram dezesseis índios, além de Henrique Montes e suas três índias, até a Espanha.

Como já foi dito, Gonçalo da Costa foi cooptado pelo embaixador de seu país. Em Lisboa, contou sua história, exigiu guarida para as companheiras que deixara na Espanha, recebeu um não e voltou para Sevilha.

Mais pragmático e menos romântico, Henrique Montes simplesmente trocou suas três mulheres por dois títulos: cavaleiro da casa real e provedor de mar e terra em Portugal, e nessa condição juntou-se a uma expedição rumo ao continente sul-americano.

Não era mais uma iniciativa dos portugueses, e sim uma reviravolta completa na maneira como a Coroa lusitana encarava o Rio da Prata, em boa parte resultante do relato apresentado a d. João III por Henrique Montes. O imperador passou a tarefa a um nobre do primeiro escalão. Martim Afonso de Souza fora seu pajem, mas havia se exilado temporariamente na Espanha. Lutou contra os franceses nas tropas de Carlos V, que chegou a elogiá-lo publicamente.

Sua missão explícita, agora sob a bandeira lusitana, era varrer os traficantes franceses da costa brasileira e tomar posse do Rio da Prata, no que o historiador e jornalista Roberto Pompeu de Toledo chamou de “Operação Cone Sul” ou “Operação Prata”. No seu imperdível *A capital da solidão — Uma história de São Paulo das origens a 1900*, Pompeu vai além:

Eis o que interessava: o rio da Prata. É neste contexto que deve ser entendida, em última análise, diga-se desde logo, a fundação da cidade de São Paulo. Como outras, numa época em que as duas potências ibéricas disputavam a primazia nos mares e a propriedade de cada terra descoberta, tratava-se de uma corrida entre Portugal e Espanha. São Paulo é um subproduto da corrida pelo Prata e não só São Paulo. Na

mesma categoria se incluem Buenos Aires e Assunção, criadas ambas mais ou menos à mesma época, e em obediência ao mesmo conjunto de circunstâncias.

A movimentação alertou a corte espanhola. A imperatriz Isabel (Carlos V estava fora do reino, combatendo seus inimigos) mandou que o embaixador consultasse o rei de Portugal para saber o objetivo da expedição. Ao que d. João III respondeu formalmente que “não se lembrava”.

A esquadra de Martim Afonso, integrada por quatrocentos homens, tinha Henrique Montes como tradutor ou “língua da terra”, como se dizia na época. Os barcos alcançaram Pernambuco no dia 30 de março de 1531. Quase seis meses mais tarde, e depois de enfrentar os franceses em vários pontos da costa, Martim Afonso chegou a Cananeia.

Entre as atuais cidades de Santos e Paranaguá, o porto era frequentado desde o início do século por navegadores e corsários em busca de víveres, escravos ou guarida. No comando estava um desertor ou desterrado, espanhol ou português, que, além de duzentos escravos, tinha seis mulheres e dezenas de genros — e, em consequência, um milhar de índios dispostos a lutar por ele. O sujeito já negociara com Cristóvão Pires, Juan de Solís, Fernão de Magalhães, Sebastião Caboto e Diego Garcia de Moguer, entre outros. Este último, em sua memória de navegação, informa ter comprado do homem víveres e um bergantim, e acertado com ele o fretamento de sua nau para que o dono do lugar transportasse escravos. É graças a seu relato que sabemos que o poderoso chefe do local era branco, bacharel e português. Por relações de compadrio construíra um império, tendo Gonçalo da Costa como parceiro e um de seus inúmeros genros. O fulano encontrava-se naquele local fazia mais de trinta anos — o que vale dizer, se for verdade, que teria chegado lá pouco depois de Cabral aportar na Bahia. Moguer anotou o verdadeiro nome do cidadão, mas justamente nesse ponto o manuscrito se rasgou, e o sujeito passou para a história como o “bacharel de Cananeia”.⁴

Impressionado com os relatos animadores de Francisco Pacheco, que participara da expedição de Aleixo Garcia, Martim Afonso resolveu despachar oitenta homens em busca da Serra de Prata, antes de seguir viagem. O grupo partiu no dia 10 de setembro de 1531, no que pode ser considerada a primeira entrada paulista,⁵ em busca do caminho utilizado anteriormente por Aleixo Garcia, provavelmente um ramal do Peabiru.

Martim Afonso esteve no Rio da Prata, mandou o irmão dele explorar as redondezas, sofreu um naufrágio, deixou um marco de pedra para assegurar a posse do local, e voltou para Cananeia. Mais de um ano depois da partida dos oitenta homens, chegou a notícia de que tinham sido todos mortos pelos índios, no rio Paraná. Foi aí que Martim Afonso começou a se desinteressar pelo Rio da Prata e pelo Brasil. Nem o fato de receber uma capitania hereditária mudou seu humor, e dois anos mais tarde ele voltou para Portugal.

A nobreza adere à conquista Em 9 de janeiro de 1534, a chegada de um navio vindo do Peru paralisou Sevilha. O relato de Francisco Jerez, testemunha da cena, permite imaginar o impacto do acontecimento:

Nesta nau vieram para Sua Majestade cento e cinquenta e três mil pesos de ouro e cinco mil e quarenta e oito marcos de prata. [O navio] [...] trouxe, para passageiros e particulares, trezentos e dez mil pesos de ouro e treze mil e quinhentos marcos de prata, sem contar os de Sua Majestade. Além das quantidades acima citadas, esta nau trouxe para Sua Majestade trinta e oito vasilhas de ouro e quarenta e oito de prata, entre as quais uma água de prata em cujo corpo cabiam dois cântaros de água e duas panelas grandes, uma de ouro e outra de prata, nas quais poderia caber, em cada uma, uma vaca cortada em pedaços. [...] Este tesouro foi descarregado no cais e levado até a Casa da Contratação; as vasilhas em cargas e o restante em vinte e sete caixas; e uma parelha de bois levava duas caixas em cada carreta.

Jerez resumia assim o irrefutável êxito de uma empreitada que dez anos antes parecia fadada ao fracasso mas que enriqueceu um punhado de homens, a começar por Francisco Pizarro.

Em maio de 1534, Cabeza de Vaca ressuscitava um ferido na América do Norte; em Sanlúcar de Barrameda, seus ex-companheiros do castelo de Medina Sidonia jogavam nas costas dele a pecha de alcoviteiro; e, em Sevilha, só se falava na prata do Peru — prata essa que enchia os porões de mais dois navios em Lima. Nessa hora Carlos V entregou a província do Rio da Prata a Pedro de Mendoza.

Mendoza fora pajem do imperador na Inglaterra e o acompanhara em 1527 no saque de Roma, num verdadeiro banho de sangue que durou oito dias. Naquele enredo até então estrelado por estrangeiros (caso de Colombo e Magalhães), marinheiros abastados (os irmãos Pinzón), devedores em busca de uma saída (Vasco Núñez de Balboa), ex-soldados (Ponce de León), bastardos (Pizarro) e nobres de segunda linha, como Hernán Cortés, ter um integrante da corte na chefia de um projeto de conquista era uma novidade e tanto.

Mas nem a condição de nobre assegurou a Mendoza privilégios extras: a capitulação assinada por ele, igualzinha às outras, tornava-o responsável pelos gastos da expedição, da conquista e da colonização, sem ressarcimento algum. Em troca, receberia 4 mil ducados por ano — metade salário, metade ajuda de custo — e o direito de explorar eventuais riquezas da terra, pagando um quinto ao imperador.

O contrato não trazia uma só palavra sobre a Serra de Prata e o rei branco, mas fazia várias exigências pesadas: além de instalar mil colonos na região e fundar três fortes, Mendoza deveria construir um caminho real até o Mar do Sul. Os espanhóis não sabiam que essa era uma tarefa impossível, pois ignoravam a extensão e altura da cordilheira dos Andes, que precisaria ser transposta pela nova estrada.

Se não encontrasse ouro, prata ou especiarias, Pedro de Mendoza levaria muito tempo, como colonizador apenas, para recuperar o investimento inicial. Por isso, no que poderia ser encarado como uma espécie de bônus para quem se contentava com honrarias, ele recebeu

também o posto de *adelantado*. Dava *status* a quem o ocupava, mas pouco significava na prática.²⁶

Parte do dinheiro foi fornecida por dois mercadores bem-sucedidos: Martín de Orduña e Domingo de Zornoza. A perspectiva de encher as burras de prata moveu fidalgos, frades, clérigos, artesãos, camponeses, escritvães, um boticário, um cirurgião, algumas mulheres e 72 estrangeiros a se associarem a Mendoza. Boa parte deles tinha vendido a roupa do corpo para comprar a passagem.

Um desses estrangeiros, o alemão Ulrich Schmidl, Schmiedel ou Schmidel, de 24 anos, registrou seu périplo e aventuras na obra *La admirable navegación realizada por el Nuevo Mundo entre Brasil y el Río de la Plata entre los años 1534 al 1554*. Apesar de monótona e sem graça, trata-se de uma fonte ímpar sobre o período.

A presença de cidadãos de outros países, que fora uma recomendação do próprio imperador, indicava uma mudança importante a respeito da ocupação das Índias, pois até então os reis católicos tinham vetado a ida de estrangeiros, assim como de mouros, judeus, conversos, hereges, apóstatas, luteranos e seus filhos, ciganos, advogados, delinquentes, prostitutas, mulheres solteiras e escravos sem seus amos.

A perspectiva de enriquecer atraiu também futuros participantes da história de Cabeza de Vaca: Gonçalo da Costa, o tesoureiro real Garci Venegas, o alferes geral da infantaria Alonso Cabrera, e os capitães Felipe de Cáceres e Domingos Martínez de Irala.

Nascido em Vergara, na província espanhola de Guipúzcoa, a setenta quilômetros de San Sebastián, Domingos Irala tinha perto de trinta anos. Nada se sabe sobre sua infância e juventude, salvo o local de nascimento, mas sua caligrafia elegante e precisa permite supor que seu pai pretendia transferir a ele o posto de escrivão real, quando se aposentasse. Não o fez, e, no dia 19 de agosto de 1534, Irala transferiu todos os bens livres de vínculo, que herdara pouco antes, a seu cunhado. Onze meses mais tarde, velejava rumo ao Rio da Prata, trocando assim o honroso, seguro e entediante ofício

de estampar rubricas e registrar instrumentos de fé pública por uma vida trepidante e cheia de riscos.

Em relação aos fidalgos, o motivo do entusiasmo foi bem definido por Gonzalo Oviedo, numa carta escrita em Santo Domingo e endereçada a jovens voluntários: “Não digam que vocês estão indo para as Índias para servir o rei e empregar sua pessoa e tempo como valorosos cavaleiros, já que vocês sabem que a verdade é justamente o contrário, que vocês vêm com o desejo único de ter mais riqueza do que seu pai e seus vizinhos”.

Eram tantos os interessados em fazer fortuna do outro lado do oceano, que Mendoza se associou ao capitão Cristóbal de Friás Marañón e comprou mais uma nau, a *Santiago*, que partiu quase três semanas depois dos outros onze navios, transportando mais 230 pessoas. Como alferes geral da infantaria, com plenos poderes para representar o *adelantado* a bordo, governando a nau, seguia Alonso Cabrera.

Durante a viagem, Cabrera andava dia e noite com astrolábios e outros instrumentos, dando palpites na navegação, na primeira demonstração de um misto de instabilidade emocional e irracionalidade que o acompanharia pelo resto da vida. Foi uma viagem confusa e cheia de incidentes, e, depois de chegar à cidade de Santo Domingo, eles retornaram à Espanha.

Buenos Aires e Assunção A partida da expedição de Pedro de Mendoza impressionou o historiador Gonzalo de Oviedo, que estava em Sevilha: “Sem dúvida era a companhia para fazer bonito no exército de César e em qualquer lugar do mundo”.

O *adelantado* e seu exército digno de César cruzaram o Atlântico enquanto Cabeza de Vaca deixava os avavares. A expedição de Mendoza chegou ao Rio da Prata em fevereiro de 1536, quando Cabeza de Vaca estava prestes a reencontrar seus conterrâneos no México. No primeiro momento, os índios charruas forneceram alimentos aos homens de Mendoza, mas logo perceberam que seria impossível sustentar toda aquela gente. Os querandis eram caçadores-coletores e não produziam nenhum

excedente que pudesse ser entregue aos europeus ou trocado pelas quinquilharias que estes ofereciam.

Na primeira vez que os 330 espanhóis saíram do forte de Nossa Senhora de Buenos Aires em busca de víveres, só 85 deles retornaram. Na segunda, toparam com uma arma que nunca haviam enfrentado: três pedras revestidas de couro e ligadas entre si por tiras trançadas que os charruas faziam girar sobre a própria cabeça e em seguida lançavam na direção dos soldados e dos cavalos. Essa engenhoca simples, a boleadeira, transformou o que deveria ser um passeio numa vitória duvidosa que vitimou até o irmão do governador Mendoza. Nem os cavalos, que tinham aterrorizado maias e incas, assustaram os nativos; em pouco tempo, eles incorporaram os estranhos animais a seu cotidiano.

Os espanhóis construíram um dique e uma barricada, mas os índios mantiveram o cerco. Mendoza mandou buscar comida no Brasil e despachou seu braço direito, o alguazil Juan de Ayolas, à procura de uma região fértil e supostamente rica descrita por Caboto em seu mapa-múndi. As ordens recebidas por Ayolas não davam margem a dúvidas: “Envio ao dito senhor Juan de Ayolas a descobrir o mais que possa por este rio do Paraguai e a Serra de Prata...”.

Foi uma jornada tenebrosa. Depois de perder boa parte de seus noventa homens para a fome, Ayolas construiu um forte nas tais terras férteis, habitadas por índios mais amigáveis e cooperativos.

Nesse meio-tempo, em Buenos Aires, o governador passava as noites delirando, enfraquecido pela sífilis em estado avançado, enquanto os querandis cercavam e atacavam o local, tornando a vida dos colonizadores um inferno, como relata Schmidl:

[...] as pessoas não tinham o que comer, morria-se de fome e a miséria era grande; por fim, chegou a tal ponto que nem os cavalos serviam mais para nada e não conseguiam prestar nenhum serviço. Assim, aconteceu de a necessidade e a miséria serem tantas e tamanha era a fome, que já não havia nem ratazanas, nem ratos, nem cobras, nem

répteis, nem inseto para nos socorrer em nossa enorme necessidade e inacreditável miséria; chegamos a comer até os sapatos e tudo o que fosse de couro.

Três espanhóis que roubaram um cavalo para comer foram presos, torturados e enforcados. Na mesma noite, ainda segundo Schmidl, outros colonos retiraram os corpos da forca e deles levaram nacos. Um colono se alimentou da carne do próprio irmão.

Buenos Aires só escapou da destruição total porque os índios também ficaram sem ter o que comer. Atormentado pela enfermidade e pela sucessão de malogros, Mendoza já planejava a partida para a Espanha quando Ayolas retornou trazendo provisões e boas-novas. O governador resolveu visitar o forte construído por seu alguazil e, além de tudo o que este anunciara, encontrou um sobrevivente da expedição de Caboto com notícias da Serra de Prata e do império do rei branco.

De lá, Mendoza avançou pelo rio Paraguai, fundou outro forte, que batizou de Boa Esperança, mandou Ayolas seguir adiante e voltou para Buenos Aires. Bem mais acima (a 120 léguas, ou 720 quilômetros), o alguazil instalou um acampamento a que deu o nome de porto da Candelária.⁷

Em seguida, Ayolas partiu para uma exploração por terra, deixando no porto sua mulher, uma índia paiaguá que o cacique lhe oferecera como prova de lealdade. Para tomar conta da moça e dos dois bergantins, ele designou o capitão Domingos Irala, com ordens de que o aguardasse por pelo menos oito meses. Dizem as más-línguas que, durante a ausência de Ayolas, seu comandado cuidou mais da índia que de qualquer outra coisa.

Enquanto Mendoza estava fora, Francisco Ruiz Galán melhorou muito Buenos Aires. Havia chegado suprimentos do Brasil, trazidos por Gonçalo da Costa, e o povoado tinha uma horta produzindo, uma praça, uma igreja e uma casa para o governador.

Fixado em sua nova moradia, Mendoza enviou o jovem capitão Juan Salazar de Espinosa em busca de Ayolas. Durante a viagem, Espinosa

fundou o forte de Nossa Senhora de Santa María de la Asunción, futura capital da província, como veremos.

Já se passara um ano e meio desde que o governador saíra de Sanlúcar, e, cada vez mais atormentado pela doença, ele desistiu da empreitada. Dos 1200 homens que trouxera restavam somente quatrocentos. De prata, não vira nem o brilho. Por isso, no mesmo abril de 1537 em que Espinosa fundava Assunção e Cabeza de Vaca se preparava para zarpar do México, Pedro de Mendoza iniciou sua viagem de volta. Pouco antes do arquipélago dos Açores, seu corpo corroído pela sífilis foi jogado ao mar.

O investidor e procurador de Pedro de Mendoza, Martín de Orduña, e o comerciante Domingo de Zornoza conseguiram autorização real para mandar dois navios até Buenos Aires. Em mais um indício da esperança geral de que o Rio da Prata faria jus ao nome, num deles seguia Alonso Cabrera, agora com o posto de inspetor de minas. Além de autoridade para controlar a exploração de qualquer jazida, Cabrera levava ordens de confirmar no posto o homem que Mendoza tivesse deixado no comando da província. Em caso de dúvida, ou da vacância do poder, conquistadores e colonos poderiam eleger um novo dirigente. A determinação vinha acompanhada por um conselho quase acaciano: a escolha deveria ser feita sem bulício nem tumultos, e os colonos deveriam nomear “a pessoa que, segundo Deus e suas crenças, pareça mais capaz para o dito cargo”.

Com o inspetor de minas viajavam dois frades que também teriam papel de destaque nos acontecimentos vindouros: o cordovês Bernardo de Armenta e Alonso Lebrón, das ilhas Canárias. A dupla ficou na ilha de Santa Catarina.

Em outubro de 1538, com a chegada de Cabrera a Buenos Aires, começou um estranho minuetto de poder que, mais tarde, daria muito trabalho a Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. Para recordar: Mendoza deixara Galán no controle de Buenos Aires, enquanto Juan Salazar de Espinosa continuava a procurar Ayolas, que deveria assumir o comando se e quando reaparecesse.

Enquanto isso, o capitão Irala esperara por Ayolas pelo tempo combinado. Então, descera o Paraguai até o forte de Assunção, onde permaneceu. Meses depois, quando Galán chegou ao local, prendeu Irala, sob a acusação de abandono do posto. Mas logo recuou, diante dos argumentos do capitão e da pressão de outros oficiais. Como Ayolas não regressou, os colonos resolveram ir às urnas, digamos. Irala nem precisou disputar: foi aclamado governador na primeira eleição direta do continente sul-americano.

Em meados de 1539, o já governador Irala deixou novamente Assunção, em busca de Ayolas e da Serra de Prata. Passou semanas com água pela cintura, mas não encontrou nem um nem outra. Após um ano, decidiu concentrar em Assunção todos os espanhóis, mandando despovoar Buenos Aires sob a seguinte alegação: “Encontrei a cidade cheia de desordem e doença e com a perspectiva de um duro inverno pela frente”.

Mas os colonos, que já não viviam tão mal, recusaram-se a obedecer. Determinado a fazer valer sua autoridade, Irala tomou a si a tarefa e, com o aval do inspetor de minas Alonso Cabrera, deu menos de um mês para que a ordem se cumprisse. Muita gente protestou. Segundo o padre Luis de Miranda, a região não tinha mais problemas de abastecimento e se parecia com uma próspera cidade espanhola. Tanto que, “no porto, podia-se prover e abastecer qualquer um que chegasse ali e ainda era possível pegar e levar toucinho, alho e cebolas para outros portos destes domínios, porque havia bastante”.

Contudo, numa prova de que eleição nem sempre é sinônimo de respeito à opinião da maioria, Irala manteve sua resolução, sob o argumento de que os espanhóis estariam mais seguros num único local. A notícia de que já se achavam na costa brasileira navios da Espanha com provisões (a expedição de Cabeza de Vaca) retardou a partida. Mas, como ninguém apareceu, foram todos embora.

Em Buenos Aires restou apenas um mastro com uma tabuleta informando a eventuais visitantes como encontrar a carta que indicava o

caminho para Assunção.⁸

Na nova capital do Rio da Prata, Irala distribuiu terras e casas, construiu uma paliçada, organizou um gabinete e nomeou autoridades — atos que ajudaram a transformar o forte precário numa cidade de verdade, cujo nascimento foi juridicamente formalizado em 16 de setembro de 1541.

O governador eleito ainda seria muito criticado por sua decisão de evacuar a vila de Buenos Aires. Mas o fato é que Assunção apresentava diversas vantagens competitivas, para usar um termo moderno. A maior delas era a base do sistema social dos índios que viviam na área.

O grilo No dia 2 de dezembro de 1540, a bordo da *Santa Lucía*, o escrivão público de Cádiz e os juízes da Casa da Contratação conferiram a relação dos tripulantes da expedição de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca: 155 na nau capitânia, 64 no navio comandado por Francisco López e dezenove na caravela a cargo de Pedro Dorantes. Total: 238 pessoas, entre as quais oito negros, dois índios, seis italianos, dois flamengos, um grego e um alemão.

Foram contabilizados dezessete marinheiros, dez grumetes e três pajens. Nessa lista não existe registro de presença feminina, mas é certo que havia mulheres a bordo, pois no relato de Pero Hernández, o secretário particular de Cabeza de Vaca, há referência a um punhado de mulheres que teriam se afogado no rio Paraná.⁹

Melhor documentada foi a presença de fidalgos na tripulação. O primeiro escritor nascido em Assunção, Ruy Díaz de Guzmán, relaciona 39, “além de outros muitos cavaleiros fidalgos e demais gente ordinária”. Em sua maior parte eram marinheiros de primeira viagem, mas alguns já tinham estado no Rio da Prata, como o piloto Gonçalo da Costa (que voltava à região pela terceira vez), Felipe de Cáceres e Martín de Orue, integrantes da expedição de Pedro de Mendoza.

Na lista preservada no Arquivo das Índias há alguns nomes completos, com informações sobre a cidade de nascimento do pessoal de bordo — “Francisco Pinto e seu pai, de Ontiveros”. Em certos casos, encontram-se

mais detalhes — “o bacharel Diego Núñez Diego, morador de Mérida, filho de Luis Martínez e Inés Álvarez, falecidos”. Mas outros membros da tripulação, provavelmente não tão bem-nascidos, foram identificados de maneira mais descuidada, como um tal de “Barrionuevo” ou alguém registrado apenas como “Cuenca, ferreiro”.

Além de Martín de Orue, estavam entre os tripulantes o irmão dele, Diogo, e o escravo da família, Francisco. A lista traz ainda Juan López, registrado como filho de Pero Hernández (o secretário de Cabeza de Vaca), e dois jovens que iam ao encontro do pai em Assunção: Juan e Cristóbal Bravo. Este, como se verá adiante, passaria por maus bocados no Rio da Prata.

Cabeza de Vaca levou para a nau dois livros: a *relación* do que vivera na América do Norte e uma detalhada descrição dos feitos de seu avô Pedro. Para ele, como se vê, os feitos do ancestral não tinham sido empanados pelo fato de ter escravizado prisioneiros de guerra e sofrido um processo.

A travessia marítima de Cabeza de Vaca, assim como toda a sua aventura sul-americana, seria relatada nos *Comentários*, publicados em 1555, de autoria de Pero Hernández, que não viajou com Álvaro Núñez, pois já estava no Rio da Prata. Hernández fora para lá como um dos dezesseis escrivães da expedição de Pedro de Mendoza, condição em que transcrevera e validara a designação de Juan de Ayolas para capitão-geral da província, pouco antes da partida do governador. O fato de não estar a bordo não foi mencionado em seu relato, nem o impediu de descrever, em detalhes, a viagem transoceânica.

Pela pena de Hernández (certamente registrando as lembranças de Cabeza de Vaca) ficamos sabendo que os primeiros 1250 quilômetros de travessia, de Sanlúcar até Palma, a menor das ilhas Canárias, demandaram nove dias. Apenas um mês depois, quando o tempo melhorou, os viajantes puderam deixar o arquipélago, onde mais um barco se juntara ao comboio, praticamente duplicando o número de conquistadores. Em seguida, um problema no casco obrigou os marinheiros a se revezarem nas bombas por

dez dias e dez noites, a fim de evitar um naufrágio. O esforço não impediu que a água chegasse a doze palmos de altura nos porões da *Santa Lucía*, transformando em papa mais de três toneladas de biscoitos.

A preservação dos biscoitos, que absorviam a água salobra presente até em porões mais estanques que os da *Santa Lucía*, não era o único problema da dieta nas embarcações na época, como observou Bartolomé de las Casas, passageiro numa das naus de Colombo em sua quarta viagem à América:

Já faltavam carnes, por fazer oito meses que andávamos pelo mar, e assim tinham acabado a carne e o pescado trazidos da Espanha, parte consumida, parte apodrecida pelo calor, pelo mormaço e pela umidade que deterioram as coisas comestíveis nos mares. Apodreceu de tal modo o biscoito e surgiu tal quantidade de vermes que algumas pessoas só comiam aquela gororoba¹⁰ que faziam de biscoito e água, quando era noite, para não ver a multidão de vermes que dela saíam e com os quais era cozida. Outros estavam já tão acostumados a comê-los por causa da fome, que não se incomodavam, pois eram tantos que se fossem tirá-los ficariam sem a refeição.

Cabeza de Vaca e seus homens só deram um tempo na dieta de biscoitos e vermes quando alcançaram o arquipélago de Cabo Verde. O comboio ficou 25 dias na ilha de Santiago, para que o casco da nau capitânia fosse reparado.

Finalmente, em 19 de janeiro de 1541, retomaram a viagem. Alguns dias depois de cruzarem o equador, deu-se um incidente inacreditável — protagonizado por um grilo.

Vale lembrar que, na época, muitos europeus criavam grilos, imitando uma mania surgida entre os chineses, que até hoje têm esses insetos por bichos de estimação. Na península Ibérica a moda também persiste: um grilo custa aproximadamente dois euros em Portugal.

Segundo o relato de Hernández, a água estava no fim — restavam apenas três das cem botas (ou seja, pouco mais de 1500 litros dos cerca de 51 mil embarcados) para matar a sede de quatrocentos homens e trinta

cavalos. O futuro governador ordenou que fossem em busca de terra firme, e assim seguiram por três dias.

No quarto dia, uma hora antes do amanhecer, aconteceu uma coisa admirável que, por não ser fora de propósito, relatarei aqui. Acontece que os navios iriam bater em uns rochedos muito altos, sem que nenhuma pessoa visse, não fosse um grilo começar a cantar, o qual fora colocado na nau em Cádiz por um soldado, que vinha mal-humorado, querendo ouvir o grilo e fazia dois meses e meio que estávamos navegando e não o havíamos ouvido, nem sentido nada. Naquela manhã, o grilo sentiu a terra, começou a cantar e a música dele acordou toda a gente da nau e surgiram os rochedos, que estavam a um tiro de balestra da nau, e todos começaram a gritar para que lançassem âncoras, pois íamos dar com o costado nas rochas. Assim fizeram e assim não nos perdemos, pois é certo que se o grilo não tivesse cantado, nos afogariamos os quatrocentos homens e os trinta cavalos e todos achamos que foi um milagre que Deus nos fez. Dali em diante, navegando por mais de cem léguas ao longo da costa, sempre todas as noites o grilo nos dava sua música.

E foi assim, ao som do canto de um grilo, que a expedição de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca chegou por fim à costa brasileira.

1-Em guarani, seria o Peabeyú (caminho antigo de ida e volta), Piapiry, Peavijú, Piabiú ou Tape Avirú. Já os jesuítas identificaram o conjunto de trilhas como sendo o caminho de São Tomé, apóstolo de Cristo que teria percorrido o continente muito antes de qualquer outro europeu.

2-Entre a viagem de Solís e de Caboto, Cristóvão Jacques comandou uma expedição portuguesa à região do Prata. Combateu franceses, arrebanhou alguns naufragos da expedição do Bofes de Bagaço e os levou como prisioneiros, mas ele próprio acabou sendo demitido.

3-John Caboto, explorador da costa da América do Norte.

4-Não se sabe se era um degredado, naufrago ou desertor. Para Ruy Díaz de Guzmán, era o degredado Duarte Peres. Cândido Mendes o identifica como João Ramalho, Teodoro Sampaio prefere nominá-lo Cosme Fernandes Pessoa. Amílcar Dávila de Melo, depois de analisar o processo sofrido por Caboto, acredita que tenha sido Fernando Melo.

5-Entradas eram expedições enviadas ao interior, por iniciativa governamental. Como Martim Afonso chegara investido de poder oficial, esta deve ser a denominação da empreitada.

6-Na Baixa Idade Média, era o oficial da Coroa castelhana com competências judiciais e governativas. Na reconquista, o *adelantado* tornou-se um misto de chefe militar e representante do poder imperial. Essa segunda modalidade acabou transplantada para os territórios indianos (para a Espanha, o além-mar eram as Índias). Juan Ponce de León foi o primeiro a receber o título, em 1512.

7-Por ter sido fundado em 2 de fevereiro de 1537, dia da Candelária — a festa da apresentação de Jesus no templo. O porto fica a 2500 quilômetros de Assunção. Rebatizado de Fuerte Olimpo, acabou sendo cenário da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai.

8-De fato, o documento seria encontrado mais tarde pelo primo de Cabeza de Vaca.

9-O historiador argentino Enrique de Gandia fala em meia dúzia de mulheres, entre as quais uma certa Juana Núñez, escrava de Cabeza de Vaca. Seu colega norte-americano Morris Bishop sugere que Juana era na verdade uma índia conhecida como La Negra. Como em outros pontos da vida do nosso herói que envolvem o relacionamento com mulheres, este é cheio de mistério.

10-No original, *mazamorra*.

LIVRO CINCO:
EM QUE CABEZA DE VACA CHEGA A
ASSUNÇÃO E ENCONTRA UM LÍDER ELEITO,
ÍNDIOS COOPERATIVOS E CENTENAS
DE CRIANÇAS MISTIÇAS

Depois de escapar de mais um naufrágio, graças ao providencial canto de um grilo, e animado pela proximidade de terra firme — e, mal sabia ele, de seus perigosos rochedos —, Cabeza de Vaca ancorou em Cananeia. Sua primeira providência foi semelhante à que Martim Afonso tomara no Rio da Prata: ordenar que se fincasse um marco de pedra numa ilha em frente ao povoado, no território que pelo tratado de Tordesilhas era português. Gesto igualmente simbólico e não menos inútil, pois desde os tempos do “bacharel” (que morrera por volta de 1537) aquela terra tinha dono, e marco nenhum mudaria isso.

Seguindo viagem, a armada passou pela ilha de São Francisco do Sul e chegou à ilha de Santa Catarina em 29 de março de 1541, seis meses depois de ter deixado a Espanha. Lá, Cabeza de Vaca determinou que seu escrivão lesse em voz alta a capitulação assinada pelo imperador. Batizou o local de baía de Ramos e mandou derrubar várias árvores e erguer uma cruz na praia, deixando claro que a antiga Meimbipe enfim tinha dono.

É possível imaginar que, diante dessa cruz, ele tenha tido a certeza de que começava um novo momento em sua vida. Seus homens tinham intérpretes, bugigangas, armas, cavalos e mantimentos. A ilha e a província do Rio da Prata eram melhor conhecidas e aparentemente menos perigosas que a Flórida. Um sujeito que vivera entre dezenas de povos selvagens, passando de escravo a curandeiro, decerto não teria problemas — até por possuir experiência, força militar e autoridade. Sem contar a cordialidade reinante entre europeus e nativos, os carijós ou carios, que já haviam acolhido os náufragos de Solís.

Os carijós não eram os primeiros a ocupar aquela área. Aproximadamente 6500 anos antes de Cristo, o litoral catarinense recebera os chamados homens do sambaqui,¹ que ali viveram até pouco antes da chegada dos europeus, desaparecendo misteriosamente, dizimado ou absorvido. Perto do ano mil antes da era cristã, outra cultura, mais desenvolvida e vinda da região amazônica, povoou quase toda a costa brasileira, tendo ainda cruzado os Andes até alcançar as terras férteis

próximas ao rio Paraguai. Os cientistas identificam tais povos como pertencentes ao ramo tupi-guarani.

Essa população compartilhava traços culturais (dominava competentemente a agricultura, entre outras coisas) e se espalhava por boa parte da porção sul do continente, mas não de modo homogêneo ou contínuo. Os guaranis litorâneos tentaram pelo menos três grandes ataques aos povos que habitavam a cordilheira andina: no início do século XIV, por volta do ano 1400 e em 1510. Todos rechaçados.

No pampa gaúcho e nos campos abertos do planalto paranaense dominados pelas florestas de araucárias viviam tribos de caçadores-coletores — charruas e minuanos e os ancestrais dos caingangues e xoclengues. No que hoje é o Paraguai, os guaranis preferiam as terras férteis perto das margens. Caçadores-coletores, como guaicurus, chanés e paiaguás, podiam sobreviver no Chaco, mas com frequência avançavam pelo território de seus rivais. Não existia convivência pacífica, e, com a chegada dos espanhóis e sua aliança estratégica e carnal com os guaranis, a hostilidade só aumentou.

Algum tempo depois, apareceram na ilha habitada pelos carijós e ocupada pelos europeus, agora liderados por Cabeza de Vaca, dois frades esbaforidos que viviam a oitenta quilômetros, em Biaza (atual Laguna). Bernardo de Armenta e Alonso Lebrón estavam fugindo dos índios, que tinham se insurgido contra os conquistadores. Os frades juntaram-se ao grupo de Álvaro Núñez.

Da baía de Ramos a expedição transferiu-se para o ponto que os nativos chamavam de Yurú-mirim (passagem pequena), batizado de porto de Vera pelo futuro governador, em homenagem à sua família. Ao que tudo indica, coincide com o local hoje conhecido como Estreito, onde ficam as pontes que ligam a ilha ao continente.

O contador Felipe de Cáceres foi enviado para explorar a costa na direção de Buenos Aires, mas a caravela não conseguiu enfrentar o forte vento sul, predominante no inverno. Pouco depois, segundo o escrivão Pero Hernández, teria chegado ao porto de Vera um pequeno barco com nove

espanhóis totalmente nus, fugidos aos maus-tratos dos oficiais que comandavam Buenos Aires.

Esse grupo teria trazido a notícia da morte de Juan de Ayolas e informações sobre os abusos cometidos por aquele que se tornaria o principal rival de nosso herói: o capitão Domingos Martínez de Irala. A história é, no mínimo, nebulosa, pois Buenos Aires fora despovoada fazia mais de um ano. De acordo com Cabeza de Vaca (pela voz de Pero Hernández), os naufragos teriam relatado tudo o que ocorrera em Buenos Aires e Assunção, inclusive as circunstâncias da morte de Ayolas, a qual creditaram a Domingos Irala.

Diante da informação de que havia colonos a serem socorridos tanto em Buenos Aires como em Assunção (e certamente embalado pelo sonho de alcançar a Serra de Prata, imitando o feito de Aleixo Garcia), o futuro governador repetiu a decisão que tanto criticara na Flórida — e, como Narváez, também enfrentou oposição; é o que consta nos *Comentários*:

Contra a vontade e o parecer do contador Felipe de Cáceres e do piloto Antonio López, que entendiam que toda a armada deveria seguir por mar até o porto de Buenos Aires, o governador enviou o feitor Pedro Dorantes para descobrir caminho por terra firme, na qual os índios nativos já haviam matado muita gente do rei de Portugal, desde que a descobriam.

Em linha reta, Assunção estava a quase mil quilômetros a noroeste da ilha. Por terra, a distância era duas vezes maior.

Quando retornou, Dorantes contou que atravessara serras e montanhas despovoadas até chegar a um planalto que chamou de Campo (hoje Campos Gerais, que começam no centro-sul do Paraná e vão até o Rio Grande do Sul). Soubera pelos índios que o caminho mais seguro para chegar a Assunção e à Serra de Prata era margeando um rio chamado Itapocu, ao norte do porto onde os espanhóis tinham se instalado.

Em 17 de outubro de 1541, após uma estada de quase sete meses na ilha, os espanhóis içaram as velas novamente, dessa vez para uma curta velejada

de sessenta quilômetros até a foz do Itapocu. Lá permaneceram duas semanas, até que o grupo se dividiu: a bordo, Pedro Estopinán e 140 tripulantes deram meia-volta e seguiram para Buenos Aires. Ladeando o rio Itapocu (no litoral norte de Santa Catarina), Cabeza de Vaca avançou continente adentro; liderava 24 cavaleiros, cinquenta arcabuzeiros, cinquenta espadachins (*rodeleros*, no original),² cem arqueiros (*ballesteros*, no original),³ os dois frades e centenas de índios carijós.

Os primeiros dezenove dias de marcha foram muito difíceis, pois os europeus tiveram de superar a serra (do Mar) que separa o litoral do planalto e ficaram com poucos mantimentos. Finalmente alcançaram o tal Campo. Um cenário deslumbrante, próximo ao atual município de Tibagi, no estado do Paraná, que mescla a topografia suave do planalto com encostas abruptas, cânions e cachoeiras. Para Cabeza de Vaca, tudo aquilo era agora a província de Vera, assim batizada depois de nova leitura da capitulação perante todos os homens. Gesto que reafirma, mais uma vez, a veneração do nosso personagem para com o avô paterno.

Segundo os *Comentários*, os visitantes foram recebidos “com muita alegria” pelos moradores de três povoados vizinhos. Pero Hernández descreve-os como guaranis e

lavradores que cultivam o milho e a mandioca duas vezes por ano, criam galinhas e patos como nós, na Espanha, possuem papagaios, ocupam um vasto território e falam uma só língua. Mas também comem carne humana, tanto a dos índios seus inimigos, quanto a dos cristãos ou de seus próprios companheiros de tribo. É gente muito amiga, mas também muito guerreira e vingativa.

Só no primeiro capítulo do livro, em nada menos que seis momentos, os nativos vêm de longe recepcionar os espanhóis, carregando mantimentos que oferecem generosamente. A expressão “grande prazer” e os termos *contentes* e *alegres* aparecem cinco vezes cada, ao longo do texto; o “bom tratamento” que o governador dispensa aos índios é mencionado três vezes, bem como o espírito “pacífico” destes. Os presentes dados pelos europeus

— e em particular pelo governador — são sempre “régios”, “generosos”, “abundantes”. Igualmente abundante seria a comida recebida pelos conquistadores. Uma hipótese que não deve ser descartada é a de que tanta alegria fosse a melhor estratégia para manter os invasores longe das aldeias ou povoados.

Na narrativa de Pero Hernández, com frequência os espanhóis em marcha passam por mais de uma aldeia a cada dia. Outros cronistas também se referem a algum tipo de conglomerado de assentamentos. O navegador francês Jean de Léry encontrou 22 “aldeias principais” ao redor da baía de Guanabara; Hans Staden fala de cinco na região de Angra dos Reis; e o religioso e entomólogo francês Claude d’Abbeville menciona 27 na ilha de São Luís, no Maranhão, onde esteve no século XVII.

As aldeias organizavam-se no que seria mais tarde chamado de “conjunto multicomunitário”. E cada aldeia era formada por várias malocas aliadas, as quais se estruturavam de acordo com a capacidade de seu líder de atrair o maior número possível de genros e de manter alguns de seus filhos homens em torno.

Dois dias depois, os expedicionários passaram pelo rio Iguaçu (“água grande”, em tupi-guarani), provavelmente no seu curso superior, na região de Araucária, e dali foram para o rio Tibagi, perto de Ponta Grossa, “todo ladrilhado, com lajes grandes e tão bem formadas como se ali tivessem sido colocadas pelo homem”.

As pedras eram tão escorregadias que eles tiveram de cruzar o rio abraçados, apoiando-se mutuamente. Mais adiante, outro grupo de índios veio recepcioná-los, em mais uma demonstração de que, a exemplo do que acontecera no norte do continente, a notícia do avanço dos espanhóis chegava às aldeias antes dos próprios.

Perto do povoado seguinte, provavelmente o grande aldeamento denominado Abapany, encontraram um sujeito que atendia pelo nome de Miguel. Nascido índio na costa do Brasil e convertido ao cristianismo, ele

voltava de Assunção pela trilha ou caminho utilizado por Aleixo Garcia. (Hernández não dá nome à senda que ficaria conhecida como Peabiru, nem a descreve, como se fosse natural haver no meio da selva uma trilha demarcada e intensamente utilizada. Mas registra mais de uma vez o vaivém das pessoas por ela.) Miguel teria dado mais detalhes sobre o trágico fim de Juan de Ayolas, e se dispôs a guiá-los até Assunção. Cabeza de Vaca nem piscou: aceitou a oferta de imediato, dispensando os guaranis da ilha de Santa Catarina que o haviam acompanhado até ali.

A partir desse ponto, a viagem tornou-se bem mais amena — “por todo caminho que se andava, depois de ter entrado na província, nos povoados da mesma, eram regiões alegres, com grandes campinas, árvores, águas de rios e fontes, riachos e filetes d’água; de fato, toda a terra é apropriada para lavoura e criação”.

A reação dos nativos diante dos cavalos surpreendeu os espanhóis:

Era uma coisa impressionante de se ver como os cavalos eram temidos pelos índios de toda a terra daquela província; de tanto medo que eles tinham, desviavam os cavalos do caminho, oferecendo-lhes mantimentos como galinhas e mel, dizendo que não ficassem bravos, porque eles lhes dariam de comer; e, por tê-los acalmado, que não desamparassem seu povo [...].

Mais adiante, a jornada voltou a ficar penosa — tiveram de construir dezoito pontes num só dia para vadear pantanais e rios, entre eles o atual Ivaí. Vinte homens iam na frente, abrindo caminho por uma mata tão fechada que não permitia a visão do céu. Galgaram serras e montanhas (decerto as escarpas do planalto paranaense) e, seis dias antes do Natal, chegaram ao povoado de Tugui, onde se surpreenderam com os pinheiros e pinhões, sementes aproveitadas não só pelos índios, que delas faziam farinha, como por capivaras e macacos, que as disputavam avidamente. A farinha de pinhão garantiu um Natal farto para os espanhóis. Farto demais, na versão dos *Comentários*:

Como as pessoas não estavam exercitando o corpo e tinham muito o que comer, não digeriam bem o que comiam e logo ficavam com febre, o que não acontecia quando caminhavam, porque logo que começavam a andar as duas primeiras jornadas, rejeitavam o mal e ficavam boas; no início da jornada as pessoas pediam insistentemente ao governador que descansassem alguns dias, mas ele não permitia, porque já tinha experiência e sabia que ficavam doentes. Mas as pessoas achavam que ele fazia isso para dar mais trabalho a elas. Depois, por experiência, entenderam que o governador sabia por que fazia aquilo e que era pelo bem das pessoas que, também por experiência, passaram a entender que se comessem muito ficariam doentes.

A referência, nos *Comentários*, a essas marchas forçadas explica-se: depois, Cabeza de Vaca seria acusado de obrigar seus homens a marchar sem descanso, enquanto ele ia a cavalo. Ele não admitiu a acusação. De acordo com suas palavras, “andava sempre a pé e descalço, para encorajar a tropa e não deixar cair o moral”. No dia 28 de dezembro, afinal recompostos da comilança — ou da caminhada —, os espanhóis deixaram o povoado de Tugui. Andaram o dia inteiro sem encontrar nenhum assentamento até chegarem a um rio caudaloso e largo, margeado por árvores, ciprestes e cedros (na descrição europeizada de Hernández). Era o alto Piquiri, no extremo oeste catarinense, um afluente de grande porte do rio Paraná, que exigiu quatro dias para ser cruzado.

Retomando a viagem, passaram por mais cinco povoados bem providos de milho, mandioca e batata-doce. Como os guaranis da ilha de Santa Catarina, os nativos também criavam patos e galinhas, de acordo com os *Comentários* — e aqui há um bom campo para investigação, já que não se trataria nem de galinhas nem de patos, como os conhecemos hoje em dia, pois essas aves só seriam introduzidas mais tarde no continente.

O ano de 1542 começou sob o signo da fome. Ao deixarem para trás o último povoado, os espanhóis caminharam cinco dias, sempre por uma região montanhosa e sem ver ninguém. Tiveram de recorrer a uns insetos que Hernández chama de “gusanos”.⁴ Não foi tão ruim: “[...] as pessoas fritavam para comer e saía deles tanta manteiga que era só fritar bem e

todos comiam e achavam muito bom; e dos canudos de outras canas tiravam água, bebiam e era muito boa e eles se fartavam com isso”.

Até as margens do rio Cobre, afluente da margem esquerda do Piquiri, os tais “gusanos” continuaram sendo o único alimento da tropa. A partir daí, a situação melhorou: os expedicionários adentraram terras de boa água e muita caça — sobretudo caititus e veados. Cabeza de Vaca teria rezado para que ninguém adoecesse, e suas preces foram atendidas: “Todos iam sãos e com esperança de chegar logo à cidade de Assunção”.

Nesse ponto da jornada surgiu o primeiro conflito entre Álvaro Núñez e os frades. Armenta e Lebrón começaram a entrar antes nas aldeias, para obter alimentos.

Cabeza de Vaca quis enquadrá-los, sem sucesso. Os frades tentaram se separar do grupo, mas foram obrigados a voltar atrás. A determinação teria salvado a vida dos dois, no relato do responsável pelo gesto: “Se eu não mandasse procurá-los e trazê-los, certamente eles se veriam em apuros”.

O que estava em jogo, na verdade, era o privilégio de negociar com os índios, do qual o governador não queria abrir mão — mais um ponto de conflito nos futuros processos judiciais.

No dia 14 de janeiro, quando a expedição alcançou outra vez o rio Iguaçu — “tão grande quanto o Gualdaquivir” —, Cabeza de Vaca mandou dois índios levarem a Assunção uma carta que anunciava sua chegada iminente como novo governador da província. Foi um erro do qual ele talvez tenha se arrependido. A notícia, abrupta e prematura, acirrou os ânimos dos integrantes do grupo de Domingos Irala, que, com o sumiço de Juan de Ayolas, fora eleito governante pelo voto, dando margem a que Álvaro Núñez mais tarde fosse acusado de “rogar para si autoridade de governador antes de saber se iria poder tomar posse”.

Sete Quedas Numa das aldeias próximas ao rio Iguaçu, a tropa descansou por alguns dias. Ali, Cabeza de Vaca teve de resolver o destino de quinze espanhóis enfermos. Entre eles, Francisco Orejón, um soldado mordido por

um cachorro, provavelmente um alano — raça de cães enormes e ferozes que apavoraram índios e foram muito utilizados pelos conquistadores desde o século XIV.

Para dar uma chance a Orejón e aos demais doentes, o governador enviou um portador a Assunção pedindo bergantins para resgatá-los e deixou alguns homens sãos para protegê-los, com ordens de seguirem no encalço dos expedicionários caso o socorro não aparecesse.

Bem, essa foi a versão de Cabeza de Vaca para o episódio. O fato é que três espanhóis acabaram morrendo, e mais tarde nosso herói seria acusado de abandonar os enfermos ao deus-dará.

Seja como for, o resto da tropa retomou a marcha. Por oito dias não avistaram viva alma, mas afinal cruzaram com um bando de índios que disseram saber como chegar ao Rio da Prata e a Assunção. Para isso, deveriam seguir o rio Paraná até o ponto em que ele se encontra com o rio Paraguai. Ali podiam tanto acompanhar as águas, descendo o rio Paraná em direção a Buenos Aires, como, tomando o sentido oposto, subir o rio Paraguai contra a correnteza, rumo a Assunção. Os mesmos índios contaram a eles o trágico fim dos portugueses que Martim Afonso de Souza despachara em busca da Serra de Prata, emboscados nas margens do Paraná.

O relato levou Cabeza de Vaca a dividir seus homens: uma parte iria por terra, margeando o rio e, assim, protegendo os que embarcariam nas canoas compradas dos nativos. Logo a viagem se transformou num *rafting* emocionante, para dizer o mínimo.

[...] ao descer o rio chamado Iguazu, a correnteza era tão grande que as canoas corriam com muita fúria; por causa disso, muito próximo de onde se embarcou, o rio dava um salto por um despenhadeiro altíssimo e a queda-d'água tinha um baque tão forte que de longe se ouvia; como a espuma caía com muita força, espirrava e subia alto.

Essa é a primeira descrição conhecida e registrada das Cataratas do Iguazu. Para seguir adiante, tiveram de carregar as canoas nas costas durante três quilômetros. Vencidos os saltos, faltava cruzar o rio Paraná. Na

margem oposta, uma nova ameaça aguardava os espanhóis — um bando de guaranis, com o corpo inteiramente pintado e enfeitado com plumas, formando um conjunto “maravilhoso de se ver”. A questão era que estavam também armados até os dentes, ostentando arcos e flechas.

Depois que intérpretes e presentes acalmaram a turma multicolorida, parte dos espanhóis cruzou o rio. Para os cavalos, construíram balsas improvisadas, unindo duas canoas. A operação arriscada custou a vida de um soldado. Trinta homens, doentes ou fracos demais para tentar a travessia, foram embarcados em balsas encomendadas aos índios e, obedecendo à orientação que haviam recebido, seguiram para Assunção pelo rio Paraná, acompanhados por cinquenta arcabuzeiros e arqueiros. O restante do grupo continuou por terra. Assunção ainda estava a nove dias de viagem, mas o caminho era suave, e nele começaram a surgir índios que falavam castelhano. A tropa passou a ser recebida com pompa e circunstância, de acordo com Pero Hernández (ou Cabeza de Vaca) — os homens varriam o espaço à frente, as mulheres mais velhas e as crianças postavam-se nas margens, carregadas de oferendas. Segundo Hernández, os nativos traziam “[...] alimentos, vinho feito de milho, pães, batatas, galinhas, pescado, mel e veados, tudo muito bem preparado. Davam e repartiam graciosamente entre as pessoas e, como um sinal de paz e amor, levantavam as mãos para o alto”.

Os capitães Juan Salazar de Espinosa e Juan de Ortega e o inspetor Alonso Cabrera se anteciparam: deixaram Assunção e foram recepcionar a tropa nas cercanias da cidade. A longa viagem terminou às nove da manhã de 11 de março de 1542. Chegada triunfal, na versão dos *Comentários*, com os colonos comemorando a aparição dos espanhóis e dizendo que já tinham quase perdido as esperanças de obter socorro, “porque o caminho era tão perigoso e difícil, ainda não havia sido descoberto e nunca se teve notícia dele”.

Como quinze dias antes Irala recebera a carta em que Cabeza de Vaca se apresentava como o novo governador e pedia bergantins e cavalos para

transportar Orejón e os outros enfermos, fica difícil acreditar que os moradores tenham se espantado e se alegrado tanto. Ainda assim, Pero Hernández garante que todos os oficiais reconheceram imediatamente a autoridade de seu chefe. Mas é mais provável que as coisas tenham se passado como relatou Schmidl, o soldado alemão que viera com Pedro de Mendoza: “O capitão [Irala] e as pessoas estavam de acordo [em acatar a autoridade de Cabeza de Vaca]; os soldados não entenderam muito bem, mas os clérigos e dois ou três capitães deram um jeito de fazer o que ele [Álvar Núñez] havia pedido”. O homem que fora livremente eleito pelos colonos só se subordinou ao recém-chegado porque desrespeitar simplesmente uma determinação real era uma grande afronta, mesmo naquelas lonjuras.

Quando Álvar Núñez chegou, os colonos estavam às voltas com os preparativos de nova entrada em busca do ouro, animados com a perspectiva de aproveitar os três meses em que os ventos do outono facilitavam a subida do rio. Foi essa, aliás, a justificativa dada por Irala para o fato de não ter enviado os bergantins em socorro dos viajantes.

Num provável esforço de acomodar as coisas, Cabeza de Vaca nomeou Irala seu lugar-tenente. A distribuição de roupas e ferramentas aos colonos, o afrouxamento da cobrança de impostos sobre diversos produtos, e o perdão para as eventuais dívidas do quinto até que encontrassem ouro e prata (complementado pela promessa de que ele mesmo defenderia tal posição junto ao Conselho das Índias, se necessário) devem ter aumentado a popularidade do novo governador.

Mas Cabeza de Vaca foi além, mexendo também no bolso dos oficiais. Segundo Pero Hernández, Irala e seus companheiros tinham estendido a cobrança do quinto (normalmente reservada ao imperador e incidente apenas sobre ouro e outras riquezas) à produção agrícola, caça e pesca dos colonos, prendendo quem não pagasse o tributo.

O novo governador mandou suspender a cobrança e prometeu aos colonos que assumiria o ônus caso o Conselho das Índias determinasse o

pagamento do imposto devido. Ordenou ao escrivão Martín de Orue que comunicasse ao alcaide e aos outros oficiais que não poderiam perseguir ninguém por esse motivo.

No dia 2 de abril de 1543, os oficiais encaminharam um pedido de revogação das determinações e solicitaram uma discussão sobre os rumos do governo. Cabeza de Vaca rejeitou por escrito o pedido.

Esse tipo de entrevero era comum nas fronteiras do Império Espanhol — a ponto de propagar a expressão “Obedeço, mas não cumpro”, símbolo da profunda divisão entre autoridade e responsabilidade e do distanciamento entre os interesses da Coroa e os dos oficiais postados quase no fim do mundo.

O novo chefe submeteu as contas de Alonso Cabrera a uma vistoria e acabou chamando o inspetor de minas de “porco ganancioso” e “judeu”; disse ainda que ele deveria se enquadrar, cortando suas asas — ou seu “rabo branco”, pois o apelido do inspetor era Raposa do Rabo Branco. Mas não houve uma mudança radical na estrutura de poder: a maioria dos oficiais foi mantida nos cargos.

Os doentes e seus protetores, que Cabeza de Vaca deixara para trás, chegaram quase um mês depois, relatando os atropelos da viagem em canoas que, atacadas por flechas, rodopiavam. O grupo só tivera paz ao adentrar as terras de um certo Francisco. “Escravo e criado dos cristãos”, no dizer de Pero Hernández, Francisco os instalara numa ilha, alimentando-os até serem resgatados pelos bergantins enviados por Irala.

O compadrio Nos primeiros dias em Assunção, Álvar Núñez deve ter se impressionado com a relação cordial, muito cordial, entre conquistadores e nativos. Em outubro de 1544, frei Bernardo de Armenta anotou a existência de seiscentas crianças mestiças em Assunção. Em março do ano seguinte, o padre Francisco de Andrade estimou em no mínimo quinhentos rebentos a prole decorrente de casamentos inter-raciais e múltiplos. Duas provas indiscutíveis da receptividade dos guaranis, que haviam deparado pela

primeira vez com um espanhol menos de dez anos antes. Numa carta endereçada a seu tio em Jerez de la Frontera, também datada de 1545, Alonso de Riquelme calcula que os espanhóis já tinham produzido mais de quatro centenas de filhos em Assunção. E dispara: “[...] assim Vossa Senhoria pode dizer que nós somos bons povoadores, não conquistadores; e para mim, no fim das contas, isso não me parece bom”.

A observação ácida foi contrariada pelo próprio Riquelme, que mais tarde se casaria com uma mestiça, filha de Irala. Na descrição de Domingos Irala, os guaranis “serviam aos cristãos, eles mesmos e suas mulheres, em todas as áreas de trabalho; enviaram setecentas mulheres para servir aos cristãos em suas casas e no trabalho nas roças e porque Deus é servido, há tanta abundância de mantimentos suficientes para suprir os que ali vivem e mais três mil homens”.

Alonso Agudo, um ex-integrante do Santo Ofício de Granada, apelidou a capital do compadrio de “paraíso de Maomé”, numa referência aos textos sagrados muçulmanos, onde 80 mil servos e 72 esposas são relacionados entre as benesses que aguardam os que entrarem no paraíso.⁵ Em sua denúncia sobre a licenciosidade dos oficiais espanhóis no Rio da Prata, Agudo também recorreu ao Velho Testamento e garantiu que os colonos de Assunção ali viviam “pior do que em Sodoma”.

De acordo com outro religioso, Francisco González Paniagua, na mesma época muitos colonos só tinham quatro mulheres por não terem como sustentar oito, e os que assim agiam era por não poderem manter dezesseis.

O sistema, mais que um traço de licenciosidade, funcionava como mola propulsora de uma sociedade cujos integrantes se definiam, acima de tudo, um grupo de parentes, como observa Jorge Caldeira em *Mulheres no caminho da prata*:

[...] o marido tinha a obrigação de abrir uma roça para a mulher e de fornecer a caça; a mulher controlava totalmente a distribuição dos produtos, a partir do monopólio que detinha da manipulação dos alimentos. O uso dos bens produzidos, por sua vez,

estava subordinado ao tipo de ligação com os demais membros do grupo. O sogro, por exemplo, tinha direito a determinado pedaço da caça obtida pelo genro. No todo, o casamento vinha a ser um sólido conjunto de obrigações mútuas, relativas à produção econômica e ao relacionamento social.

Schmidl sintetizou esse quadro à sua maneira, própria de um conquistador europeu do século XVI: “As mulheres e os homens andam completamente nus, como Deus os pôs no mundo. O pai vende a sua filha, e mesmo o marido vende sua mulher, quando não gosta dela, e o irmão, a irmã; uma mulher custa uma camisa, um garfo, ou outro resgate qualquer”.

O termo *vender* podia fazer sentido para os espanhóis naquela circunstância, mas não para os guaranis. Era possível dissolver a união entre homens e mulheres a qualquer momento e por vontade de qualquer um dos parceiros, e não se exigia a fidelidade sexual, ao menos nos moldes ocidentais. Para ter várias esposas, bastava ser um guerreiro valente e agricultor tenaz, capaz de assegurar uma roça para cada uma delas.

A facilidade com que pais, maridos e irmãos “vendiam” para os espanhóis filhas, esposas e irmãs mesclava pragmatismo com reverência. Num dos primeiros contatos, haviam oferecido a Ayolas, segundo Schmidl, “seis mocinhas, a mais velha com dezoito anos de idade; também deram de presente sete veados e outra carne de caça. Pediram que ficássemos com eles e deram de presente a cada homem duas mulheres, para que cuidassem de nós, cozinhassem, lavassem e atendessem todas as necessidades”.

O próprio Domingos Irala manteve relação com várias índias. Seu filho com uma delas, batizada de Leonor, era Alonso Riquelme de Guzmán, que viria a ser pai de Ruy Díaz de Guzmán, primeiro historiador paraguaio.

Não contente em conquistar a filha de um chefe índio, Garcí Venegas tomou uma das mulheres desse cacique para dar a um amigo. O chefe tentou trocar a esposa pela sobrinha de doze anos, mas Venegas se sentiu ofendido e matou o guarani.

Tropeços à parte, o sistema era bom para todo mundo, exceção feita, talvez, às mulheres envolvidas: os guaranis ganhavam proteção — era mais

difícil alguém se meter a besta com quem tinha aliados tão poderosos —, e os espanhóis também se protegiam, pois os índios serviam de guias naquelas matas desconhecidas e os defendiam de outras tribos.

Mais tarde, durante o processo na Espanha, Cabeza de Vaca teve que responder à acusação de “permitir a venda de índias livres” como escravas. Em sua defesa, ele contrapôs que apenas admitia que atuassem como criadas, em troca de presentes aos parentes delas. Sintomaticamente, nenhum de seus adversários se pronunciou sobre essa acusação.

Las Casas No início de abril de 1542, o governador resolveu mandar dois bergantins em busca dos navios que tinham deixado o litoral catarinense dois meses antes e sobre os quais não recebera notícia. O envio serviria ainda como primeiro movimento no sentido de repovoar Buenos Aires, não mais como capital da província, mas como entreposto para as embarcações que fossem para a Espanha ou de lá viessem.

Antes da partida, Cabeza de Vaca chamou os caciques da região e, na presença dos padres e dos oficiais, comunicou-lhes que não deveriam mais comer carne humana. Quanto aos espanhóis, mandou ler (poucos eram alfabetizados) alguns trechos da carta em que Carlos V determinava “cuidado especial na doutrina e no ensinamento aos índios nativos, vassalos de Sua Majestade”.

Infelizmente, não foi preservada nenhuma cópia do documento, por certo inserido no contexto de uma mudança radical no tratamento da questão indígena, com base nos ideais do frade dominicano Bartolomé de las Casas.

Em 1539, Las Casas formulara sua obra mais conhecida, a *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, dramática descrição das condições em que se dava o domínio europeu do novo continente.

Há indícios de que o frade se encontrou com Cabeza de Vaca na Espanha, quando ele ainda não conquistara o posto de governador do Rio da Prata. Mesmo que isso não tenha ocorrido, é quase certo que a carta do

imperador tinha conexão direta com a obra de Las Casas, à qual Carlos V teve acesso antes até de sua impressão. O monarca ficou tão impressionado que leu vários trechos para a comissão encarregada de preparar uma nova legislação sobre o assunto.

Em novembro de 1542 foram promulgadas as chamadas *leyes nuevas*, que reconheciam nos índios seres humanos, passíveis, portanto, de cristianização e possuidores dos mesmos direitos que têm todos os filhos de Deus. Não poderiam ser escravizados por motivo algum, e os já cativos deveriam ser libertados, a não ser que se comprovasse juridicamente o direito de mantê-los em tal situação. Nenhum deles poderia trabalhar por obrigação e sem pagamento.

Las Casas teria apoiado as primeiras atitudes de Cabeza de Vaca: proibir a escravidão dos índios e combater o concubinato. Na *Relación* apresentada mais tarde por nosso herói, este traçaria um quadro vívido e colorido do que se passava entre espanhóis e índias em Assunção quando ali chegou:

[...] tinham acesso carnal a mãe e filha, irmãs, tias, sobrinhas e outras parentes e índias livres cristãs e as vendiam, trocavam e negociavam uns com os outros como se fossem escravas e especialmente o dito Domingos de Irala fez isso e outorgou cartas de venda, ante o escrivão, das índias livres que eles vendiam; e, além disso, estavam amancebados, cada um, com trinta, quarenta ou cinquenta mulheres; e cuidei de apartá-los de tão grave pecado e ofensa a Deus e pedi a um clérigo e a dois intérpretes que examinassem os parentescos diante do escrivão e, dessa maneira, apartei muitas mulheres, razão pela qual eles se irritaram e ficaram com ódio de mim.

Vale dar algum desconto, já que o mesmo Domingos Irala que havia assinado as cartas de venda das escravas foi por ele nomeado seu lugar-tenente. De todo modo, Cabeza de Vaca desprezou ou não percebeu o significado político daquele regime de compadrio. O “paraíso de Maomé” era mais que um grave desvio para os padrões morais da Espanha católica; os múltiplos casamentos entre espanhóis e índias sustentavam uma aliança, em

que os guaranis garantiam a alimentação dos colonos e ainda os ajudavam a enfrentar outras tribos.

Em mais um movimento que desgastou sua relação com o povo que dominava os arredores de Assunção, o novo governador exigiu que os guaranis deixassem de comer seus inimigos.

O canibalismo fazia parte da cultura local. O termo *canibal* foi cunhado por Colombo para se referir a uma tribo guerreira e poderosa de que ouviu falar numa de suas viagens. O navegador estava certo de que quem liderava os *canibas* era o mítico Gran Khan asiático. Esses índios eram temidos por outras tribos, que reclamavam contra o sumiço de seus guerreiros; no dizer de Colombo: “Como não voltam, creem que foram comidos”. De *caníba* a *canibal* foi um pulo.

Entre os índios sul-americanos, o canibalismo era a maneira de socializar a vingança. Mortos e feridos em combate eram comidos no local ou durante a retirada, enquanto os prisioneiros só seriam devorados mais tarde, em meio a complexos rituais.

O padre Claude d’Abbeville transcreveu o diálogo entre carrasco e vítima numa aldeia maranhense, com os floreios de linguagem do século XVII. Mas a conversa não deixa de ser impressionante:

— Não sabes tu que tu e os teus mataram muitos parentes nossos e muitos amigos? Vamos tirar nossa desforra e vingar essas mortes. Nós te mataremos, assaremos e comeremos.

— Pouco me importa [...] Tu me matarás, porém eu já matei muitos companheiros teus. Se me comerdes, fareis apenas o que já fiz eu mesmo. Quantas vezes me enchi de carne da tua nação! Ademais, tenho irmão e primos que me vingarão.

O sangue recolhido às pressas pelas mulheres mais velhas era passado no seio das que amamentavam, para que até os bebês provassem do inimigo. Se a caçada fora boa, os visitantes levavam pedaços de carne moqueada para casa, depois do banquete. Quando não havia muito a repartir, os índios

faziam caldo das mãos e dos pés do prisioneiro executado. O único que não comia era o carrasco, que passava por um período de resguardo.

Nos *Comentários*, a minuciosa descrição de um jantar comemorativo de vitória evidencia bem o caráter mágico da antropofagia guarani. A festança durava tempo suficiente para que o cativo engordasse e entrasse em alfa, recebendo todo tipo de gentileza, incluídas aí algumas mulheres.

Devidamente empanzinado, saciado, e enfeitado com plumagens e contas brancas, o sujeito era cercado por três garotos cuja idade variava entre seis e dez anos, armados com machadinhas de cobre. Só então começava a segunda parte do espetáculo:

Então, um índio, que é considerado o mais valente de todos, pega uma espada de pau, que os índios chamam de macana, vai para uma praça onde faz o prisioneiro dançar por uma hora. Depois que ele dança, o índio chega e lhe dá um golpe no lombo com as duas mãos e outro na espinha para derrubá-lo e pode acontecer que, depois de seis golpes na cabeça, não consiga derrubá-lo; é impressionante como eles têm a cabeça dura, porque a espada de pau com que batem nele, é de madeira muito dura, pesada, negra e, se um homem segurar com as duas mãos pode derrubar um touro de um só golpe, mas só conseguem derrubar o prisioneiro depois de muitos golpes. No fim, quando o derrubam, os meninos chegam com suas machadinhas e dão vários golpes na cabeça até jorrar sangue e, enquanto estão golpeando, os índios lhes dizem aos gritos que sejam valentes, que aprendam e que tenham coragem para matar seus inimigos; que se lembrem que o que está ali matou um dos seus, que se vinguem, pois. Depois que o prisioneiro morre, quem deu o primeiro golpe fica com o nome do que morreu e dali em diante passa a ser chamado por este nome, como sinal de valentia. Em seguida, as velhas despedaçam o morto, cozinham os pedaços em suas panelas, repartem entre todos e comem como uma iguaria; depois, voltam aos prazeres das danças e da festa, que dura muitos dias e dizem que por suas mãos morreu o inimigo que matou seus parentes, que agora descansam e estão satisfeitos.

No processo judicial aberto na Espanha, Juan de Villalobos acusou Álvaro Núñez de compactuar com o canibalismo. Afirmou também que, numa atitude ainda mais inaceitável para um representante do imperador,

ele teria oferecido aos guaranis índios de outras etnias como moeda de troca, sabendo que seriam devorados. Para sorte de Cabeza de Vaca, nenhuma testemunha pôde comprovar a gravíssima acusação, o que teria bastado para condená-lo à morte.

Com esses dois movimentos apenas — o combate ao concubinato e a proibição do canibalismo — ele conseguiu se indispor, ao mesmo tempo, com colonos e nativos.

A fumaça da paz Domingos Irala fora tolerante com os guaranis e implacável com outras tribos. Cabeza de Vaca preferiu estratégia diferente: separou os nativos em dois grandes grupos, sem observar relação alguma com eventuais parentescos ou etnias. De um lado, os que se subordinavam; do outro, os que não obedeciam.

Os primeiros a ser beneficiados pelo recém-criado sistema de convivência foram os índios que viviam mais perto de Assunção, caçando e se movimentando pelas planícies da outra margem do rio Paraguai. Eram os agazes (ou ainda hagases, hogaes, agaes; todos os termos podem estar relacionados à influência de um cacique paiaguá cujo nome era Agaz ou Magach). Ligados ao ramo linguístico dos arauaques, que ocupavam parte do Chaco, eram inimigos tradicionais dos guaranis. Pouco antes da chegada de Cabeza de Vaca, a tribo tinha sido alvo de uma matança coordenada por Irala e Garci Venegas. Ao saberem que um novo governador tomara posse, os caciques agazes foram a Assunção prestar sua obediência e tentar estabelecer outro acordo de paz. Receberam dos espanhóis vários conselhos, muitos presentes e, para selar o trato, deram em troca algumas moças que seriam, claro, “catequizadas”.

O acordo estava fadado ao insucesso, pois, com o produto de sua caça e coleta, os agazes jamais poderiam sustentar os conquistadores. A apurada técnica agrícola dos guaranis e a fertilidade das terras por eles controladas, por outro lado, asseguravam mesa farta — para todos os parentes, inclusive os compadres espanhóis.

Depois de fumar o cachimbo da paz com os agazes, Cabeza de Vaca partiu para cima dos aguerridos e orgulhosos guaicurus, acusando-os de roubo. Esses índios tinham simplesmente se apossado de bens pertencentes aos europeus, mas, como muitos povos caçadores-coletores, ignoravam que, para os invasores, aquilo correspondia a um crime a ser punido com severidade.

O povo guaicuru, também conhecido como “gentio de corso” por sua resistência à conquista, não praticava o canibalismo. A maior parte vivia no sistema Paraná-Paraguai, entre o norte da Argentina e o que hoje é o Paraguai. No Brasil, seus representantes são os cadiués.

Com o indispensável aval dos frades, Cabeza de Vaca mandou emissários até os guaicurus para exigir que se mantivessem distantes do território dos guaranis e prestassem obediência a Carlos V. Caso contrário, declararia guerra contra eles.

A mensagem não surtiu nenhum efeito — ou, mais exatamente, não o que Álvaro Núñez imaginava. Os índios exibiram seus arcos e flechas aos emissários do governador e, em seguida, puseram-nos em ação. Vários espanhóis ficaram feridos. Em resposta, Cabeza de Vaca reuniu duzentos artilheiros, doze cavaleiros e uma legião de guaranis. A preparação para o combate envolveu um ritual quase interminável, que ocupou um dia inteiro: cada guarani entregou ao governador uma flecha pintada e enfeitada com penas de papagaio.

Na noite seguinte, aproveitando a lua cheia e sem dar aos soldados um minuto de descanso, Cabeza de Vaca pôs suas tropas em marcha rumo ao assentamento guaicuru, apontado por espões guaranis. Em determinado momento uma onça, que Pero Hernández chama de tigre, apareceu entre as árvores, assustando os guaranis, que debandaram, aos gritos. Certos de que se tratava de um ataque inimigo, alguns europeus dispararam, ferindo de raspão o governador. Incidente apresentado nos *Comentários* como um atentado frustrado: “É dado como certo que eles atiraram para matar para agradar a Domingos Irala, porque lhe fora tirada a posse da terra [...]”.

Os guaicurus não se deram conta do alarido. No escuro, os espanhóis mandaram seus aliados pintarem cruzeiras brancas no peito e nas costas para não serem confundidos com os adversários. Alimentaram bem os cavalos, a fim de que não relinçassem, e partiram. Na versão dos *Comentários*, Cabeza de Vaca teria ordenado que cercassem o povoado mas deixassem uma saída “por onde eles pudessem fugir para as montanhas, para evitar uma grande carnificina”.

Os fatos, no entanto, não se deram exatamente como eles tinham planejado. Ao perceberem a movimentação, os guaicurus soaram seus tambores, apavorando os guaranis.

Depois de um curioso diálogo entre um intérprete e os guaicurus a respeito do motivo da luta e seu desfecho, os índios jogaram os archotes sobre os espanhóis e empunharam seus arcos, enquanto os guaranis se dispersavam. Cabeza de Vaca ordenou o avanço dos soldados e mandou que os arcabuzeiros disparassem. Segundo Hernández, o governador foi na vanguarda, “atropelando quem estava na frente; e como vieram os índios inimigos e viram os cavalos, que nunca haviam visto, foi tão grande o susto que levaram que todos que puderam fugiram para as montanhas e se embrenharam nelas”.

Na fuga, os guaicurus atearam fogo a uma cabana de palha, e as chamas logo atingiram outras vinte. Protegidos pela fumaça, 4 mil guerreiros escaparam. Dois espanhóis foram mortos. Doze guaranis capturados foram decapitados com a ajuda de uma espécie de grillão feito com dentes de palometa, um tipo de piranha.

Ao retratar os guaicurus, Pero Hernández aproxima-se do gênero de descrição utilizado por seu chefe nos *Naufrágios*:

Esses índios são muito grandes e muito rápidos; são fortes e valentes; vivem gentilmente, não têm casas fixas e sobrevivem de caça e pesca. Nenhuma nação os havia vencido antes dos espanhóis. Se vencidos, têm o costume de se tornar escravos de quem os venceu. As mulheres possuem o *direito* de libertar qualquer prisioneiro que os homens tragam, podendo este continuar a viver ali e ser tratado como se fosse um

da tribo. Certamente essas mulheres têm mais liberdade do que a rainha Isabel, nossa Senhora, deu às mulheres de Espanha.

No fim da batalha, os europeus retornaram a Assunção arrastando quatrocentos prisioneiros. Como não poderiam mantê-los, mandaram um de volta levando presentes para a tribo e o mesmo recado anteriormente desprezado pelos nativos: se aceitassem a condição de “vassalos do imperador”, os guaicurus teriam direito a auxílio e proteção. Quatro dias mais tarde, o emissário reapareceu do outro lado do rio. Trazia com ele toda a tribo.

Diante do governador, vinte caciques guaicurus ressaltaram a bravura de seu povo, antes de reconhecer a supremacia dos espanhóis, afirmando que, a partir de então, obedeceriam às ordens de Cabeza de Vaca. Este reiterou as vantagens de serem fiéis ao imperador e os liberou, depois de obter a garantia de que respeitariam as novas regras, retornando a Assunção periodicamente para repartir os resultados de suas caçadas.

Dali por diante, segundo os *Comentários*, tudo começou a correr às mil maravilhas. Semanalmente, centenas de canoas subiam e desciam o rio, com índios pintados e paramentados, transportando carne cozida de veado ou de javali, peles de onça e tecidos pintados que eles trocavam por arcos e flechas, milho e mandioca fornecidos pelos guaranis. Pero Hernández descreve o modo como os guaicurus churrasqueavam a carne, bem como o clima descontraído entre os nativos: “Passam pelo rio, nessas negociações, duzentas canoas juntas carregadas, e é a coisa mais bonita de se ver; como vão depressa, algumas vezes se chocam umas com as outras, de forma que toda mercadoria cai na água e tanto os índios a quem isso acontece, quanto os que estão nas margens, esperando, morrem de rir [...]”.

Os índios que Hernández chama de *aperúes* selaram acordo semelhante, e inclusive ofereceram ao governador algumas mulheres e crianças, prudentemente classificadas como “reféns que Cabeza de Vaca aceitou apenas para manter-se seguro”, entregando-as aos religiosos para que fossem educadas na fé do Senhor.

Mas a paz selada entre agazes e espanhóis logo virou fumaça. Os agazes libertaram as mulheres que tinham oferecido como garantia e tentaram — mas não conseguiram — atear fogo ao povoado. Depois, passaram a atacar as lavouras, os armazéns e as mulheres dos guaranis, sequestrando mais de trinta delas. Cabeza de Vaca teria consultado oficiais e religiosos antes de investir contra a tribo e prender treze ou catorze agazes que, após um processo, condenou à morte.

Quando, porém, o alcaide-mor foi pegá-los na prisão para executar a sentença, os condenados deram uma prova adicional de coragem e o esfaquearam. Dois índios morreram na refrega. Os demais acabaram na forca, como determinava a sentença — sempre de acordo com Cabeza de Vaca. Mas aqui também há divergência nas versões, como se verá.

Traição e fogo Resolvido o caso dos agazes, Irala assumiu o comando de nova tentativa de encontrar a Serra de Prata e para isso reuniu noventa homens em três barcos. Para orientá-los no caminho, Cabeza de Vaca pediu ajuda a uma tribo guarani que vivia ao norte de Assunção. Mais precisamente, ao cacique Aracare, na condição de “cristão e vassalo de Sua Majestade”, segundo Pero Hernández.

Oitocentos índios acompanharam os bergantins por algum tempo pelas margens do rio. Em certo ponto, Irala ancorou os barcos e ordenou que três intérpretes avançassem com os nativos. Aracare mudou de ideia: mandou atear fogo no mato, alertando outras tribos da chegada dos espanhóis, e bateu em retirada com seus guerreiros, deixando os intérpretes sem saber o que fazer ou para onde ir. Vinte dias após o início da expedição, os intérpretes retornaram a Assunção e denunciaram a traição do cacique. Uma segunda expedição partiu da cidade, também em busca da Serra, e foi atacada por Aracare e sua turma, depois de trinta dias caminhando “por terras despovoadas, passando grande fome e sede”. A rebeldia custou caro ao índio. O governador determinou que se abrisse um processo contra ele e o enforcou. O caso lhe traria problemas: mais tarde, ele foi acusado de não

ter cumprido os trâmites legais previstos, condenando o cacique à morte sem processo nem apelação — acusação que Cabeza de Vaca rejeitou com veemência, evidentemente.

Vendo que não podia contar com o apoio dos índios, Álvaro Núñez mandou fazer dez bergantins para explorar os rios da região e uma caravela para levá-lo à corte espanhola, tão logo achasse a Serra de Prata. Tarefa árdua que demorou três meses e obrigou até o governador a pôr a mão na massa.

Os novos barcos ainda estavam sendo construídos quando Pedro Estopinán aportou em Assunção, vindo de Buenos Aires, pouco antes do Natal de 1541. Ele e seus homens tinham feito em cerca de dois meses o trajeto por mar entre a ilha de Santa Catarina e o Rio da Prata. E haviam passado maus bocados. Um piloto morrera, e o outro desertara, juntando-se aos índios. O contramestre não sabia identificar precisamente a latitude, e o grupo, desorientado, pensou em voltar à ilha.

Seguiram adiante, mas as coisas só pioraram. Em vez da cidade com centenas de moradores, onde esperavam aportar, em Buenos Aires encontraram apenas destroços. Dos colonos, restava somente um mastro com uma tabuleta que os índios não conseguiriam decifrar e que continha orientações sobre o paradeiro de um bilhete onde se lia:

Porquanto eu, Domingos Martínez de Irala, que tem por governador o mui magnífico senhor Juan de Ayolas, governador e capitão-geral destas províncias do Rio da Prata, decidi sumariamente levar as pessoas que estavam no porto de Buenos Aires para se juntar às que estavam mais acima no Paraguai, deliberei que se deixassem sinais e documentos escritos, para que quem nos procurasse, pudesse nos encontrar.

Não durou muito o projeto de repovoar a cidade. Atacados pelos querandis, os espanhóis ainda precisaram enfrentar o inverno e um terremoto que matou quatro colonos. Quando subiam o rio da Prata e o Paraná, sempre acoçados pelos índios, encontraram os dois bergantins que Cabeza de Vaca, preocupado com a demora dos companheiros, mandara

para Buenos Aires. A última etapa da jornada não foi menos dramática, graças à falta de sorte do capitão Gonzalo de Mendoza, “ao qual sempre acontecia algo de desastrado na véspera de Todos os Santos”. E, mais uma vez, aconteceu: um temporal derrubou parte do barranco, e árvores caíram sobre os barcos. A maior delas atingiu a galera comandada pelo capitão, arrastando-a por três quilômetros, “com o mastro embaixo e a quilha em cima; e nesta tormenta se afogaram na galera e em outros navios, 14 pessoas entre homens e mulheres; e segundo disseram os que estavam presentes foi a coisa mais apavorante que jamais aconteceu”, na descrição posterior de Pero Hernández.

Não é possível saber que mulheres eram essas. Buenos Aires estava despovoada, e é improvável que fossem moradoras de Assunção dispostas a dar um passeio rio abaixo. Deviam estar entre as embarcadas em Jerez de la Frontera. Isso era comum: muitas vezes as clandestinas eram perseguidas, encarceradas e até disputadas pelos navegadores forçados a longos períodos de abstinência sexual. Várias deram à luz a bordo, e houve até mesmo casamentos em alto-mar.

Em 1530, numa carta ao rei de Portugal, o frade Vicente de Laguna reclamou que “os capitães, pilotos, mestres e marinheiros todos trazem mulheres nas naus e navios de Vossa Alteza, motivo pelo qual surgem grandes contendas”.

Passadas três décadas, ao descrever a ação dos jesuítas na Índia, o padre Sebastião Gonçalves relataria a repressão contra algumas clandestinas a bordo do barco em que navegava: “No primeiro dia, procuramos botar fora a peçonha que o diabo costuma introduzir para perdição dos navegantes. E assim botamos fora duas mulheres suspeitosas”.

O ano de 1543 começou num clima de alegria e esperança: todos reunidos em Assunção, barcos prontos para explorar os rios, índios aparentemente pacificados. De repente, na madrugada de 4 de fevereiro, uma cabana de palha situada bem no meio do povoado pegou fogo. Em minutos, o vento espalhou as chamas para todos os lados. A princípio, o

governador pensou que estivessem sendo atacados e mandou seus homens pegarem as armas. Muitos se queimaram antes de perceber que não havia ataque algum.

O incêndio durou quatro dias e quatro noites, e destruiu 80% das casas. Ficaram em pé apenas as erguidas à margem de um riacho. Duzentas foram destruídas, bem como o milho, a farinha, os mantimentos, as aves e os porcos. Muita gente ficou só com a roupa do corpo. Também viraram cinza documentos oficiais que mais tarde fariam falta para o governador.

Menos de duas semanas depois, Irala voltou com sua expedição. Trazia uma informação que deu alento aos oficiais desanimados pelo incêndio: o melhor caminho para fazer a entrada que os levaria à Serra de Prata era pela terra dos índios chanés, onde ele fundara um pequeno forte, o qual batizou de Porto dos Reis, já que lá chegara no Dia de Reis.⁶

Mal se recompôs, Irala zarpou novamente, com quatro bergantins e 150 homens, para socorrer o azarado Gonzalo de Mendoza, que, tendo ido em busca de alimento, estava cercado por tribos rebeladas.

Essa incursão daria o que falar: na hora da partida, irritado, Cabeza de Vaca teria mandado substituir pelo brasão de sua família as armas de Carlos V pintadas nas velas dos barcos, gesto depois incluído entre seus maus feitos.

Enquanto Irala estava fora, o governador ordenou que dessem cem chibatadas em Bernardo (ou Hernando) de Castañeda, um espanhol que entrara numa oca e forçara a índia a ter relações sexuais com ele na presença do marido. Ao atender à reclamação do índio, Cabeza de Vaca certamente desagradou muita gente em Assunção.

Quando Irala e Mendoza retornaram, o governador se reuniu com eles e outros oficiais e marcou a data para dar início à expedição que deveria levá-los à tão sonhada Serra de Prata: 10 de julho de 1543.

Fuga e inquérito Na noite de 10 de junho de 1543, os frades Bernardo de Armenta e Alonso Lebrón reuniram 35 jovens índias que viviam com eles

no que era — pelo menos oficialmente — uma espécie de convento, e fugiram em direção ao Brasil. Armenta declararia mais tarde que a tal “casa de doutrina”, como a denominou, fora criada porque Cabeza de Vaca não achava necessário batizar ninguém “onde não havia ouro, nem prata”. O plano era ir até a costa brasileira e, de lá, pegar um navio para a Espanha. Não deu certo: caciques que não queriam se separar de suas filhas avisaram o governador (essa é a explicação dada nos *Comentários*), e este mandou o capitão Diego de Abrego atrás dos fujões. A dupla, acompanhada por trinta índias, foi encontrada numa casa a apenas dezoito quilômetros de Assunção. Prevenidos de que haviam sido descobertos, os frades jogaram fora ou esconderam algumas cartas que pretendiam levar para a Espanha. As cartas eram endereçadas ao imperador e ao Conselho das Índias, e denunciavam Cabeza de Vaca como traidor, autoritário e incompetente. A primeira pergunta de Armenta e Lebrón a seus captores foi se o governador ainda estava vivo, evidenciando que a fuga não era uma ação isolada, mas parte de um plano maior que incluía, talvez, o assassinato dele.

A 180 quilômetros da cidade, os homens de Álvar Núñez localizaram outros dois fugitivos: um era Francisco Estopinán, primo de Pedro Estopinán e, portanto, contraparente do governador.

No mesmo mês de junho, por ordem de Cabeza de Vaca, instaurou-se um inquérito que comprovou a existência de um complô articulado. Das reuniões secretas, em que se prepararam as tais cartas e se arrecadaram armas, munição, alimentos e roupas, haviam participado vários oficiais. Os acusados de tomar parte na tentativa de golpe, entre eles o escrivão Martín de Orue, o contador Felipe de Cáceres e o inspetor de minas Alonso Cabrera, quiseram negar seu envolvimento, o qual, contudo, foi confirmado por diversos depoimentos.

Orue, por exemplo, admitiu apenas ter ido ao convento dos frades para conversar sobre a compra de uma canoa e entregar-lhes uma lista com as petições apresentadas pelos oficiais ao governador, que delas fizera pouco-caso.

Convencidos de que Martín de Orue mentira, as autoridades resolveram interrogá-lo novamente — dessa vez sob tormento, como se dizia. Mas Alonso Cabrera e Felipe de Cáceres intercederam pelo escrivão junto ao governador, que acabou libertando-o sob fiança. Por precaução, Cabeza de Vaca nomeou Pero Hernández para o lugar de Orue.

Outros testemunhos incriminaram Cabrera, Cáceres, Pedro Dorantes e Garci Venegas. Jerónimo Ochoa de Izaguirre admitiu ter escrito, a mando deles, várias cartas destinadas ao imperador, aos membros do Conselho das Índias e aos oficiais da Casa da Contratação. Quando o governador indagou contra quem eram as cartas, Ochoa disse simplesmente que não podia revelar o conteúdo, em virtude da importância dos destinatários. Ele teria colocado os papéis num invólucro e entregado a Alonso Cabrera. Ochoa deve ter sentido na pele o peso da justiça da época: depois de apontar Tristan de Irazabal e Martín de Orue como autores das sete missivas, adicionou a ressalva providencial de que, se sua memória tivesse falhado, corrigiria o depoimento mais adiante.

No dia seguinte, a memória de Ochoa funcionou novamente (é provável que com o mesmo “estímulo” do tormento), e ele se recordou de uma oitava carta, escrita de próprio punho. Endereçada ao imperador, em nome dos oficiais rebelados, a mensagem apresentava diversas queixas sobre o governo de Cabeza de Vaca, entre elas a de que a cidade não tinha armas nem munições em quantidade suficiente. Ochoa mencionou, ainda, outras missivas que seriam enviadas ao contador do Conselho das Índias e ao secretário do Conselho da Inquisição. E disse categoricamente que sua colaboração não fora desinteressada. Em retribuição, os oficiais haviam assinado um documento de seu interesse particular — outorgando-lhe o direito sobre terras das quais pudesse extrair ouro e prata.

No relato posterior de Pero Hernández, a tentativa de fuga dos religiosos foi atribuída a sentimentos nada nobres: ciúme, ódio e inimizade, buscando impedir que o governador descobrisse a Serra de Prata.

A Raposa do Rabo Branco Durante o inquérito, Cabeza de Vaca mandou prender Pedro Dorantes, Garci Venegas, Felipe de Cáceres e Alonso Cabrera. Mas os dois últimos não se intimidaram e enfrentaram o governador na difícil condição de acusados e prisioneiros, deixando claro que confiavam numa reviravolta da situação.

Um exemplo: quando perguntaram ao inspetor de minas se o governador pacificara a terra, Cabrera retrucou dizendo que Cabeza de Vaca havia descumprido as ordens do imperador e que por isso “ocorreram distúrbios e mortes de índios e cristãos, e estiveram a ponto de perder toda a terra”.

Álvar Núñez pediu-lhe que explicasse melhor a frase “não se cumpriu a ordem dada por Sua Majestade”. Resposta de Cabrera:

Consta que [Cabeza de Vaca] enviou *línguas* [tradutores] e pessoas pelas terras a serem resgatadas e que segundo queixas dos índios, tomaram suas fazendas e mulheres por muito pouco resgate; Aracare, o índio principal, foi morto sem julgamento e sem direito a defesa; não consentiu e nem permitiu o senhor governador que os oficiais de Sua Majestade se unissem para avaliar o caso, como manda e declara Sua Majestade.

O inspetor de minas continuou desafiando Cabeza de Vaca durante todo o interrogatório. Admitiu que o escrivão Orue havia produzido alguns documentos sobre o que acontecera entre os oficiais e o governador. Para Cabrera, a corte espanhola precisava ser informada o quanto antes do que se passava no Rio da Prata. Por esse motivo, os frades tinham viajado.

O contador Felipe de Cáceres foi ainda mais destemido: não reconheceu Pedro Estopinán como juiz do processo. Disse que só responderia ao imperador e condicionou qualquer declaração a um registro formal de que todas as suas afirmações seriam examinadas pelo Conselho das Índias.

Cáceres culpou Cabeza de Vaca pela animosidade dos nativos e afirmou ter achado boa a ideia de os religiosos irem para o Brasil, mas

garantiu que não lhes fornecera armas e que “não sabia” que tinham partido sem o aval do governador.

O interrogatório do tesoureiro Garci Venegas levou dois dias. No primeiro, Venegas admitiu que os frades haviam pedido que mantivesse segredo sobre a viagem, assegurando, no entanto, que o objetivo da dupla era apenas retomar a catequese dos índios da ilha de Santa Catarina. Para ajudá-los, oferecera a eles varas de pescar, anzóis e uma roupa de algodão destinada ao cacique que os acompanharia. No dia seguinte, o tesoureiro aproveitou o interrogatório para registrar a discordância de muitos colonos quanto à grande entrada programada pelo governador: “[...] ouvi dizer que muitas pessoas desta cidade não queriam fazer parte da entrada porque não há armas, munições e nem roupas suficientes, como seria imprescindível para realizar tão grande façanha [...]”.

Irritado, Cabeza de Vaca perguntou, sarcástico, se o tesoureiro real sabia que, dos seiscentos homens da cidade, quinhentos eram artilheiros. Venegas manteve seu ponto de vista, acrescentando que a pólvora estava velha e seria preciso ter ainda mais espadas e balestras.

O tesoureiro lembrou que, no final da expedição de Pedro de Mendoza — iniciada com 1700 homens —, só havia armas para trezentos soldados.

Quando lhe indagaram se o governador cumprira ou não as determinações reais, Venegas saiu pela tangente, afirmando que quem poderia avaliar isso seriam os membros do Conselho das Índias e o próprio imperador.

Sobre as instruções reais que Cabeza de Vaca mandara ler diante dos colonos e que definiam o tratamento a ser dado aos índios, Venegas saiu-se com esta: “Ao ser inquirido se sabia que Sua Majestade defende, por suas reais instruções e documentos, que não tirem os índios de sua terra e de sua natureza, sendo isso sujeito a uma pena grave, responde que não se lembra de ter visto esse capítulo”.

O prisioneiro afirmou ter ouvido muitos colonos se queixarem do tratamento a eles dispensado pelo governador, mas não citou nenhum nome e inclusive sugeriu que cabia às próprias vítimas, quando julgassem oportuno, reclamar a quem de direito.

A respeito da súbita partida dos frades, sem comunicado algum ao governador, Venegas foi ainda mais oblíquo. Segundo ele, Armenta e Lebrón tinham estado três vezes na casa de Cabeza de Vaca, mas não tiveram “oportunidade de lhe falar”.

Num segundo interrogatório, questionado sobre se afirmara que ninguém — nem mesmo o governador — poderia tirá-lo de Assunção à força, Venegas confirmou o que dissera a um padre: “[...] que não poderia levar ninguém à força para procurar ouro nem fazer guerra fora dos limites dessa cidade, por isso, disse que se eu não queria ser mais rico e me contentava com o que tinha, ninguém poderia me forçar a nada”.

A partir de certo momento, os interrogatórios deixam em segundo plano a fuga dos frades, para se concentrarem no temperamento de Cabrera, “homem irrequieto, provocador e causador de desordem e alvoroço”, e que por isso seria chamado por todos de Raposa do Rabo Branco. No final, o alguazil e promotor fiscal Sebastián de Fuente foi duro com Cabrera:

[...] tendo esta minha acusação por verdadeira, como é, sem dar lugar a dilações e maliciosas defesas e evasivas das quais Alonso Cabrera costuma se utilizar, o condena às maiores e mais graves penas que, por lei e por direito, segundo as leis que sobre isso dispõem, as quais mando executar em sua pessoa e seus bens.

“Maiores e mais graves penas” era o eufemismo jurídico da época para a forca. Mas, apesar de não restar dúvida de que a fuga dos frades havia sido uma pequena parte da conspiração que pretendia derrubá-lo, o governador relaxou a guarda. Não se executou nenhum acusado, e os principais oficiais foram libertados. Orue, Cabrera, Venegas, Cáceres e Dorantes perderam seus postos, mas acabaram perdoados na prática. Quanto a Irala, nem

chegou a ser punido. Desfecho do qual Cabeza de Vaca certamente se arrependeria mais tarde.

1-O termo refere-se às bizarras e misteriosas montanhas de conchas produzidas por esse povo caçador-coletor, algumas maiores e mais antigas do que as pirâmides do Egito.

2-Os *rodeleros* usavam espadas e escudos redondos. Versáteis, capazes de lutar em espaços diminutos, como a coberta de um navio, funcionavam bem contra as táticas de guerrilha dos não europeus. A rodela era um escudo de aço ou madeira reforçada com couro, de sessenta centímetros de diâmetro.

3-De *ballesta*, "besta" em português, antiga arma portátil composta de um arco e uma haste que o atirador usa para disparar. Ficou conhecida por ser a arma de Guilherme Tell.

4- *Morpheis smerintha* é o nome científico desses animais que se instalam num tipo de cana como larvas e chegam a um tamanho máximo de dez centímetros, antes de formar um casulo de onde sairá uma mariposa.

5-Muitas vezes atribuída ao Alcorão, a referência sobre a poligamia celestial encontra-se no Livro dos Sunas: "A menor recompensa para aqueles que se encontram no paraíso é um átrio com 80 000 servos e 72 esposas, sobre o qual repousa um domo decorado com pérolas, aquamarinas e rubis, tão largo quanto a distância entre Al-Jabiyyah (hoje na cidade de Damasco) e Sana'a (hoje o Iêmen)", Hadith 2687 (Livro de Sunan, vol. IV).

6-A verdadeira localização desse porto continua sendo discutida. Pode coincidir com a de Corumbá ou com a de Cáceres. A primeira cidade fica a 1138 quilômetros de Assunção, e a segunda, a 1786 quilômetros. No século XVII, Ruy Diaz de Guzmán afirmou que Porto dos Reis estava a 250 léguas (1500 quilômetros) de Assunção.

LIVRO SEIS:
EM QUE CABEZA DE VACA PERCORRE
O CHACO EM BUSCA DO QUE QUERIA
E ENCONTRA O QUE NÃO PROCURAVA

Superada a crise causada pela tentativa de fuga e subsequente prisão dos frades, Cabeza de Vaca pôs em prática os planos de ir em busca da Serra de Prata. Em mais uma prova de que ele confiava em seu poder e considerava o complô águas passadas, até Felipe de Cáceres e Pedro Dorantes integravam o grupo precursor que seguiu por terra.

Alguns dias depois, em 8 de setembro de 1543, dez bergantins içaram suas velas. A bordo, iam Cabeza de Vaca e duzentos soldados. Na escolta, uma centena de canoas que levavam mais de mil índios com os corpos devidamente pintados e enfeitados de penachos, plumas, e adornos metálicos cujos reflexos, acreditavam eles, poderiam ofuscar temporariamente os olhos dos inimigos, funcionando como uma arma a mais. O tamanho da expedição demonstra que estavam dispostos a lutar contra qualquer tribo para alcançar seu objetivo.

A viagem começou às mil maravilhas, de acordo com os *Comentários*. Comida farta, tempo excelente e nenhum confronto. Os bergantins partiram tão abarrotados de provisões que, para aliviar a carga, os espanhóis resolveram deixar uma parte na primeira parada. Bem alimentados e felizes, seguiram rio acima, ancorando aqui e ali para trocar presentes com ribeirinhos e receber destes, em sinal de amizade, mais mantimentos, que o governador retribuía (segundo Hernández) com ótimo pagamento, palavras carinhosas e pedidos de que mantivessem aquela paz produtiva. Um verdadeiro paraíso onde, ainda de acordo com os *Comentários*, não faltaram cenas quase idílicas.

O governador saiu-se muito bem no encontro com os poderosos e ex-rebelados caciques guaranis Guazani e Tabere. Depois de uma conversa amigável e da usual troca de alimentos por presentes, selou-se um acordo de paz em que Tabere se dispunha a acompanhar os europeus.

Prosseguiram sem incidentes até toparem com um índio que os alertou contra os paiaguás — a aguerrida tribo responsável pela morte de Ayolas e seus companheiros. Aparentada com os agazes, dominava todo o rio

Paraguai, do afluente Bermejo até as terras dos guaxarapos, outro povo canoeiro.

Num porto situado no fim do território guarani, todos os espanhóis se encontraram. A partir de então, cavalos e cavaleiros foram embarcados, enquanto os índios aliados formaram um único e grande bloco, para não ser surpreendidos. Também em nome da segurança, passaram a dormir em terra, sob estrita vigilância.

Em meados de outubro, portanto, cerca de um mês após a partida de Assunção, chegaram sem problemas ao porto da Candelária, onde ouviram testemunhos sobre o massacre de Ayolas e seus homens.

Na manhã seguinte, sete paiaguás surgiram na barranca do rio. Comunicaram-se por gestos, até que um deles resolveu se aproximar. Trazia um recado: seu líder lastimava a morte de Juan de Ayolas e, em sinal de amizade, estava disposto a devolver todos os objetos que tinham pegado do grupo. Perguntaram-lhe se havia ouro e prata entre as coisas de Ayolas. O paiaguá mencionou 66 cargas compostas “de braceletes, coroas, copos e outras vasilhas pequenas”.

Cabeza de Vaca não se fez de rogado: prometeu que os perdoaria, desde que devolvessem todo o saque. O interlocutor ficou de voltar no dia seguinte, juntamente com seu cacique, sujeito poderoso:

[...] se algum dos seus se rebela com alguma coisa, ele pega o arco e lhe dá duas ou três flechadas e depois que o matou o envia à sua mulher (se tiver) com um dote, para tirar a tristeza da morte. Se não tiver dote, lhe dá plumas; quando este cacique quer cuspir, o que estiver mais próximo dele junta as mãos para que nelas cuspa. Esse principal tem essas exaltações e outras da mesma maneira e em todo o rio não há índios que tenham o que ele tem.

De duas, uma: ou a história de ter cruzado com os assassinos de Ayolas é mais uma cascata de Cabeza de Vaca, ávido por comprovar a morte do antecessor, ou nosso herói ainda tinha muito que aprender sobre os nativos do Novo Mundo. O fato é que cinco dias se passaram, e nada de emissário

nem de cacique. Na opinião do guia-intérprete guarani, eles não viriam, pois os paiaguás eram gente “manhosa e muito cautelosa”. Haviam prometido devolver o saque para retardar os espanhóis, enquanto ganhavam tempo para esconder suas mulheres e crianças e preparar-se para a guerra. O melhor a fazer, garantia o intérprete, era ir atrás deles.

Cabeza de Vaca aceitou o conselho. Nas margens do rio havia marcas do avanço dos inimigos, já que, embora os paiaguás fossem em canoas, suas mulheres e crianças seguiam a pé. Subiram o rio por oito dias até alcançar uma lagoa onde, de acordo com o intérprete, os paiaguás estariam refugiados. O governador mandou parte do grupo descer e investigar os arredores. Encontraram apenas rastros e, escondidos sob as árvores, algumas canoas e remos. Nem sombra de paiaguás, ouro ou prata. Por fim, “para não gastarem mais mantimentos em vão”, Álvaro Núñez desistiu da busca pelo espólio de Ayolas e retomou a subida do Paraguai.

Navegavam ora a vela ora a remo, e às vezes, devido ao trajeto sinuoso do rio, puxados à sirga por um tripulante que seguia a pé pela margem. A alimentação continuava farta e, pelo menos quanto à variedade de peixes, surpreendente para os europeus.

No Pantanal Alguns dias depois, chegaram ao território dos guaxarapos, nas margens do Paraguai. Outra tribo canoeira, que, segundo Pero Hernández, além de caçar e pescar, cultivava milho e mandioca. Os homens cobriam-se com peles; a maior parte das mulheres andava nua. Todos tinham riscos no rosto, feitos com varas de bambu, e as orelhas e os lábios perfurados e adornados de enfeites.

No manejo dos remos eram craques: “[...] são rápidos e hábeis, sobem e descem o rio remando tão rápido que parece que estão voando; os bergantins que são feitos de cedro, com remos e velas, por mais rápidos que sejam e por melhor tempo que façam, não conseguem alcançá-las; ainda que a canoa vá com apenas dois remos e o bergantim com doze”.

Para não assustá-los, Cabeza de Vaca achou melhor seguir na frente com apenas cinco bergantins. Na retaguarda deixou Gonzalo de Mendoza, com ordens de não provocar os guaxarapos. No primeiro contato, o governador e seus homens ficaram sabendo que perto dali havia outro rio, que “entrava pelo Paraguai”. Tinha metade da largura deste, mas uma correnteza bem mais forte. De acordo com os nativos, por aquele rio chegara até eles um português acompanhado de um mulato e de muitos índios aliados.

[...] e era por onde diziam os antigos que veio Garcia, o português, e fez guerra naquelas terras, pois havia entrado nela com muitos índios, fizera uma grande guerra e destruíra muitos povoados que nelas estavam; não trazia consigo mais do que cinco cristãos e os outros todos eram índios; os índios disseram que nunca mais o viram voltar e que trazia consigo um mulato que se chamava Pacheco, o qual voltou à terra de Guazani, o mesmo Guazani que ali o matou.

Conforme os guaxarapos, Garcia teria retornado ao Brasil, nunca mais aparecendo por aquelas bandas. O resto do grupo havia se dispersado: uma parte fugira, outra se refugiara nas terras dos chanés.

Seguindo adiante, o governador chegou até a boca de um rio que os índios chamavam de Yapaneme. Ao avançarem um pouco, alguns homens verificaram que as águas se tornavam mais profundas e a vegetação mais cerrada à medida que se distanciavam da foz. Aqui e acolá, rolos de fumaça indicavam a presença de nativos que, de acordo com os guaxarapos, cultivavam milho e mandioca, além de serem grandes pescadores e caçadores.

Como já era tarde, resolveram acampar ali mesmo. Péssima ideia, pois o rio encheu durante a noite e eles mal conseguiram dormir, açoitados por um vento forte. Na manhã seguinte, em compensação, os guaxarapos apareceram trazendo grande quantidade de carne e peixes.

A expedição prosseguiu, passando por vários povoados guaxarapos às margens do Paraguai, até alcançar uma região muito peculiar. Pero

Hernández descreveu com precisão o Pantanal e suas chuvas, que alteravam radicalmente a paisagem e as condições de vida local. Na seca, comida à vontade e tempo livre para dançar e cantar. Nas chuvas, as águas se espalhavam por centenas de quilômetros, obrigando os índios a se mudar para umas canoas grandes, que viravam praticamente suas casas: “[...] no meio das canoas colocam duas ou três braçadas de barro e fazem um fogão; depois, o índio, sua mulher, sua família entram na canoa com sua casa e vão na cheia para onde querem. No fogão fazem fogo e cozinham o que comer, se aquecem e assim vivem quatro meses do ano, que é o tempo da cheia”.

Num trecho encachoeirado, os espanhóis espantaram-se com o tamanho e a quantidade dos dourados. Pegaram mais de cem peixes — só um tripulante pescou quarenta —, com os quais se deliciaram. A partir dali, o Paraguai foi se ramificando, e eles acabaram perdendo o curso original do rio. Deviam estar na nascente, próxima à atual cidade de Diamantino, no estado de Mato Grosso. Enveredaram por um dos braços, que os nativos chamavam de rio Iguatu (água boa), e, pela primeira vez desde a partida de Assunção, navegaram a favor da correnteza.

Cabeza de Vaca mandou colocar três cruces e alguns pedaços de árvores na boca do rio, para sinalizar a direção aos cinco bergantins sob o comando de Mendoza que vinham atrás deles. Explorou as imediações, navegando por lagoas e riachos, até chegar a um local cuja paisagem deve ter feito brilhar os olhos de quem esperava encontrar metais preciosos. No meio do rio, montanhas altas e arredondadas, com formato de sino, peladas e vermelhas. Os europeus concluíram que lá havia muito minério, “porque onde há minério não crescem árvores nem plantas; os índios diziam que em outros tempos extraíam dali o metal branco”.

Pero Hernández acrescenta uma providencial observação: “por não ter equipamento de mineiros ou fundidores, nem ferramentas necessárias para perfurar e explorar a terra e pela grave enfermidade que acometeu o povo”, não puderam fazer escavações para averiguar se, de fato, existia minério nas redondezas.

Cruzando mais lagoas e avançando por estreitos cursos d'água, os expedicionários alcançaram as terras dos sacociés, saquexes e chanés, que eram arauaques como os agazes mas, segundo os antropólogos, guaranizados. Dali em diante, como as águas haviam baixado, tiveram que carregar os bergantins e caminhar com água pelos joelhos cerca de 150 metros. Afinal, retomaram a navegação rumo a Porto dos Reis, aonde chegaram em 8 de novembro de 1543.

Os poucos moradores do lugar já estavam à espera deles. Tinham uma característica marcante, que levava as outras nações indígenas a chamá-los de “orelhudos”, e mereceram um parágrafo curioso:

[...] índios agricultores e criadores de galinhas e patos, os quais eram criados para defendê-los dos inconvenientes e danos que causam os grilos, que comem e roem qualquer manta que veem pela frente; esses grilos se criam nas palhas que cobrem as casas; para guardar sua roupa, os índios têm umas vasilhas grandes onde guardam mantas e couros e as tampam com tampas de barro, e assim protegem suas roupas; caem muitos grilos do teto das casas em busca do que roer, e os patos vêm correndo e comem todos; fazem isso duas ou três vezes por dia e é bonito ver como se amontoam; esses índios têm suas casas e vivem em lagoas, cercados por outras.

Orelhas grandes, compridas, de lóbulos artificialmente alongados foram sinais de superioridade entre vários povos. Estão presentes na China, Tibete, Índia, Nepal, ilhas Maldivas, Sri Lanka, Indonésia, Afeganistão e em tribos africanas, como a dos massais.

Os “orelhudos” do Chaco, bons lavradores e medianos de corpo, andavam nus e tinham grande orgulho das orelhas de tal modo aumentadas que nos lóbulos cabia “um punho fechado”. A descrição leva a crer que pertenciam ao tronco linguístico macro-jê, e que eram caçadores-coletores seminômades como os botocudos, aimorés ou tapuias da região da Bahia e do Espírito Santo. Os homens caçavam e pescavam; as mulheres cuidavam da roça e da colheita.

Ante esses nativos, Cabeza de Vaca proferiu o costumeiro discurso do *Requerimento*: se acreditassem em Deus e aceitassem ser vassalos de Sua Majestade, seriam amparados e ganhariam muitos presentes. Para reforçar o empenho catequético, ele determinou que os expedicionários construíssem uma igreja, onde pudessem rezar a missa e dar bom exemplo aos índios. Fincou uma grande cruz perto do rio, debaixo de umas palmeiras, e, em nome do imperador, tomou posse da terra.

Na versão de Pero Hernández, o governador instalou seus homens e os guaranis às margens de uma lagoa, recomendando que não maltratassem os nativos, que lhes pagassem direitinho caso fizessem negócio com eles, e sobretudo — o que dá uma ideia, ainda que pálida, do ímpeto invasivo dos espanhóis — que não entrassem nas ocas, pois isso era uma das coisas que mais aborreciam os índios.

Como acontece em outras passagens do relato, a preocupação e o empenho de Cabeza de Vaca pela evangelização dos selvagens são ressaltados por Hernández, evidenciando mais uma vez que os *Comentários* tinham endereço certo:

A partir daqui começam as idolatrias dos índios. Fazem ídolos de madeira e, segundo informaram ao governador, outros índios de terra adentro possuem ídolos de ouro e prata. O governador procurou com boas maneiras fazê-los se afastar destes ídolos, pedindo-lhes que os queimassem e passassem a crer somente em Deus verdadeiro, criador do céu e da terra. Explicava que o que adoravam era o diabo, que os enganava. Queimaram então muitos desses ídolos, tendo vários dos índios principais ficado atemorizados, achando que o diabo iria matá-los. Mas logo que foi construída a igreja e rezada a missa, o diabo fugiu dali e todos ficaram muito seguros e sem temor.

Enquanto os moradores de Porto dos Reis eram apresentados ao diabo (pelo menos no discurso), os espanhóis conheciam espécies quase demoníacas. Com uma delas, o contato inaugural foi, no mínimo, doloroso.

Estes morcegos são maiores do que pombas-rolas e cortam a pele tão suavemente com os dentes que aquele que é mordido nem sente. Aparecem somente à noite e mordem

preferencialmente os dedos dos pés e das mãos das pessoas. Quando começam a morder um, embora haja outros por volta, ficam somente naquele. Com a nossa presença ali descobriram um outro prato apetitoso: as orelhas dos cavalos. Durante a noite era necessário protegê-las, pois vinham atacar os animais e estes faziam tanto barulho que ninguém podia dormir. Até o governador foi mordido pelos morcegos, sendo atacado enquanto dormia. Morderam-lhe um dedo do pé, o que encharcou a cama de sangue. Quando ele acordou ensanguentado, começou a procurar onde era o ferimento e os outros começaram a rir, por saberem que não se tratava de um ferimento, mas de uma simples mordida de morcego.

Hernández também menciona arraias e formigas enormes, pretas e vermelhas, possivelmente saúvas.

A pessoa que elas mordem passa vinte e quatro horas gritando e contorcendo-se, sendo a coisa mais triste de se ver. Neste Porto dos Reis e nas lagoas próximas também existem muitas arraias, que têm o rabo da grossura de um dedo e cortante como uma serra. Quando este rabo passa em alguém, provoca uma dor semelhante à que causa a formiga. Mas para este caso os índios têm um remédio, que é uma erva que tomam e que logo faz passar a dor. A ferida, todavia, leva mais de um mês para curar.

Certo dia, um grupo de índios chanés apareceu no povoado e contou ao governador que tinham vindo para a região com Aleixo Garcia. Um ataque dos guaranis dizimara boa parte deles. Os sobreviventes escaparam pelas margens do Paraguai e se refugiaram mais ao norte, perto dos sacociés. Com medo dos guaranis, os chanés não ousaram sair de onde estavam e jamais voltaram para suas terras. Segundo eles, os guaranis que viviam nas montanhas poderiam servir de guias para os espanhóis continuarem avançando, pois conheciam todos aqueles caminhos, por onde transitavam para guerrear contra as tribos do interior, com as quais, por sinal, os chanés também tinham suas escaramuças, já que, no fim das contas, como observaria o secretário do governador, “todas as tribos guerreiam entre si e

os índios negociam arcos e flechas, mantas e outras coisas por arcos e flechas e mulheres que lhes dão”.

No mar dos xaraiés A notícia de que os tais guaranis conhecedores da região tinham se unido a uma tribo de xaraiés (“donos do rio”, em guarani), mais ao norte, e que esta, sim, possuía ouro e prata aos montes, levou o governador a despachar os intérpretes Antón Correa e Héctor de Acuña, carregados de presentes.

Nesse meio-tempo, chegaram os bergantins retardatários trazendo más notícias: quando subiam o rio, um dos barcos, que vinha mais devagar e distante dos demais, puxado à sirga, fora atacado pelos guaxarapos — os mesmos que haviam prometido tratá-los bem. Seis espanhóis tinham sido mortos. Sobre o episódio há duas versões conflitantes: para os adversários do governador, o ataque seria uma prova de que ele já não controlava os índios; de acordo com Cabeza de Vaca, o incidente foi uma retaliação à morte de um guaxarapo que furtara um machado a Martín de Orue.

Antón e Héctor enfrentaram uma caminhada árdua e cansativa. Logo no primeiro dia, cruzaram com uns índios muito grandes e feios. As mulheres tatuavam o rosto, e os homens punham no lábio inferior a casca de uma fruta, “grande e redonda como um prato, que se fixa e faz o lábio crescer tanto que parece uma coisa muito feia”.

Os índios que Cabeza de Vaca chamou de artaneses eram feios mas gentis: ofereceram aos dois tradutores comida, cabaças para carregar água e um guia. Não fosse por eles, Antón e Héctor certamente teriam se perdido no Pantanal. E os *línguas* continuaram a viagem, tão pavorosa quanto a feição dos nativos, afundando as pernas até os joelhos num lodo quente a ponto de queimar a pele. A água potável não deu nem para meio dia. Acabaram dormindo no campo, entre os lodaçais.

E assim prosseguiram, matando a sede nas lagoas sujas e chafurdando em banhados até encontrarem a tribo dos xaraiés — ou melhor, até serem encontrados por um grupo de 27 índios, que lhes ofereceram comida e

hospedagem em sua aldeia. Logo se juntaram a eles outros quinhentos nativos, igualmente atenciosos e hospitaleiros.

Os xaraiés de fato existiram, tendo sido extintos no século xix. Para os cronistas coloniais, era a segunda população de estatura mais alta da região, superada apenas pelos yacarés, povo extinto na mesma época. Ossos encontrados pelos arqueólogos no sítio Índio Grande, em Descalvados — próximo a Cáceres, em Mato Grosso —, no final do século xx, confirmariam essa impressão. Nessa escavação foram descobertos ainda adornos labiais, chamados de tembetás, e objetos de cerâmica, como grandes vasilhas de estocagem mantidas semienterradas (que Pero Hernández também menciona). Mar de Xaraiés teria sido o primeiro nome dado pelos espanhóis ao Pantanal.

Na aldeia, Antón e Héctor foram recepcionados por crianças e mulheres que trajavam roupas compridas, feitas de algodão, e levados ao centro de uma praça onde o cacique os aguardava numa rede. Os demais índios formaram um corredor para dar passagem à dupla, que foi convidada a sentar em banquinhos de pau.

Por intermédio de um intérprete guarani que vivia entre os xaraiés, o tal cacique disse que considerava os espanhóis seus “amigos e parentes” desde os tempos de Aleixo Garcia. O chefão, afirmaria Hernández, “desejava muito ver o mais importante dos cristãos [Cabeza de Vaca], porque soube que ele era bom e que ficara amigo dos índios, que lhes dava presentes e que não era mesquinho”.

Antón e Héctor pediram informações sobre o caminho que levava “às povoações de terra adentro”, e perguntaram se nelas achariam ouro e prata. Os xaraiés não sabiam dizer, pois jamais tinham ultrapassado os pântanos, e indicaram como guia o próprio guarani que mediava a conversa. O índio não gostou muito da ideia de abandonar a esposa xaraié para reencontrar sua tribo de origem, que agora considerava inimiga, mas acabou assentindo. Não com boa vontade, como se verá.

No fim da conversa, o cacique materializou sua hospitalidade em duas redes para dormir, com uma moça para cada visitante, oferta gentilmente recusada pelos hóspedes, sob alegação de cansaço, segundo Hernández. Quanto tempo durou o cansaço e se depois eles aceitaram o presente não se sabe. Perto do amanhecer, uma ensurdecadora barulheira de tambores e buzinas acordou os intérpretes. Na praça principal estavam todos os índios, prontos para a guerra. O cacique determinou que Antón e Héctor acompanhassem a tribo.

Ao perceberem que a verdadeira intenção dos xaraiés era atacar seus inimigos históricos, os guaranis que viviam mais ao norte, os intérpretes resolveram adotar um expediente protelatório. Pediram para voltar ao acampamento espanhol, levando com eles o guia guarani, a pretexto de que primeiro precisavam consultar o governador. Diante de Cabeza de Vaca, o guia desfiou seus conhecimentos sobre as tribos do interior. Quanto ao famoso caminho (ao que tudo indica, o Peabiru), fazia muito tempo que lá estivera, e teria de reencontrar o início dele, localizado numa montanha alta e arredondada, que se via desde Porto dos Reis.

Mas o índio garantiu que a viagem seria tranquila: depois de cinco dias de caminhada por terras fartas em animais, mel e frutas, chegariam a uma povoação muito bem abastecida. Com relação a metais preciosos, suas informações não foram menos promissoras. O guia lembrou que, quando ele era jovem, seu povo tinha se unido às outras nações indígenas da região e, juntos, guerrearam e saquearam as tribos do interior. Mais tarde, foi a vez de essas tribos darem a revanche, e os guaranis acabaram perdendo tudo o que haviam conquistado.

Dizem que nas aldeias saqueadas havia muitas placas de prata e ouro, barbotes¹, orelheiras, braceletes, coroas, machadinhas e pequenas vasilhas e que tomaram tudo de volta quando os arruinaram e os que escaparam levaram placas de prata, contas e barbotes e quando os guaxarapos passaram por suas terras os roubaram e os mataram; os que ficaram nas montanhas tinham e ficaram com alguma quantidade e que ouviu

dizer que os xaraiés também têm; quando os xaraiés vão à guerra contra os índios já os viram tirar placas de prata das que trouxeram e que ficaram terra adentro.

Animado com essas informações, em 26 de novembro de 1543 Cabeza de Vaca deu início à nova entrada. Dessa vez rumo a oeste, na direção da Bolívia, para conquistar as tais “terras do interior”, onde, conforme o guia guarani, encontrariam, afinal, fama e riqueza. Deixou cem espanhóis e duzentos índios tomando conta de Porto dos Reis, e partiu com trezentos homens, comida para vinte dias, além do indispensável e assertivo condutor. Cada soldado tinha direito a cinquenta libras de farinha de mandioca, que eram transportadas pelas índias.

De acordo com os inimigos de nosso personagem, a viagem foi horrível. Menos para Cabeza de Vaca. Seus carregadores transportavam uma cama de campanha, roupas de dormir, cadeiras, serviço de mesa, uma espécie de pia para abluções, sem falar na bagagem da mulher do capitão Hernando de Ribera — a qual seria amante do governador.

No quinto dia, em que contavam encontrar o povoado bem fornido, a situação se complicou. Ao chegarem a um riacho de águas tépidas e claras, o guia ficou confuso. Havia tempos não passava por ali. Não sabia exatamente onde estavam, nem qual o rumo a tomar.

Na manhã seguinte, o índio superou sua indecisão, pelo menos aparentemente, e os homens reiniciaram a marcha. Só que, a cada passo que davam, a mata se adensava e fechava. Os poucos guaranis com que topavam não tinham nem ouvido falar do tal caminho. Em certo momento, parte dos soldados resolveu acabar com as magras provisões, imaginando que logo encontrariam alguma tribo capaz de repor a comida.

O governador perdeu as estribeiras. Segundo Francisco González Paniagua, “começou a dizer umas palavras feias contra os desordeiros, dizendo que se em tempos como aqueles não tinham bom senso para saber se controlar, não eram homens, e sim animais e agiam como porcos; por causa disso e de outras palavras, começou a nascer a cizânia entre as pessoas”.

Finalmente, encontraram um nativo com algo a dizer, mas as palavras dele foram desalentadoras: antes de chegarem ao seu destino, teriam pela frente dezesseis dias de marcha por terras despovoadas, em meio a uma vegetação cerrada e cheia de ervas daninhas. A jornada até a casa do sujeito foi uma amostra do que os esperava: só era possível andar de gatinhas, tão fechada era a mata por lá, e o índio ainda avisou que dali em diante seria pior.

Valeria a pena cruzar, quase sem provisões, uma região desconhecida e de acesso tão difícil, habitada por tribos hostis? Os frades e os oficiais foram contra o prosseguimento da entrada. Mas Cabeza de Vaca se recusou a voltar a Porto dos Reis para pegar mais mantimentos, como lhe sugeriram. E alegou dois bons motivos: as águas estavam prestes a subir, o que impossibilitaria nova saída da expedição; e o milho do povoado ainda não fora colhido, portanto não haveria comida para todos. Naquela altura, os conquistadores, a legião de índios que os acompanhava e os que haviam se juntado ao grupo pelo caminho formavam uma pequena multidão de 3 mil homens.

Não adiantou. Todos os argumentos do governador foram inúteis, e, “para não dar espaço para haver nenhum desacato e que por isso tivesse de castigar alguns”, acordou-se que o capitão Francisco de Ribera, ex-integrante da expedição de Diego Garcia de Moguer, seguiria adiante para as terras do interior levando seis espanhóis, o guia emprestado pelos xaraiés e onze guaranis aliados. Cabeza de Vaca e os demais voltariam a Porto dos Reis.

Ribera marchou por três semanas rumo ao poente, na direção de um morro onde, segundo o guia, começavam as “terras de dentro”. No caminho, encontraram um índio que usava brincos de ouro e uma peça de prata no lábio.

O sujeito conduziu Francisco de Ribera até uma “casa grande de palha”, de onde as mulheres se puseram a retirar roupas de algodão, e

também lâminas, machadinhas e braceletes de prata, que correram a esconder no mato.

Na oca principal, um nativo com pinta de cacique fez um gesto para que os recém-chegados sentassem e ordenou a dois escravos “orelhudos” que trouxessem uma espécie de vinho feito de milho. Enquanto os espanhóis brindavam com seus anfitriões, os “orelhudos” informaram que havia alguns cristãos que poderiam ensinar-lhes o caminho para o tal morro.

Parecia que estava tudo muito bem quando surgiu um bando de índios pintados para a guerra, gritando e fazendo grande algazarra. A excitação contagiou o cacique e deixou Ribera com uma pulga atrás da orelha. Depois de reunir seus dez homens, o capitão tentou escapar, numa manobra logo barrada pelos nativos. Afinal, os europeus romperam o cerco e voltaram com sebo nas canelas, enquanto flechas zuniam em seus ouvidos.

Quando Cabeza de Vaca chegou a Porto dos Reis, em meados de dezembro, só encontrou problemas. Em sua curta ausência — vinte dias —, os espanhóis tinham sido atacados por índios que viviam numa ilha próxima, e por pouco não perderam os bergantins. A essa tribo haviam se unido a dos guaxarapos e muitas outras. Até os nativos aliados aderiram à rebelião, passando a espionar e intimidar os expedicionários.

O governador tentou controlar os revoltosos, ameaçando os caciques com consequências terríveis caso não se submetessem. Estes concordaram em manter a paz e afastar os inimigos, mas seu objetivo era apenas ganhar tempo, na esperança de descobrir os pontos fracos dos exploradores.

Para completar, os mantimentos estocados nos bergantins só garantiam a boia por dez, doze dias, no máximo, e os intérpretes que o governador enviara em busca de comida voltaram de mãos vazias. Cabeza de Vaca resolveu então seguir o conselho dos índios aliados e procurar negociar comida com duas tribos que moravam nas redondezas. De acordo com sua versão, oficiais e religiosos teriam concordado que, se elas se

recusassem a colaborar, o jeito era tomar os mantimentos à força, “pois a necessidade que enfrentavam era muito grande”.

Em 15 de dezembro, Gonzalo de Mendoza deixou Porto dos Reis rumo à aldeia, levando um grupo de 120 espanhóis, seiscentos índios e uma instrução por escrito que Pero Hernández reproduziria tim-tim por tim-tim. Vários parágrafos eram recomendações expressas e rebarbativas de tratar bem os nativos, seguir com cuidado para não molestá-los, pagar pela comida obtida e solicitá-la sempre

com boas maneiras e palavras amorosas. Se não quiserem dar-lhes, rogais uma, duas, três vezes, ou quantas vezes julgais suportável pedir, oferecendo primeiro pagamento. Se nem assim quiserem dar, tomai à força, se eles se defenderem com mãos armadas, fazei a guerra, porque a fome que passamos não dá outra opção; e tudo o que acontecer dali em diante, fareis tão moderadamente quanto convém a serviço de Deus e de Sua Majestade [...].

As expressões “boas maneiras e palavras amorosas” e “rogais uma, duas, três vezes, ou quantas vezes julgais suportável pedir” explicam por que essa instrução seria depois anexada ao processo pelo advogado de Cabeza de Vaca na Espanha — e, mais tarde, integralmente copiada no texto de seu secretário.

A via diplomática não deu resultado, segundo Hernández. Após duas tentativas de aproximação, os índios teriam atado fogo às ocas, para queimar os mantimentos. A única saída foi reagir: “Em função disso, tiveram que se defender [os espanhóis], tendo usado os arcabuzes e matado dois deles, o que os fez fugir para os montes”.

Passados cinco dias da partida de Gonzalo de Mendoza, outro oficial deixou Porto dos Reis em busca de alimento — e de prata. Hernando de Ribera levava 52 homens e a recomendação expressa de subir o rio até o território dos xaraiés e conversar com o cacique para obter comida, sem invadir as terras dos nativos e mantendo-se sempre a bordo.

Não há como saber se Cabeza de Vaca foi realmente tão cauteloso e humanitário quanto parece nos *Comentários*, condicionando as tentativas espanholas de conseguir mantimentos a longas negociações com os índios. De todo modo, nada impediu que a fome se instalasse em Porto dos Reis.

Outros povos No dia 20 de janeiro de 1544, Francisco de Ribera retornou a Porto dos Reis. Acossado pelos índios, ele e seus homens tinham feito em apenas onze dias o percurso que na ida exigira três semanas. O capitão entregou ao governador algumas flechas. Cabeza de Vaca mostrou os artefatos a uns índios que viviam no povoado e lhes contou o ocorrido com a entrada de Ribera. Os índios confirmaram: sim, eram flechas de sua tribo, chamada de tarapecocies por Hernández. Segundo eles, os irmãos haviam se irritado porque os espanhóis estavam com os guaranis, seus velhos inimigos. Os tarapecocies disseram ainda que costumavam trocar flechas como aquelas e arcos por objetos de ouro e prata que vinham de longe. A sucessão de escambos envolvia vários povos.

Cabeza de Vaca também exibiu aos nativos um candelabro de latão. Os índios examinaram a peça e afirmaram que aquele metal era duro e de má qualidade. Em sua terra, havia outro metal, mais amarelo e macio e que não tinha cheiro ruim. Para comprovar o que já imaginava, o governador mostrou um anel de ouro e perguntou se o metal era igual àquele. Diante da resposta positiva, o interrogatório prosseguiu:

Também mostraram [os espanhóis] um prato de estanho muito limpo e claro e perguntaram se a prata da sua terra era como aquela e ele disse [o índio] que o prato fedia e era de má qualidade, que a da sua terra era mais branca, mais dura e não cheirava mal. Quando lhe mostraram uma taça de prata, ficou muito contente e disse que aquilo havia em grande quantidade em sua terra, em vasilhas e outras coisas na casa dos índios, que havia taças, braceletes, coroas, machadinhas e outras peças.

Foi uma semana movimentada em Porto dos Reis: dois dias após a chegada de Francisco de Ribera, Gonzalo de Mendoza reapareceu no

povoado. Os índios guaranis que o acompanhavam traziam quatrocentos prisioneiros. Pensando na entrada que pretendia fazer em breve, Cabeza de Vaca indagou a seus oficiais se, para facilitar a viagem e a mobilidade em batalha, não seria melhor se livrassem do fardo que representavam aquelas pessoas “inúteis” (mulheres e crianças, provavelmente). Eles concordaram, e os cativos foram liberados.

Enquanto isso, Hernando de Ribera prosseguia com sua expedição na direção das chamadas serras de Santa Marta. Navegou por 23 dias, passando por dois rios até chegar à terra dos xaraiés (pelo rumo tomado e pelo tempo de viagem, deduz-se que não se tratava da mesma tribo visitada por Antón e Héctor). Numa aldeia enorme “de até mil casas”, conforme declararia mais tarde, foi recebido pelo cacique Camire, que lhe deu boas informações sobre as tribos vizinhas.

O capitão deixou os barcos aos cuidados de doze homens e seguiu com um guia por três dias, tendo ido parar nas terras ocupadas pelos índios urteses. Em outro povoado, reuniu-se com um grupo de caciques — urteses, aburunhes, uretaberes — que sabiam de terras distantes e muito ricas.

Hernando de Ribera teria visto plumas “semelhantes às do Peru, além de alguns velhos objetos de ouro e prata”. Também obteve informações acerca de vários povos: uma tribo de mulheres guerreiras que só permitia a sobrevivência das meninas; povoados grandes com casas de pedra e barro, habitadas por negros barbados como mouros, onde havia tanta prata e ouro que a comida era servida apenas em “vasilhas e panelas grandes desses metais”; um povo rico que criava grandes ovelhas; e outra gente instalada nos arredores de um lago “tão grande, que não se via a terra de um lado ao outro” (o Titicaca, provavelmente). Chegar até lá seria possível, disseram os caciques ao capitão, e naquelas lonjuras encontrariam cristãos próximo a um deserto.

Ribera quis saber quem eram os tais cristãos e obteve a seguinte resposta:

[...] os índios vizinhos daquelas aldeias ouviram os nativos da região dizer que quando os de sua geração foram para os desertos, chegara muita gente vestida, branca, com barbas e que trazia uns animais (pelos gestos que fizeram deveriam ser cavalos) com cavaleiros; o fato de não haver água os fizera voltar e que muitos deles haviam morrido. Os índios daquela aldeia acreditavam que aquelas pessoas vinham do lado do deserto. [...] Foram questionados como sabiam de tudo aquilo. Responderam que todos os índios daquela região se comunicavam; sabiam que era verdade, porque haviam visto e se comunicado com eles, que viram os cristãos e os cavalos, porque vieram daquele deserto. Que na descida daquelas terras, do lado Sudoeste, havia grandes aldeias com um povo rico e com muito metal.

O deserto que os separava dos Andes e do Peru, aonde aqueles cavaleiros tinham chegado, era o Chaco, a barreira quase intransponível que Aleixo Garcia cruzara de algum modo mas que Cabeza de Vaca, Irala e outros moradores de Assunção não conseguiam ultrapassar.

As referências a homens barbados e cavalos parecem uma alusão (talvez acrescentada posteriormente) às expedições de Francisco Pizarro e Diego Almagro. Ao que tudo indica, os índios estavam a par até do que acontecia no Pacífico, pois “também tinham notícias que do outro lado da água salgada passavam navios muito grandes”.

Hernando de Ribera prestou depoimento diante do escrivão Pero Hernández e de quatro testemunhas. Seu relato seria depois incorporado como um apêndice aos *Comentários*. As declarações do capitão teriam sido dadas

com toda clareza, lealdade, sem engano, sem fraude e com toda a cautela, podendo-se dar ampla e total fé às mesmas, pelo que jurava por Deus, por Santa Maria e pelas palavras dos Santos Evangelhos, tendo colocado sua mão direita sobre o Livro Sagrado, que era portado pelo reverendo padre, aberto que estava justamente na parte dos Santos Evangelhos.

Pondo mais que sua mão no fogo (ou no Livro Sagrado) pelo que afirmara, Ribera “pedia que se o que dizia fosse a verdade, que Deus o

ajudasse, mas se fosse o contrário, que Deus desse o pior castigo deste mundo ao seu corpo e do outro mundo à sua alma”.

O soldado alemão Ulrich Schmidl, que viera para o Rio da Prata com Pedro de Mendoza e integrara a expedição de Hernando de Ribera, não deixou em suas memórias nem sequer uma linha sobre mulheres guerreiras, lagos, homens barbados, prata ou ouro. Por outro lado, descreveu em detalhes a recepção nem um pouco calorosa de Cabeza de Vaca ao capitão Ribera, quando chegaram a Porto dos Reis:

Logo que chegamos aos navios, ordenou ele, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, que, sob pena de vida, nenhum de nós se movesse dos navios e ele mesmo em pessoa fez prender a nosso capitão Hernando de Ribera e nos tirou, aos soldados, tudo o que havíamos trazido de terra adentro e, por último e para completar, queria mandar enforcar numa árvore a nosso capitão Hernando de Ribera. Mas nós que ainda estávamos no bergantim, quando soubemos de tal coisa, armamos um grande alvoroço, juntando-nos com outros bons amigos, com que contávamos em terra, contra nosso capitão dito geral, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, para obrigá-lo a soltar e deixar livre a nosso capitão Hernando de Ribera, como também para que nos devolvesse integralmente o que nos havia roubado e levado e que, caso contrário, outro tanto faríamos a ele. Quando ele, Cabeza de Vaca, se apercebeu do nosso alvoroço, e se deu conta de nossas más intenções, houve por bem, para que isso não passasse daí, a libertar nosso capitão, e devolveu também tudo o que nos tinha tirado e nos falou com boas palavras, e assim ficamos satisfeitos.

De acordo com algumas testemunhas, a implicância de Cabeza de Vaca surgira depois de ele ter se engraçado com a índia que era mulher do capitão, a qual levava em sua grande entrada pelas terras dos índios.

A febre A rotina de Porto dos Reis (se é possível usar a expressão para um acampamento no fim do mundo, cercado por índios hostis) piorou bastante quando quase todos os expedicionários adoeceram. A causa da enfermidade, acreditavam (e não deviam estar muito longe da verdade), eram as águas das

lagoas, que se tornaram sujas e salobras após as cheias. Provavelmente, eles sofriam de malária.

A fraqueza dos inimigos levou socorinos e xaqueses a atacar. Cinco espanhóis que pescavam de manhãzinha numa lagoa foram capturados, abatidos, despedaçados, repartidos com outras tribos e comidos. Pouco depois, os índios atearam fogo no povoado e capturaram mais alguns homens. Em seguida, fizeram com outro grupo de pescadores a mesma coisa que haviam feito com os primeiros. Então surgiram muitas canoas cheias de guerreiros gritando e lançando flechas para o alto, e mais 58 europeus foram mortos.

A pedido do governador, o cacique guarani de Porto dos Reis tentou obter a libertação dos prisioneiros de guerra, mas os índios disseram que já os tinham repassado aos guaxarapos. Segundo Cabeza de Vaca, com o apoio de outras tribos e cada vez mais confiantes, os nativos continuaram aparecendo toda noite, à caça de pescadores dando sopa na lagoa. Diziam que aquelas terras eram deles e que, se os espanhóis não saíssem dali, iriam matá-los.

A recusa de cumprir o acordo de paz e a não devolução dos prisioneiros, conforme Hernández, resultou numa guerra aberta, cuja descrição ele resumiu a um parágrafo: “[...] tendo em vista que não adiantava nada, o governador mandou fazer a acusação contra aqueles índios; com o parecer dos oficiais de Sua Majestade e dos clérigos, foram considerados e pronunciados inimigos para poder fazer a guerra, que fizeram; e protegeu a terra dos danos que a cada dia faziam”.

A outra versão para o que ocorreu não poupa Cabeza de Vaca. De acordo com seus opositores, o governador teria dizimado mais de quinze povoados indígenas. Ulrich Schmidl relata um desses confrontos da seguinte maneira:

Nisso começou uma discussão entre sucurusis e carios. Quando ouvimos isso, disparamos nossos arcabuzes, matamos todos que encontramos, e cativamos mais ou menos dois mil entre homens, mulheres, jovens e crianças. Depois queimamos sua

aldeia e comemos tudo o que havia por ali, como vocês podem imaginar que sempre acontece nesses casos. Depois voltamos aonde estava nosso capitão [Cabeza de Vaca] e informamos o que havia acontecido. Ele ficou muito satisfeito.

O alemão acusou o governador também de ter se passado por doente para não enfrentar os problemas.

Nosso capitão ficou muito doente, com febre, e ficou no seu palácio sem sair para nada durante catorze dias. Porém, foi mais por astúcia e altivez do que por doença, pois assim não tinha de falar com as pessoas. Portou-se dessa maneira imprópria, pois um capitão que quer governar um país deve sempre prestar e dar atenção desde o maior até o menor e fazer justiça, mostrar-se benevolente tanto para o mais humilde como para o superior. Ele não fez nada disso, só quis fazer o que seu orgulho e soberba mandavam.

Comentário maldoso de Ulrich Schmidl: “Não teria sido uma grande perda se ele tivesse morrido naquele momento, pois nenhum de nós nutria por ele o menor respeito”.

Com o decorrer das semanas, a malária alastrou-se, as águas subiram, e os mosquitos se multiplicaram, até se tornarem “uma verdadeira tortura, pior do que febre alta”, para os conquistadores acampados em Porto dos Reis.

Nesse meio-tempo, o governador chamou os caciques das tribos vizinhas, perguntou como tinham sido tratados em sua ausência e mandou instaurar um inquérito para apurar quem havia desrespeitado suas ordens. A iniciativa gerou enorme descontentamento entre os espanhóis, os quais não podiam aceitar que uma autoridade levasse em conta a palavra dos índios contra a deles.

Diante do zum-zum-zum de que alguns oficiais estavam tramando contra sua vida, Cabeza de Vaca determinou que Pero Hernández abrisse outro inquérito, mas o escrivão não conseguiu tomar os depoimentos, por causa da malária.

A situação era tão ruim que o governador decidiu retornar a Assunção. Proibiu os espanhóis de levar as cerca de cem mulheres ofertadas pelos índios, ordenando que fossem mantidas em suas casas até a hora do embarque, que se deu em 24 de março de 1543. O zelo para com o destino dos nativos não impediu que os exploradores fossem atacados pelos guaxarapos na viagem de volta. O calorão levou os homens a tirar os capacetes e armaduras para puxar os bergantins. Os índios os atacaram, matando um e ferindo diversos. (A partir de então, passaram a chamar os conquistadores de “cabeça mole”.) Embalados pela correnteza a favor e pela pressa de chegar, os espanhóis fizeram em duas semanas o trajeto que na ida lhes tomara dois meses.

Viva o rei! No dia 8 de abril de 1544, fraco, doente e frustrado, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca chegou a Assunção. E na capital da província as coisas também não iam lá muito bem. A caravela que ele mandara fazer não estava pronta, e a cidade fora atacada diversas vezes pelos agazes, com quem o capitão Juan Salazar de Espinosa não conseguira manter a paz. Vinte mil guaranis estavam em pé de guerra, loucos para, por ordem dos espanhóis, investir contra seus tradicionais inimigos.

O governador evitou o confronto, mas não a febre alta que o reteve na cama. Ali prostrado, Cabeza de Vaca não se deu conta de que havia algo no ar. Seus inimigos tinham espalhado o boato de que ele estava prestes a confiscar todas as terras, casas e índias, para reparti-las apenas entre os que participaram da entrada.

Os colonos, já para lá de descontentes, foram ficando cada vez mais revoltados. No final da tarde do dia de São Marcos (25 de abril de 1544), insuflados pelos oficiais, dirigiram-se à casa do governador para obter a garantia de que continuariam com suas terras.

Bateram na porta do quarto. O criado Pedro Oñate, um basco,² abriu, e dez ou doze homens entraram gritando “Liberdade, Liberdade, Viva o Rei!”. Enquanto dois deles apontavam uma arma para o peito de Cabeza de

Vaca, que usava um camisolão, Gonçalo da Costa e outro sujeito o arrancaram da cama e o levaram para fora. Ao vê-lo ser tirado de casa daquela forma humilhante, os colonos que o aguardavam na entrada teriam esboçado um protesto. Se isso realmente aconteceu, não sensibilizou os oficiais amotinados, que percorreram as ruas ao ritmo de um tambor, ordenando aos berros que ninguém saísse de casa.

Depois de colocarem o ex-governador na casa de Garci Venegas, os rebeldes o trancafiaram num pequeno quarto de despensa e circundaram esta e outras casas com uma cerca alta, bem forte e assentada profundamente no solo, para impedir a construção de túneis. As casas vizinhas viraram quartéis onde se alojaram os cerca de cinquenta soldados solidários ao golpe.

Mais tarde, na Espanha, no processo que abriu contra seus inimigos, Cabeza de Vaca falaria em “mais de trinta homens com muitas armas ofensivas e defensivas”, e nomearia expressamente dezessete, entre eles Alonso Cabrera, Garci Venegas, Felipe de Cáceres e Domingos Irala. Considerado por vários moradores como o cabeça do motim, o basco Irala agiu nos bastidores, ao que tudo indica.

Pero Hernández, apesar de igualmente doente e febril, também levou o dele. Foi conduzido à casa de Irala e acorrentado junto com outro espanhol. Prenderam ainda o alcaide-mor e os alguazis. Conforme interrogatório realizado mais tarde na Espanha, os revoltosos teriam injuriado os oficiais depostos, “dando-lhe bofetões e cortando-lhes as barbas e dizendo palavras feias e injuriosas e embora o alcaide rogasse que não o levassem a cárcere, porque estava indisposto, os réus assim o fizeram, com escândalo e alvoroço, e puseram sua cabeça no cepo”.

Naquela mesma noite, os revoltosos invadiram a casa do governador, arrombaram uma arca e dois porta-cartas, e confiscaram todos os documentos. Destruíram os que eram contra eles e preservaram outros, para utilizar mais tarde contra Cabeza de Vaca. Apoderaram-se também de seus objetos pessoais. Não era lá muita coisa — roupas, vinho e azeite, um

candelabro com velas brancas meio usadas, uma agulha de marinho, uma seringa de metal, um casaco de veludo preto, um par de luvas brancas, catorze lenços brancos bordados. Havia, além disso, dois artigos realmente raros e valiosos: um registro de sua árvore genealógica e um relato sobre a viagem à Flórida.

Na manhã seguinte, bem cedo, em frente à casa de Cabeza de Vaca, o pregoeiro leu um libelo que atribuía sua prisão ao suposto confisco das fazendas dos colonos.

Domingos Irala foi aclamado governador e capitão-geral da província, e Pedro Díaz del Valle, recolocado no posto de alcaide-mor. Instituiu-se o toque de recolher, e, à noite, trinta patrulheiros passaram a percorrer as ruas de Assunção, para manter a paz.

Os insurgentes, então, autodenominaram-se *comuneros*, numa alusão ao movimento que duas décadas antes galvanizara a Espanha e contra cujos participantes Cabeza de Vaca havia lutado em Jerez de la Frontera. Entre outras demandas, os *comuneros* originais queriam ter o direito de eleger seus líderes — como ocorrera com o próprio Irala.

Buscando a liberdade Cerca de um mês após o golpe, um grupo fiel a Cabeza de Vaca resolveu tirá-lo da prisão. Mas o plano fracassou, delatado por um criado do ex-governador. Em 19 de maio, o alcaide Del Valle iniciou a coleta de depoimentos para produzir uma *probanza* contra os amotinados, que,

com pouco temor a Deus Nosso Senhor e desprezo à justiça real, com ciúmes diabólicos e empenho, e como desleais ao serviço de Sua Majestade, tentaram, determinaram e articularam em comícios, conspirações e ajuntamentos públicos e secretos de matar o magnífico senhor Domingos Martínez de Irala, governador e capitão-geral da província e tirar da prisão Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, que se diz governador dessa província da terra do Brasil, levando daqui as armas, munições e material para colonizar a terra e fazer navios [...].

Naquele mesmo dia, uma penca de acusados foi ouvida. Entre eles, o padre Luis de Miranda e o capitão Diego de Abrego, apontado como chefe do complô. O malogro do golpe (ou do contragolpe, dependendo do ponto de vista) levou os oficiais vitoriosos a organizarem uma série de processos contra o ex-governador. Um deles tentava provar que Cabeza de Vaca costumava se apresentar como o único senhor da província do Rio da Prata, chegando ao cúmulo de substituir o brasão do rei espanhol pelo de sua família quando Irala saía numa incursão em busca de comida no ano anterior.

Juan Velásquez, pintor “nomeado pelos oficiais de Sua Majestade” (isto é, por Irala e sua turma), declarou que o ex-governador mandara desenhar o brasão da família na vela de um bergantim e reproduziu o que dizia ser o tal desenho. Tosca, a obra tinha pouco a ver com a verdadeira cota de armas da família de Álvaro Núñez, e parece ter sido feita apenas para incriminá-lo. Houve quem se apresentasse como testemunha da troca do brasão, ainda que não a tivesse presenciado.

O desprezo de Cabeza de Vaca por algumas determinações de Carlos V foi confirmado por várias testemunhas, e as *probanzas* registram reclamações dele sobre certas provisões reais. “As espadas e armas perdiam a força da linha do equador para cá e não precisava muito para que perdessem as instruções de Sua Majestade; se houvesse ouro que ele faria calar com isso os membros do Conselho, caso contrário tudo iria se perder”, teria dito ele na presença de mais de uma pessoa.

Outras *probanzas* organizadas a mando dos homens de Irala produziram farto material que acusava Cabeza de Vaca de diversos crimes, como a condenação do grupo de agazes à morte, o enforcamento do cacique Aracare sem julgamento, o roubo de algumas vacas nas ilhas Canárias, o saque a um galeão em Cabo Verde, a proibição de comércio com os índios, e até mesmo de ter usufruído de privilégios durante a marcha para Assunção.

A cada nova testemunha, a situação do ex-governador piorava. No percurso de ida para o Rio da Prata, declararam alguns, o futuro governador

ia a cavalo, se lixando para seus homens, que viajavam a pé. Segundo eles, Cabeza de Vaca dizia que pouco lhe importava o que acontecesse com os soldados, desde que chegasse ao Paraguai com seu cavalo e os documentos que trazia a tiracolo e que lhe davam direito a tornar-se governador da província.

Muitos se limitaram a relatar o que tinham “ouvido dizer publicamente” sobre esta ou aquela acusação. Vários se disseram maltratados por nosso personagem. Juan de Cerrado, um dos enfermos deixados para trás no caminho de Assunção, teria pedido um cavalo, mas ouvira de Cabeza de Vaca que os animais não haviam sido trazidos para aquele fim. O capitão Nufflo Chaves recordou os perigos enfrentados pelos que tiveram de usar balsas improvisadas para chegar a Assunção.

Já o capitão Gonçalo da Costa justificou a atitude de Cabeza de Vaca ao controlar as negociações com os índios durante a travessia do Campo (Campos Gerais): era ele o encarregado de falar com os nativos; os outros estavam proibidos de fazê-lo para evitar desordens e maus-tratos. Os alimentos obtidos, garantiu, eram depois repartidos igualmente entre todos. Mas Julián López afirmou o oposto: os criados de Álvaro Núñez recolhiam os mantimentos, mas não havia distribuição equânime — vendiam tudo a preços exorbitantes. Ele próprio teria comprado aves e outras coisas.

Vários depoentes negaram até mesmo a autoridade de Cabeza de Vaca, acusando-o de ter assumido o posto de governador sem que tivesse esse direito: “[...] eu, capitão Juan de Camargo, afirmo que sei disso e sustento o que sei. Quando fui inquirido como eu sabia, disse [...] que vim com ele da Espanha até essa cidade e até agora não se sabe se Juan de Ayolas estaria morto, a não ser pela informação de um índio”.

A índia e o tormento de Bravo Os novos donos do poder logo concluíram que a casa de Garci Venegas era vulnerável e transferiram o ex-governador para a de Alonso Cabrera. Na descrição de Pero Hernández, o local era “tão úmido que nascia vegetação embaixo da cama”.

Para cuidar da saúde abalada do prisioneiro, seus inimigos escalaram um sujeito que, por ter dado uma bofetada e uma paulada num índio, fora castigado por Cabeza de Vaca. Além de “enfermeiro”, Hernando de Sosa fazia as vezes de vigia, dormindo no quarto onde o ex-governador ficava acorrentado ao catre.

Toda noite, os oficiais trancavam com quatro cadeados a porta do quarto escuro e úmido. Apesar disso, os partidários de Cabeza de Vaca mantinham contato com seu líder por intermédio da índia que lhe entregava as refeições. No relato de Hernández, ela não teria tido dificuldade alguma em ludibriar Hernando de Sosa e os oficiais. A nativa, cuja relação com o ex-governador não é explicitada, trazia uma carta a cada três noites e na mesma viagem levava um bilhete escrito por ele. Para isso, enganava habilmente os guardas, que “a deixavam nua em pelo, olhavam dentro da boca, dos ouvidos, tosquiavam o cabelo e procuravam onde era possível, até onde que por vergonha não posso dizer”.

No quarto transformado em cela, a mulher sentava-se na beira da cama e esfregava um pé no outro, fazendo surgir o que ocultava no vão dos dedos. Hernández detalha o estratagema:

A carta era escrita em um papel fino, muito bem enrolado e coberto com cera preta e colocada atrás dos dedos dos pés e vinha amarrada com dois fios de algodão preto e assim punha e tirava todas as cartas e papéis necessários. Naquelas terras havia um pó que tiravam de umas pedras, com o qual, misturando-o à água ou à saliva, faziam tinta.

Por esse meio de comunicação pouco ortodoxo, Cabeza de Vaca contrabandeou um documento que oficializava (se é que a expressão fazia sentido na situação em que ele se achava) Juan Salazar de Espinosa como seu legítimo sucessor. Por outro desses bilhetes, soube que três quartos da população estavam decididos a lutar por ele e que já contavam com a ajuda dos nativos. Setenta oficiais haviam se arrependido, e estavam dispostos a cooperar. Num terceiro bilhete, o ex-governador teria recomendado que desistissem do resgate, prontificando-se a ir para a Espanha na condição de

prisioneiro, para evitar um banho de sangue. No seu entender, diria Pero Hernández, essa guerra interna poderia ser facilmente aproveitada pelos índios, pondo a perder o que os espanhóis tinham conquistado. Como a fonte é ele mesmo, vale relativizar tanto as informações como a preocupação.

Os homens de Irala fizeram de tudo para extrair alguma informação da índia, mas, mesmo lhe dando presentes, “não conseguiram saber o segredo dela e essa conversação durou onze meses”, segundo Hernández.

Certo dia, Assunção amanheceu com uma enigmática frase pintada em seus muros: “Por teu rei e tua lei morrerás”.

Era a senha para nova articulação golpista, debelada no final de agosto. No processo instaurado em seguida, os oficiais descobriram que, na primeira tentativa de libertar o ex-governador, o padre Luis de Miranda tinha até mesmo mandado atear fogo à sua casa, com o intuito de distrair as atenções enquanto Cabeza de Vaca era resgatado. O incêndio não deu resultado, mas o padre foi retratado como um condenado às chamas do inferno: seus pecados, amplamente divulgados pelos oficiais, eram dignos de um romance de capa e espada — incluíam hábitos boêmios e um caso com uma mulher. Por essas e outras, Miranda passaria oito meses na prisão.

Durante o interrogatório, Alonso Gutierrez, misto de criado e secretário do ex-governador, repetiu o comportamento de Alonso Cabrera no inquérito que apurou a fuga dos frades: negou autoridade ao tribunal, recusando-se a responder. Ameaçado de tortura pelo alcaide, Gutierrez recuou, ressaltando, contudo, que o fazia para manter sua integridade física.

Em 3 de outubro de 1544, as investigações levaram à prisão do menor Cristóbal Bravo. O rapaz negou o conhecimento de planos para libertar Cabeza de Vaca, bem como sua participação em projetos com esse objetivo, mas não convenceu o alcaide, que mandou torturar o prisioneiro. Sob tormento, Bravo admitiu ter falado duas vezes com Álvaro Núñez, a fim de informá-lo do complô. Oferecera-se ainda para avisar o momento em que

fosse aberta a porta da casa de Garci Venegas (onde o ex-governador estava preso), e relacionou cinco pessoas que pretendiam fugir para o Brasil.

O tormento de Bravo, detalhadamente descrito no processo, foi beber treze jarros de água, um após o outro, sem intervalo. Se faltasse jarro, registrou o escrivão, que se usassem cabaças. Para tornar mais penoso o suplício, prendeu-se o corpo do rapaz sob uma forte barra, e seus braços e pernas foram manietados.

Três dias mais tarde, Bravo fez um adendo à sua confissão: em 24 de setembro, Cabeza de Vaca teria lhe pedido que desse um recado a seus aliados. O rapaz deveria encontrá-lo novamente na cela improvisada, para informar o andamento da operação. Vinte homens estavam prontos a libertá-lo. O primeiro lance seria de Bravo, que poria um banco do lado de fora da casa, escalaria a parede do quarto e, com uma lima, serraria os cadeados que prendiam o ex-governador à cama.

Por ter confessado “espontaneamente” sua participação no complô, quando, “com diabólica instigação, aceitou as promessas dos conspiradores e realizou as tarefas que lhe foram delegadas, subjugado pela corpulência dos facínoras”, Cristóbal Bravo escapou da forca. Recebeu “apenas” cem açoites em praça pública.

Com o passar do tempo, Cabeza de Vaca começou a ser consumido por alguns temores. Primeiro, achou que os inimigos queriam envenená-lo, e restringiu a dieta a pão e frutas, imaginando que nesses alimentos ninguém poderia colocar veneno. Em seguida, sua preocupação voltou-se para os estranhos incêndios que surgiam perto da casa, nos quais vislumbrou a perspectiva de ser queimado vivo, a mando de Irala, já que se via acorrentado pelos tornozelos.

Os frades Armenta e Lebrón foram enviados para o Brasil com a missão de levar à Espanha cartas em que os *comuneros* justificavam suas ações e solicitavam que o primeiro fosse nomeado bispo da província. Os religiosos chegaram sãos e salvos à ilha de Santa Catarina e, no dia 10 de outubro de 1544, enviaram uma carta ao imperador Carlos V com elogios a

si próprios e acusações contra Cabeza de Vaca. Mas não puderam seguir viagem até a Espanha.

Houve quem ensaiasse um protesto solitário contra o golpe. Caso do juiz aposentado Pedro de Molina. Certo dia, ele entrou calmamente na casa onde Irala instalara seu quartel-general e entregou a Martín de Orue um pedido formal de fim das desordens e de libertação do ex-governador. O substituto de Pero Hernández no posto de escrivão recusou-se a ler o papel, mas Molina conhecia a lei, e exigiu que Orue cumprisse sua obrigação — ler todos os documentos que lhe chegassem às mãos.

O oficial ainda tentou uma saída burocrática, lembrando que a norma só valia se o interessado pagasse uma taxa. Molina tirou sua espada e a depositou sobre a mesa de Orue. Este recusou a oferta, sob o argumento de que era ilegal utilizar armas naquele tipo de pagamento. O reclamante então sacou sua capa de lã e a entregou a Orue, que jogou a capa no chão. Mas, afinal, para não desrespeitar a lei, o escrivão começou a ler o texto em voz baixa, quase murmurando, o que levou Molina a reclamar que ele o fizesse em voz alta. Alguns dos presentes passaram a exigir que o juiz aposentado fosse preso e enforcado.

Daí em diante, há duas versões para essa história: na primeira, Molina sai ileso do confronto. Na outra, ele vai para a prisão. De todo modo, é certo que o juiz acabou se reconciliando com Irala e serviu como embaixador deste na Espanha, em 1555.

1-Parte da armadura que protege a barba.

2-No processo, Cabeza de Vaca ressalta a participação no complô de vários bascos (como Oñate e Irala) e cordoveses (como Garci Venegas).

LIVRO SETE:
EM QUE O LEITOR FICA SABENDO O DESTINO
DE CARLOS V, DOMINGOS IRALA, FELIPE DE CÁCERES,
GARCI VENEGAS, ALONSO CABRERA
E DOM ÁLVAR NÚÑEZ CABEZA DE VACA

Como não conseguiram controlar a situação política de Assunção (nem com o segundo inquérito contra Cabeza de Vaca e seus aliados), Domingos Irala e seus companheiros acharam melhor se livrar da fonte de todos os problemas, mandando o ex-governador para a Espanha, onde seria julgado por traição. Naquela altura, corria na cidade o boato de que ele fora morto e que na cela só havia um cadáver. Para provar que não pretendiam embarcar apenas um corpo, os oficiais prometeram levar alguns homens de confiança até lá, para se certificarem de que Álvaro Núñez continuava vivo e bem.

Segundo Pero Hernández, no intuito de incriminar ainda mais o ex-governador, o grupo de Irala pediu aos colonos que escrevessem ao imperador criticando-o: “Muitos assim o fizeram e, para dar maior colorido às suas denúncias, colocaram coisas que nunca haviam acontecido”.

O abaixo-assinado somou 132 adesões.

Mas os amigos de Cabeza de Vaca não ficaram paralisados: reuniram um dossiê a favor do ex-governador, enrolaram num encerado e esconderam no oco de um pedaço de madeira. Sem que ninguém visse, colaram a madeira na popa do bergantim. Apenas um marinheiro sabia do esconderijo, garante Hernández nos *Comentários*, sem explicar direito como foi possível realizar a façanha numa cidade estritamente vigiada.

Certa noite, “descumprindo o que haviam prometido”, isto é, sem apresentar o prisioneiro a seus defensores, Alonso Cabrera, Pedro Dorantes e um bando de arcabuzeiros de armas em punho tiraram o ex-governador da cela. Mantendo os pés dele acorrentados, ergueram-no pelos braços e o arrastaram até a porta da frente da casa. Ao ver pela primeira vez o céu depois de quase um ano, Cabeza de Vaca dobrou os joelhos e pediu que lhe deixassem dar graças a Deus. Mas, tão logo percebeu os curiosos em volta, trocou a prece por um discurso improvisado em que os convocou a testemunhar a indicação de Juan Salazar de Espinosa para seu lugar-tenente, a fim de que Assunção permanecesse “em paz e justiça até que Sua Majestade proveja o que seja mais capacitado”.

Garci Venegas arremeteu contra ele aos brados: “Eu não acredito em tal. Se vós mentis ao rei, arranco-vos a alma”.

Mal o tesoureiro se afastou, Cabeza de Vaca repetiu o que dissera. Contendo-se a custo, Venegas apontou o punhal para sua frente e ameaçou furar-lhe a cabeça se ele insistisse em falar. Com um empurrão jogou nosso herói por terra — bem como aos dois homens que o sustentavam. Na sequência, o grupo levou o prisioneiro para o bergantim, onde também foram embarcados Pero Hernández e o padre Luis de Miranda. Reforçaram com mais dois cadeados as algemas do ex-governador, lacraram com tábuas o compartimento da popa e zarparam rio abaixo. Era dia 7 de março de 1545. Quatro anos antes, exatamente, Álvaro Núñez pusera os pés no continente sul-americano.

Dois dias mais tarde, outro barco partiu de Assunção, transportando Juan Salazar de Espinosa e Pedro Estopinán. Na ilha de São Gabriel, no rio da Prata, hoje território uruguaio, a dupla de prisioneiros foi transferida para o bergantim que seguiu rumo à Espanha.

Nos *Comentários*, durante a viagem os homens de Irala teriam continuado a coletar denúncias contra Cabeza de Vaca, “de maneira que encheram quatro mãos de papel”.

Em outra passagem duvidosa, Hernández acusa os inimigos do governador de, por três vezes, tentar envenená-lo. A substância seria o rosalgar — ou realgar —, nome vulgar do sulfeto de arsênico. Tentativa fracassada, pois, além de intrépido, Cabeza de Vaca era previdente. Não se sabe como, trazia consigo uma garrafa de azeite, que usava como remédio, misturado com chifre de unicórnio (um narval, na verdade), do qual sorveu talagadas que o fizeram vomitar, assim eliminando o veneno. Desconfiado do alimento que lhe ofereciam, o prisioneiro passou vários dias sem comer.

Mas, se esses lances mais parecem exageros destinados a dramatizar a condição em que viajava o ex-governador, a incrível cena do perdão em alto-mar foi descrita nas *probanzas* apresentadas ao Conselho das Índias por Alonso Bautista, Alonso Cantero, Álvaro de Colombrá, Fernando Manos

Albas, Juan Salazar de Espinosa, Luis Hernández, Luis de Herrezuelo, Pedro Estopinán e Pero Hernández.

Cabeza de Vaca chegou ao porto de Angra, na ilha Terceira dos Açores, última escala antes de Sanlúcar de Barrameda, em 16 de julho de 1545 — exatamente sete anos depois de ter passado por ali (e encontrado Gonçalo da Costa) quando voltava do México para a Espanha.

Descumprindo o acordo de paz, Alonso Cabrera e Garci Venegas o denunciaram ao corregedor de Angra pelo ataque ao galeão na ilha de Santiago, do arquipélago de Cabo Verde, durante a ida para o Rio da Prata. Embora separados por mais de 1200 quilômetros, os dois arquipélagos (Açores e Canárias) pertenciam a Portugal, o que dava ao corregedor autoridade para encarcerar Cabeza de Vaca. De acordo com os *Comentários*, o corregedor desconsiderou a denúncia, argumentando que os portos lusitanos estavam muito bem protegidos e, portanto, ninguém poderia saqueá-los. Além do mais, seu rei “não era homem de pensar assim do governador”.

O historiador Gonzalo Oviedo duvida da versão: para ele, Cabeza de Vaca escapuliu e embarcou em outro navio, numa tentativa de assumir o mando do jogo.

O fato é que naquele ponto os adversários se separaram. Alonso Cabrera, Garci Venegas e Martín Orue seguiram viagem no bergantim, levando o dossiê preparado contra o ex-governador. Cabeza de Vaca, Pero Hernández e Juan Salazar de Espinosa embarcaram numa caravela portuguesa, carregando a papelada que acusava seus inimigos.

O mau tempo obrigou a trinca a fazer uma escala imprevista em Lisboa, e os inimigos ganharam a corrida. É o que indica um documento de 2 de setembro de 1545. Nele, oficiais da Casa da Contratação registram assim a chegada de um barco ao porto de Sanlúcar de Barrameda:

[...] um pequeno navio chegou do Rio da Prata, trazendo Alonso Cabrera, inspetor de minas, Garci Venegas, tesoureiro real, Gonçalo da Costa, piloto real e 24 ou 25 outros. Eles estavam trazendo o governador Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, como

prisioneiro, para apresentá-lo ao Conselho com certos relatórios e acusações contra ele. A primeira terra onde pararam para reabastecer foi a ilha Terceira. Outros a bordo do barco desembarcaram o governador, que não quis viajar com eles e veio em outra caravela para Cádiz.¹

De toda maneira, é certo que Cabeza de Vaca chegou tarde demais: desembarcou em Cádiz uma semana depois dos inimigos e se dirigiu à corte, onde afinal apresentou sua versão dos acontecimentos. Mas o pessoal da Casa da Contratação lavou as mãos, empurrando o problema para o Conselho das Índias. E assim entra na história o promotor fiscal Juan de Villalobos, representante do imperador junto ao Conselho. Villalobos não tomou partido. Mandou prender todo mundo e foi preparar suas acusações — sobretudo contra o ex-governador.

No dia 20 de fevereiro de 1546, na cela da cadeia pública de Madri, Cabeza de Vaca encarou um bacharel, um escrivão e duas testemunhas, pousou a mão direita sobre um crucifixo, jurou dizer a verdade, e começou a responder às 34 acusações de Villalobos, cujo arrazoado terminava deste modo: “Portanto, a Vossa Alteza peço e suplico que mande aplicar contra Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, em razão de todos os delitos e de cada um deles, as maiores e mais graves penas, a que por eles incorreu, executando-as em sua pessoa e bens, para que seja castigo para ele e exemplo para os outros”.

Para não ser exemplarmente pendurado no cadafalso, o ex-governador teria de reunir argumentos e provas convincentes. Suas culpas e penas dependiam agora do entendimento preliminar de um fiscal respeitado e intransigente, bem como da decisão final de um organismo tão burocrático quanto poderoso.

A força reclamada por Villalobos era a pena máxima. O rol das punições possíveis começava com a perda do cargo, passando por multas, açoites em público, desterro, trabalho forçado nas minas de mercúrio ou nas embarcações que patrulhavam Cartagena, Nápoles, Sicília e Gênova. Nessas galeras, destino de 80% dos condenados, poucos completavam o tempo

máximo de pena — dez anos. Morriam antes. Obrigados a movimentar no muque barcos de até 250 toneladas — as velas funcionavam como força auxiliar —, os prisioneiros permaneciam acorrentados aos bancos pelo tornozelo. Um cotidiano infernal, descrito desta forma por um observador da época:

O suor contínuo que desprendem e a falta de roupa produzem todo tipo de parasitas. Apesar de todas as tentativas feitas de limpar as galeras, não se tem podido evitar que pululem os piolhos e as pulgas, que se metendo na roupa dos forçados, tomam de noite o posto dos verdugos, que os matam a golpes durante o dia [...]

Por uma dessas ironias da história, Cabeza de Vaca corria o risco de passar o resto da vida nos remos do mesmo tipo de embarcação comandada, mais de um século antes, pelo primeiro Álvaro Núñez, seu tetravô homônimo, quando capturou oito barcos muçulmanos, em Túnis e Gibraltar.

As cabras da Serra A partida de Cabeza de Vaca reforçou a divisão dos moradores de Assunção. *Leales* e *tumultuarios* (ou “alvaristas” e “iralistas”) continuariam a se digladiar por um longo período, numa verdadeira guerra civil. Apenas uma ameaça externa seria capaz de unir os dois lados. E ela se materializou na sublevação dos guaranis.

Os tempos do compadrio ficaram para trás. Saques, estupros e escravidão tornaram-se regra, e os índios voltaram às suas aldeias para preparar a guerra.

A saída de Irala foi retomar boa parte das normas estabelecidas por Cabeza de Vaca, agora por proteção. Ele proibiu a ida dos espanhóis às aldeias e condicionou o uso dos serviços indígenas a contrato formal e pagamento de salário. Deixar a cidade, só com autorização por escrito, armado e acompanhado de pelo menos cinco soldados.

Tampouco prosperaram as alianças com outras tribos. Só os tobas e os guaicurús aceitaram parceria com os europeus, por serem inimigos dos

guaranis, que acabaram cercando os colonos. Mas a superioridade bélica dos espanhóis foi mais uma vez decisiva: em apenas três batalhas, os antigos compadres estavam derrotados.

Superado o problema, Irala voltou-se novamente para a Serra de Prata. Dessa vez, resolveu fazer um desvio para leste, cruzando o Chaco; assim, abandonava o caminho que atravessava Porto dos Reis. Era trajeto bem mais longo, mas passava por áreas ocupadas por povos menos aguerridos.

Alguns colonos sugeriram que ele enviasse pequenas expedições de reconhecimento, estabelecendo uma base de operações mais afastada de Assunção, mas Irala rejeitou toda cautela. Em novembro de 1547, depois de mandar prender os dissidentes, deixou Assunção levando 250 espanhóis e mais de 2 mil índios.

Era a 11ª tentativa de encontrar a Serra de Prata — façanha anteriormente buscada por Estevão Fróis e Nuno Lisboa; Juan de Solís; Aleixo Garcia; Cristóvão Jacques; Sebastião Caboto; Diego Garcia de Moguer; Juan de Ayolas; o próprio Irala; e Cabeza de Vaca e Hernando de Ribera.

A nova empreitada exigiu um ano de caminhada e dezenas de combates com várias tribos, muitas das quais acabaram dizimadas. “Destruindo e matando a todos que apareceram”, segundo o padre Martín González, Irala ultrapassou as terras dominadas por tribos de nomes desconhecidos ou esquecidos, como monoquisnos, aleianos, cacimocos, topianos, cimeones, corocotoquies, carcones, tamaricocos e tantos outros.

Numa aldeia de mbyáes (ou guaicurús), de acordo com o alemão Schmidl, Irala recebeu de presente quatro coroas e seis pranchas de prata, além de “três belas e jovens mulheres”. No dizer do soldado-cronista, na mesma noite o capitão perdeu os regalos: “Até a meia-noite, quando todos estavam descansando, nosso capitão perdeu suas três moças; talvez fosse porque não pôde satisfazer às três juntas; porque já era um homem de sessenta anos e estava velho [...] se, ao contrário, tivesse deixado as mocinhas entre seus soldados, é certo que elas não teriam fugido”.

Mais adiante, Irala teve outras notícias do que buscava, como informou depois ao Conselho das Índias: “Seguimos nossa viagem por terras de diferentes gerações [tribos] até chegar à província dos tamacocis, com muita notícia de prosperidade e de muitas minas de prata nas serras dos carcáxas [charcas], que é a notícia antiga que sempre tivemos”.

Quando os espanhóis alcançaram as terras dos tamacocis, perceberam que elas se situavam na jurisdição do Peru e, portanto, não podiam ser conquistadas. Irala achou melhor esperar ali mesmo, enquanto três emissários seguiam até Lima, para ali pleitear sua oficialização no cargo de governador do Rio da Prata. Um era inglês, outro, o capitão Nuflo Chaves, e o terceiro, Pedro Oñate, o criado basco que abrira a porta da casa de Cabeza de Vaca para os golpistas. Com isso, Domingos Irala perdeu a oportunidade de estar entre os primeiros europeus a chegar à tão ambicionada serra, subindo o rio da Prata, o Paraná e o Paraguai, até o Pilcomayo. Ou enfrentando o Chaco e seus índios nem um pouco amigáveis.

A Serra de Prata não ficava exatamente na terra do rei branco (o Peru dos incas, já ocupado por Pizarro e Almagro), mas no lar dos índios charcas, na atual Bolívia. O cerro de Potosí, ou Cerro Rico, a mais de 4 mil metros de altitude, era feito de prata. A montanha era conhecida dos incas, cujo imperador Huaina Capác, morto em 1525, teria mandado explorar a prata que existia ali a fim de confeccionar joias para sua corte. Quando o minério começou a ser extraído, uma voz poderosa teria ordenado: “Não cavem; é para outros!”. Outra versão diz que a prata foi descoberta casualmente por um índio que, tendo perdido sua lhama, passara a noite na montanha e, ao acender uma fogueira, notara um metal prateado e brilhante que derretia com facilidade.

Fosse qual fosse o descobridor do cerro e de suas riquezas, havia um detalhe mortal para Irala e seus homens: outros europeus haviam tomado posse do local no dia 10 de abril de 1545. Os capitães Diego de Zenteno, Juan de Villarroel, Francisco de Zenteno, Luis Santandia e o mestre de

campo Pedro de Cotamito realizaram desse modo burocrático o sonho de centenas de compatriotas malsucedidos, enquanto Cabeza de Vaca seguia rumo à Espanha, preso a bordo do bergantim.

A razão para o sucesso deles — e o fracasso dos outros — é simples: é muito mais fácil chegar a Potosí partindo do Peru do que de Assunção.

Quando ali chegaram os homens de Irala, Potosí já tinha 14 mil moradores, em sua maioria índios, submetidos a um regime de exploração brutal pela minoria hispânica. E continuaria a crescer espantosamente, atingindo 60 mil habitantes em 1560, 125 mil em 1580, 130 mil em 1590, e 145 mil em 1600 (nessa época, as maiores cidades europeias tinham 100 mil habitantes; Potosí era seis vezes mais povoada que Madri e tão populosa quanto Paris).

Os emissários demoraram mais que o previsto para voltar. Não conseguiram nem mantimentos, quanto mais o reconhecimento de sua autoridade. Ao contrário, o vice-rei, desconfiado, enviou soldados para se certificar de que Irala dizia a verdade. Diante disso — e da má vontade dos homens que comandava —, Irala bateu em retirada. Em vez de ouro e prata, transportava duzentas cabras.

Irala e seu rebanho — o primeiro a chegar à capital do Rio da Prata — entraram numa cidade muito mudada. Tinha havido até uma eleição, convocada por Francisco de Mendoza, o tenente que Irala deixara provisoriamente no comando, sob a alegação de que este sumira. Mas os *leales* (ou “alvaristas”) o derrotaram, escolhendo Diego de Abreu, um dos mais ferrenhos partidários de Cabeza de Vaca.

Quando Mendoza quis anular o resultado, foi preso e processado. Entre um depoimento e outro, Diego de Abreu, o novo governador, teve a gentileza de lhe oferecer uma alternativa à força: casar-se com uma de suas filhas. Por algum motivo, Mendoza preferiu a morte.

Temendo a reação de Irala e de Nuflo Chaves, genro do tenente enforcado, os quinze homens fortes do governo de Diego de Abreu fugiram

para as matas próximas. Não adiantou: um a um, eles foram presos, processados, julgados e condenados à morte.

Os *leales* remanescentes aceitaram o indulto geral concedido por Irala. A paz foi reforçada por alguns casamentos — Francisco Ortiz de Vergara e Alonso Riquelme, dois dos mais fiéis aliados de Cabeza de Vaca, por exemplo, uniram-se a duas das filhas de Domingos Irala. Mas nem assim este conseguiu legitimar-se como governador perante a Coroa.

Enquanto ele tentava controlar os índios em Assunção, na Espanha outro fidalgo reivindicou o cargo de governador do Rio da Prata. Juan de Sanabria demorou um ano e meio para conquistar o posto e morreu três meses mais tarde, sem concluir os preparativos para a expedição. Inconformada, sua viúva, Mencía, tomou as rédeas da aventura. Como as leis da época não lhe permitiam assumir tal responsabilidade, Mencía colocou o filho Diego, de apenas dezessete anos, à frente do projeto.

Mas, decididamente, a viúva era inquieta: Diego ainda se esforçava para reunir os homens necessários em Sevilha, quando ela juntou as três filhas e partiu. Não teve sorte, pois, antes de chegarem à ilha de Santa Catarina, os barcos foram saqueados por piratas.

Dali, Mencía mandou vários mensageiros ao Rio da Prata com pedidos de ajuda. Sem obter resposta, preferiu repetir o percurso terrestre feito por Aleixo Garcia e Cabeza de Vaca. Uma de suas filhas provavelmente morreu na caminhada. Mas a viúva e as outras duas entraram na cidade em meados de 1556.

O filho não foi mais afortunado que a mãe: demorou quase um ano para deixar a Espanha. Perdeu dois barcos na viagem, foi parar na costa venezuelana e resolveu ir a pé até Assunção. Jamais chegou a seu destino. Uns afirmam que ele acabou se estabelecendo em Potosí. Outros, que todos — Diego e seus homens — foram devorados por canibais.

Sem notícias de Diego de Sanabria ou da mãe dele, em 1555 Carlos V afinal confirmou Domingos Irala no posto de governador do Rio da Prata.

As acusações de Villalobos Ao ver que já estava sendo investigado pelo Conselho das Índias, Cabeza de Vaca achou melhor nomear um advogado. Sábia decisão, uma vez que as acusações de parte a parte seriam examinadas por um fiscal linha-dura que sempre fizera de tudo na defesa dos interesses da Coroa. O histórico de Juan de Villalobos não era o de um burocrata desleixado: no exercício de suas atribuições, havia lutado com unhas e dentes pelo que considerava certo. Em 21 anos de carreira, atuara em mais de 150 processos, a maioria envolvendo conquistadores carregados de ouro e prata, e pouco dispostos a entregar o quinhão que cabia à Coroa espanhola.

As origens de Juan de Villalobos não são muito conhecidas, mas a vida profissional dele está bem registrada. Seu retrospecto inclui um duro embate com o filho de Cristóvão Colombo, num dos lances do longo processo em que a Coroa e os herdeiros do navegador disputaram os direitos sobre as terras descobertas a partir de 1492. Villalobos batalhou para tentar provar que os louros pela chegada ao Novo Mundo não pertenciam somente ao genovês e que, por essa razão, ele não merecia os privilégios assegurados pelo contrato assinado com os reis católicos.

Depois de induzir as respostas durante os interrogatórios, o fiscal produziu um relatório classificando Colombo como um estrangeiro que carecia “de opinião e de recursos” para reclamar direitos sobre as terras. Nem assim Villalobos convenceu os juízes do Conselho, que não só rejeitaram sua tese, como ainda o submeteram à censura pública.

O fiscal deu o troco no processo sobre a morte de Diego Almagro, um dos conquistadores do Peru. Ao acusar os irmãos Gonzalo e Francisco Pizarro como mentores do assassinato, Villalobos afirmou que, na esperança de se livrarem das acusações, os réus teriam subornado a cúpula do Conselho. A denúncia não foi investigada, e os juízes o acusaram de tentar incriminar sem evidências concretas os irmãos Pizarro.

Gato esquentado, Villalobos informou o imperador, que destituiu os juízes, aplicou-lhes multas pesadíssimas e reformou o Conselho. No fim da

história, numa inequívoca demonstração de gratidão, Carlos V duplicou o salário de seu leal servidor, que passou a ganhar tanto quanto o presidente do Conselho.

Alonso de San Juan, o advogado contratado por Cabeza de Vaca, dispôs de menos de noventa dias para cumprir sua primeira tarefa, que consistia em produzir uma *relación* sobre o governo do cliente, apresentando os feitos deste e os desserviços de seus inimigos. Entregue em dezembro de 1545, a *relación* não foi suficiente para barrar o processo: dezessete dias após a prisão e o interrogatório de Garci Venegas, no mesmo presídio de Madri, foi a vez de o ex-governador enfrentar o interrogatório elaborado por Juan de Villalobos.

As denúncias eram de três tipos: responsabilidade de Álvaro Núñez na degeneração das relações entre espanhóis e indígenas no Rio da Prata; infidelidade à Coroa e à cristandade; e problemas econômicos ou administrativos gerados por seu governo.

Quem lesse o documento concluiria que o ex-governador cometera vários crimes. Do roubo de seis vacas ao assassinato de 4 mil índios, passando pelo monopólio do comércio com os nativos, exacerbação de poder, tortura a oficiais e abandono de soldados no meio da mata. Tudo extraído das *probanzas* e documentos apresentados por Alonso Cabrera e Garci Venegas e preparados em Assunção, após a queda de Cabeza de Vaca.

Nos autos, preservados no Arquivo das Índias, a denúncia mais fundamentada é a do ataque a navios nas ilhas Canárias. Juan Sánchez de Vizcaya teria presenciado o ocorrido, do qual forneceu detalhes; Nicolás de Rodas teria participado do saque; Gonçalo da Costa testemunhou que tentara, sem sucesso, dissuadir seu chefe da empreitada; e Luis Ramírez foi mais longe, afirmando que as intenções de Cabeza de Vaca já eram escusas antes mesmo de ele partir da Espanha — o fidalgo teria iniciado a viagem com menos mantimentos do que deveria, e ficava sondando outros navios para procurar resolver seu problema.

O caso do roubo das vacas foi descrito minuciosamente por Juan de Cerrado.² Segundo ele, o ex-governador teria pagado, sim, pelos animais, mas só depois de ser pressionado por seus donos, que haviam detido Felipe de Cáceres e o próprio Cerrado até serem ressarcidos do prejuízo. Outras denúncias eram menos consistentes.

Na conclusão, Villalobos pedia que Cabeza de Vaca fosse obrigado a indenizar o patrimônio real, pois teria causado “um prejuízo de até cem mil ducados por seus excessos e mau governo”. E suplicava que o imperador o condenasse, exemplarmente, à força.

Nas respostas dadas no presídio de Madri, nosso personagem defendeu-se como pôde. Em muitas delas, liminarmente, com uma simples negativa. Em outros momentos, atacou seus inimigos ou apresentou a questão num contexto em que a ação deixava de ser crime.

Por exemplo: diante da acusação de ter destruído nove aldeias, provocando a morte de milhares de índios, o ex-governador reconheceu que seus homens haviam se apossado dos mantimentos dessas tribos, mas minimizou o gesto, dizendo que em determinadas circunstâncias a violência se justificava e que, num caso como aquele, os necessitados “podiam pegar os mantimentos até do altar, se tivessem fome e necessidade extrema”. Afirmou que apenas dois ou três índios tinham sido mortos, em não mais que três assentamentos.

Com relação ao uso de seu brasão familiar e ao fato de ter se autoproclamado “senhor e mestre” da província — acusação validada por mais de cinquenta testemunhas na *probanza* feita em Assunção —, Cabeza de Vaca simplesmente negou tudo, sem maiores explicações.

Após algumas horas de intenso interrogatório, diante da décima pergunta, relacionada ao enforcamento de dois caciques guaranis, ele titubeou pela primeira vez: “[...] que não mandou enforcar nenhum guarani principal. Foi inquirido se mandara enforcar outro guarani que não fosse o principal. Disse que no momento não se lembrava e que assim que lembrasse diria e faria sua declaração sobre isso no dia seguinte”.

Na manhã seguinte, quando voltaram ao assunto, Cabeza de Vaca lembrou-se afinal do episódio e admitiu ter mandado enforcar os tais caciques, depois de um processo, naturalmente.

As nove folhas manuscritas pelo escrivão foram encaminhadas a Juan de Villalobos, que não se convenceu: no início de abril de 1546, pediu a destituição de Álvar Núñez. Não admitia seu retorno ao posto, ainda que ele viesse a ser inocentado de todas as acusações. Os colonos, anotou o fiscal, precisavam de auxílio urgentemente, e não fazia sentido devolver o poder a quem dividira a população e criara sérias inimizades: “Se ele voltasse, a terra se alteraria e haveria grandes inconvenientes”.

Alonso de San Juan contra-atacou, mas só conseguiu o direito de apresentar outras evidências a favor de seu cliente. A começar pela comprovação de que Cabeza de Vaca “levava em suas provisões mais do que os oito mil ducados que era obrigado a gastar”.

Além de encaminhar às autoridades a lista de passageiros e a *probanza* que confirmava o gasto de mais de 8 mil ducados na montagem da expedição, o advogado apresentou uma defesa por escrito. Nela, admitiu implicitamente os ataques a várias tribos, mas justificou-os, sob o argumento de que elas eram formadas por índios rebelados, assassinos de cristãos ou apegados a hábitos horrendos, como canibalismo e idolatria. Todas as ações, ademais, teriam tido o aval dos clérigos e dos oficiais, e teriam ocorrido depois de tentativas de estabelecer um acordo de paz. O governador não explorara a mão de obra indígena. Pelo contrário, sempre compensara os habitantes locais pelo trabalho realizado e pagava com justiça pelas provisões obtidas.

Encarcerado e com o pescoço perigosamente próximo da forca, Cabeza de Vaca procurou colocar seus inimigos na mesma condição. Processou dez homens que o acompanharam no bergantim e outros 65 que tinham ficado em Assunção. Entre eles, Domingos Irala, Alonso Cabrera, Garci Venegas, Martín de Orue, Pedro Dorantes, pai, Felipe de Cáceres e o alcaide Pedro Díaz del Valle. No caso de Venegas e Cabrera, o ex-governador chamou a

atenção do Conselho das Índias para um agravante — o prejuízo que teriam dado aos cofres da Coroa ao apeá-lo do poder: “[...] se não tivesse sido preso e paralisado, teria descoberto e trazido para Vossa Majestade mais de um milhão em ouro”.

Juan de Villalobos mostrou novamente não ser homem de negar fogo quando se tratava de denunciar criminosos, supostos ou efetivos:

[...] suplico que os réus sejam processados e que as maiores e mais graves penas sejam aplicadas contra cada um deles e executadas em suas pessoas e bens para que seja um castigo a eles e exemplo aos outros para que não cometam semelhantes delitos contra vossa real justiça, estando como estavam, tão afastados de vossa real presença.

No dia 14 de abril de 1546, o advogado de Alonso Cabrera pediu o adiamento da prisão do inspetor alegando “uma enfermidade muito grave de melancolia”: “[...] a doença é tão grave que, de alguma maneira alterou seu juízo e para remediar isso procuraram e procuram tirá-lo e poupá-lo de situações de trabalho e de negócios, pois se comparecesse, do jeito em que se encontra, poderia perder completamente o juízo, segundo os médicos”.

O inspetor admitiu que realmente ele e outros oficiais cobravam o quinto da pequena produção local dos colonos de Assunção, mas ressaltou que dessa taxa retiravam apenas o valor de seus salários, repartindo o resto entre os necessitados como uma espécie de esmola. Sem mencionar os nomes dos companheiros de conspiração, reconheceu que também apoiara a fuga dos frades:

[...] do que Álvaro Núñez se queixa neste caso e que chama de coligação e *monipodio* [associação com fim ilícito] de nos termos reunido a pessoas que considerávamos a serviço de Vossa Alteza e ver as providências necessárias para informar Vossa Alteza do que estava acontecendo para que, ao saber e entender, Vossa Alteza mandasse prover e ajudar como fosse mais útil. E as pessoas com quem nos unimos eram pessoas religiosas e de confiança a quem Vossa Alteza também teria beneficiado.

Na versão de Cabrera, os frades Armenta e Lebrón tinham resolvido ir à Espanha para dar conta do que se passava no Rio da Prata porque consideravam ser essa sua obrigação. E justamente por isso teriam sido presos pelo governador — para impedir que Carlos V ficasse sabendo dos desmandos dele na província.

O melancólico réu alegou não ter motivos para destituir Cabeza de Vaca do posto de governador e muito menos para voltar à Espanha escoltando-o, pois tinha cargo importante e garantido no Rio da Prata.

Menos de dois meses após o primeiro interrogatório de Álvar Núñez Cabeza de Vaca, o fiscal Juan de Villalobos pediu que Carlos V nomeasse outro governador, “amigo da justiça e defensor dos índios nativos da terra, para que não recebam maus-tratos, nem humilhações e que supra as necessidades dos espanhóis e [...] os tenha em igual justiça”.

A corte por cárcere Cabeza de Vaca sabia que não seria maltratado nem moraria numa cela quando foi parar no presídio de Madri. Nenhum nobre podia ser preso ou torturado por dívidas, e as prisões espanholas do século XVI guardavam vagabundos, bêbados, mendigos, leprosos, doentes mentais, prostitutas e outros indivíduos incômodos à sociedade. Além do mais, a pena de privação de liberdade só era aplicada aos que tinham contas a pagar ou a quem estivesse aguardando julgamento, como era o caso.

Embora seja impossível saber quais foram exatamente as condições carcerárias que ele enfrentou, devem ter sido bem melhores que as experimentadas algum tempo mais tarde por Miguel de Cervantes Saavedra. O autor d’*O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha* não escreveu sua obra-prima na cela, mas com apenas uma frase no prólogo definiu o cárcere de Sevilha, “onde todo incômodo tem seu lugar e onde todo triste ruído habita”.

Situado no centro de Madri, na praça de Santa Cruz, ao lado da igreja de mesmo nome, o presídio era um edifício novo, de somente três anos. E,

sem dúvida, já funcionava ali o sistema de privilégios e vantagens que o relacionamento e o dinheiro podem comprar.

Dois meses depois de ser encarcerado, Cabeza de Vaca adquiriu o direito a prisão domiciliar. Estava praticamente falido, e a fiança de mil ducados (equivalentes a meio ano do salário de um médico) foi paga por dois amigos. Como ele não tinha casa em Madri, uma cortesã chamada Mencía Alvarez o abrigou em sua residência. Nessa altura, Maria Marmolejo, com quem fora casado na juventude e que sustentara suas peripécias nas Índias, havia sumido da nossa história e, sobretudo, da história dele.

Em maio de 1546, Alonso de San Juan encaminhou ao fiscal e ao Conselho mais três *probanzas*: uma sobre os feitos de toda a vida de Cabeza de Vaca, a segunda a respeito de seus atos durante a viagem até Assunção, e outra sobre a fuga dos frades.

Enquanto a defesa agia desse modo, os inimigos do ex-governador davam o troco, valendo-se das *probanzas* produzidas em Assunção.

O advogado do nosso personagem pediu ao Conselho um prazo de 120 dias para reunir provas na Espanha e, no caso do Rio da Prata, dois anos. Villalobos rebateu, afirmando que o pedido era feito “maliciosamente [...]”, porque a demora coloca em evidente perigo os espanhóis e também os naturais [...].”

Mas o fiscal não teve êxito: uma semana mais tarde, o Conselho concedeu à defesa oitenta dias para reunir provas na Espanha e um ano e meio para obter os testemunhos no Rio da Prata.

Passados alguns dias, Cabeza de Vaca conseguiu autorização para viajar a fim de preparar sua defesa, com uma restrição definida pela expressão “*la corte por cárcel*”. Ou seja, permitiam que ele se locomovesse à vontade por Madri, mas não que viajasse para qualquer outra cidade da Espanha nem para o exterior. Caso a corte se mudasse, como acontecia na época com alguma frequência, ele teria de acompanhá-la.

Sem tempo ou dinheiro para mandar ouvir testemunhas em Assunção, Cabeza de Vaca arrebanhou testemunhas pela Espanha mesmo. Em outubro, Juan de Villalobos determinou a oitiva de testemunhas em Sevilha, Jerez de la Frontera e onde mais fosse necessário. O advogado Alonso de San Juan preparou 66 questões relacionadas ao que teria ocorrido durante a expedição, e arrolou como testemunhas os três homens que tinham vindo com seu cliente no bergantim como prisioneiros: Pero Hernández, Pedro Estopinán e Juan Salazar de Espinosa.³ Em novembro, o ex-governador pediu a reabertura do processo. Outra vez seu advogado solicitou dois anos para obter os depoimentos no Rio da Prata. O Conselho concedeu mais cinquenta dias, depois ampliados para 120.

O processo entrou então no ritmo de banho-maria, marca registrada do Conselho das Índias. Em 15 de novembro de 1549, o ex-governador fez Martín de Orue comparecer perante um escrivão para dizer se reconhecia a carta enviada por um certo Bartolomé González. Nela, González pedia a Orue que matasse Cabeza de Vaca e Pero Hernández na viagem para a Espanha. O ex-escrivão admitiu que a letra parecia ser de González, bem como a assinatura, “embora feita com pena diferente”, mas tirou o corpo fora afirmando nunca ter recebido ou visto a tal carta.⁴

A morte de Villalobos Entre 1546 e 1550, o nome de Juan de Villalobos aparece em 182 processos dos mais variados tipos. A estes se somava quase uma centena de outros iniciados anteriormente e que a burocracia do Conselho não solucionava.

Exigia-se a opinião do fiscal em todo gênero de questão: heranças, apelações, comissões, escrituras, salários, sonegação, entrega de escravos índios, morte de escravos durante as viagens, importação de éguas, transporte de ouro sem registro, direitos territoriais, ida de estrangeiros para as Índias sem autorização etc.

Considerando-se que os documentos eram manuscritos e os processos não dispunham de índices ou de algum facilitador de manuseio, era preciso

ter muita paciência e energia para dar conta do recado.

Em 24 de junho de 1550, Juan de Villalobos adoeceu e se afastou do cargo. Em 25 anos de exercício da profissão, era a primeira vez que ele se ausentava do trabalho. Tinha por volta de sessenta anos, idade avançada para a baixa expectativa de vida da época. Em 15 de setembro, um escrivão começou a anotar seu testamento. Herdeiros, Villalobos tinha até demais: dois filhos legítimos, duas filhas adotadas de suas criadas e a segunda mulher (a primeira havia morrido). O que faltava era herança, como ele mesmo dizia: “Morro pobre, sem poder pagar minhas dívidas”. O tom da frase talvez fosse exageradamente dramático, mas o conteúdo estava bem próximo da realidade. Uma filha adotiva, com “vocação para freira”, levou apenas o necessário para entrar num convento; a outra receberia parte do dote quando se casasse com um escrivão do Conselho.⁵ Juana, a filha legítima, não recebeu todo o dote para seu segundo casamento. A casa onde os Villalobos moravam ficou para o primog nito. Roupas, joias e utensílios domésticos, para a esposa. Os bens materiais restantes — uns pedaços acanhados de terra que serviam somente para pasto, e quatro casas na cidade de Plascencia, de onde provinha a família — também seriam repartidos entre os filhos legítimos.

A lista das d vidas do fiscal ocupava quatro páginas, totalizando 230 mil maravedis (ou 613 ducados). Incluía desde despesas com joalheiros e médicos a gorjetas a serem dadas por ocasião de seu enterro, cercado de recomendações. Uma delas era a convocação de todas as crianças da cidade para acompanhar o caixão segurando velas acesas e vestidas com trajes especiais, ofertados pela viúva. Villalobos solicitou ainda sepultura diferenciada no terreno atrás da sua paróquia e missas diárias por uma semana, além de outras duzentas (sim, duzentas!) durante o primeiro ano após o falecimento.

Para fazer frente a todos esses compromissos, o fiscal requisitou um ano extra de s l rio, a ser pago a sua mulher depois da morte dele, e também mercês para os filhos e netos, já que não tinha riquezas com que os regalar.

Mencía Carvajal foi uma viúva de sorte: recebeu, por engano, não um, mas dois anos de salário do marido. Carlos V não reivindicou o dinheiro de volta, argumentando que assim ajudaria a família de Villalobos, o qual, em vida, provara merecer isso e até muito mais. A bolada resultou num processo em que os herdeiros do fiscal exigiram — e levaram — parte do dinheiro.

Duas sentenças Com a morte de Juan de Villalobos, o caso de Cabeza de Vaca passou pelas mãos de três fiscais interinos. Finalmente, em 18 de março de 1551, seis anos e meio depois de ele voltar à Espanha, o Real e Supremo Conselho das Índias deu o veredicto: o réu foi considerado culpado, perdeu para sempre os cargos de governador e *adelantado*, ou qualquer outro “cargo de justiça em todas as Índias, Ilhas e Terra Firme de Sua Majestade para que ele não possa usar e nem exercer”. Além disso, ele teria de servir à Coroa nas costas de Orã, no Norte da África, “com suas armas e cavalos estando a serviço de Sua Majestade, sob pena de dobrar esse tempo de cinco anos”.

Conquistada pelos espanhóis em 1509, a cidade, hoje em território argelino, continuava ameaçada pelos infiéis e era um dos últimos pontos da guerra de reconquista empreendida pelos cristãos.

Quem se considerasse prejudicado por Álvaro Núñez poderia exigir ressarcimento. Dura tarefa, pois Cabeza de Vaca estava falido. Todos os seus bens de valor, que já não eram muitos (entre eles, os livros que conseguira preservar apesar de tudo), haviam sido tomados antes mesmo de seu retorno à Espanha. E, pior, ele não podia exercer nenhum cargo público numa época em que o funcionalismo, ainda nascente, era quase a única opção de carreira para os fidalgos que não quisessem pôr a mão na massa, atitude indigna para gente de prestígio.

Inconformado, Cabeza de Vaca acionou seu advogado e recorreu imediatamente da sentença, conseguindo adiar o exílio que não tinha como enfrentar. Em dezenove dias, Alonso de San Juan produziu um documento

de sete páginas para rebater aquele parágrafo que praticamente condenava seu cliente à miséria e ao desterro.

Fazendo uso de sua melhor retórica e o tempo todo invocando a lealdade de Cabeza de Vaca ao rei, o advogado repassou os principais pontos da acusação. Seu cliente “estava perdido e preso em cárcere real; tinha gastado tudo o que tinha; o montante de suas dívidas com amigos era mais de vinte mil ducados; não tinha, e nem tem, como se sustentar [...]”.

Alonso de San Juan lembrou que não conseguira realizar *probanzas* no Rio da Prata, onde se encontravam quase todas as testemunhas a favor de Cabeza de Vaca. As *probanzas* e investigações instauradas por seus inimigos foram julgadas parciais, ilegítimas, mal formuladas e fraudulentas. Seus idealizadores não inspiravam confiança e eram ineptos. Cabrera e Venegas acusavam o ex-governador de desacatar o rei e de promover mudanças em demasia. Mas Álvaro Núñez agira assim exatamente para combater os maus hábitos do governo anterior, usando a autoridade que lhe fora concedida. Por tudo isso, alegava o advogado, o imperador deveria decretar a pena de morte e o confisco dos bens da dupla.

A petição reivindicava também a revisão automática da pena imposta ao ex-governador, vítima de desacato, atrevimento, conspiração e falso testemunho. Reconhecia indiretamente os ataques a várias tribos, mas justificava as ações com um argumento compartilhado por todos os conquistadores:

[...] às vezes é preciso fazer a guerra para que depois haja paz e justiça e tudo se conserve como era antes. Se isso não tivesse acontecido, não haveria nenhuma província nas Índias sob o império e jugo de Vossa Alteza e em vossa coroa real. Todas essas coisas haviam e hão de se considerar em pleitos e casos semelhantes e não deveriam dar lugar a pleitos ordinários e processos tão longos contra os governadores que Vossa Alteza envia.⁶

Alonso de San Juan rebateu as principais acusações de Villalobos:

- Os agazes eram “pessoas agressivas, arrogantes e atrevidas” que só queriam roubar e matar, e o governador fizera justiça ao condená-los à morte “com a opinião e parecer dos religiosos e outras pessoas, conforme instrução de Vossa Alteza”.
- O brasão da família fora usado só para evitar enganos e fraudes por parte dos que diziam agir em nome do governador e não pagavam aos índios.
- Os frades Bernardo Armenta e Alonso Lebrón tinham sido punidos por tentarem levar ao imperador notícias falsas sobre a situação da província.
- Cabeza de Vaca não roubara, não subornara, nem fizera nenhum desserviço a Carlos V ou o desacatara; e, se havia deixado de cumprir certas determinações do imperador, era apenas para adaptar a vontade deste às circunstâncias locais.

Como uma espécie de atenuante, o próprio Cabeza de Vaca brandiu seu histórico de serviços na descoberta de novas terras, perante o imperador. Ainda que porventura tivesse se excedido, pedia-lhe que revogasse a sentença, prometendo provar sua inocência.

Em 23 de agosto de 1552, seis anos após o primeiro interrogatório (e um ano e cinco meses depois da primeira condenação), o Conselho das Índias promulgou a nova sentença. Uma bela vitória: Cabeza de Vaca ficava livre dos cinco anos em Orã, com homens e armas às suas custas. Com seu desterro restrito à província do Rio da Prata, ele até poderia viajar para outros cantos das Índias Ocidentais. Mas nem tudo eram flores. Restavam duas grandes tarefas: pagar as dívidas contraídas desde que voltara à Espanha e limpar seu nome.

O fim do império Cabeza de Vaca já se livrara de passar cinco anos em Orã quando soube que, em junho de 1555, seu maior rival tornara-se, afinal, por direito, governador do Rio da Prata, após o sumiço de Diego de Sanabria.

Mas Domingos Irala não saboreou por muito tempo o gosto da vitória e jamais recebeu o pomposo mas inócuo título de *adelantado*. Dezesesseis meses depois de ser nomeado governador, Irala morreu, vítima de uma febre avassaladora (provavelmente causada por apendicite). Tinha cerca de sessenta anos.

Era o fim de um ciclo. Com a morte de Irala, terminaram também as viagens ao desconhecido, em busca de lugares e personagens maravilhosos e quiméricos, como a Serra de Prata e o rei branco. Mais conscientes das possibilidades e dos limites da província, os espanhóis organizaram a exploração da mão de obra indígena. Começaram a chegar vacas, sementes e espanholas, com as quais os conquistadores finalmente puderam se casar na Igreja. A evangelização foi sistematizada por dominicanos e jesuítas, resultando nas missões guaranis.

A prata que continuou indo de Potosí para a Espanha não foi capaz de impedir o declínio do império de Carlos V. Entre 1503 e 1660, chegaram a Sevilha 181 toneladas de ouro e 17 mil toneladas de prata. Um terço pertencia à Fazenda Real, e dois terços a particulares.

Essa montanha de ouro e prata não esquentou lugar nos cofres espanhóis, tendo ido parar nas mãos dos banqueiros que haviam financiado as expedições e a eleição do sacro imperador.

Como nem assim a dívida foi saldada, a Coroa avançou sobre a prata dos particulares, pagando a seus proprietários juros mais suaves que os exigidos pelos banqueiros.⁷

O excesso de prata acabou provocando o desinteresse por atividades industriais e agrárias, queda geral na produção e vertiginosa elevação dos preços das mercadorias escassas, conjuntura que se tornou conhecida como Revolução dos Preços. O processo foi tão intenso que ocasionou um decréscimo da população espanhola e a transferência dos metais preciosos para outros países europeus.

As tentativas de submeter franceses e luteranos à autoridade do imperador tinham fracassado. Naufragara também o sonho de reunir num

concílio a cristandade partida. Por essas e outras, Carlos V renunciou, dividindo ao meio seus domínios.⁸

Em 3 de fevereiro de 1557, o imperador transferiu-se para o palácio que mandara construir junto ao monastério de Yuste, na província de Cáceres, a 264 quilômetros de Sevilha e 297 quilômetros de Madri. Ao renunciar, resumiu deste modo suas andanças pelo mundo:

Nove vezes fui à Alemanha Alta, seis vezes passei pela Espanha, sete na Itália, dez vezes eu fui a Flandres, sendo quatro em tempos de paz e de guerra. Entrei uma vez na França, duas na Inglaterra, outras duas fui contra a África e todas juntas somam quarenta, além de viagens menos importantes que tenho feito para visitar minhas terras. Por causa disso naveguei oito vezes no mar Mediterrâneo e três no oceano da Espanha e agora será a quarta que voltarei a fazer para me enterrar. Padeci de doenças e dificuldades do mar doze vezes.

No castelo, Carlos V manteve-se quase recluso, acompanhado apenas por religiosos, totalmente afastado da política e entretido com sua nova paixão, os relógios. O marquês de Valparaíso ficou espantado com o que viu:

[...] vivia tão pobremente que seus aposentos mais pareciam habitados por soldados do que adornados para tão grande príncipe. Havia neles apenas panos pretos como os de luto, mas no que Sua Majestade dormia, uma cadeira tão velha e ruim que se fosse posta à venda não dariam por ela nem quatro reais. As roupas de sua pessoa eram trajes humildes e o que tinha de mais valor eram quatro bandejas de prata para seu serviço e é claro que não havia neles nenhuma peça dourada, nem curiosa.

Um ano e meio após a renúncia, em 21 de setembro de 1558, o imperador que mandara em meio mundo morreu depois de um mês de agonia e febres originadas de uma picada de mosquito.

O papel da vingança Em 1551, Cabeza de Vaca reivindicou formalmente à justiça a devolução das propriedades e bens confiscados dez anos antes por Domingos Irala em Assunção. A reclamação mencionava, entre outras

coisas, seis bergantins, quatro barcos leves, dois cavalos “e os filhos que deles tivessem nascido”, num total de 100 mil castelhanos.⁹ Os juízes levaram quatro anos para decidir que, “por ora”, o pedido não tinha lugar.

Em 1556, Cabeza de Vaca recorreu novamente, agora ao governo de Jerez de la Frontera, solicitando — e obtendo — benefícios por serviços prestados como advogado. Em outra decisão, recebeu 12 mil maravedis para ajudá-lo a curar-se de uma enfermidade.

As tentativas de recuperar sua fortuna não deram certo; Cabeza de Vaca saiu-se melhor no esforço de reconstruir a própria imagem. Batalha que começou a ganhar ao conquistar o direito de publicar não um, mas dois textos sobre sua vida: o relato das aventuras que vivera na Flórida e a narrativa, a cargo de Pero Hernández, a respeito do governo dele no Rio da Prata. A autorização real conseguida em 1555 é uma prova evidente de que seu beneficiário voltara a transitar com desenvoltura pela corte, após a revisão da sentença.

Praticamente ditados por seu principal personagem, os *Comentários* acabaram se transformando num misto de libelo e ajuste de contas, em que os inimigos do governador não foram poupados. Alonso Cabrera, denominado pelo pejorativo apelido de Raposa do Rabo Branco, é apresentado como falso e atrabiliário; Garcí Venegas e Felipe de Cáceres, covardes a ponto de ajoelhar aos pés do prisioneiro no afã de aplacarem a fúria divina; os frades Bernardo Armenta e Alonso Lebrón, gananciosos, invejosos e ciumentos. Todos interessados apenas em manter privilégios, fossem eles taxas, concubinas ou serviçais.

Com relação a Irala, Cabeza de Vaca é ainda mais mordaz. Bronco, descuidado e desleal, o basco teria traído a confiança de Juan de Ayolas e fora responsável pela morte dele. Fizera de tudo para chegar ao poder, mas, uma vez no comando de Assunção, permitira o roubo e a escravização dos índios, bem como de suas mulheres e filhas. Além disso, desorganizara a cidade, levando muitos colonos a fugir para a costa brasileira. Alguns foram

presos e tiveram as posses repartidas entre os aliados de Irala. “A justiça deixou de existir naquelas terras”, resume o secretário do governador.

Em sua narrativa, Hernández aplica pinceladas de ficção ao fim da novela de Cabeza de Vaca:

[...] chegando primeiro à corte [Valladolid], divulgaram [Cabrera e Venegas] que ele [o governador] tinha ido dar notícia daquela parte [o Rio da Prata] ao rei de Portugal e poucos dias depois ele chegou a esta corte. Na mesma noite, desapareceram os delinquentes e foram a Madri, onde esperaram que a corte ali fosse, como foi; e neste tempo morreu o bispo de Cuenca, que presidia o Conselho das Índias, que tinha desejo e vontade de castigar aquele delito e o desacato que contra Sua Majestade tinham feito naquela terra. Poucos dias depois de terem sido presos — e o governador, também — e soltos sob fiança e o compromisso de não sair da corte, Garci Venegas, que era um dos que o tinham traído e prendido, morreu de morte desastrada e súbita, em que lhe saltaram os olhos da cara, sem poder manifestar, nem declarar a verdade sobre o passado; e Alonso Cabrera, inspetor, perdeu o juízo e, sem ele, matou a sua mulher em Lora; morreram súbita e desastradamente os frades que participaram dos escândalos e do motim contra o governador, que mesmo tendo pouca culpa sobre o que ocorrera, foi preso e detido na corte por oito anos, ao fim dos quais o deram por livre e quitado; e por alguns processos movidos contra ele lhe tiraram a governança, pois seus inimigos diziam que se voltasse à terra iria castigar os culpados e que isso causaria escândalos e alterações e assim lhe tiraram [o governo do Rio da Prata] com tudo mais, sem lhe darem recompensa pelo muito gasto no serviço de lá ir socorrer e descobrir.

A verdade histórica não é bem essa. Cabeza de Vaca não ficou oito anos preso, mas também jamais foi dado como livre e quitado. Continuou sem poder voltar ao Rio da Prata. Sebastián Ramírez Arellano, o bispo de Cuenca, só morreu em 1547, quando o processo já estava avançado. Cabrera e Garci Venegas efetivamente faleceram antes de ir a julgamento, mas não há provas de que tenha sido de modo tão trágico. Frei Bernardo Armenta morreu na ilha de Santa Catarina, entre 1546 e 1547. Frei Alonso Lebrón foi vítima de piratas quando retornava à Europa.

Os últimos dias de nosso personagem continuam envoltos em névoa. Para o historiador espanhol naturalizado norte-americano Juan Francisco Maura, Cabeza de Vaca “terminou seus dias em Valladolid, pobre, longe da terra natal, tendo que empenhar aquilo a que mais deu valor na vida, um reposteiro com suas armas de governador”. Maura se apoia num pedido oficial feito em 27 de março de 1555, em que o ex-governador tenta recuperar da penhora uma cama, um camafeu e o citado reposteiro (pano quadrado com as armas da família, que os fidalgos utilizavam sobre a sela).

Contudo, em 1559, um certo Álvaro Núñez Cabeza de Vaca aparece nos anais da justiça, garantindo a fiança de um primo em segundo grau. A ordem de resgate pedia ao camareiro do rei da Argélia que fizesse o pagamento necessário para libertar Hernán Ruiz. Se não se tratava de um homônimo, nosso herói terá vivido muito para os padrões da época — setenta ou 71 anos, partindo do princípio de que teria nascido em 1487 ou 1488 —, e não passou tão mal assim seus últimos anos de vida. É o que concluem os pesquisadores Rolena Adorno e Charles Pautz:

Esse acordo sobre o valor do resgate tem três implicações: demonstra a longevidade de Cabeza de Vaca contra o lugar-comum de sua suposta morte prematura, provavelmente em sua cidade natal, Jerez de la Frontera. A segunda é contradizer o conceito, também repetido, de que ele morreu na pobreza; a terceira é dar-lhe a oportunidade para a magnanimidade e nobreza que a ação exigiu dele naquela fase da vida. Podemos imaginar que, depois da reivindicação à Coroa, ele tenha reagido com alegria, ansioso por manifestar sua satisfação com aquele *status*. O único aspecto surpreendente desse importante documento é o fato de que ele passou despercebido até para os mais recentes estudiosos, apesar de ter sido publicado na amplamente divulgada *Revista das Índias*, desde 1963.

Contendas acadêmicas à parte, até o momento ninguém conseguiu comprovar a data em que ele faleceu nem o local onde foi enterrado — embora tudo indique que seus restos mortais descansam no Real Convento de Santo Domingo, em Jerez de la Frontera, na tumba da família, ao lado do pai e do avô Pedro de Vera.

Álvar Núñez Cabeza de Vaca não repetiu os êxitos do avô que foi sua inspiração. Não descobriu nada, nem colonizou território algum (nem sequer as terras que batizara de província de Vera, em outra homenagem a seu ídolo). Tampouco implementou um projeto de conquista diferenciado e mais humano, como chegou a esboçar no México. Rico, ele certamente não ficou. Mas sobreviveu aos parceiros de aventura na América do Norte e aos inimigos da América do Sul (que jamais passaram de notas de rodapé em compêndios de história), assegurando uma vaga entre os grandes aventureiros, heróis e sonhadores do século XVI. Não apenas em razão das inacreditáveis peripécias só superadas pela disposição ante o desconhecido e a adversidade, mas também, ou talvez principalmente, pela força de sua narrativa, à qual é impossível resistir.

1-Não há uma lista completa dos tripulantes do bergantim. O documento da Casa da Contratação não cita os nomes. Outro documento, anexado ao processo, relaciona dezoito tripulantes: Cabeza de Vaca, Alonso Cabrera, Pedro Dorantes, filho, Lope Duarte, Martín de Orue, Melchior Montero, Jacome Luis, Fernando Manos Albas, Machin de Usaga, Juan Sánchez Francis, Bernardo Sardo, Francisco Breton, Alonso Cantero, contramestre Juan López, Álvaro de Colindres, frei Luis de Herrezuelo, Nicolás de Rodas e Estéfani de Rodas. Mas aí não se mencionam Pero Hernández, Garci Venegas, Luis de Miranda, Juan Salazar de Espinosa, Gonçalo da Costa e Pedro Estopinán. Mais confiável é a menção de 24 ou 25 homens no documento da Casa da Contratação. A lista de passageiros anexada ao processo identifica o barco como a caravela *Comuneros* e, além de Cabeza de Vaca e Garci Venegas, que são citados apenas no cabeçalho, relaciona dezessete nomes. Nela também aparece frei Luis de Herrezuelo, mas não o padre Luis de Miranda, nem o piloto Gonçalo da Costa, que certamente estava a bordo.

2-O mesmo que, em outro inquérito, apresentara-se como um dos homens deixados para trás na viagem a Assunção.

3-Também processado pelo Conselho, Espinosa foi absolvido e indicado para o cargo de tesoureiro da província, antes ocupado por Garci Venegas. Embarcou na malfadada expedição de Juan de Sanabria e ficou dois anos em São Vicente. Chegou a Assunção em 1555, seis anos depois de ter sido nomeado. Em 1558, candidatou-se ao posto de governador. Perdeu a eleição.

4-No fim foi absolvido pelo Conselho e voltou ao Rio da Prata, reassumindo sua função.

5-Numa época em que as preferências pessoais das mulheres não tinham valor nenhum, o sistema de casamentos era todo arranjado e cheio de obrigações. Pagar parte do dote equivalia a uma confissão de penúria, praticamente.

6-Esse trecho da defesa explica por que Pero Hernández enfatizaria, nos *Comentários*, as determinações de seu chefe quanto ao tratamento a ser dado aos índios.

7-Quem tivesse prata ou ouro confiscados pelo governo recebia juros de 3,3% ao ano. Um ótimo negócio para Carlos V, de quem Jakob Fugger cobrava 6,25% ao ano. De qualquer forma, uma solução mais nobre que a adotada no Brasil mais de três séculos depois, com o confisco das poupanças sem o pagamento de juro nenhum.

8-Seu irmão Fernando cuidaria das regiões pertencentes ao antigo Sacro Império, como Áustria, Hungria e Alemanha, enquanto seu filho Felipe comandaria o centro de um Império Espanhol, formado pelos quatro reinos de Espanha (Astúrias, Castela, Navarra e Aragão), pelos Países Baixos, pelas repúblicas italianas e pelas partes da América e da Ásia que lhes diziam respeito.

9-Na petição, Cabeza de Vaca fala em 100 mil castelhanos, moeda de ouro cunhada inicialmente por Henrique IV e depois pelos reis católicos, que, em 1483, valia 485 maravedis. Uma testemunha reconheceu que o valor dos bens era de 100 mil ducados. E outro documento menciona 100 mil pesos de ouro.

Posfácio

Ao eternizar sua epopeia, até agora pouco conhecida no Brasil, Cabeza de Vaca agiu movido por razões muito concretas: primeiro, na tentativa de conquistar outro posto nas Índias Ocidentais; mais tarde, num esforço deliberado de reconstrução de sua imagem. Munido de papel, pena e uma teia de relacionamentos, tanto fez que produziu uma obra inovadora que segue sendo editada, incensada e criticada na Europa, nos Estados Unidos e em várias outras partes do mundo. Há pelo menos 54 edições em castelhano, dezesseis em inglês e uma em português, além de 23 livros sobre Cabeza de Vaca e quinze obras destinadas às crianças.

O primeiro registro de sua peregrinação pela América do Norte aconteceu em meados de 1536, no México, onde um escrivão tomou o depoimento dele e o dos capitães Andrés Dorantes e Alonso del Castillo (o negro Estebanico, na condição de escravo, não foi ouvido). O relatório triplo foi enviado ao vice-rei da Nova Espanha e à Audiência de São Domingo, a instância mais alta que legislava sobre todas aquelas terras recém-descobertas. E assim chegou ao historiador Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, que o utilizou como fonte de sete capítulos de sua *Historia general y natural de las Indias* — primeira obra “científica” sobre o Novo Mundo. Esse manuscrito desapareceu, e dele restaram apenas as transcrições feitas por Oviedo.

Ainda no México, entre o final de 1536 e o início de 1537, Cabeza de Vaca e Andrés Dorantes produziram um segundo documento, que também sumiu, destinado ao imperador (alguns pesquisadores suspeitam que um fragmento dele está preservado em Sevilha, no Arquivo das Índias).

Um ano mais tarde, numa carta do governador da Venezuela, o alemão Philip von Hutten, para sua família, os três sobreviventes da expedição de Pánfilo de Narváez são chamados de “apóstolos”. O alemão afirma que os índios os tinham como filhos do sol e da lua, e se apresenta como testemunha de certos milagres da trinca — entre eles, o de fazer emergir espontaneamente da epiderme de um nativo uma ponta de flecha. Detalhe:

o governador vivia a mais de 4 mil quilômetros de onde tal feito teria ocorrido, e jamais esteve na Flórida. Como também passou vários anos perdido nas selvas venezuelanas, Von Hutten talvez sofresse algum delírio imaginativo.

Andrés Dorantes ficou nas Índias. Cabeza de Vaca retornou à Espanha, onde, entre 1538 e 1540, redigiu um terceiro relato, que entregou pessoalmente ao imperador Carlos V. Esse manuscrito, cujo principal objetivo era reivindicar o posto de governador da Flórida, também se perdeu, não sem antes ter sido examinado pelo Cavaleiro de Elvas, que o mencionou em seus escritos.¹

Ao constatar que jamais seria governador da Flórida (o imperador nomeara Hernando de Soto), nosso personagem voltou para sua cidade natal, Jerez de la Frontera, onde escreveu a quarta versão da história — a primeira feita com o propósito de ser publicada em formato de livro.

Naquela altura era grande o interesse dos leitores por histórias de conquistas e navegações. A mania começara meio século antes — mais precisamente, em 1493, quando prensas da Espanha, Itália, França, Suíça e Países Baixos produziram ao menos onze edições da carta que Colombo enviara aos reis católicos Fernando e Isabel. Outras seis foram publicadas ao longo dos quatro anos seguintes. Por essa época, a saga das viagens de Marco Polo, misto de realidade e ficção, causava furor.

Em 6 de outubro de 1542, o manuscrito de Cabeza de Vaca foi para o prelo na cidade de Zamora, bancado por um comerciante de livros da vizinha Medina del Campo. Impresso “pelos honrados cavalheiros Augustín de Paz e Juan Picardo, sócios e impressores de livros, moradores da citada cidade [Zamora]”, às expensas do “virtuoso cavalheiro Juan Pedro Musetti, comerciante de livros, residente em Medina del Campo”, recebeu um longo e pomposo título, que prometia contar a história desditosa da armada de Narváez. Mas *La relación que dió Álvar Núñez Cabeza de Vaca de lo acaescido en las Indias en la armada donde iba por governador Pánphilo de Narbáez, desde el año de veinte y siete hasta el año de treinta y seis que bolvió a Sevilla com tres de su compañía* não foi

reeditada na época. Nem seu autor lambeu a cria. Quando o livro ficou pronto, ele já estava na América do Sul, ostentando os cargos de *adelantado* e governador do Rio da Prata. Era o início de nova epopeia.

Treze anos mais tarde, após mais uma série de aventuras e insucessos, Cabeza de Vaca resolveu lançar outro livro. Em 21 de março de 1555, o secretário real Francisco de Ledesma autorizou, em nome da imperatriz, a republicação de seu relato sobre a Flórida e também de um balanço dos dois anos do governo dele no Rio da Prata, assinado por seu secretário particular — e ex-escrivão dessa província —, Pero Hernández.

O documento permitia a venda da obra durante dez anos, desde que seu preço fosse informado no começo do livro “e não de outra maneira”. Pelo mesmo período, se alguém reproduzisse o texto sem expressa concordância do autor, teria os exemplares confiscados e pagaria uma multa de 10 mil maravedis — donde se conclui que, desde a Espanha quinhentista, os escritores já se preocupavam em proteger seus direitos autorais.

La relación y comentarios del gobernador Álvar Núñez Cabeza de Vaca, de lo acaescido en las dos jornadas que hizo a las Indias foi impressa em Valladolid. Na introdução,² o autor manifesta a esperança de que seu mais importante leitor gostasse do resultado (“entretenha a Vossa Alteza com algum prazer”). “Vossa Alteza” era dom Carlos, neto de Carlos V, filho de Felipe II e o herdeiro do trono espanhol. O garoto problemático de dez anos já apresentava os primeiros sinais de instabilidade mental, decorrente da consanguinidade frequente na casa real dos Habsburgo. Em sua vida curta e atribulada, não deve ter lido nem a dedicatória da obra, que era a soma de dois textos muito diferentes, unidos pelo mesmo protagonista, e não uma narrativa homogênea.

A primeira parte, que acabou conhecida como *Naufrágios*, trazia uma versão melhorada do material impresso em Zamora (já que, agora, mirava não apenas o imperador, mas um público leitor mais amplo). A segunda, os tais *Comentários*, não passava de um oba-oba sobre o tumultuado governo de Cabeza de Vaca, em que, no mais das vezes, Pero Hernández aproveitava

cada lance para ressaltar a coragem, o altruísmo, o espírito cristão e o bom senso de seu chefe.

Em 1556, incluiu-se a primeira *relación* na coletânea *Navigacioni et viaggi*, reunida pelo cartógrafo Giovanni Battista Ramusio. Quase dois séculos mais tarde, em 1749, a história de Cabeza de Vaca foi novamente publicada, dessa vez com as narrativas de Colombo, Cortés, Pizarro e outros, num dos três volumes da coletânea intitulada *Historiadores primitivos de las Indias Occidentales, que juntó, traduxo en parte, y sacó à luz, ilustrados con eruditas notas, y copiosos índices, el ilustríssimo señor D. Andrés González Barcia, del consejo y cámara de S.M.*

Foi um empurrão providencial: desde então, os dois textos têm sido interpretados, reinterpretados, elogiados, demolidos e reimpressos regularmente. Com descrições precisas, acontecimentos insólitos e a atração adicional de uma narrativa na primeira pessoa, os *Naufrágios* sempre tiveram mais acolhida do que o panegírico de Hernández.

Até o escritor norte-americano Henry Miller se emocionou com o que chama de “simples e comovente relato de um homem destituído de tudo e obrigado a agir em cada momento de sua vida sob a visão de Deus”. Menos empolgado e nem um pouco católico, Gabriel García Márquez, que escreveu outro relato de um naufrago — história que lhe custou anos de exílio —,³ é fã declarado do fidalgo de Jerez de la Frontera. Depois de mencioná-lo no discurso de agradecimento pelo prêmio Nobel de Literatura em 1982, o autor de *Cem anos de solidão* observou, num artigo, que aqui nas Américas os artistas nunca precisaram inventar muito — ao contrário, o desafio é tornar verossímil a realidade: “Sempre foi assim desde nossas origens históricas, a ponto de não haver em nossa literatura escritores menos críveis e, ao mesmo tempo, mais apegados à realidade do que os nossos cronistas das Índias”.

O professor Enrique Pupo-Walker⁴ acha que foi o desrespeito às regras formais e estilísticas da *relación* — talvez por ignorância — que transformou a obra de Cabeza de Vaca numa referência da literatura de

viagem. Trinidad Barrera Lopez, catedrático de literatura espanhola da Universidade de Sevilha, também ressalta o efeito dessa mescla de estilos:

Viagem, busca, aventuras e perigos vinculam os *Naufrágios* a toda uma tradição literária, mas também a uma tradição de homens amantes do perigo e acostumados a ele, como foram os viajantes das Índias [...] Cabeza de Vaca não se representa como um perdedor, sua história não se propõe a ser a história de um fracasso. Ao contrário, o conquistador-escritor mostra sua habilidade ao converter a história de oito anos de sobrevivência num documento oficial endereçado ao imperador, como se se tratasse de uma importante missão cumprida. Os *Naufrágios* querem ser uma prova de vassalagem à Espanha e ao rei; seu protagonista, ao realizar as funções de curandeiro e evangelizador, aparece como um herói valente e livre de pecado.

Rolena Adorno acredita que o interesse permanente pelos temas abordados no relato de Álvaro Núñez — conquista e aventura, liberdade e cativeiro, império e colonialismo, milagres e xamanismo, acaso e determinação, perseverança e sobrevivência — é resultado de uma rara conjugação entre criador e criação:

[...] Cabeza de Vaca, não o homem nem a *relación* mas o fenômeno que inclui a ambos, transcende o tempo, e por isso tem tido notória longevidade. Assim como teve papel destacado na conquista espanhola do continente norte-americano e posteriormente na colonização inglesa do mesmo, a *relación* de Cabeza de Vaca tem fornecido um material quase infindável à literatura e à história, sejam elas espanholas, hispano-americanas ou estadunidenses, em suas diversas expressões anglo-saxã, *chicana*, hispânica ou afro-americana.

Juan Francisco Maura, professor-associado de literatura espanhola na Universidade de Vermont, foi um defensor de Cabeza de Vaca. Ao chegar à Universidade do Texas, fundou até uma Sociedade Cabeza de Vaca, propondo a seus pares que se erguesse uma estátua em homenagem ao conquistador-escritor. Com o passar do tempo, mudou radicalmente de opinião: sua tese de doutorado para a Universidade de Novo México

chamou-se *Los “Naufragios” de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca — O el arte de la automitificación.*

Maura reconhece que a literatura estadunidense começa com essa novela de cativos e aventuras escrita em espanhol por um sujeito que conquistou a fama não por seus feitos mas pelo modo de narrá-los, valendo-se de recursos utilizados pelas novelas de cavalaria e pelos relatos picarescos. Sempre com o intuito de interessar e assombrar os contemporâneos e, assim, obter o que tanto desejava: “fama, poder e riquezas”.

Comparando o autor dos *Naufrágios* ao personagem Don Juan, criado por Tirso de Molina em 1630 — com a ressalva de que um buscava o prazer a qualquer custo, enquanto o outro comeu o pão que o diabo amassou —, Maura qualificou a ambos como rebeldes em todos os níveis, seres para quem a moral não tinha cabimento e até certo ponto diabólicos por sua incrível capacidade de não se darem por vencidos, nem diante da morte.

Don Juan conquista mulheres usando todos os recursos imagináveis a seu alcance, da mesma maneira que Cabeza de Vaca conquista a geografia americana e o favor dos superiores para levar a cabo seus planos. [...] Nem a fome, as intempéries, os índios, o oceano, a selva, a moral cristã ou mesmo o rei freiam esse animoso fidalgo na luta por alguma coisa que ele acredita pertencer-lhe por méritos ou por linhagem. O não dar-se por vencido depois da tragédia vivida na América do Norte demonstra algo. Uma determinação e uma perseverança à prova de fogo às quais só centenas de acusações e finalmente o cárcere puderam pôr fim.

Curiosamente, não há registro confiável nem sequer da aparência de quem alguns pretendem adivinhar temperamento e intenções. O historiador Gonzalo Oviedo esteve com Cabeza de Vaca mais de uma vez na Espanha, entre 1538 e 1541, mas o definiu apenas como “bom cavaleiro e natural de Jerez de la Frontera”.

No prólogo dos *Naufrágios*, Álvaro Núñez assinala seu esforço permanente de memorização “para que, se em algum tempo Deus Nosso Senhor houvesse por bem trazer-me para onde estou agora, pudesse eu

transformar meu esforço em testemunho e servir a Vossa Majestade”. Ele atribui seus fracassos à fortuna ou à vontade divina. Razões suficientes para que “um retorne com serviços mais relevantes do que esperava, enquanto a outro aconteça tudo de forma tão oposta que o melhor testemunho que pode dar a seu favor é a sua diligência, e mesmo essa pode estar às vezes tão obscurecida que não consegue se tornar evidente”. Ao fim e ao cabo, faz questão de ressaltar a veracidade de seu relato:

O qual escrevi com total convicção de que, ainda que nele se leiam coisas muito novas e, para alguns, muito difíceis de crer, podem a elas dar crédito e estarem certos de que tudo contei com mais concisão que prolongamento e, para nisso crerem, bastará o fato de eu tê-lo oferecido a Vossa Majestade, a quem suplico que o receba em nome de meus serviços, pois foi só o que um homem que voltou desnudo pôde trazer consigo.

Na confecção deste livro, o autor recorreu, claro, aos *Naufrágios* e aos *Comentários* — ontem, hoje e sempre uma fonte insuperável sobre toda essa história. Mas procurou também cotejar as afirmações de seu protagonista com tudo o que pesquisadores e especialistas puderam apurar em relação a fatos e versões.

No que toca à desastrosa passagem de Cabeza de Vaca pela América do Sul e aos *Comentários* (mal) escritos por Pero Hernández com tinta cor-de-rosa, as afirmações foram confrontadas com declarações e testemunhos anexados aos interrogatórios e processos judiciais.

Esses manuscritos, cuidadosamente preservados pelo Arquivo das Índias, em Sevilha, já haviam sido examinados *in loco* por alguns pesquisadores. Para este livro, foi realizado um trabalho minucioso de transcrição de mais de novecentas páginas manuscritas no estilo do século XVI.

Os documentos não estão organizados em volumes — são folhas soltas que, ao serem manuseadas ao longo de séculos, perderam qualquer ordem, o que, em certa medida, dificulta sua análise. De todo modo, fica evidente a

falta de base real de muitas afirmações de Hernández, assim como a inconsistência de boa parte das acusações ao governador.

Em dez anos, mudou muito a avaliação do autor em relação a Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. O mítico conquistador fracassado e sonhador — cujos planos para outro modelo de conquista, mais humano, teriam sido destruídos pela ganância dos subordinados — revelou-se um homem de seu tempo, repleto de contradições. A vivência entre os índios norte-americanos afetou sua visão de mundo, mas foi incapaz de produzir uma alternativa eficiente e humana para a conquista — pelo simples fato de que tal hipótese não se sustenta, sejam quais forem os protagonistas desse tipo de intervenção.

Paulo Markun

1-Uma curiosidade: entre outros acontecimentos, o Cavaleiro de Elvas cita o caso de Juan Ortiz, que, ao ir à procura de Narváez, acabou virando refém dos índios e só foi encontrado onze anos mais tarde, por Hernando de Soto. Ao que tudo indica, a história registrada pelo Cavaleiro de Elvas serviu de inspiração ao capitão John Smith quando, no século seguinte, descreveu episódio muito semelhante, em que teria escapado de ser morto pelos índios devido à interferência da jovem filha do cacique, a qual atendia pelo nome de Pocahontas — a mesma que a Disney transformaria em desenho de sucesso séculos depois.

-2-Ou próêmio, que Juan Francisco Maura duvida ser da autoria de Álvaro Núñez.

3-Jovem repórter, García Márquez publicou o relato em fascículos, no *El Espectador* de Bogotá. O drama de um marinheiro que passou dez dias numa balsa, depois de cair de um destroier da marinha colombiana, galvanizou os leitores. O fim da história — o sujeito fora vítima do excesso de carga do navio, que transportava produtos contrabandeados — levou seu autor ao exílio e provocou o fechamento temporário do periódico.

4- *Centennial* professor de português e espanhol na Universidade Vanderbilt, e responsável por uma acurada edição espanhola dos *Naufraágios* publicada em 1992.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Rolena. "Estevanico's legacy: insights into colonial Latin American studies from postcolonial Africa". *Arachne @ Rutgers. Journal of Iberian and Latin American Literary and Cultural Studies*, vol. 1, no 2, 2002. Disponível em:
http://arachne.rutgers.edu/vol1_2adorno.htm (acesso em 6 de maio de 2009).
- _____, & PAUTZ, Patrick Charles. *Álvar Núñez Cabeza de Vaca — His account, his life, and the expedition of Pánfilo de Narváez*. Vol. 1. Lincoln/Londres: University of Nebraska Press, 1999.
- AGNOLIN, Adone. *O apetite da antropologia. O sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso tupinambá*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- AGUIRRE, J. *Recopilación compendiada de las leyes de Indias aumentada con algunas notas que no se hallan en la edición de 1841 y con todas las disposiciones dictadas posteriormente para los dominios de ultramar*. Madri: Imprenta y Librería de I. Boix, 1846.
- AUDIBERT, Alejandro. *Los límites de la antigua provincia del Paraguay*. Buenos Aires: Imprenta: La Económica de Iustoni Hnos.y Cia., Piedad, 1886. Disponível em:
http://www.bvp.org.py/biblio_hm/audibert/indice.htm (acesso em 4 de setembro de 2007).
- AZAR, Inés (ed.). *El puente de las palabras, homenaje a David Lagmanovich*. Col. INTERAMER, no 50. Disponível em:
http://www.educoas.org/Portal/bdigital/contenido/interamer/interamer_50/az_pupo.aspx?culture=es&navid=201 (acesso em 6 de maio de 2009).
- BAHIA, Tribunal de Justiça do Estado. *Memória da justiça brasileira*. Vol. ii: *Da Restauração Portuguesa ao Grito do Ipiranga*. 3a ed. Set. 2003. Disponível em:
http://www.tj.ba.gov.br/publicacoes/mem_just/volume2.htm (acesso em 6 de maio de 2009).
- BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo/Brasília: Edusp/Fundação Alexandre Gusmão, 1998.
- BISHOP, Morris. *The odyssey of Cabeza de Vaca*. Nova York: A. S. Barnes & Co, 1905.
- BOORSTIN, Daniel J. *The discoverers*. Nova York: Random House, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Vol. 3: *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRITTON, E. B. "A pointer to a new hallucinogen of insect origin". *Journal of Ethnopharmacology*, 12 (1984), pp. 331-3. Elsevier Scientific Publishers Ireland Ltd.

- CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. *Castaway*. Ed. Enrique pupo-walker. Los Angeles: University of California Press, 1993.
- *Naufrágios e Comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- *Naufragios y Comentarios*. Madri: Dastin, 2000.
- CALDEIRA, Jorge. *O banqueiro do sertão*. Vol. I: *Mulheres no caminho da prata*. São Paulo: Mameluco, 2006.
- CALERO, Silvia, & folino, Evangelina. *Cronistas de Índias, antología*. Buenos Aires: Colihe/Hachette, 1996.
- CARDOZO, Efraim. *La fundación de la ciudad de Asunción en 1541: de la casa fuerte a la ciudad*. Buenos Aires: Sociedad de Historia Argentina, 1941.
- *El Paraguay de la conquista*. El Lector, 1996. Col. Historia, i.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CENTENERA, Martín del Barco. *La Argentina y conquista del Río de la Plata y Tucumán y otros sucesos del Perú. Cantos i al vii*. Lisboa: Ed. Pedro Crasbeek, 1605. *Poesía del Paraguay*. Assunção: Ed. Aramí s.r.l., 2001. Disponível em: http://www.bvp.org.py/biblio_htm/centenera/indice.htm (acesso em 4 de setembro de 2007).
- CERVERA PERY, José. *La Casa de Contratación y el Consejo de Indias (las razones de un superministerio)*. Madri: Ministerio de Defensa, 1997.
- CÉSPEDES DEL CASTILLO, Guillermo. *Ensayos sobre los reinos castellanos de Indias*. Madri: Real Academia de la Historia, 1999.
- CHAUNU, Pierre. *La España de Carlos v*. Vol. I: *Las estructuras de una crisis*. Barcelona: Provincia, 1976.
- CHILDRESS, Diana. *Barefoot conquistador. Cabeza de Vaca and the struggle for native American rights*. Minneapolis: Twenty-First Century Books, 2008.
- COLÓN, Hernando. *Vida del almirante don Cristóbal Colón*. México: Fondo de Cultura Económica, 1947. Prólogo de Ramón IGLESIA.
- DÍAZ DE GUZMÁN, Ruy. *La Argentina*. Buenos Aires: Ángel Estrada, 1943.
- *Anales del descubrimiento, población y conquista del Río de la Plata*. Assunção: Ediciones Comuneros, 1980.
- DONATO, Hernâni. *Sumé e Pearíbu*. São Paulo: Edições GRD, 1997.
- ELLIOTT, J. H. "A conquista espanhola e a colonização da América". In BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. I: *América Latina colonial*. São Paulo/Brasília: Edusp/Fundação Alexandre Gusmão, 1998.
- FERNÁNDES DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Sumario de la Natural Historia de las Indias*. DEL CASTILLO MATHIEU, Nicolás (ed.). Bogotá: Instituto Caro y Cuervo/Universidad de

- Bogotá Jorge Tadeo Lozano, 1995.
- FERRANDO, Roberto. "Introducción". In cabeza de vaca, Álvar Núñez. *Naufragios y Comentarios*. Madri: Dastin, 2000.
- FITTE, Ernesto J. *Hambre y desnudeces en la conquista del Río de la Plata*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1980.
- GANDÍA, Enrique de. *Historia de la conquista del Río de la Plata y del Paraguay. Los gobiernos de don Pedro de Mendoza, Álvar Núñez y Domingo de Irala, 1535-1556*. Buenos Aires: Librería de A. García Santos, 1932.
- *De la Torre del Oro a las Indias*. Buenos Aires: Talleres Rosso, 1935.
- *Historia de Alonso Cabrera y de la destrucción de Buenos Aires en 1541*. Buenos Aires: Librería Cervantes, 1936.
- GARCÍA GALLO, A. (ed.). *Antología de fuentes del antiguo derecho*. Madri: Agesa, 1975.
- GLANTZ, Margo (ed.). *Notas y comentarios sobre Álvar Núñez Cabeza de Vaca*. México: Grijalbo/Conaculta, 1993.
- GUÉRIN, Miguel Alberto. "La organización inicial del espacio rioplatense". In tandeter, Enrique. *La sociedad colonial. Nueva historia argentina*. Tomo 2. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.
- GUEVARA, Rigoberto. "El círculo opresivo de la vestidura en Naufragios". *Hispanic Culture Review*, vol. VIII, nos I-2, outono 2001-primavera 2002.
- HERREN, Ricardo. *La otra cara de la conquista. Viaje a las Indias maravillosas*. Barcelona: Planeta, 1993, pp. 101-17.
- HOWARD, David E. *Conquistador in chains — Cabeza de Vaca and the Indians of the Americas*. Tuscaloosa/Londres: The University of Alabama Press, 1997.
- LAFAYE, Jacques. "Los 'milagros' de Álvar Núñez Cabeza de Vaca (1527-1536)". In GLANTZ, Margo (ed.). *Notas y comentarios sobre Álvar Núñez Cabeza de Vaca*. México: Grijalbo/Conaculta, 1993.
- LAGMANOVICH, David. "Los Naufragios de Álvar Núñez como construcción narrativa". In GLANTZ, Margo (ed.). *Notas y comentarios sobre Álvar Núñez Cabeza de Vaca*. México: Grijalbo/Conaculta, 1993.
- LENKO, Karol, & PAPAVERO, N. *Insetos no folclore*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- MALTBY, William. *The reign of Charles V*. Nova York: Palgrave, 2002.
- MANZANO, Juan. "Un documento relativo a 'Como funcionaba el Consejo de Indias'". *The Hispanic American Historical Review*, vol. 15, no 3 (ago. 1935), pp. 313-51.
- MAURA, Juan Francisco. *Los "Naufragios" de Álvar Núñez Cabeza de Vaca — O el arte de la automatización*. Cidade do México: Frente de Afirmación Hispanista, s. d.

- MEDINA, J. T. *Los viajes de Diego García de Moguer al Río de la Plata*. Santiago: Imprenta Elzeviriana, 1909.
- MELIÀ, B.; GRÜNBERG, G., & GRÜMBERG, F. “Los Pai-Taviterã: etnografía Guaraní del Paraguay contemporáneo”. *Separata del Suplemento Antropológico*, II (1-2): 151-295.
- MENDEZ BEJARANO, Mario. “La casa del oceano”. *Revista de las Españas*, 1927.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *El padre Las Casas. Su doble personalidad*. Madri: Espasa-Calpe, 1963.
- MOLLOY, Sylvia. “Formulación del lugar y del yo en los *Naufragios* de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca”. *Actas del Séptimo Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Roma: Bulzone, 1982. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/obref/aih/pdf/07/aih_07_2_024.pdf (acesso em 6 de maio de 2009).
- “Alteridad y reconocimiento en los *Naufragios* de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca”. In glantz, Margo (ed.). *Notas y comentarios sobre Álvaro Núñez Cabeza de Vaca*. México: Grijalbo/Conaculta, 1993.
- MOSIMANN, João Carlos. *Porto dos Patos, 1502-1582: a fantástica e verdadeira história da ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos*. Florianópolis: Edição do Autor/Fundação Franklin Cascaes, 2002.
- MUÑOZ, Rafael Barris. “En torno a Alvar Núñez Cabeza de Vaca”. *Boletín del Real Centro de Estudios Históricos de Andalucía*, i, 1927.
- OPERÉ, Fernando. *Historias de la frontera: el cautiverio en la América Hispánica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- PALOMEQUE, Alberto. “El proceso de Alvar Núñez Cabeza de Vaca”. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Tomo 2, 1921-22.
- PÉREZ, Joseph. *Historia de España*. Barcelona: Crítica, 1999.
- POMPEU DE TOLEDO, Roberto. *A capital da solidão*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- POSEY, Darrel A. “Consideraciones etnoentomológicas sobre los grupos amerindios”. *América Indígena*. Año XL, vol. XL, no 1 (jan.-mar.). México: Instituto Indigenista Interamericano, 1980.
- POSSE, Abel. *El largo atardecer del caminante*. Buenos Aires: Emecé, 1992.
- PUPO-WALKER, Enrique. “Los *Naufragios* de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca: glosa sobre la construcción evasiva del texto”. In AZAR, Inés (ed.). *El puente de las palabras, homenaje a David Lagmanovich*. Col. INTERAMER, no 50. Disponível em: http://www.educoas.org/Portal/bdigital/contenido/interamer/interamer_50/az_pupo.aspx?culture=es&navid=201 (acesso em 6 de maio de 2009).
- QUEVEDO, R. *Derrotero y viaje al Río de La Plata y Paraguay*. Assunção: Biblioteca Paraguaya, 1983.
- RAMIREZ, Bibiano Torres. *Los conquistadores andaluces*. Madri: Ediciones Cultura Hispanica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1978.

- RELA, Walter. *Exploraciones portuguesas en el Río de la Plata: 1512-1531*. Porto Alegre: Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.
- REVELLO, José Torres. "Papeles viejos del Archivo de Indias". *Revista del Ateneo de Jerez*, viii, 1931.
- RUBIO, Julian Maria. *Exploración y conquista del Río de la Plata, siglos XVI y XVII*. Buenos Aires: Salvat, 1942. Col. Historia de América y de los Pueblos Americanos, tomo VIII.
- SAMHABER, Ernst. *História das viagens de descobertas: as grandes viagens para o desconhecido*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.
- SANTOS RODRIGUES, Arnaldo dos. "Até quando o etnoconhecimento sobre as abelhas sem ferrão (*Hymenoptera, Apidae, Meliponae*) será transmitido entre gerações pelos índios Guarani M'byá da Aldeia Morro da Saudade, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil?". *Sítientibus Série Ciências Biológicas*, 6 (4): 343-50, 2006.
- SCHÄFER, Ernesto. *El Consejo Real y Supremo de las Indias*. Salamanca: Marcial Pons, Ediciones de Historia S. A., 2003. 2 vols.
- SCHMIDL, Ulrich. *Viaje al Río de la Plata*. Buenos Aires: Emecé, 1942 (1534-1554). Col. Buen Aire.
- SERRA, Jorge. "De lo cronístico y lo ficcional en los *Naufragios* de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca". *Lemir*, no 9, 2005.
- SERRANO Y SANZ, Manuel (ed.). "Relación de los naufragios y comentarios de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca". *Colección de libros y documentos referentes a la historia de América*, vol. v. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1906.
- SOPRANIS, Hipólito Sancho. "Pedro de Vera hasta su gobierno de Gran Canaria". *Revista de Historia*, La Laguna (Tenerife), 1955.
- . "Notas y documentos sobre Álvaro Núñez Cabeza de Vaca". *Revista de Indias*, 1967.
- TANDETER, Enrique. *La sociedad colonial. Nueva historia argentina*. Tomo 2. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.
- TRUEBA, Eduardo. *Sevilla, Tribunal de Océanos (Siglo XVI)*. Sevilla: Gráficas del Sur, 1988.
- VILLALTA, Blanco. *Historia de la conquista del Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial Atlántida, 1946.
- VITTORI, José Luiz. *Viajes y viajeros en la literatura del Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial Vinciguerra, 1999. Tomo I.
- ZORRAQUÍN BECU, Ricardo. *La organización política argentina en el período hispánico*. 3a ed. Buenos Aires: Editorial Pierrot, 1967.

DOCUMENTAÇÃO

Fonte: Archivo General de Indias, Espanha. — Acesso ao catálogo em: <http://pares.mcu.es>

Código de referencia: ES.41091.AGI/16403.3.1//BUENOS_AIRES,I,L,I,F.124V-129V

Título: Capitulaciones con Alvar Nuñez Cabeza de Vaca

Alcance y Contenido: Real Cédula de capitulaciones con Alvar Núñez Cabeza de Vaca para la conquista y población del Río de la Plata.

Código de referencia: ES.41091.AGI/16403.3.1//BUENOS_AIRES,I,L,I,F.129V-131R

Título: Alguacilazgo mayor para Alvar Nuñez

Alcance y Contenido: Real Provisión a Alvar Núñez Cabeza de Vaca, confirmando la concesión del alguacilazgo mayor del Río de la Plata, establecido en un capítulo de sus Capitulaciones.

Código de referencia: ES.41091.AGI/16403.3.1//BUENOS_AIRES,I,L,I,F.131R-131V

Título: Exención de almojarifazgo a Alvar Nuñez

Alcance y Contenido: Real Cédula a los oficiales del Río de la Plata, notificándoles haberse concedido a Alvar Núñez Cabeza de Vaca exención del derecho de almojarifazgo de todo cuanto lleve a aquella provincia para el mantenimiento de su casa, durante un periodo de doce años.

Código de referencia: ES.41091.AGI/16403.3.1//BUENOS_AIRES,I,L,I,F.131R-131V

Título: Lugartenencia de Juan de Ayolas para Alvar Nuñez

Alcance y Contenido: Real Cédula a Juan de Ayolas, gobernador del Río de la Plata, para que nombre lugarteniente suyo a Alvar Núñez Cabeza de Vaca.

Código de referencia: ES.41091.AGI/16403.3.1//BUENOS_AIRES,I,L,I,F.132R-133R

Título: Nombramiento de lugarteniente para Alvar Nuñez

Alcance y Contenido: Real Provisión a Alvar Núñez Cabeza de Vaca nombrándolo lugarteniente general del gobernador del Río de la Plata Juan de Ayolas.

Código de referencia: ES.41091.AGI/16403.3.1//BUENOS_AIRES,I,L,I,F.133V-134R

Título: Concesión de la isla de Santa Catalina a Alvar Nuñez

Alcance y Contenido: Real Provisión a Alvar Núñez Cabeza de Vaca, concediéndole la isla de Santa Catalina por doce años.

Código de referencia: ES.41091.AGI/1.16414.72.1//JUSTICIA,1130

Título Nombre Atribuído: Autos fiscales. Charcas

Alcance y contenido: En 2 números. No 1. Año de 1546. El fiscal con Juan de Ayolas, gobernador de las provincias de Río de la Plata, y Alvar Núñez Cabeza de Vaca, adelantado de dichas provincias, sobre la gobernación del Río de la Plata. Cuatro piezas. 1546. No 2. Año de 1547. Con García Venegas, veedor, y Alonso Cabrera, teniente de tesorero de la provincia del Río de la Plata, sobre excesos cometidos por éstos y haber preso a Alvar Núñez Cabeza de Vaca, gobernador de dicha provincia. Cuatro piezas. 1547.

Código de referencia: ES.41091.AGI/1.16414.72.2//JUSTICIA,1131

Título Nombre Atribuído: Autos fiscales. Charcas

Alcance y Contenido: Son los del fiscal con Alvar Núñez Cabeza de Baca, gobernador de las provincias del Río de la Plata, sobre excesos que cometió en el tiempo que sirvió este gobierno. Veintitrés piezas. 1552.

Código de referencia: ES.41091.AGI/1.16414.84.4//JUSTICIA,1164,N.6,R3

Título Nombre Atribuído: Mencia de Carvajal con los herederos de Juan Villalobos

Alcance y Contenido: Mencia de Carvajal, vecina de Plasencia, contra los herederos del licenciado Juan de Villalobos, su marido difunto, fiscal que fue en el Consejo de Indias, sobre la percepción de la mitad del salario de un año del dicho oficio con el que Su Magestad hizo merced a los dichos herederos. 93 folios.

AGRADECIMENTOS

Foram quase dez anos de envolvimento com o tema, até concluir esta tentativa de recontar a história de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, cuja fascinante trajetória é, até agora, pouco conhecida no Brasil. O personagem chamou minha atenção quando, em 1998, eu escrevia a biografia de Anita Garibaldi, em que ele nem chegou a ser citado.

Meu interesse aumentou a partir de conversas com os historiadores Ricardo Maranhão e Jorge Caldeira, a jornalista e pesquisadora Rosana Bond e o produtor de cinema João Roni, com quem produzi um projeto de docudrama pré-selecionado pelo Discovery Channel Latin American em 2002. Quatro anos mais tarde, graças ao empenho da produtora Assunção Hernández, o programa Ibermedia incluiu a história desse conquistador diferente entre os projetos de desenvolvimento de roteiro apoiados pela instituição.

Quanto ao livro, quem elaborou o projeto que permitiu inscrevê-lo na Lei de Incentivo à Cultura foi a saudosa Eliana Cobbett, parceira de outras empreitadas bem-sucedidas. Na Telefônica, que patrocinou a pesquisa e parte da obra, o autor agradece o respaldo do presidente Antonio Carlos Valente e a gentileza de Emanuel Neri, Adriana Buttler, Claudia Lembi Maia e Fernanda Volner.

Em Sevilha, pouco seria feito sem a competência de Francisco Sánchez Rico, que há décadas auxilia muitos dos que se aventuram em decifrar documentos seiscentistas no Arquivo das Índias. Grande parte da documentação, por sinal, está disponível na internet, onde, a partir de agora, no site <http://www.cabezadevaca.com.br>, os interessados poderão acessar mais de novecentas páginas de documentos que ainda não haviam sido transcritos.

A historiadora Brisa Araújo, que integrava a equipe de Jorge Caldeira, participou da pesquisa desde o primeiro momento e organizou as informações, facilitando muito minha tarefa.

A escritora Ana Luisa Martins foi mais que uma colaboradora. Suas opiniões taxativas — e a firmeza com que as defendeu — me auxiliaram a tornar a narrativa mais palatável para o leitor, estou certo. Mesmo quando resultavam num verdadeiro cabo de guerra via e-mail ou face a face.

O artista gráfico João Baptista Aguiar é mais do que autor da capa. O editor Quartim de Moraes também cooperou. Sandra Schamas realizou as traduções. Rodrigo Fragelli fez a primeira revisão do texto e acompanhou suas transformações. Reinaldo Itow preparou os mapas.

O autor agradece ainda a Pedro e João Markun, André Cobbett, Duda Hamilton, Rosana Delellis, Débora C. Nascimento, Luis Felipe Kojima Hirano, Márcia Copola, Otávio Marques da Costa e Luiz Schwarcz.

Patrocínio



Apoio



Copyright © 2009 by Paulo Markun

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa e projeto gráfico

João Baptista da Costa Aguiar

Preparação

Márcia Copola

Revisão

Márcia Moura

Daniela Medeiros

Índice remissivo

Luciano Marchiori

ISBN: 978-85-63397-83-6

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br